



Universidade Federal da Bahia

Instituto de Letras

Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário

Ondina – Salvador-BA

Tel.: (71) 3263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br

**AS NARRATIVAS DOS CAPITÃES DO ASFALTO: CONTOS, CANTOS
E DESVENTURAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO
DE RUA E RISCO SOCIAL**

por

Leila de Oliveira Pinto

Orientadora: Prof^{fa} Dr^a Eneida Leal Cunha

Salvador

2008



Universidade Federal da Bahia

Instituto de Letras

Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário

Ondina – Salvador-BA

Tel.: (71) 3263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br

**AS NARRATIVAS DOS CAPITÃES DO ASFALTO: CONTOS, CANTOS
E DESVENTURAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO
DE RUA E RISCO SOCIAL**

por

Leila de Oliveira Pinto

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Eneida Leal Cunha

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia – UFBA, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Letras.

Salvador

2008

Agradecimentos:

Aos capitães do asfalto, que motivaram meu desejo para desenvolver este estudo.

À Doralice Alcoforado, in memoria, que acreditou na produtividade desta pesquisa e cumpriu o papel de Orientadora até seu falecimento.

À Eneida Leal Cunha, que me recebeu como orientanda, solucionou dúvidas e apontou caminhos que definiram os rumos desta Tese.

À minha mãe, que me apresentou ao mundo encantado dos contos de fadas, apoiou e estimulou meus estudos.

Ao meu pai e ao meu avô Oscar, in memoria, que me ensinaram a construir uma relação de curiosidade com os livros e o saber.

Aos meus filhos, Carla, Larissa e Pedro, que me permitiram resgatar histórias da minha infância e descobrir novas histórias.

Ao companheiro de quase todas as horas, Paulo Canuto, pela cumplicidade, carinho, apoio e compreensão com minhas “ausências” que tornaram possível esta escrita.

Ao presidente do Projeto Axé, Cesare de La Rocca, e à Fernanda Tourinho, coordenadora do Centro de Formação, bem como à Lourdes Carneiro e Manoela Augusta, pelo apoio demonstrado durante o trabalho de campo deste estudo.

À Iara Farias, presidente da Fundação Cidade Mãe, Prefeitura de Salvador, pela possibilidade de estender o trabalho de campo para as Casas de Acolhimento.

À psicanalista Arlete Garcia, pelas pontuações a respeito do conceito de identificação.

À equipe da Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti – ARD-FC, Arlúcia Fauth, Margareth Leonelli, Olga Sá, Sheyla Machado, Sylvia Machado e Tarcísio Andrade, pela interlocução sobre a clínica das toxicomanias e os princípios de redução de danos.

À antropóloga Goli Guerreiro, pelos esclarecimentos sobre o conceito de tribos urbanas.

À psicanalista Jacinta Ferraz, pela interlocução sobre a psicanálise em extensão que fundamenta a possibilidade de constituir uma “clínica na rua”.

Ao Prof. Michel Colin, pelas indicações preciosas sobre o verlan.

À jornalista Nadja Vladi, pelas indicações bibliográficas sobre o rap.

Aos professores do Instituto de Letras, particularmente à Célia Telles, pela aposta na interdisciplinaridade e pelo rigor com as questões de autoria.

Às professoras da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Elizabete Gonçalves e Roseny Ferreira, pelo estímulo demonstrado ao longo deste percurso.

Aos amigos, irmãos, sobrinhos, genros, e a todos que me deram forças para concluir.

João José era o único que lia correntemente entre eles e, no entanto, só estivera na escola ano e meio. Mas o treino diário da leitura despertara completamente sua imaginação e talvez fosse ele o único que tivesse uma certa consciência do heróico das suas vidas. Aquele saber, aquela vocação para contar histórias, fizera-o respeitado entre os Capitães da Areia, se bem fosse franzino, magro e triste, o cabelo moreno caindo sobre os olhos apertados de míope. Apelidaram-no de professor porque num livro furtado ele aprendera a fazer mágicas com lenços e níqueis e também porque, contando aquelas histórias que lia e muitas que inventava, fazia a grande e misteriosa mágica de os transportar para mundos diversos, fazia com que os olhos vivos dos Capitães da Areia brilhassem como só brilham as estrelas da noite da Bahia. Pedro Bala nada resolvia sem o consultar e várias vezes foi a imaginação do Professor que criou os melhores planos de roubo.

Jorge Amado, *Capitães da areia*

RESUMO

Este estudo apresenta os resultados obtidos com uma pesquisa sobre a recepção de contos populares com crianças e adolescentes em situação de rua e risco social. Como hipótese inicial de trabalho, levei em conta a possibilidade de utilizar a contação de histórias como instrumento produtor de subjetividades e conhecimentos psicossociais para fazer frente aos riscos relacionados com seu estilo de vida. Para desenvolver esta investigação, tomo como referência conceitos da teoria literária e psicanalítica. Munida desses saberes, tive a grata oportunidade de identificar outro tipo de saber formulado pelos participantes através do relato de suas experiências, histórias de vida e canções, particularmente o *rap*, que constituem o *corpus* deste estudo. Trata-se de um trabalho interdisciplinar que comporta questões éticas, no intuito de encontrar respostas para uma problemática social, permeada por fatores históricos, políticos e econômicos. Ao longo desta escrita, privilegio as vozes desses sujeitos, no intuito de articular um saber que possibilite a minimização dos danos a que estão expostos os *capitães do asfalto*.

ABSTRACT

This study presents the results obtained from research regarding the effects of storytelling on street children and adolescents at social risk. As an initial working hypothesis, I considered the possibility of using storytelling as an instrument to produce subjectivities and psychosocial knowledge about the participants to aid them in handling the risks associated with their lifestyle. To develop this research, I used as a reference concepts from literary theory and psychoanalysis. With these ideas in mind, I was gratefully afforded the opportunity to identify another type of knowledge generated by the participants describing their experiences, life histories and music, specifically *rap*, which makes up the *corpus* of this study. This interdisciplinary project deals with ethical issues in the search for answers to deep seated social problems, permeated by historic, political and economic factors. In writing this paper, I have emphasized the voices of these subjects to better articulate knowledge that will help to minimize the harm to which these *captains of the asphalt* are exposed.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – <i>INSTANTE DE VER</i>	15
1. Sobre contos de fadas e seus narradores	15
2. Contos de fadas na clínica com crianças	22
3. Recepção literária	27
4. Leitura, desejo e interpretação	30
5. Infância e adolescência	36
6. Redução de danos	39
CAPÍTULO II – <i>MODOS DE FAZER</i>	44
7. Construção do <i>corpus</i>	44
8. População e amostragem	48
9. Instrumentos	50
10. Recepção do conto “João e Maria”	51
CAPÍTULO III – <i>TEMPO PARA COMPREENDER</i>	72
11. Histórias de vida	72
12. Histórias de vida nas Oficinas de contos	80
13. Incesto	82
14. Prostituição	87
15. Consumo de drogas	94
16. Entre consumo e gozo: a narrativa	105
CAPÍTULO IV – <i>MOMENTO DE CONCLUIR</i>	112
17. Movimento <i>hip-hop</i>	112
18. <i>Rap</i> no Brasil	115
19. <i>Rap</i> nas Oficinas de contos	119
20. Identidades ou identificações?	130
21. <i>Língua do pivete</i>	139
22. Da droga ao <i>rap</i>	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155
ANEXO I	168
ANEXO II	172

INTRODUÇÃO

A idéia de realizar uma pesquisa, com vistas à tese de doutorado, sobre a utilização de narrativas da tradição popular em Oficinas de contos, especialmente planejadas para crianças e adolescentes em situação de rua e risco social, surgiu a partir das conclusões obtidas com minha dissertação de mestrado, denominada *Belas e Feras: o conto popular na clínica com crianças*¹. O objetivo principal do estudo consistiu em avaliar a recepção de contos por crianças hospitalizadas. Nele, tomei como hipótese a possibilidade do conto popular ser empregado como um recurso ludoterapêutico na clínica com crianças, o que foi demonstrado e analisado com base nos resultados alcançados.

Esses resultados foram convergentes com as observações de alguns psicanalistas sobre a utilização de contos de fadas no âmbito clínico, dada sua potencialidade para favorecer a reflexão em torno de temas cruciais, como a constituição da subjetividade da criança por intermédio da identificação com personagens encantados que pertencem a um mundo maravilhoso (MENGARELLI, 1998). A dissertação, portanto, explorou a tradição narrativa popular como instrumento produtor de subjetividade, na medida em que a recepção literária favorece o processo associativo e a abordagem das questões singulares de cada sujeito.

A partir dos resultados do mestrado, decidi empreender uma pesquisa com o objetivo principal de avaliar a recepção de contos populares por crianças e adolescentes em situação de rua e risco social. Como hipótese de trabalho, considerei a possibilidade de delimitar conhecimentos, de natureza psicossocial, a respeito de uma população vítima de exclusão social, através da realização de Oficinas de contos. A opção metodológica pelo que se convencionou denominar “oficinas” encontra seu principal fundamento teórico na formação de um espaço capaz de favorecer a elaboração de um produto artesanal. Neste sentido, ao longo do trabalho de campo deste estudo, tratava-se especificamente de circunscrever a produção de texto oral da população-alvo.

A associação entre a literatura e a vida das crianças em situação de rua apresenta conotações históricas. Segundo Neiva-Silva & Koller (2002), o primeiro relato sobre um “menino de rua” data de 1554, em uma novela autobiográfica de autor desconhecido, intitulada *La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades*. Durante a

¹ A pesquisa foi realizada durante o curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras - UFBA, sob orientação da Prof^a Dr^a Doralice Alcoforado.

revolução francesa, Victor Hugo escreveu um romance cujo protagonista é um “menino de rua” e em 1921, foi publicado o célebre romance de Dickens, *Oliver Twist*. Além dessas referências, a literatura brasileira dispõe, entre outros, do romance de Jorge Amado, *Capitães da Areia*, cujo enredo gira em torno da vida dos meninos que habitavam as ruas de Salvador, no início do século XX. Desde a década de 1930, muita coisa mudou, e no que diz respeito ao espaço de referência, as crianças trocaram as areias dos trapiches pelo asfalto das sinaleiras, pelas esquinas e praças, onde se aglomeram de maneira crescente.

O romance de Jorge Amado serviu como fonte de inspiração para o título desta Tese, adaptado às circunstâncias atuais e configurado na expressão *Capitães do Asfalto*. De fato, encontrei esta analogia em uma matéria publicada em 28 de novembro de 2002, no Caderno dez do jornal *A Tarde*, assinada pelas jornalistas Carla Bittencourt e Luzia Luna. Atualmente, no entanto, já não conseguimos conceber como uma vida de “aventuras” o cotidiano dos *capitães do asfalto*, pois as contingências que afetam a vida desses indivíduos apresentam com nitidez principalmente desventuras, caracterizadas pela desestruturação familiar, violência doméstica, consumo abusivo de substâncias psicoativas, envolvimento com o tráfico de drogas e a prostituição.

Esses eventos foram narrados pelos participantes das Oficinas de contos, sob a forma de histórias de vida e canções, particularmente *raps*, abreviatura para *rhythm and poetry*, estilo musical caracterizado pela recitação de narrativas ritmadas, cujas letras apresentam semelhanças significativas com diversos aspectos da vida dos informantes. Portanto, o próprio desenvolvimento do processo das Oficinas trouxe outras vertentes de material – e de questões – para a pesquisa. O fato é que parti dos contos da tradição popular para encontrar outras textualidades, características da cultura popular urbana da contemporaneidade.

No intuito de facilitar a avaliação dos resultados, foram propostas questões a respeito do narrado, logo após a audição do conto. Essas questões tinham como objetivo avaliar especificamente as representações associadas com a noção de perigo e com a procura de soluções, relativas aos personagens do conto, bem como aos eventos significantes a que estão submetidos os *capitães do asfalto*. As respostas para essas questões e as narrativas, contadas e cantadas, constituem o *corpus* final deste estudo.

As Oficinas foram realizadas na Praça 15 de Novembro, mais conhecida como Terreiro de Jesus, localizada no Pelourinho, Centro Histórico de Salvador, onde contei com o apoio do Axé-Buzu, um ônibus que integra o Programa de Educação de Rua do Projeto Axé; e nas Casas de Acolhimento Dom Timóteo Amoroso Anastácio e Oxum da Fundação Cidade Mãe, Prefeitura de Salvador. O Axé é uma sociedade civil sem fins lucrativos cujo principal

objetivo consiste na defesa dos direitos de crianças e adolescentes economicamente carentes, enquanto as Casas de Acolhimento respondem pelo abrigo provisório de crianças e adolescentes em situação de rua e risco social.

A análise e interpretação das respostas, histórias de vida e *raps* constituem um conjunto de conhecimentos sobre a vida desses sujeitos, de natureza psicossocial, estética e estilística. Desse modo, a hipótese inicialmente proposta, que previa a circunscrição de conhecimentos psicossociais, foi demonstrada e analisada com base nos resultados alcançados, que incluem referências estéticas e estilísticas. Os conhecimentos assim obtidos são expressivos tanto das singularidades de cada sujeito, quanto de aspectos comuns ao grupo.

Os conceitos que orientam esta pesquisa, desde o trabalho de campo, assim como a análise de dados, interpretação e discussão dos resultados, são apresentados no primeiro capítulo que se organiza como um *instante de ver*, expor e debater os fundamentos teóricos. Tomo como referência central a teoria da recepção literária, proposta por Wolfgang Iser, e conceitos psicanalíticos que articulam proposições a respeito dos processos de leitura e interpretação. Também lanço mão de algumas formulações elucidativas propostas por outros autores, entre os quais destaco Michel Foucault, Paul Zumthor e Walter Benjamin.

O primeiro capítulo reúne considerações a respeito da função social das narrativas orais e dos contadores de histórias, acrescidas do aporte dos psicanalistas que dedicam estudos em busca de esclarecimentos sobre o papel desempenhado pelos contos de fadas na organização do psiquismo infantil, e a respeito de sua utilização como recurso ludoterapêutico na clínica com crianças. Também agrego noções sobre a infância e a adolescência, do ponto de vista antropológico e histórico, desde que este estudo tem como população-alvo crianças e adolescentes, ao que se soma a descrição dos critérios convencionados para definir a situação de rua e de risco ou vulnerabilidade social. Ao final deste capítulo, realizo uma breve incursão sobre os princípios da redução de danos aplicados ao consumo de drogas, dada a incidência do uso de substâncias psicoativas observada entre os informantes.

No segundo capítulo, descrevo, passo a passo, os *modos de fazer*, isto é, as etapas e os procedimentos metodológicos utilizados no planejamento e realização das Oficinas de contos, bem como são apresentados dados sobre os locais da pesquisa, os critérios adotados para seleção da amostra e constituição do *corpus* de estudo, entre outras informações relativas à metodologia e às estratégias analíticas. Apresento ainda as respostas que foram dadas para as questões propostas após a audição do conto “João e Maria”. A análise e interpretação dessas respostas configuram um conjunto de dados que estimulam a reflexão sobre a qualidade da relação com o outro, representado pelos pais, policiais, traficantes e outros atores sociais que,

no geral, são percebidos de modo adverso. Trata-se de uma análise de natureza qualitativa, baseada no estudo de caso, atenta ao número significativo de respostas que escapa ao controle do conto, o que indica a força das singularidades de cada sujeito no processo de recepção.

No terceiro capítulo, apresento os fundamentos teóricos que orientam a metodologia investigativa baseada nas histórias de vida, predominantemente conhecida na atualidade como “história oral”. A partir de uma pesquisa cuidadosa, destaco algumas considerações a respeito do campo de uso, em estudos e pesquisas, como também discorro sobre a função da memória, elemento central para o relato, análise e interpretação das narrativas de vida. Sua influência na formação de identidades, individual e de grupo, aponta para relações de reciprocidade que delimitam uma forma específica de construir conhecimentos. Assim se configura a possibilidade de deduzir um saber sobre um grupo, a partir da análise de relatos individuais.

Guiada por esta proposição, avalio, no terceiro capítulo, cada história de vida em sua singularidade, em articulação com as narrativas que apresentam elementos significantes comuns ao grupo estudado. Para isso, estas narrativas foram reunidas em tópicos que receberam a designação de *incesto, prostituição e consumo de drogas*. Nestes tópicos, apresento e analiso os relatos individuais, acrescidos das associações dos participantes, à luz de considerações teóricas, no intuito de subsidiar a interpretação dos resultados.

A análise dessas narrativas configura um *tempo para compreender* as singularidades e os aspectos compartilhados, que circunscrevem questões a respeito do envolvimento precoce com a prostituição, abuso sexual e padrões do uso de drogas. Ao mesmo tempo, esses relatos também revelam estratégias para assegurar a saúde e limitar o consumo, bem como apontam para a importância da socialização de tentativas anteriores de tratamento, entre outras informações relevantes. Para analisar os elementos discursivos que representam a relação com a droga, sobretudo crack, lanço mão das observações de autores preocupados com a utilização de substâncias psicoativas na infância e adolescência, e do conceito de gozo do Outro, proposto por Lacan (1985).

Ao final do terceiro capítulo, desenvolvo uma reflexão sobre os aspectos verbalizados que funcionam como razões para a prostituição infanto-juvenil, em articulação com as formulações teóricas defendidas por alguns psicanalistas a respeito do discurso que rege as práticas da sociedade capitalista. Com base nessas considerações, levanto a possibilidade da contação de história funcionar como barreira simbólica para limitar o gozo proporcionado pela droga e pelo sexo pago.

No quarto e último capítulo, analiso o aparecimento inesperado do *rap* à luz do debate sobre as identidades culturais na pós-modernidade e do mecanismo psicológico da

identificação, tal como definido por Freud (1921) e Lacan (2003). Com o objetivo de subsidiar a análise, recupero brevemente a história do movimento *hip-hop* e apresento a opinião de alguns autores a respeito da posição ocupada pelas narrativas ritmadas no cenário popular urbano brasileiro. Instigada pelo *momento de concluir*, avalio a possibilidade do *rap* funcionar como um suporte identificatório para crianças e adolescentes em situação de rua e risco social, sobretudo do sexo masculino.

Desenvolvo esta discussão na tentativa de especificar a qualidade do laço social com o *rap*. Para fins de análise, circunscrevo e analiso, com base no trabalho de campo deste estudo, cinco categorias – droga, espaço, tempo, relação com a polícia e *língua do pivete* – tomadas como referências de identificação para adolescentes do sexo masculino em situação de rua, no Pelourinho, Centro Histórico de Salvador. Com esses elementos da observação e da teoria, problematizo a função do *rap* para esses sujeitos, particularmente como recurso para enfrentar os problemas relacionados com a utilização de substâncias psicoativas.

Como as representações relativas às drogas ocupam lugar de destaque nas narrativas e canções dos *capitães do asfalto*, espero que este estudo possa fornecer subsídios teóricos que favoreçam a reflexão sobre o planejamento, elaboração e implementação de intervenções preventivas, de tratamento e redução dos danos relacionados com comportamentos de risco e fatores de vulnerabilidade que caracterizam a vida de crianças e adolescentes economicamente carentes. Diversos fatores aí operam, mas frente à impossibilidade de dar conta da complexidade dessas questões, fui confrontada pela perspectiva de tomar como problema a urgência de delimitar estratégias de redução de danos para essa clientela. Frente a minha condição de pesquisadora-psicanalista, enfatizo a saúde mental do jovem usuário, o que implica necessariamente a posição do sujeito.

Por fim, apresento um apanhado sucinto das principais conclusões obtidas com esta pesquisa. No Anexo I, reproduzo o conto “João e Maria”, tal como foi narrado aos informantes, enquanto no Anexo II, apresento alguns contos, relatos individuais e canções, sem acrescentar qualquer comentário ou interpretação, com o objetivo de fornecer outros elementos, ao “pé da letra”, que representam as vozes desses narradores.

Os títulos dados ao primeiro, terceiro e quarto capítulos foram tomados de empréstimo das observações de Lacan sobre o tempo lógico do inconsciente (LACAN, 1998, pp. 197-213), que inclui um instante de ver, um tempo para compreender e um momento de concluir. Com isso, pretendo sublinhar, além do conteúdo de cada capítulo, o engajamento do meu desejo, como pesquisadora e como psicanalista, em um estudo que demandou um instante de ver os marcos teóricos que fundamentam a discussão dos resultados, um tempo para

compreender o saber que pode ser deduzido das histórias de vida narradas pelos informantes, e um momento de concluir a respeito do aparecimento inesperado do *rap*, que desvela, além da dimensão psicossocial, elementos estéticos e estilísticos que caracterizam a vida de alguns participantes das Oficinas de contos.

Sem dúvida, este estudo organiza-se em um espaço interdisciplinar, o que comporta forçosamente o risco da aventura e a tentativa de diluir fronteiras entre disciplinas consolidadas. Trata-se de um trabalho desenvolvido numa interface, o que significa muitas vezes a preterição de conceitos ou referências teóricas que eventualmente poderiam ser consideradas, pelos especialistas em cada território disciplinar, como essenciais ao processo interpretativo. Entretanto, a confluência conceitual pode significar mais uma contribuição ao diálogo entre a área de Letras, a teoria e a prática psicanalíticas, no sentido da construção de conhecimentos a respeito de vivências contemporâneas, singulares e coletivas.

Não posso negar que foi preciso algum esforço para resistir à tentação de desenvolver alguns pontos de forma mais detalhada, bem como de enveredar na dimensão clínica do campo psicanalítico, em busca de respostas e perspectivas de superação das questões que emergiram do processo de investigação. Como a possibilidade de utilizar as narrativas cantadas no espaço clínico e na realização de oficinas profissionalizantes. Isto deixa em aberto novas possibilidades, no sentido da continuidade e mesmo da proposição de novos empreendimentos investigativos, que venham responder as interrogações que aqui se configuraram e foram deixadas em estado de suspensão, pelos limites impostos a este e a qualquer outro estudo.

Inegavelmente, a recepção de contos favoreceu a formação do laço social, entendido como efeito de uma prática discursiva, e a abordagem das questões de cada sujeito. Neste sentido, até mesmo os mais reservados puderam narrar fatos significativos de suas histórias de vida. Além disso, ao longo das Oficinas de contos, observei o aparecimento de uma demanda, expressa por quase todos, ainda que de modo incipiente, relacionada com o tratamento para o consumo de crack. De fato, as dificuldades experimentadas pelos jovens usuários são acentuadas não apenas pelo afastamento familiar, mas também pela proximidade com o tráfico de drogas.

Entretanto, apesar do impacto social provocado pelo aumento crescente do uso de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes, é digno de nota que até a conclusão desta Tese não existiam, em Salvador, instituições de saúde especialmente planejadas para atender a demanda desta clientela. A ausência de respostas levou a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público de Salvador a convocar representantes dos órgãos públicos,

municipais, estaduais e federais, da sociedade civil e de organizações não-governamentais, que de alguma maneira desenvolvem trabalhos voltados para a infância e adolescência em situação de rua e risco social, com o objetivo de discutir propostas em busca de soluções.

Diante destas circunstâncias, decidi sustentar o compromisso ético que assumi, no início do trabalho de campo, com relação ao eventual surgimento de uma demanda clínica. Assim, em outubro de 2007, resolvi correr o risco de me antecipar ao final da Tese e utilizei os dados, já coletados e avaliados, para elaboração de um conjunto de intervenções, articuladas num Projeto piloto que denominei “Ambumóvel”². Fundamentada na pesquisa e na reflexão teórica, procurei privilegiar o uso de contos populares e de *raps* – individualmente e em grupo – como estratégia de prevenção, tratamento e redução de danos para crianças e adolescentes vítimas de exclusão social, com ênfase no consumo de drogas. Para isso, associei os procedimentos metodológicos que se mostraram eficazes durante a realização das Oficinas, e as conclusões obtidas a partir da análise e interpretação dos relatos dos participantes, aos pressupostos teóricos da teoria literária e da clínica psicanalítica das toxicomanias, adaptados à infância e adolescência.

Devo admitir que além de pesquisadora, estive implicada neste processo como psicanalista, pois pude disponibilizar uma escuta para receber não apenas as histórias de vida e os cantos, como também as queixas e demandas. Participei ainda como receptora e como cidadã, na medida em que não pude deixar de me inquietar e, por vezes, ficar chocada com as histórias narradas pelos *capitães do asfalto*. Neste sentido, avaliei, em cada caso, o que motivava meu afeto, nos termos propostos pela clínica psicanalítica. Não estou segura se soube ou não receber bem essas narrativas, mas estou certa que ainda há muito por fazer.

Alguns autores, como Neiva-Silva & Koller (2002), chamam atenção para a carência de informações concretas, em detrimento dos livros, artigos e listas eletrônicas sobre o tema. Daí – acredito – a importância desta pesquisa para subsidiar o planejamento de intervenções adaptadas à realidade dessa clientela, o que se estende à capacitação de educadores sociais e de rua, no intuito de minimizar os preconceitos, estereótipos e danos que atingem as crianças que vivem na rua ou que dela se utilizam como meio de sobrevivência.

² A execução do Projeto foi assumida pela Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti – ARD-FC, Extensão Permanente da Faculdade de Medicina – UFBA, onde exerço a função de psicóloga.

CAPÍTULO I

INSTANTE DE VER

1. Sobre contos de fadas e seus narradores³

As narrativas orais cumpriram, inicialmente, a função de entreter e ajudar os adultos a compreender e enfrentar o mundo. Em torno do foco social, nas atividades de trabalho e lazer, transmitiam-se padrões de comportamento, segredos de caça e de pesca, fórmulas medicinais, e outros ensinamentos (LAFFORGUE, 2002). Essas narrativas anônimas incorporaram elementos histórico-culturais que retratam preocupações e costumes locais, como os direitos de herança, os privilégios concedidos ao filho mais velho, as questões sobre a posse da terra e as relações entre nobres e camponeses no início dos tempos modernos (DARNTON, 1986).

A contação de histórias também funcionava como um meio para expressar e perpetuar valores e valentias, mentiras e exageros que exaltavam as virtudes de um povo ou mesmo as qualidades do próprio narrador. Ainda hoje, para realizar seus anseios de vitória, os contadores de histórias transgridem os princípios morais que regulamentam o convívio social. “Furto, violência, perjúrio, mentira, burla, são pequenos elos para a corrente que articula o triunfo ao desenvolvimento lutador” (CASCUDO, 2006, p. 261). Essas transgressões, no entanto, não correspondem ao que de fato ocorreu e, por isso, assinalo desde aqui o mecanismo da realização de desejos que opera nas narrativas orais.

Em seus primórdios, a transmissão oral vinculava-se ao caráter feminino da narradora. As reuniões de mulheres, *veilleuses*, ocorriam em um contexto no qual lhes era negada participação ativa na vida social, econômica e política. As mulheres eram consideradas tagarelas e a virtude feminina era retratada em quadros que representavam uma mulher com um cadeado preso aos lábios. É elucidativo lembrar que “[a] palavra ‘hag’ (velha megera) não mudou de significado desde que se firmou no uso da língua inglesa no século XVI; Shakespeare, em cuja obra a palavra é sinônimo de ‘bruxa’, também a associa freqüentemente com uma língua venenosa” (WARNER, 1999, p. 71).

³ Inspirado no livro de Marina Warner, *Da fera à loira: sobre contos de fadas e seus narradores*.

No final do século XVII, a preferência “pelos contos de fadas tornou-se um verdadeiro movimento literário, repercutindo no século seguinte, invadido por esses contos que exploravam, sobretudo, a tradição oral francesa” (ALCOFORADO, 1997, p. 17). Os trabalhos de coleta que resultaram nessa produção literária eram, a princípio, dedicados aos adultos aristocratas, mas aos poucos, as camadas populares da sociedade foram atingidas, em um movimento de retorno às suas fontes. Posteriormente, à medida que se dedicaram aos mais jovens, as narrativas orais foram modificadas para atender exigências pedagógicas, de adaptação moral e social.

As versões modernas dos contos de fadas, que encantaram nossos antepassados e ainda encantam nossas crianças, datam do início do século XIX. Criadas a partir das tradicionais narrativas orais populares, essas versões surgiram em consonância com a “criação da família nuclear e a *invenção da infância*, tal como a conhecemos hoje” (KEHL, 2006, p. 16). Essas mudanças estão, em parte, fundamentadas nas idéias iluministas e nos novos códigos civis conseqüentes às revoluções burguesas que “passaram a reconhecer as crianças como *sujeitos*, com direito tanto a proteções legais específicas quanto ao reconhecimento de uma subjetividade diferenciada da dos adultos” (KEHL, 2006, p. 16).

O estatuto de literatura oral, enquanto objeto de estudo na área de Letras, é relativamente recente. A partir dos anos 70, uma geração de pesquisadores passou a debruçar-se sobre os textos da oralidade e, com isso, seu valor artístico – critério indispensável à época – pôde ser reconhecido. Esta abertura foi relevante para a ampliação do conceito de texto literário. Até então, as manifestações da oralidade eram menosprezadas pela academia, cujos parâmetros de análise e avaliação estavam presos à concepção de literatura produzida pela modernidade cultural e estética, ou seja, ao valor da invenção inaugural da assinatura. Entre as estratégias ou argumentos utilizados para preterir a tradição oral, que ainda persiste em muitos autores, pode-se citar sua associação com as camadas sociais de menor prestígio cultural e a impossibilidade de identificação da autoria, desde que apenas os trabalhos de coleta, escritura e interpretação podem ser reivindicados.

Na contemporaneidade, as narrativas orais recuperaram a dignidade graças ao rompimento da lógica que estabelecia a dicotomia entre alta cultura e baixa cultura, bem como a partir do interesse demonstrado por diversos estudiosos (JAMESON, 1996). Este interesse pode ser atribuído ao ímpeto de democratização das vozes sociais e da produção narrativa. Desde então, os textos da oralidade têm sido tomados como objeto de pesquisas que exploram suas potencialidades virtuais e apresentam objetivos variados.

Entre as pesquisas, gostaria de mencionar uma investigação desenvolvida por Regina Machado, que procura avaliar o modo pelo qual a narração de histórias tradicionais influencia a elaboração de conceitos envolvidos na formação de professores de arte da Universidade de São Paulo – USP. Assim, o método secular de ensinar por meio de histórias adquire um estatuto teórico-poético e “cada história escolhida convida os professores a se encontrarem, pouco a pouco, como protagonistas da sua própria história, dentro da história, com todos os riscos, perdas, danos e benefícios que essa descoberta possa lhes trazer” (MACHADO, 2004, p. 13).

Gislayne Matos, por sua vez, desenvolve um estudo a respeito da dimensão educativa das narrativas orais na contemporaneidade. Em seu livro, *A palavra do contador de histórias* (MATOS, 2005), ela relaciona o rareamento da prática de contar histórias com o estilo de vida do homem moderno, caracterizado pelo individualismo exacerbado, indiferença e intolerância para com o outro. Apesar disso, no início da década de 80, a autora observa um movimento por ela denominado de “fenômeno” de ressurgimento da contação de histórias no meio urbano ocidental. A oralidade reaparece assim em um mundo marcado pela escrita, pelos meios de comunicação de massa e pelos espetáculos sofisticados. Matos levanta então uma dupla interrogação: por que e como os contos da tradição popular continuam a ser utilizados?

Em busca de respostas, a autora recorre às considerações de Walter Benjamin, que associa a redução do valor histórico e social concedido às narrativas orais no mundo moderno ao declínio do valor da experiência modelar e, conseqüentemente, ao abandono da prática de ouvir e veicular sabedoria e aconselhamento através das narrativas orais compartilhadas. Apesar das preferências suscitadas pelo romance moderno e pela informação jornalística, cujo advento concorreu para desqualificar a oralidade, Benjamin (1994) pondera que não se trata de um fenômeno moderno ou de decadência. “Na realidade, esse processo, que expulsa gradualmente a narrativa da esfera do discurso vivo e ao mesmo tempo dá uma nova beleza ao que está desaparecendo, tem se desenvolvido concomitantemente com toda uma evolução secular das forças produtivas” (BENAJMIN, 1994, p. 201).

Atualmente, as narrativas populares ainda representam uma das maneiras que o homem comum dispõe para divertir-se, elaborar experiências e constituir laços sociais. Nas comunidades iletradas e naquelas que não dispõem ou têm pouco acesso aos meios eletrônicos de comunicação e lazer – geralmente, situadas na zona rural – as pessoas ainda conservam o hábito de reunir-se para contar e ouvir histórias. Essa permanência da tradição oral depende da “aceitação por uma comunidade determinada, e nela só existe aquilo de que a comunidade se apropriou” (ALCOFORADO, 1997, p. 87).

A interação entre a narrativa e o narrador implica na constante adaptação do texto ao universo cultural dos que narram, pois o narrador “cria seu texto ao narrá-lo, escolhendo novos caminhos através dos velhos temas” (DARNTON, 1986, p. 34). Apesar das variações, alguns autores (LÉVY-STRAUSS, 1975; PROPP, 1984; LACAN, 1995) afirmam que a continuidade de forma e estilo da narração tem mais peso que as mudanças de detalhes no narrado, pois a forma permanece subordinada a uma estrutura estável que realiza a função simbólica.

Para fins deste estudo, destaco aqui a manutenção da estrutura básica dos contos de fadas, ou contos de encantamento, que foram denominados por Propp (1984) de contos maravilhosos, cuja estabilidade atravessa os séculos. Ao estudar a morfologia do conto maravilhoso russo, Vladimir Propp “constata que nesses há elementos invariáveis – as funções das ações das personagens – e elementos variáveis – os seus atributos, que determinam uma estrutura constante e específica dos contos maravilhosos, em torno do qual os motivos^[4] se agrupam” (ALCOFORADO, 2008, p. 77).

A função corresponde “[ao] procedimento de um personagem, definido do ponto de vista de sua importância para o desenrolar da ação” (PROPP, 1984, p. 26). Essas funções são limitadas, enquanto a seqüência das ações é sempre a mesma e, por isso, os contos que apresentam funções idênticas são classificados e reunidos no mesmo tipo. Trata-se de uma classificação estabelecida “não sobre indícios de enredos um tanto vagos e incertos, mas sobre indícios estruturais exatos” (PROPP, 1984, p. 27). Portanto, os contos maravilhosos caracterizam-se pela variedade de motivos, mas também pela uniformidade e repetibilidade de uma estrutura básica.

Esses contos são monotípicos quanto à sua elaboração e, invariavelmente, organizam-se em torno das seqüências de dano e reparação. O dano, que envolve violência, buscas e provas, responde pelo nó da intriga e é provocado por uma parte preparatória na qual ocorre uma infração a determinado interdito. A seqüência de dano representa o malefício causado ao herói ou a um membro de sua família, que costuma ser reparado no desfecho do conto. Já na seqüência de reparação, o dano sofrido pelo herói é reparado, com a ajuda de um auxiliar ou objeto mágico que lhe permite alcançar um final feliz, enquanto o antagonista é punido. A reparação relaciona-se com a liquidação de uma falta que faz com que, no final, o antagonista seja punido e o herói triunfe. Segundo Propp (1984), os contos que apresentam duas

⁴ “Por motivo entende-se a menor unidade narrativa constituída de elementos temáticos elaborados artisticamente e que têm o poder de persistir na tradição” (ALCOFORADO, 2008, p. 77).

seqüências representam o modelo canônico dos contos maravilhosos russos e, provavelmente, dos contos do mundo inteiro.

É interessante registrar que a palavra “conto” deriva do latim *computare* que significa enumerar, mas também narrar os episódios de um relato. Tradicionalmente, a palavra designava o relato daquilo que é verdadeiro, mas em sua acepção moderna também passou a indicar fabuloso, imaginário ou aquilo que é engraçado e se destina ao divertimento (SIMONSEN, 1987). Esta diversão – proporcionada pelo ato de contar e ouvir histórias – conecta-se com um mundo maravilhoso cujo funcionamento extrapola os limites da lógica convencional, segundo a definição proposta por João Davi Correia:

História em prosa, muitas delas universais, nas quais a categoria prevaiente é o maravilhoso, apesar de terem como ponto de partida o aproveitamento de elementos da representação do mundo. No que respeita à sua representatividade, os contos são quase sempre válidos para toda comunidade, adultos ou jovens, impondo-se pela significação simbólica, quer na dimensão psicanalítica, quer na dimensão etnoantropológica. Teremos de adiantar que os contos tornam aceitáveis situações (metamorfoses, inserção do sobrenatural, etc.) e agentes (convívio de humanos com fadas, bruxas, gigantes, etc.) que, habitualmente, são considerados ilógicos pelo senso comum (CORREIA, 1993, p. 68).

No que diz respeito ao público infante-juvenil, é possível observar um movimento de retorno às narrativas orais, por intermédio da formação de grupos que atuam nos grandes centros urbanos e cujos componentes passam por treinamento especializado com o objetivo de contar histórias. Sobretudo para entreter crianças em bibliotecas, praças, hospitais, creches e orfanatos. Com frequência, esses grupos contam com a participação de psicólogos que supervisionam o trabalho dos contadores. Já nas escolas, os contos têm sido utilizados em atividades de reconto oral e produção de texto. Independente dos objetivos – recreativos, sócio-educativos, ou terapêuticos – é possível constatar que o interesse infantil pelos contos de fadas atravessa os tempos e mantém sua atualidade.

Segundo Altman (2004), não se trata de um interesse isolado, pois desde cedo, as crianças mantêm contato freqüente com a oralidade através das cantigas de ninar e de roda, jogos, parlendas, adivinhas cantadas e ensinadas por adultos ou por crianças mais velhas. Desse modo, o pensamento da criança é influenciado pelo boca-a-boca da tradição oral apresentada pelas mães, babás, avós, tias e profissionais que se dedicam à primeira infância. Assim, a oralidade favorece a formação do laço social, o que inclui o estabelecimento de relações com o grupo, o exercício da liderança e da competitividade, que envolve perdas e

ganhos, e o contato com as regras às quais a criança deve submeter-se, mas que algumas tentam subverter, ao tempo em que mesclam fantasia e realidade.

No entanto, não podemos esquecer que essas narrativas foram recolhidas da oralidade, adaptadas para a linguagem escrita e, mais recentemente, para a televisão e o cinema. Além disso, muitos pais e profissionais têm feito opção pela leitura ou mesmo pela exibição de filmes, que tanto atraem os mais jovens. A transposição para outro tipo de registro promove alterações – no conteúdo temático e na sintaxe – estabelece e fixa versões, de acordo com as preferências dos organizadores, produtores e editores, o que compromete a memória da poética oral. Paralelamente, as ilustrações dos livros e as imagens veiculadas pelos filmes e desenhos animados influenciam a imaginação do jovem leitor, ouvinte ou expectador que, neste caso, não conta apenas com a voz e a *performance* do contador para construir os personagens e enredos, tal como ocorre com as narrativas orais.

A este respeito, Ferreira (2003) pondera que não é possível qualificar, *a priori*, a literatura mediatizada como negativa, desde que nenhum meio de expressão pode ser julgado, por antecipação, como perverso, mas sim sua utilização. A autora observa que os regimes mediatizados refuncionalizam e impõem novos sentidos às narrativas orais. Por outro lado, em detrimento das tentativas de dominação e controle exercidos pelos meios de comunicação de massa, os avanços tecnológicos não podem ser recusados. “Ganhos e perdas, me parece, andam juntos, e a vida moderna vai trazendo respostas e impasses a uma série de desafios” (FERREIRA, 2003, p. 2). Isto ocorre na medida em que a cultura se constitui a partir de “um processo móvel que vai criando transformações e, apesar das especificidades, vai alterando fronteiras. Há processos contínuos de deslocação de funções, de desterritorializações e de ocupação de novos territórios” (FERREIRA, 2003, p. 2).

De fato, “são estes textos impressos que vão produzir novos relatos orais, e assim sucessivamente” (FERREIRA, 1992, p. 6). Por outro lado, a produção em larga escala reduz os custos e possibilita o acesso para um público mais amplo. “É isso que esta indústria editorial reforça, quando edita, em vez de destruir. Ela retira, imprime, mistura, processa e devolve” (FERREIRA, 1992, p. 9). Desse modo, as constantes modificações que caracterizam as narrativas orais encontram correspondência numa variedade de versões mediatizadas que salvam o texto do esquecimento.

Particularmente, quero lembrar que o contato com o livro pode estimular o gosto pela leitura e aguçar a curiosidade, imprescindível para a formação de leitores. Os mistérios da letra podem suscitar a vontade de saber, ponto privilegiado para o aparecimento do sujeito. Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que o nascimento do sujeito moderno aparece

associado com a experiência literária, especificamente com a privatização do ato da leitura que ocorre após o aparecimento da imprensa (COMPAGNON, 2001). Em contrapartida, a contação de histórias da tradição popular implica necessariamente a presença do outro.

De uma parte, sabemos que a oralidade é uma característica constante da linguagem e que “as linguagens de sinais sofisticados constituem substitutos da fala e são dependentes de sistemas de discurso oral” (ONG, 1998, p. 15). De outra parte, no seminário *De um discurso que não seria do semblante*, Lacan (1995) afirma o privilégio da linguagem sobre o escrito, que é segundo com relação àquela, embora o escrito seja primário enquanto possibilidade de questionar os efeitos da linguagem e da ordem simbólica. Portanto, não podemos perder de vista que não é possível abordar as histórias da oralidade, que apresentam valor e características próprias, com base nos critérios de avaliação adotados para o texto escrito e para outras produções mediatizadas.

Entre as adaptações dirigidas para o público infanto-juvenil, merece destaque a atenção que foi concedida aos desfechos dos contos cuja crueldade, encontrada, por exemplo, nas versões coletadas por Perrault (1989), foi suavizada nos finais felizes que caracterizam as versões dos Irmãos Grimm (2002), pouco mais de um século depois: “e eles foram felizes para sempre”. Também é digno de nota que algumas alterações resultaram no apagamento de temas e motivos que foram considerados inadequados para serem apresentados às crianças.

Chamo atenção para a exclusão das questões suscitadas pela ambivalência emocional, definida pela psicanálise como a coexistência de sentimentos de amor e ódio dirigidos para o mesmo objeto e que caracteriza as relações da criança com os pais, particularmente na primeira infância. A título de ilustração, lembro que nas versões tradicionais do conto “João e Maria”; é a mãe que instiga o pai a abandonar os filhos na floresta. Entretanto, nas versões modernas, a mãe é quase sempre substituída pela madrasta. Também foram retirados os motivos que apontam para a sexualidade infantil, o que pode ser observado no conto “Chapeuzinho Vermelho”, pois na versão de Perrault, a menina despe-se e deita na cama com o lobo, numa seqüência que alude ao envolvimento sexual das jovens com homens mais velhos.

Apesar das alterações, podemos constatar que as versões modernas dos contos de fadas preservam sua estrutura básica, por intermédio da manutenção das seqüências de dano e reparação. Entre outros exemplos, esta estrutura pode ser observada no filme “Shrek”, produzido em 2001, que conta a história de um ogro, que por tradição representa o protótipo do anti-herói, que é obrigado a abandonar o pântano onde vive para resgatar a princesa Fiona das mãos de malfeitores. Atrapalhado e, por vezes, grosseiro, Shrek enfrenta, com o auxílio de

ajudantes mágicos, danos e sacrifícios que culminam numa seqüência de reparação. No desfecho do filme, a princesa Fiona opta por perder a forma humana e manter a aparência de ogro – assumida inicialmente apenas durante a noite – em nome de seu amor por Shrek.

Outro filme digno de nota é “O Labirinto do Fauno” – produzido em 2006 e vencedor do Oscar de melhor direção de arte, fotografia e maquiagem – que conta a história de Ofélia, uma menina de onze anos que enfrenta seus problemas com o auxílio dos contos de fadas. O enredo do filme, dirigido ao público adulto, apresenta as seqüências de dano e reparação que estruturam os contos maravilhosos. Trata-se da morte da mãe e da crueldade do padrasto da menina, que integra as forças militares do regime franquista espanhol, período em que o filme é adaptado. Como nos contos tradicionais, através da ajuda das fadas e dos objetos mágicos, Ofélia realiza as “tarefas difíceis” propostas pelo Fauno.

Segundo Propp (1984), essas tarefas representam as dificuldades ou provações sobre-humanas às quais o herói é submetido. Contudo, em aparente contradição com os desfechos habitualmente encontrados nos contos de fadas, a reparação é alcançada depois que Ofélia é morta por seu padrasto. Somente assim, a personagem pode transformar-se numa princesa e, desse modo, o final do filme recupera e, ao mesmo tempo, distancia a felicidade usualmente promovida pelos contos de encantamento.

O fato é que o interesse infantil pelos contos de fadas tem motivado o desenvolvimento de estudos e pesquisas em diferentes campos do conhecimento. Alguns psicanalistas observam que a recepção desses contos possibilita a reflexão em torno de temas cruciais, tais como a constituição da subjetividade da criança, a valorização da ficção como meio para abordar experiências e a relação lógica entre encantamento e desencantamento (MENGARELLI, 1998). Assim, por intermédio de uma modalidade de expressão simbólica, a criança pode circunscrever sua relação com seus sintomas e questões; consigo mesma e com o outro (CHEMAMA, 1991). Em função de sua potencialidade para atuar como um instrumento ludoterapêutico, as histórias de fadas têm sido utilizadas na clínica psicanalítica, o que tomo como objeto de discussão no próximo tópico.

2. Contos de fadas na clínica com crianças

Desde o início de sua obra, Freud (1900) utiliza as semelhanças entre as narrativas da tradição popular e os sonhos como argumento para demonstrar os conceitos psicanalíticos que ele elabora. Para isso, fundamenta-se na premissa de que o simbolismo empregado para representar os pensamentos latentes dos sonhos, que caracterizam o funcionamento

inconsciente, também pode ser encontrado nas narrativas orais. “O simbolismo onírico se estende muito além dos sonhos; ele não é peculiar a estes últimos, mas exerce uma influência dominante semelhante sobre a representação nos contos de fadas, mitos e lendas, nos chistes e no folclore” (FREUD, 1900-1, p. 724).

Neste sentido, Freud destaca a realização de desejos, a figurabilidade das imagens, a ação e o diálogo que se sobrepõem ao componente descritivo. Ele chama atenção para os efeitos da elaboração secundária, isto é, o relato de reconstrução do sonho que é utilizado para transmitir ao ouvinte um conteúdo compreensível. Entretanto, enquanto as narrativas são construídas com finalidades estéticas, os sonhos realizam desejos inconscientes por intermédio da distorção promovida pela intervenção da censura no conteúdo latente. Graças a este mecanismo que opera na formação dos sonhos, os pensamentos latentes são transformados no conteúdo manifesto, que precisa ser interpretado, para que o sonhador possa ter acesso aos desejos realizados.

Além disso, Freud (1919) constata a presença de outros traços comuns aos sonhos e às narrativas orais, facilmente observáveis nos contos de fadas. Entre esses, ele assinala o aparecimento de elementos que comportam ausência de contradições, atemporalidade, representação simbólica, onipotência de pensamentos e animação do inanimado. Com base nestas características, ele compara as histórias de fadas com os contos de horror, o que o leva a afirmar que contrariamente ao observado neste tipo de literatura, esses elementos não produzem uma influência estranha nos contos de fadas.

E isto é assim, pois o sentimento de estranheza só pode ocorrer quando existe “um conflito de julgamento quanto a saber que coisas que foram ‘superadas’ e são consideradas incríveis não possam, afinal de contas, ser possíveis; e esse problema é eliminado desde o início pelos postulados do mundo dos contos de fadas” (FREUD, 1919, p. 311). A garantia de credibilidade das histórias de fadas reside, portanto, na construção de personagens que executam ações bem delimitadas em seqüências nítidas, com começo, meio e final reparador.

Freud (1913) observa que os contos de fadas desempenham uma função na vida mental infantil e que elementos e situações desses contos costumam aparecer em sonhos. Ao interpretá-los, “o paciente produzirá o conto de fadas significativo como associação” (FREUD, 1913, p. 355). No entanto, o mundo maravilhoso do faz-de-conta leva alguns autores a admitirem que a possibilidade de vislumbrar um universo fantástico pode ajudar a criança a separar o mundo da fantasia da realidade do mundo, enquanto outros autores recomendam a restrição de sua leitura, com o objetivo de limitar o gosto infantil pela vida imaginativa (WARNER, 1999).

Segundo Benjamin (1984), os contos foram os primeiros conselheiros da humanidade e, ainda hoje, as crianças dele se valem para se divertir, enquanto aprendem a lidar com o mundo de maneira astuciosa. O fato é que não se pode deixar de reconhecer que a criança “lida com os elementos dos contos de fadas de modo tão soberano e imparcial como com retalhos e tijolos. Constrói seu mundo com esses contos, ou pelo menos os utiliza para ligar seus elementos” (BENJAMIN, 1984, p. 238). A linguagem simbólica dos contos de fadas possibilita à criança manejar medos, dominar ansiedades e dar forma a seus fantasmas. Por isso, as histórias de fadas oferecem aos pequenos ouvintes e leitores a possibilidade de abordar suas questões subjetivas (BETTELHEIM, 1980).

Através das lutas, provações, transformações e vitórias de personagens encantados, a criança pode lidar com aquilo que desconhece em si mesma. Assim, “se nosso medo de ser devorado toma a forma tangível de uma bruxa, podemos nos livrar dele queimando a bruxa no fogão” (BETTELHEIM, 1980, p. 151). Ainda que alguns adultos queiram negar, o universo infantil é de fato povoado por bruxas e fadas, heróis e vilões, bandidos e mocinhos, monstros e seres perfeitos.

A atualidade dos personagens encantados pode ser atestada através de sua permanência no cinema, desenhos animados, vídeos e *games* eletrônicos que, “ao invés de autorizar a caça ao mal-estar, põem em relevo os elementos capazes de suscitá-lo para, então, verificar sua importância” (MENGARELLI, 1998, p. 9). Desse modo, a criança pode simbolizar conflitos inconscientes e “desenhar o mapa imaginário que indica seu lugar, na família e no mundo” (KEHL, 2006, p. 18).

Quando comparado com o mito, nos quais o herói tem nome próprio, relação de parentesco com os deuses e se submete a tarefas sobre-humanas, os contos de fadas tradicionais oferecem soluções para problemas, através de um herói que apresenta características humanas e que alcança a felicidade após sacrifícios e sofrimentos humanos. Por outro lado, em oposição ao mito, que propõe respostas taxativas, porque autorizadas pelo nome de um herói socialmente reconhecido, os contos de fadas arrolam respostas de personagens cuja fragilidade ou vulnerabilidade associa-se com a capacidade de encontrar soluções de forma astuciosa, com o auxílio de ajudantes e objetos mágicos.

Trata-se de condições familiares ao universo infantil, o que possibilita “à fantasia da criança o modo de aplicar a ela mesma o que a história revela sobre a vida e a natureza humana” (BETTELHEIM, 1980, p. 59). Portanto, não é de admirar que a audição e a leitura dos contos de fadas proporcionem prazer ao público infanto-juvenil, o que é experimentado em associação com a possibilidade de simbolizar suas dificuldades.

A psicanálise com crianças não abre mão do rigor teórico-prático, apesar de sua adequação ao universo infantil através da utilização de jogos, brincadeiras e desenhos, que também representam fontes de prazer e divertimento. De acordo com Freud (1909), na análise pioneira do pequeno Hans, o menino, aos cinco anos, pôde lidar com uma fobia de cavalos, ao enunciar e elaborar suas questões em torno de seus desenhos e brincadeiras. Alguns anos mais tarde, na apresentação e discussão do caso clínico do “Homem dos Lobos”, Freud (1918) observa que a formação e resolução dos sintomas deste paciente estavam diretamente relacionadas com o lobo dos contos “Chapeuzinho Vermelho” e “O Lobo e os Sete Cabritinhos”.

De fato, os seres encantados apresentam potencial de representação para as crianças, o que favorece o manejo dos seus sintomas. A este respeito, Teixeira (1998) observa, em um artigo intitulado “Fantasia de boneca”, que os personagens dos contos de fadas suscitam interrogações a respeito de sua existência, o que costuma aparecer associado com problemas relacionados com a constituição da subjetividade da própria criança. Trata-se da constituição do sujeito da fala em sua relação com o grande Outro da linguagem e do desejo. Este Outro que Lacan (1985) escreve com maiúscula e que corresponde ao campo da linguagem. Apesar de sua natureza impessoal, num primeiro tempo, o Outro está representado pela mãe, cujo desejo imprime atributos, por intermédio da fala, àquele que lhe está submetido.

Entretanto, para que possa constituir-se como sujeito, a criança precisa fazer a sua parte. E “o desejo, animador do fazer-se homem ou mulher, marca a passagem ‘do ser feito para o fazer-se’. Passagem franqueada por bonecos, seus *unheimlich*, o estranhamente familiar, já que neles é que é suposto o desejo” (MENGARELLI, 1998, p. 10). Desse modo, com o auxílio da ficção, a criança pode representar-se a partir de sua identificação com os personagens dos contos maravilhosos.

De outra parte, é fato que algumas crianças afirmam que sentem medo de alguns elementos ou de personagens que compõem esses contos. Convém lembrar, no entanto, que de início, a criança nada teme e que o medo aparece por questões de estrutura. Ao abordar o tema, Freud (1918) demonstra, com argumentos clínicos, que a delimitação do objeto fóbico situa o sujeito numa posição de defesa contra a angústia, desde que esta pode ligar-se a qualquer objeto, inclusive aos personagens dos contos de fadas. Deste ponto de vista, não é prejudicial que a angústia se vincule a personagens que podem ser capturados e vencidos, como a bruxa do conto “João e Maria” e o lobo do conto “Chapeuzinho Vermelho”, entre outros. Segundo Lafforgue (2002), mesmo para uma criança que ainda não ouviu falar deles, a metáfora do predador pode atuar para decantar a angústia.

Em um artigo sobre a gênese do medo na literatura de horror e nos contos de fadas, Teixeira (1998) observa que a circunscrição do objeto fóbico favorece a passagem da angústia ao medo, na medida em que o sujeito pode concretizar e imaginar este objeto, como também nomeá-lo e inscrevê-lo na ordem simbólica, o que permite sua elaboração através da fala. O autor lembra, a respeito dos personagens amedrontadores dos contos de fadas, que a criança pode não apenas ouvir, mas interpretar e colocar suas perguntas sobre aquilo que teme. Por isso, mesmo quando a contação de histórias provoca medo, ela também oferece possibilidades de elaboração.

A utilização clínica dos contos de fadas encontra adeptos noutras partes do mundo. Em Paris, Diatkine (1993) defende o emprego dos contos maravilhosos como recurso técnico, de natureza ludoterapêutica, no atendimento psicanalítico de crianças. Ele sublinha, em conformidade com outros autores (FREUD, 1919; BETTELHEIM, 1980; LAFFORGUE, 2002), que para provocar o interesse dos pequenos, os contos devem ter começo, meio e fim nítidos, com enredos e personagens bem delimitados. Também devem ser apresentados de forma lúdica, pois esta é uma das condições para que os ouvintes encontrem soluções para seus conflitos. Diatkine justifica a preferência infantil por contos cujos temas costumam suscitar angústia, tais como aqueles relacionados com a origem da vida, morte, abandono, perda dos pais e questões relacionadas ao sexo, desde que esses contos amplificam a possibilidade do sujeito abordar suas dificuldades.

Em Bordeuax, Pierre Lafforgue coordena oficinas de contos orientadas por objetivos psicoterapêuticos. Seu interesse pelos contos de tradição popular e a experiência acumulada em mais de trinta anos de prática como psicanalista e psiquiatra pediátrico, possibilitou o desenvolvimento da técnica-conto, descrita no livro *Petit poucet deviendra grand: soigner avec le conte* (LAFFORGUE, 2002). Ele observa que em terapia, as crianças falam espontaneamente de seus contos favoritos, embora seja preciso pedir para que contem seus sonhos. Lafforgue enfatiza o valor simbólico de temas e motivos que permitem abordar questões subjetivas, através de personagens que se livram de seus perseguidores graças à astúcia, sem necessidade de empregar a força física da qual os pequenos ainda não dispõem.

Planejadas, inicialmente, para dar conta das dificuldades geradas pelo atendimento de crianças psicóticas e autistas, as oficinas-conto estão atualmente abertas à participação de qualquer criança – surda, cega, com problemas de aprendizagem, atraso ou ausência de linguagem – que assim podem obter benefícios. Na organização dos grupos, ele sugere levar em conta fatores como patologia, idade e sexo. Essas oficinas são conduzidas por um contador, um ou dois cuidadores auxiliares e um observador. Embora qualquer um possa

narrar o conto, a função terapêutica é exercida por psicólogos e psicanalistas, treinados para esta finalidade.

Embora não existam contra-indicações, Lafforgue recomenda prudência com os menores de três anos, com os quais podem ser empregadas pequenas canções e parlendas, enquanto se espera que eles se refiram espontaneamente aos personagens, a exemplo do lobo, antes que o contador fale deles. Com as crianças pequenas ou que não sabem ler, Lafforgue sugere contar ao invés de ler, embora nas oficinas qualquer criança possa ter acesso ao livro, após a realização dos desenhos. Segundo o autor, a oralidade da oficina-conto suspende inibições relativas à aprendizagem da leitura e da escrita, pois, no geral, até completar quatro anos, a criança ainda não está habitada pela matriz formal gráfica que possibilita a aprendizagem do processo de leitura.

Caso seja necessário reduzir o conto, Lafforgue sugere utilizar uma fórmula útil, proposta por Vladimir Propp para simplificar qualquer conto sem deteriorá-lo. Para isso, deve-se manter a estrutura básica, composta pelas seqüências de dano e reparação, pois o mais importante é que a criança perceba uma situação inicial clara com desenrolar estruturado e final reparador. Segundo Lafforgue, é esta estrutura que favorece o delineamento de soluções para os problemas infantis, na medida em que assim a criança pode separar realidade e fantasia.

3. Recepção literária

Os efeitos de subjetivação podem ser avaliados através dos processos de recepção literária que estão diretamente relacionados com a leitura e o leitor. Trata-se de uma questão central para este estudo e, por isso, antes de dar início à interpretação do *corpus*, faço uma pausa para apresentar os princípios teóricos que fundamentam a análise e discussão dos resultados. Para isso, tomo por base conceitos da teoria da estética da recepção e da psicanálise. Em busca de fundamentação teórica também lanço mão de algumas considerações propostas por Michel Foucault, Paul Zumthor e Walter Benjamin.

A teoria da estética da recepção está diretamente ligada à escola de Constance e aos seus representantes, que partem da hermenêutica fenomenológica para reconhecer o papel que a consciência desempenha na leitura, o que permite revelar a ilusão de objetividade e autonomia do texto. Assim se configuram as relações estabelecidas entre texto e leitor, que suscitam interrogações sobre o grau de liberdade concedido ao leitor na interpretação do texto, bem como nas restrições que este impõe ao leitor. A este respeito, e para fins deste

estudo, destaco as formulações propostas por Wolfgang Iser que dirigiu suas pesquisas com o objetivo de delimitar o que está em jogo na recepção individual do texto literário.

Apesar de sua qualidade fictícia, o texto literário apresenta “muita realidade que não só deve ser identificável como realidade social, mas que também pode ser de ordem sentimental e emocional” (ISER, 1983, p. 385). Essas considerações apontam para a oposição habitualmente concebida entre ficção e realidade, e para demonstrar o que há de fictício no texto ficcional, Iser substitui a tradicional dicotomia entre ficção e realidade por uma relação tríplice entre real, fictício e imaginário.

Segundo Iser (1983), o texto literário se realiza por intermédio dos atos de fingir que transformam em signos os componentes da realidade repetida no texto, o que determina a produção de um imaginário. O processo de simbolização da realidade retomada no texto configura assim o imaginário difuso em um imaginário determinado que, por isso, adquire aparência de realidade. Assim, a simbolização do real surge como irrealização do real, enquanto a determinação do imaginário resulta em sua realização. Estas são as condições para que o mundo possa ser reformulado, compreendido e experimentado através dos atos de fingir que comandam a leitura.

“Como produto de um autor, cada texto literário é uma forma determinada de tematização do mundo” (ISER, 1983, p. 388). Esta forma deve ser implantada, o que é feito através dos processos de seleção e combinação. Como ato de fingir, a seleção se constitui como transgressão de limites, pois os elementos selecionados são descontextualizados das estruturas semânticas ou sistemas de referência de onde são retirados para serem reestruturados em outro plano. Esta abordagem perspectivística põe em evidência o que é escolhido, como também o que é excluído. “Pois ela faz com que determinados sistemas de sentido do mundo da vida se convertam em campos de referência do texto e estes, por sua vez, na interpretação do contexto” (ISER, 1983, p. 390).

Enquanto a seleção surge como intencionalidade, a combinação dos elementos selecionados opera intratextualmente no que diz respeito ao significado verbal e aos esquemas que organizam a ação dos personagens. Por fim, para que o texto se realize, o ato de fingir se configura na colocação entre parêntese promovida pelo *como se* do texto literário, que indica “que sempre algo diverso deve ser introduzido no mundo representado no texto” (ISER, 1983, p. 405). A comparação permite que o mundo representado seja tomado com aparência de realidade e, por isso, o texto já não pode designar-se a si mesmo, mas apenas remeter àquilo que ele não é. Pois à medida que a comparação adquire certa concreção, “o mundo organizado no texto é transgredido em favor de atividades dele orientadoras” (ISER, 1983, p. 405).

Iser (1996) toma a recepção a partir de dois pólos: o artístico, que é organizado pela estrutura do texto literário, e o estético que resulta da leitura. O texto literário apresenta lacunas que são preenchidas com as disposições subjetivas do leitor, enquanto a estrutura do texto influencia as modalidades de leitura. A ênfase não é colocada nem no texto, que representa uma potencialidade virtual, nem no leitor que atualiza o texto através da leitura. Daí resulta uma espécie de hiato que assegura “a criatividade da recepção”, observada nas respostas singulares de cada leitor.

Por esta razão, é preciso descrever o processo da leitura como interação dinâmica entre texto e leitor. Pois os signos lingüísticos do texto, suas estruturas, ganham sua finalidade em razão de sua capacidade de estimular atos, no decorrer dos quais o texto se traduz para a consciência do leitor. Isso equivale a dizer que os atos estimulados pelo texto se furtam ao controle total por parte do texto. No entanto, é antes de tudo esse hiato que origina a criatividade da recepção (ISER, 1999, p. 10).

O sentido é, portanto, um efeito experimentado pelo leitor, e não um objeto anterior à leitura. Sem leitor não há sentido, pois este se constitui através da leitura que resulta – como já dito – da interação entre o texto e as disposições subjetivas do leitor. A teoria da estética da recepção se ocupa então das formas de apreensão do texto, mas, sobretudo, do modo pelo qual a leitura afeta o leitor. Este é concebido como uma construção que pertence à estrutura do texto e não apresenta relação com o testemunho de um leitor real. Trata-se de uma abstração teórica que Iser denomina de leitor implícito, que não tem existência real, “pois ele materializa o conjunto das pré-orientações que um texto ficcional oferece, como condições de recepção, a seus leitores possíveis” (ISER, 1996, p. 73).

O leitor implícito representa papel preponderante nos processos de atualização do texto, que põem em evidência estruturas de efeitos cuja apreensão relaciona o texto com o receptor. Trata-se do texto como intenção e do ato da leitura enquanto “preenchimento”, pois durante a leitura, as indeterminações e lacunas do texto são completadas pelo leitor. Este processo é, em parte, programado pela estrutura do texto, que põe em jogo falhas e lacunas, e pelas disposições subjetivas do leitor. A leitura resulta então da interação entre os repertórios do autor e do leitor real, que dá sentido ao texto, de acordo com o modelo proposto pelo leitor implícito na própria textualidade.

Com base nessas considerações, Iser define o sentido como “o objeto, a que o sujeito se dirige e que tenta definir guiado por um quadro de referência” (ISER, 1996, p. 33). O texto então se configura como um acontecimento capaz de suscitar o aparecimento do

sujeito, enquanto a interpretação literária deixa de explicar a obra e passa a visar o potencial de efeitos do texto. Com isso, a ênfase é deslocada para a função da obra, agora não mais como significação, mas como efeito possível do texto.

Desse modo, desaparece a idéia de uma significação única ou mais correta, na medida em que a ênfase é deslocada para as condições que possibilitam a constituição do sentido. Daí resulta a pluralidade de sentidos conferida por diferentes leitores e mesmo pelo mesmo leitor, a depender do momento e das circunstâncias. Existe, portanto, um processo de interação e “como o leitor passa por diversos pontos de vista oferecidos pelo texto e relaciona suas diferentes visões e esquemas, ele põe a obra em movimento, e se põe ele próprio em movimento” (ISER, 1996, p. 149). Em busca do sentido, o leitor realiza uma seleção dos elementos textuais a partir de suas disposições subjetivas, o que inclui o contexto sociocultural ao qual pertence.

Para a psicanálise, o sentido se constitui a partir das relações do sujeito com o próprio corpo e com o Outro. Apesar de sua natureza impessoal, num primeiro tempo, a mãe encarna esse Outro para quem são dirigidos o choro e os gritos da criança. A mãe então os decodifica, enquanto satisfaz as necessidades que aí estão implicadas e “em razão do que é interpretado como demanda pelo grande Outro, o sujeito entra no universo do desejo que se inscreve entre necessidade e demanda” (ANDRÈS, 1996, p. 464). Por isso, não há sentido que não seja da ordem do desejo e neste ponto, a satisfação das necessidades tem menos importância do que o fato de que é assim que o sujeito é marcado pelo significante do desejo do Outro. Portanto, o sentido se realiza na junção entre a nomeação simbólica e a consistência imaginária do corpo, que participa do processo de formação das palavras.

A fala, com efeito, é um dom de linguagem, e a linguagem não é imaterial. É um corpo sutil, mas é corpo. As palavras são tiradas de todas as imagens corporais que cativam o sujeito; podem engravidar a histérica, identificar-se com o objeto do *Pênis-neid*, representar a urina da ambição uretral, ou o excremento retido do gozo do avarento (LACAN, 1998, p. 302).

4. Leitura, desejo e interpretação

A presença do corpo no processo de recepção literária foi estudada pelo medievalista Paul Zumthor, a partir das reações provocadas pela *performance*, entendida como condição de expressão e percepção de um ato de comunicação que se refere a um momento tomado como presente (ZUMTHOR, 2000). Durante a *performance*, o corpo adquire o estatuto de realidade

provada, o que ultrapassa sua necessidade na leitura. Esta, por sua vez, diz respeito ao campo do desejo, ponto de referência para a interpretação dos resultados deste estudo. O corpo participa na condição de suporte sobre o qual incidem as emoções que permitem ao leitor modificar o texto, através do preenchimento de lacunas que ocorre durante a leitura. Neste ponto, gostaria de antecipar que a maioria dos informantes desta pesquisa apresenta um corpo drogado, violentado e prostituído, o que não deixa de ter incidências sobre o processo de recepção literária. Trata-se das marcas da subjetividade que, segundo Zumthor (2000), tendem a aumentar à medida que a função informativa do texto diminui.

As especificidades determinadas pela recepção do texto informativo e do texto literário também foram discutidas por Benjamin (1994). Ele observa que a narrativa mostra-se incompatível com a informação, pois esta necessita ser plausível e verificável, e quase sempre coincide com a novidade, enquanto a narrativa se relaciona com o passado. De outra parte, a natureza pragmática das narrativas orais favorece a transmissão de experiências, normas de vida, conhecimentos e lições de moral. Para isso, o narrador renuncia às explicações psicológicas que caracterizam o texto informativo, a exemplo do material jornalístico. Com isso, a informação e a narrativa estabelecem diferentes relações com o que Benjamin denomina “contexto psicológico” e sobre isto ele tece alguns comentários:

Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações. [...] O extraordinário e o miraculoso são narrados com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação (BENJAMIN, 1994, p. 203).

Esta amplitude de oscilação favorece a fixação mnemônica das narrativas, em particular daquelas que se relacionam com as histórias de vida do ouvinte. Para Benjamin (1994), as narrativas veiculam conselhos que não se configuram como respostas para possíveis perguntas, mas como proposta para que o leitor, ou ouvinte, dê continuidade à história. E na medida em que a narrativa não oferece explicações psicológicas, abre-se para o ouvinte um leque de possibilidades interpretativas. Afinal, a narrativa não transmite coisas “como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1994, p. 205).

Essas marcas também podem aparecer durante a leitura, tomada por Freud como objeto da investigação psicanalítica. Na *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, Freud (1901) observa que os mecanismos envolvidos na leitura – visuais, auditivos, cinestésicos, de representação, memorização e interpretação – são influenciados pelo processo psíquico primário. Este processo, que orienta o funcionamento do inconsciente, é dominado pelo princípio do prazer que, em linhas gerais, visa à realização de desejos. Neste sentido, Freud observa que os jogos de linguagem participam da formação dos sonhos, sintomas, chistes e atos falhos. Para fins deste estudo, destaco aqui o ato falho – uma formação do inconsciente – que pode ocorrer como lapso de leitura.

Durante a leitura, o ato falho se configura como troca ou esquecimento de palavras que representam uma “correção” do texto, em conformidade com o desejo do leitor que ao ler introduz ou omite algo que corresponde às suas expectativas. Freud então sublinha que a influência do texto pode limitar-se à apresentação de uma imagem verbal que, de alguma forma, apresenta semelhança com o lapso de leitura. Desse modo, a leitura pode funcionar como um instrumento para abordar as questões do sujeito.

A predisposição do leitor altera o texto, e, ao ler, introduz algo que corresponde às suas esperanças ou à sua atividade. A única contribuição ao lapso de leitura feita pelo próprio texto é a de fornecer alguma espécie de semelhança na imagem verbal, a qual o leitor pode modificar no sentido que quiser (FREUD, 1901, p. 144).

Freud parte da psicopatologia para extrair “tudo o que puder ser útil à psicologia normal” (FREUD, 1895, p. 382). Desde o início, sua abordagem está marcada pela intenção de propor um método psicoterapêutico para as neuroses. Baseado na exceção e na circunstancialidade do estudo de caso, ele demonstra as operações que orientam a lógica do inconsciente, por ele denominadas de condensação e deslocamento. Mais tarde, em “Uma nota sobre o bloco mágico” (FREUD, 1925), ele traça uma analogia entre o psíquico e o texto escrito. Aí afirma que o inconsciente configura-se como um texto que apresenta características comuns à escrita. Um texto suscetível de leituras que implicam “cortes, destaques de aspectos e, sobretudo, esquecimentos” (SANTOS, 1989, p. 4). Essa leitura se realiza na superfície, ao “pé da letra” e, desse modo, Freud abala a dicotomia entre pensamento latente e conteúdo manifesto, proposta no início de sua obra.

Com o recurso da lingüística, Lacan (1998, pp. 496-533) demonstra que a condensação e o deslocamento freudianos correspondem, respectivamente, aos processos de

metáfora e metonímia, o que o leva a concluir que o inconsciente está estruturado como uma linguagem caracterizada pela primazia do significante. Por um lado, a metonímia se constitui na conexão significante cujo deslizamento incessante demonstra a resistência da significação. Por outro lado, a metáfora “brota entre dois significantes dos quais um substituiu o outro, assumindo seu lugar na cadeia significante, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia” (LACAN, 1998, p. 510).

Com a troca de palavras, o texto é “corrigido” no sentido da realização do desejo inconsciente, enquanto o esquecimento assinala o repúdio do leitor, que não quer saber de algo que o incomoda e que se associa com o que ali está escrito. Quer se trate da recepção do texto escrito ou oral, o lapso de leitura ilustra a estrutura de corte e o instante em que o inconsciente faz seu aparecimento. O caráter de surpresa e vacilação é então registrado, pois “o sujeito fica como que ‘atropelado’ pelo significante” (HARARI, 1990, p. 57), na medida em que diz mais do que espera. Desse modo, abala-se o estatuto da certeza do sujeito que pensa que diz apenas o que quer dizer.

Trata-se do sujeito do inconsciente cuja elaboração teórica foi desenvolvida pela psicanálise. Neste sentido, ainda que Freud não tenha elaborado uma teoria do sujeito, suas conclusões sobre a estrutura e a dinâmica do inconsciente inauguram uma lógica que confronta os pressupostos que fundamentam o sujeito da ciência positivista. O pensamento freudiano subverte o sujeito do cogito cartesiano cuja existência é assegurada pelo pensamento racional, isto é, “penso, logo sou”.

Com base no algoritmo estabelecido por Saussure em sua teorização sobre o signo lingüístico, Lacan (1998, pp. 238-324) desenvolve uma teoria do sujeito. No entanto, ele inverte os termos do algoritmo saussureano (s/S: significado sobre significante) e com isso ele assinala a primazia do significante sobre o significado (S/s). O sujeito da elaboração lacaniana aparece atravessado pela barra do algoritmo (\$) que aí representa a impossibilidade de transposição do significado, pois no processo de significação, o significante não encontra correspondência em um significado fixo. Essa barra que atravessa o sujeito, o constitui como um sujeito dividido que por isso desconhece os significantes do saber inconsciente que o determinam. É assim que Lacan encontra uma forma para representar a divisão subjetiva como efeito da linguagem. Com base na “topologia do significante” (SOUZA, 2003), Lacan afirma que um significante S1 representa um sujeito, \$, para outro significante (S1/\$ → S2).

A partir do texto de Edgar Allan Poe, Lacan (1998, pp. 13-66) desenvolve um seminário intitulado “A carta roubada”. Ele reitera a submissão do sujeito às determinações da cadeia significante, pois neste texto, o significante *lettre*, que representa (em francês) a carta

ou a letra, é mais importante do que seu conteúdo. O tema central deste escrito gira em torno de uma carta que à medida que circula entre os personagens determina a posição de cada sujeito. Mesmo que estes não a tenham lido e, por isso, não tenham tido acesso ao seu conteúdo. Ao interpretar com base na prevalência significativa, Lacan conclui que ao mudar de mãos, a carta modifica os destinatários. Ao mesmo tempo, aquele que detém a carta faz com que ela também se torne outra coisa, o que não depende de sua leitura, mas do sentido conferido por cada sujeito.

Como efeito do significante, o sujeito se constitui no campo do Outro da linguagem e do desejo, o que produz um resto “que representa o sujeito de modo real e irreduzível” (LACAN, 1997, p. 199). Esse resto, que Lacan denomina de “objeto *a*”, representa aquilo que o humano perde para ter acesso à ordem simbólica. Como causa do desejo, o objeto *a* corresponde à dimensão do real, impossível de simbolizar e a que nada falta, pois o real está sempre em seu lugar. Por intermédio desse objeto, que não é outra coisa que aquilo que o humano perde para sustentar sua condição de falante, o sujeito conecta a realidade exterior com o que lhe é mais íntimo. Na condição de excluído, o objeto assegura efeitos de subjetivação e, entre outros, destaco aqui os observados no processo de leitura.

A respeito dos processos em jogo na criação literária, Freud (1908) se interroga sobre as fontes de onde os escritores retiram material para suas obras, cuja recepção é capaz de impressionar e emocionar leitores e ouvintes. Ele situa a produção literária em uma série, movida pelo desejo, que inclui os devaneios da vida adulta e as brincadeiras da infância. Essas relações encontram-se preservadas na língua alemã que utiliza uma mesma palavra, *Spiel*, para designar jogos, brincadeiras e as peças literárias que podem ser representadas.

Em qualquer caso, o desejo é sustentado pela fantasia primordial ou fantasma que, segundo Freud (1919), inscreve-se como uma frase ou roteiro que estabelece as relações entre sujeito e objeto. Essas relações foram formalizadas por Lacan (1997), no algoritmo: $\$ \diamond a$, que se lê sujeito dividido punção de *a* minúsculo. De um lado, o sujeito aparece dividido pelo efeito do significante, pois se trata do sujeito do inconsciente, enquanto do outro lado, por um movimento de balança, o próprio sujeito aparece em posição de objeto, enquanto a punção designa “todas as relações possíveis, menos a igualdade” (BAUDRY, 1996, p. 196).

Embora a leitura e interpretação dessa frase somente sejam possíveis no final de uma análise, a fantasia inconsciente orienta as relações do sujeito consigo mesmo, com os outros e com o mundo, o que não deixa de ter incidências sobre a construção dos devaneios que acompanham as atividades da vida diária, nem sobre a criação e a recepção literária. Os elementos da fantasia primordial pertencem a uma realidade que, para Freud, abarca uma

“outra cena”. Esta é constituída pela realidade psíquica à qual, para que se possa ter acesso, é preciso interpretar.

No que diz respeito aos processos em jogo na interpretação, Foucault (2000) observa que a psicanálise integra o conjunto de técnicas que serviram para mudar a forma até então utilizada para interpretar, o que contribuiu para a crise do conhecimento moderno ou como paradigma para o conhecimento na contemporaneidade. De fato, a possibilidade de interpretar as formações do inconsciente subverte a noção de profundidade, que passa a ser entendida como exterioridade situada na superfície e não na interioridade. Sob a forma da negação das origens, a interpretação se converte então numa tarefa infinita, sempre inacabada. Como consequência, Foucault afirma que já não há o que interpretar, já que tudo se constitui como interpretação. Ele conclui por isso que a vida da interpretação reside em “crer que não há mais do que interpretações” (FOUCAULT, 2000, p. 62). Daí resulta um funcionamento circular que comporta a questão de quem interpreta.

Nesta perspectiva, é necessário que eu assumo a posição de intérprete para analisar as respostas, canções e histórias de vida que constituem o *corpus* deste estudo. Mas, a partir de que lugar eu devo interpretar? Que forças movem a minha interpretação? Sublinho aqui duas dificuldades ou desafios, delimitados pela minha participação na construção de um *corpus* que eu me arrisco a interpretar. Em primeiro lugar, como evitar a reprodução do meu próprio discurso? Antes de qualquer coisa, é preciso assumir uma posição de distanciamento lógico – fundamentada nos princípios teóricos que até aqui foram expostos – com o objetivo de dar voz aos participantes das Oficinas de contos. Espero interpretar sem esgotar sentidos, nem buscar origens, pois parto do princípio estabelecido por Freud na *Interpretação dos Sonhos*, segundo o qual sempre algo permanece inacessível a qualquer tentativa de interpretação: o umbigo do sonho.

Em segundo lugar, está o impulso primordial da minha pesquisa ou a força ético-política que move minhas interpretações, no intuito de articular conhecimentos multidisciplinares para delimitar e equacionar perspectivas para um problema sociocultural contemporâneo. Neste sentido, considero imprescindível delimitar os conceitos de infância e adolescência, em articulação com a definição de “criança e adolescente em situação de rua e de risco ou vulnerabilidade social”, desde que as Oficinas de contos – cuja recepção é aqui tomada como objeto de estudo – foram planejadas para este público. Em seguida, apresento os princípios que fundamentam as práticas da redução dos danos provocados pelo consumo de substâncias psicoativas, com o objetivo de fundamentar a discussão dos resultados.

5. Infância e adolescência

A concepção de infância e adolescência é diretamente influenciada por aspectos históricos e socioculturais, o que quer dizer que os conceitos de criança e adolescente mantêm uma estreita relação de dependência com o tempo e o espaço. Segundo Rodrigues (2001), essas conclusões baseiam-se no trabalho de pesquisa de alguns estudiosos que abalaram a crença ocidental na divisão do desenvolvimento humano em etapas evolutivas de natureza universal. Neste sentido, os estudos clássicos da antropóloga Margareth Mead, com os habitantes da Nova Guiné e das Ilhas Samoa, apontam para a relatividade cultural desses conceitos.

Rodrigues (2001) chama atenção para a especificidade do trabalho de Mead, particularmente a delimitação de algumas características observadas entre os *manus* da Nova Guiné. Entre os exemplos relacionados com o tema desta pesquisa, Mead constata que aí não existe “especulação imaginativa”, ou seja, capacidade para fantasiar, bem como o hábito de contar histórias e o costume de personalizar coisas inanimadas, que caracterizam a vida do mundo ocidental. Tampouco os pais detêm autoridade sobre os filhos, pois ainda crianças, eles passam a organizar-se em grupos, onde os mais jovens obedecem aos mais velhos. Com base nas observações realizadas nas Ilhas Samoa, Mead demonstra que diferentes métodos educacionais, de socialização e atitudes frente à vida sexual determinam a ausência do que se convencionou denominar de “crise da adolescência”. Estas características – de grande importância para a organização mental dos povos ocidentais – são, portanto, transmitidas por fatores socioculturais que influenciam a construção da subjetividade infanto-juvenil.

Já o antropólogo Malinowski salienta algumas características do universo infantil entre os habitantes das Ilhas Trobriand (RODRIGUES, 2001). Tendo em vista a população-alvo deste estudo, merece destaque a liberdade concedida às crianças pelos adultos, o que permite aos pequenos formarem grupos independentes constituídos por crianças entre quatro e cinco anos. Os que participam desses grupos opõem-se, por vezes, aos adultos, desde que obedecem àqueles que se encontram na mesma faixa etária. De sua parte, os adultos não interferem na vida das crianças, que adquirem autonomia de forma precoce quando comparadas com o padrão ocidental. Esta forma de organização social guarda similaridades com os agrupamentos constituídos pelos “meninos de rua”, que se tornaram corriqueiros nos países do Terceiro mundo, embora a permanência nas ruas contraponha-se às leis que regulamentam a vida da sociedade ocidental.

Por outro lado, Ariès (1981) sublinha as diferenças de *status* e tratamento concedidos às crianças e adolescentes ao longo da história. Essas diversidades determinam a formação de noções variadas, que influenciam em diferentes períodos a construção de conceitos distintos sobre a infância e a adolescência. A título de curiosidade, é digno de nota que até o século XII, a criança era considerada como um adulto pouco desenvolvido, enquanto a infância era caracterizada apenas como uma fase de dependência. Neste período, não existiam roupas e jogos específicos para o público infanto-juvenil que também não freqüentava a escola.

Segundo Ariès (1981), a partir do século XVII, ocorreram mudanças que assinalam a importância crescente conferida às crianças no continente europeu, o que pode ser observado através da pintura dos retratos de família, que tomam a criança como elemento figurativo central. Contudo, é somente no século XVIII que ocorre a “descoberta” da infância e neste período, o Menino Jesus passa a representar o protótipo da criança ocidental. Em parte, acredito que esta representação responde pela atribuição generalizada de inocência às crianças, o que dificulta o reconhecimento e, conseqüentemente, a busca de soluções para problemas como a prostituição e o consumo de drogas na infância e adolescência, temas transversais deste estudo que serão desenvolvidos nos próximos capítulos.

Posteriormente, no século XIX, a infância é tomada como uma categoria distinta. Este período coincide com o surgimento da escola, planejada especificamente para atender às demandas dessa clientela. De fato, a criação das escolas modernas serve como índice para avaliar a nítida separação entre o universo infantil e o mundo dos adultos, que passam a ser definidos em conformidade com características distintas.

De acordo com Rodrigues (2001), o modelo europeu foi trazido para o Brasil pelos colonizadores portugueses que influenciaram na elaboração dos conceitos de infância e adolescência vigentes no nosso país. Em linhas gerais, durante o período do patriarcado no Brasil-Colônia, as crianças eram consideradas adultos incompetentes. Adiante, no século XIX, a reação à mortalidade infantil implicou na transformação do valor conferido à criança que se tornou a matriz psicossocial do adulto. Atualmente, dois significados adquirem importância fundamental, relacionados com a inclusão e a exclusão social. A criança incluída goza de proteção da família, freqüenta a escola formal e tem acesso aos bens de consumo, enquanto a excluída não conta com a proteção de uma família inserida no mercado de trabalho, tem pouco ou nenhum acesso aos bens de consumo e trabalha ou esmola nas ruas.

Essas condições refletem problemas de ordem política, social e econômica que culminaram no aparecimento do que se convencionou denominar “menino de rua”. Segundo Neiva-Silva & Koller (2002), a expressão *street children* foi usada pela primeira vez em 1851,

pelo escritor Henry Mayhew, na obra *London labour and the London poor*, embora tenha alcançado seu uso sistematizado em 1979, considerado o Ano da Criança pelas Nações Unidas. Os autores observam que ainda hoje, os “meninos de rua” são alvo de preconceitos que os situam como indivíduos sem cultura, incapazes de estabelecer laços sociais, em função de sua incapacidade para nutrir sentimentos de amor, compaixão e solidariedade.

Também existe a crença de que eles não passam de delinquentes, que não se interessam por estudo ou trabalho e que são amantes das drogas. De minha parte, gostaria de afirmar por antecipação que o envolvimento da maioria dos participantes das Oficinas de contos nessas atividades é apenas circunstancial, o que espero problematizar e discutir ao longo deste estudo.

O fato é que, de início, as crianças e adolescentes pobres preocupavam apenas organizações de caridade e espaços jornalísticos com notícias sobre abandonados e infratores. Nesta perspectiva, a prática jurídica legitima o conceito de “menor”, definido como um indivíduo sem direitos, que quase sempre possui família desorganizada e maus costumes relacionados com prostituição, criminalidade, vadiagem, pouca instrução e convivência com companhias suspeitas. O termo “menor” está associado com conotações que desqualificam a criança, em particular os pequenos infratores. Em resposta a esta concepção, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005) rompe com o Código de Menores e estabelece proteção integral à criança que passa a ser considerada como um sujeito de desejo, de direito e de conhecimento.

Quanto aos meninos em situação de rua, trata-se de indivíduos que, no geral, agrupam-se de maneira efêmera, e que circulam entre a rua, a instituição e a casa de um familiar, mas que antes de tudo fazem da rua o local do seu cotidiano, onde estabelecem laços sociais e constroem suas identidades (ATAÍDE, 1995). O que não significa que pertençam à rua, daí a inadequação da denominação “menino(a) de rua”, pois a preposição “de” assinala um pertencimento que define por antecipação a identidade do sujeito, o que resulta na coagulação de um sentido difícil de ser ultrapassado (FERREIRA, 2000).

Por fim, enquanto o século XIX caracterizou-se por estudos, planejamentos e ações voltadas para a infância, o século XX dedicou-se à adolescência que configura um fenômeno da modernidade ocidental. Em linhas gerais, os rituais de passagem da infância para a vida adulta – ainda vigentes nas sociedades pré-modernas e em algumas sociedades não-ocidentais da atualidade – foram abandonados na modernidade. Como consequência, a adolescência passa a ser experimentada através de conflitos e impasses, representados sob a forma de “crises” através das quais o sujeito adolescente realiza aquilo que o ritual promovia até então.

Estabelecidas essas definições, passo agora a explicitar o sentido dado neste estudo às expressões “criança e adolescente em situação de rua e de risco ou vulnerabilidade social”. No primeiro caso, designo aqueles que por motivos diversos apresentam laços enfraquecidos ou mesmo rompidos com suas famílias, e que vivem na rua sem aí exercer nenhum tipo de atividade que poderia ser qualificada como laboral. Por outro lado, utilizo a expressão “criança e adolescente em situação de risco ou vulnerabilidade social” para nomear os que ainda mantêm laços e permanecem na companhia de famílias que expõem seus filhos a situações de perigos e danos, devido à qualidade do vínculo, marcado pelo descaso e pela violência doméstica.

De acordo com a convenção aqui estabelecida, a condição de risco ou vulnerabilidade social também inclui aqueles que em detrimento do investimento familiar, particularmente da figura materna, encontram-se envolvidos em situações que implicam danos – físicos, morais, psicológicos – a exemplo da prostituição, consumo de substâncias psicoativas, participação em roubos, assaltos e no tráfico de drogas. Portanto, a classificação convencionada baseia-se na natureza do vínculo familiar, segundo dados fornecidos pelos informantes, independente dos locais onde as Oficinas de contos foram realizadas.

No geral, nas Oficinas de contos realizadas sob a minha coordenação, os participantes ouviram o conto atentamente sem qualquer demonstração de desagrado. Por antecipação é possível afirmar que o conto cumpriu no mínimo uma função de lazer, pois nada pode ser mais assustador do que uma rotina permeada pela fome, risco de *overdose* provocada pelo uso abusivo de drogas e exposição à violência urbana.

Poucos tinham experiência com a contação de histórias, que se limitava àqueles que já haviam freqüentado creches e escolas, que participavam de projetos sociais ou que haviam sido institucionalizados. Neste sentido, educadores sociais e de rua desempenham a função do narrador, pois em nenhum caso, as histórias haviam sido contadas pelos pais ou familiares. Portanto, são esses profissionais, ao lado dos redutores de danos, que precisam ser aparelhados com conhecimentos específicos sobre estratégias de redução de danos, especialmente planejadas para essa clientela.

6. Redução de danos

Os princípios e práticas da redução dos danos relacionados ao consumo de substâncias psicoativas orientam “a execução de ações para a prevenção das conseqüências danosas à saúde que decorrem do uso de drogas, sem necessariamente interferir na oferta ou no

consumo” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 11). Portanto, a abstinência não é o principal objetivo, mas sim a minimização dos efeitos prejudiciais derivados do uso de álcool e outras drogas, através de medidas de saúde pública. Esta concepção deriva, em parte, de uma diretriz que surgiu na Inglaterra, em 1926, quando os médicos obtiveram autorização legal para prescrever opiáceos aos dependentes. Contudo, somente nos anos 80 ocorreu a sistematização de programas de redução de danos, graças ao pioneirismo da Holanda.

O aumento do número de usuários de drogas injetáveis infectados com o vírus da AIDS justificou a implementação de Programas de Redução de Danos – PRD, na tentativa de controlar a infecção. As primeiras ações propunham a troca de seringas e/ou ensinavam como desinfetá-las, com base nos princípios de educação para a saúde e comunicação social, e a partir de investigações prévias sobre as realidades dos usuários de drogas injetáveis (UDI). Essas ações eram realizadas “por trabalhadores de saúde e voluntários, ligados a serviços de saúde e organizações não-governamentais (denominados, então, ‘agentes de saúde’), que buscavam ativamente UDI em locais de uso e tráfico de drogas” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 12). Desde então, o trabalho de campo tem como ponto de partida delimitar as modalidades de uso do grupo que se pretende alcançar, enquanto os objetivos devem ser construídos em parceria com os usuários, que dispõem de um saber com o qual os redutores devem dialogar.

Esta breve exposição ressalta a importância da articulação entre os sistemas de saúde e justiça, por conta da proibição das drogas ilícitas. O reconhecimento do uso de drogas como um problema de saúde pública é respaldado pelo princípio fundamental do respeito à liberdade de escolha. Neste caso, o direito à saúde associa-se ao reconhecimento do usuário como cidadão, enquanto a justiça legitima os meios necessários para a realização dos programas. Também é preciso superar preconceitos, pois por tradição, os serviços de saúde destinam-se às pessoas que querem abandonar a condição de usuário. Aos poucos, a redução de danos tem modificado este quadro e, atualmente, quem não consegue ou não quer parar de usar drogas dispõe de uma assistência em saúde adequada às suas demandas.

No Brasil, o primeiro Programa de Redução de Danos a trocar seringas surgiu em Salvador, em 1995, ligado à Universidade Federal da Bahia – UFBA, sob a coordenação do médico e Prof. Tarcísio Matos de Andrade que utilizou os dados obtidos durante a realização de sua tese de doutorado, concluída em 1996. O trabalho de campo desta pesquisa foi desenvolvido nas ruas do Pelourinho, Centro Histórico de Salvador, com usuários de drogas injetáveis. A partir de uma escuta fundamentada na psicanálise, o autor procurou avaliar a influência de fatores psicossociais no consumo dessas drogas, com ênfase nos riscos

provocados pelo compartilhamento de seringas e negligência quanto ao uso de preservativos, com o objetivo de planejar estratégias de prevenção e redução de danos (ANDRADE, 1998).

Para dar continuidade a essas ações, o autor criou a Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti – ARD-FC, Extensão Permanente da Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Com base na sua experiência e nas observações desenvolvidas a partir do trabalho de campo realizado pelos redutores de danos, sob sua coordenação, Andrade (1995) conclui que os métodos de prevenção que se baseiam na conscientização sobre o uso de drogas são pouco efetivos. Segundo o autor, não se trata de prevenir para, mas prevenir com, no sentido de planejar e promover ações que levem em conta o saber dos usuários, as condições psicossociais, culturais e econômicas, o que se consegue por intermédio do trabalho comunitário, que implica a interação com os usuários de drogas.

Durante um estudo desta natureza, temas-tabus como o uso de drogas, risco de contaminação pelo HIV, AIDS e sexo, contidos no próprio bojo da pesquisa, são introduzidos e falados progressivamente com maior frequência; inicialmente pelos pesquisadores, e depois pelos próprios membros da população, instalando-se o que chamamos de ‘banalização’ do tabu. Nesse contexto, mudanças de comportamento em relação à intensidade do consumo, práticas de risco e outros cuidados com a saúde começam a ser observadas e, às vezes, espontaneamente notificadas pela população aos pesquisadores. Está, portanto, instalada a prevenção, mesmo que, oficialmente, ainda esteja-se trabalhando os seus pressupostos básicos (ANDRADE, 1995, p. 127).

Atualmente, os programas de redução de danos estão espalhados em diversas cidades brasileiras. As intervenções incluem um conjunto de ações desenvolvidas em campo pelos redutores de danos. Além da distribuição de seringas, preservativos e folhetos explicativos, gostaria de chamar atenção para as atividades de informação, educação e comunicação, aconselhamento e encaminhamento para serviços de saúde. Essas ações são caracterizadas pelo pragmatismo das práticas de saúde, apesar da adequação às peculiaridades da população assistida, que participa como protagonista da elaboração dos objetivos pretendidos e execução das ações, sob orientação dos redutores. Daí resulta a diversidade de práticas de redução de danos, estabelecidas de acordo com as características dos usuários, recursos disponíveis e drogas em questão.

Apesar disso, observa-se uma carência no que diz respeito à aplicação dos princípios de redução de danos para o público infanto-juvenil. Sem dúvida, se a saúde é um direito de todos, isto inclui quem não consegue ou não quer parar de usar drogas, independente da faixa

etária. Acredito que, em parte, as reservas são orientadas por valores morais que impõem a abstinência, observada, por exemplo, no *slogan* “diga não às drogas”, aplicado com especial rigor à infância e adolescência. De outra parte, é possível constatar que muitos pais e educadores ainda consideram que as práticas de redução de danos podem estimular o uso. Desse modo, os que possuem opinião desfavorável entendem que os princípios de redução de danos somente deveriam ser aplicados em casos excepcionais, quando os tratamentos que propõem a abstinência não se mostram efetivos.

A dificuldade para adaptar as práticas da redução de danos para crianças e adolescentes pode ser observada no Manual de Redução de Danos elaborado pelo Ministério da Saúde (2001). Assim, em detrimento da apresentação de um tópico para a discussão do assunto, as diretrizes indicam poucas estratégias específicas para esse público. Como a maioria relata que foi iniciada no uso de drogas por “colegas”, os autores propõem tratar a iniciação como um fenômeno de comunicação. Neste sentido, o Manual enfatiza a importância dos redutores construírem laços pautados na confiança, para favorecer a socialização e conscientização do direito à assistência, o que deve ocorrer nos locais onde as crianças e adolescentes circulam.

Além disso, as recomendações sugeridas aos redutores cujas ações têm como alvo o público infanto-juvenil aparecem mescladas com os princípios gerais dirigidos a qualquer faixa etária. Assim temos: conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente; adequar a linguagem ao universo infanto-juvenil; tocar a criança e tratá-la pelo nome ou apelido; acessar a população através do trabalho de campo; utilizar uma abordagem assertiva; respeitar os valores dos usuários de drogas; proteger a privacidade dos assistidos e desenvolver articulações com a rede social e de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001). Portanto, podemos constatar que apenas as três primeiras sugestões foram especialmente pensadas para essa clientela, pois o redutor deve forçosamente levar em conta as demais sugestões, independente da idade do usuário.

Em detrimento da limitação dos serviços de saúde especializados no consumo de drogas na infância e adolescência, gostaria de chamar atenção para um conjunto de atividades implementadas em 1989, pelo Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – CETAD, Extensão Permanente da Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Sob a designação de Consultório de Rua (NERY FILHO; MESSEDER, 2002), uma equipe interdisciplinar, composta por psicólogos, psiquiatras, antropólogos e educadores, planeja e executa intervenções em locais onde se aglomeram crianças e adolescentes em situação de

rua, com o objetivo de prevenir, tratar e reduzir os danos associados com o uso de substâncias psicoativas e comportamentos de risco.

Além dessas referências, participei da elaboração de um Programa de Redução de Danos em Abrigos, cujos resultados ainda não foram publicados, entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008, destinado às Casas de Acolhimento da Fundação Cidade Mãe, Prefeitura de Salvador, através de um convênio firmado com a Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti – ARD-FC. Em parceria com as psicólogas Margaret Leonelli, Olga Sá Ferreira e Sheyla Machado, e do Prof. Dr. Tarcísio Matos de Andrade, tomei parte no planejamento e realização de um conjunto de intervenções dirigidas aos técnicos e educadores sociais, bem como aos familiares, às crianças e adolescentes que se encontravam acolhidos. Entre as contribuições que ficaram sob minha responsabilidade, resalto a utilização de narrativas populares e de *raps* em Oficinas de contos.

O fato é que não podemos deixar de reconhecer que o consumo de drogas na infância e adolescência representa um grave problema social. O afastamento da família favorece a exacerbação do consumo, o risco de *overdose*, a aquisição de doenças infecciosas e o envolvimento com a criminalidade, entre outros danos. Diversos fatores aí operam, mas frente à impossibilidade de dar conta da complexidade dessas questões, tomo como problema a urgência de delimitar estratégias de redução de danos para essa clientela. Em busca de respostas, passo agora a avaliar a recepção de narrativas populares em Oficinas de contos. Os resultados e conclusões assim obtidos poderão fornecer subsídios para que a contação de histórias seja incorporada a programas e projetos de redução de danos. Frente a minha condição de pesquisadora-psicanalista, enfatizo a saúde mental do jovem usuário, o que implica necessariamente as questões do sujeito.

CAPÍTULO II

MODOS DE FAZER

7. Construção do corpus

Para realizar as Oficinas de contos que resultaram na constituição do *corpus* deste estudo, precisei delinear estratégias, pois no início da pesquisa, eu não desenvolvia uma atividade profissional diretamente voltada para crianças e adolescentes em situação de rua. Com o objetivo de facilitar o acesso e a construção do laço social, entendido como efeito de uma prática discursiva, estabeleci uma parceria com o Projeto Axé de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, sociedade civil sem fins lucrativos que surgiu em 1990. Com o apoio do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e de *Terra Nuova*, uma organização não governamental italiana, o Axé constituiu-se, em 1991, como pessoa jurídica autônoma, com a finalidade de prestar serviços de educação e defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade social (LA ROCCA, 2000).

Desde então, a missão do Projeto Axé realiza-se a partir do atendimento daqueles que são vítimas de exclusão social, da sustentação e divulgação de um discurso sobre seus direitos, articulação com a sociedade civil, os poderes públicos e o empresariado na concretização de seus objetivos. Segundo Cappi (2000), como não é possível atender a todos, a defesa dos direitos é assegurada por meio de parcerias com outras instituições, artistas e estudiosos que demonstram preocupações ou desenvolvem atividades voltadas para a infância e a adolescência economicamente carentes.

De acordo com Vilanova (2000), o Projeto Axé desenvolve uma educação para a cidadania que procura associar ciência e cultura, de modo a estimular a reflexão crítica e a inclusão social. Com este intuito, os educadores são capacitados para reconhecer cada sujeito através de suas singularidades, respeitados os modos e tempos de cada um. As regras instituídas devem funcionar no sentido de possibilitar o diálogo e a convivência e para isso, o “educador de rua”, cujas intervenções são desenvolvidas nos locais onde as crianças se encontram, é a principal referência que garante o cumprimento de normas, bem como a formação de novas regras, elaboradas em parceria com os interessados.

Na condição de voluntária, fui encaminhada para o Axé-Buzu, um ônibus que integra o Programa de Educação de Rua do Projeto Axé. Adaptado com mesas, cadeiras, aparelhos de TV, vídeo e som, estantes com livros, jogos, material para desenho e instrumentos musicais, o Buzu tem como principal objetivo acolher crianças e adolescentes em situação de rua e risco social. Durante o período do trabalho de campo desta pesquisa, o ônibus cumpria, ao longo da semana, um roteiro de visitas nos bairros do Comércio, Itapuã, Piedade e Pelourinho. Esses bairros, que integram a região metropolitana da cidade de Salvador, foram escolhidos por serem lugares de concentração de crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade social.

O colorido chamativo do Buzu e seus atrativos facilitavam, em parte, o trabalho dos educadores que percorriam as ruas com o objetivo de encaminhar as crianças para participarem das atividades desenvolvidas no ônibus. Aí se reuniam habitualmente cerca de seis participantes, quase todos do sexo masculino, na faixa etária compreendida entre nove e dezesseis anos. A frequência era significativamente maior durante o turno matutino, pois logo no início da tarde, a maioria partia em busca de dinheiro para comprar e consumir crack. Por isso, algumas vezes, o Buzu permanecia vazio e esta situação provocava interrogações por parte dos profissionais do Axé, a respeito da eficácia metodológica das atividades propostas frente ao uso disseminado de crack. Seguramente, essas dificuldades influenciaram a receptividade por parte dos diretores e técnicos do Axé para a realização de Oficinas de contos, sob a coordenação de uma pesquisadora-psicanalista.

Como o número de frequentadores diminuía significativamente no turno vespertino, realizei as Oficinas de contos no período da manhã, entre setembro de 2006 e agosto de 2007, nas manhãs de sexta-feira, quando o Buzu estacionava no Terreiro de Jesus, Centro Histórico de Salvador; e entre outubro de 2006 e março de 2007, nas manhãs de quarta-feira, quando o Buzu permanecia nas imediações do Elevador Lacerda, no bairro do Comércio⁵. No início de abril, interrompi as visitas ao Comércio, por conta de alterações na minha agenda de trabalho. E apesar das crianças terem sido avisadas que poderiam me encontrar no Terreiro de Jesus, nenhuma delas chegou a comparecer, o que indica a dificuldade na construção de laços, ao tempo que ressalta a importância da educação de rua e das ações de redução de danos serem desenvolvidas nos locais onde elas se encontram.

⁵ Entre novembro de 2006 e março de 2007, contei com a colaboração de Leila Leal, uma estudante de psicologia que apresentava interesse pelo estilo de vida de crianças e adolescentes em situação de rua.

Desde as primeiras observações, pude constatar que a maioria das crianças e adolescentes que se encontravam no Centro Histórico de Salvador fazia uso abusivo de substâncias psicoativas, particularmente de crack. Alguns apresentavam sinais evidentes de dependência química, experimentada longe de suas famílias e associada com os riscos decorrentes da violência e precárias condições da vida nas ruas. A rotina parecia ser incompatível com qualquer compromisso que não fosse com a droga, apesar do empenho dos educadores de rua.

Por isso, nosso tempo de encontro limitava-se ao final da manhã, por cerca de duas horas. Este tempo coincidia com o intervalo para a cura da “ressaca” provocada pelo consumo excessivo de crack, ocorrido na véspera, e a obtenção do dinheiro que lhes permitia recomeçarem a drogar-se, entre o final da manhã e o início da tarde. Estas circunstâncias dificultaram a construção do laço social, que se processou de maneira lenta, até romper a barreira de retraimento por eles imposta.

No Pelourinho, com exceção de uma menina que residia com a avó materna, encontrei apenas crianças e adolescentes do sexo masculino, entre nove e dezesseis anos. A facilidade de acesso os levava a circular entre o Comércio e o Pelourinho, através da Ladeira da Montanha ou pelo Elevador Lacerda. A maioria, no entanto, elegia um local para fixar-se, onde permanecia por mais tempo, o que determinava a formação de grupos distintos que freqüentavam o Axé-Buzu a partir da proximidade do lugar onde se encontravam. Apesar da aparente desorganização desses grupos, foi possível observar diferenças e semelhanças em seu comportamento. No Comércio, por exemplo, eles costumavam praticar pequenos delitos, tais como furtos e desacato à autoridade, o que não era observado entre os que se encontravam no Pelourinho que se mostravam mais receptivos às ações propostas pelos educadores de rua.

A presença regular dos mesmos meninos nos mesmos locais permitiu, aos poucos, o estreitamento de laços, sobretudo com os mais assíduos, para que pudéssemos realizar as Oficinas de contos. Estas Oficinas foram orientadas por dois princípios básicos, ou seja, o desejo de participar e a constituição de um espaço de palavra, onde eu procurava assegurar que os participantes pudessem falar livremente sobre o que quisessem. Com base nesses princípios, realizei algumas Oficinas, durante um tempo que se constituiu como uma experiência piloto e que antecedeu as gravações.

A primeira gravação⁶ ocorreu numa manhã de sábado, a partir da disponibilidade demonstrada na véspera por dois adolescentes, Jack e Saulo, ambos de 16 anos. Como nos

⁶ Na realização desta Oficina, contei com a colaboração de Leila Leal.

finais de semana o Buzu não circulava, nos acomodamos no chão da Praça da Sé, em um local escolhido pelos próprios jovens. Depois que concluí a leitura de um conto sobre o Saci-Pererê; solicitei que eles contassem “sua” história e, conforme esperado, pelo menos Jack narrou com detalhes fatos marcantes de sua vida, o que até então ainda não havia sido observado.

Eu já havia utilizado esse procedimento durante o trabalho de campo da pesquisa de mestrado, quando foi possível observar que a ambigüidade proporcionada pelo emprego do pronome possessivo da terceira pessoa do singular, isto é, “sua”, em articulação com a solicitação para contar uma história, deixa em aberto a possibilidade dos participantes escolherem seus contos favoritos ou narrarem trechos de suas histórias de vida. Ao mesmo tempo, desde a realização desta Oficina, passei a observar que alguns meninos preferiam cantar, ao invés de contar. Por isso, o relato dos contos e histórias de vida foi intercalado com canções, particularmente *raps*, cujas letras retratam o cotidiano das comunidades periféricas e grupos marginalizados. Além disso, também pude constatar que o interesse pelas drogas determinava a narração de fatos e questões que favoreciam a troca de informações e esclarecimentos sobre o tema.

Os resultados alcançados determinaram pequenos ajustes, no intuito de adequar a estrutura das Oficinas ao estilo de vida dos participantes. Assim, além de convidá-los para contar “sua” história, passei a solicitar que eles relacionassem os perigos enfrentados e as soluções encontradas pelos personagens dos contos selecionados. Em seguida, eu lhes interrogava a respeito dos perigos que eles próprios já haviam enfrentado e das soluções que haviam encontrado. O procedimento permitiu enumerar os riscos decorrentes da vida na rua, o que inclui situações caracterizadas pelo consumo de drogas, violência provocada pelos pais e policiais, preconceito e discriminação demonstrados pelos transeuntes, profissionais e comerciantes do Centro Histórico de Salvador.

No Axé-Buzu, as Oficinas resultaram no relato de narrativas construídas coletivamente, fragmentos de histórias de vida, mas, sobretudo, de *raps*. Diante das pausas e hesitações ou quando eles alegavam que não sabiam contar histórias, eu lhes informava que podiam contar o que quisessem. Também procurei interrogá-los a respeito dos cortes, pausas, interrupções e repetições significantes. Desse modo, eu pretendia favorecer um fio associativo, tal como acontece na clínica psicanalítica e, por isso, considero que as repostas para estas questões têm valor de associações.

Entre maio e agosto de 2007, ampliei a realização das Oficinas de contos para as Casas de Acolhimento D. Timóteo Amoroso Anastácio e Oxum, da Fundação Cidade Mãe,

dedicadas respectivamente ao acolhimento noturno de meninos e meninas. A Fundação é uma entidade vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Prefeitura de Salvador, que foi concebida e implantada em 1995. Desde então, assume a responsabilidade de formular e implementar políticas de proteção para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pelo abandono, pobreza e exclusão social. Neste sentido, oferece abrigo em tempo integral para a faixa etária entre oito e catorze anos, de ambos os sexos, que são admitidos a partir de encaminhamentos realizados pelos Conselhos Tutelares. Entretanto, a inexistência de instituições especializadas no acolhimento dos que possuíam idade superior, determinava, durante o período do trabalho de campo deste estudo, o abrigamento de jovens até dezessete anos.

As unidades responsáveis pelo abrigo noturno têm capacidade para realizar trinta atendimentos em caráter provisório, para aqueles que por motivos diversos estão afastados de suas famílias. Aí pude acompanhar as preocupações dos profissionais com o aumento crescente do uso de substâncias psicoativas por parte dos acolhidos. Paralelamente, na ausência de assistência especializada para o tratamento do consumo de drogas, os jovens usuários experimentam sofrimento físico e psíquico provocados pela síndrome de abstinência. Também pude constatar o surgimento de problemas associados com a dependência química, particularmente a prostituição, a participação em roubos e assaltos, e o envolvimento com o tráfico de drogas.

Nas Casas de Acolhimento, a participação das meninas tornou-se mais efetiva, já que no Centro Histórico de Salvador elas constituíam minoria. O ambiente fechado favoreceu o aparecimento de histórias de vida, sobretudo porque a maioria dos acolhidos encontrava-se afetada pelos motivos recentes, de natureza traumática, que haviam determinado o abrigamento. A narratividade também foi favorecida por melhores condições de privacidade, na ausência dos inúmeros estímulos oferecidos pela rua.

8. População e amostragem

O *corpus* deste estudo reúne as respostas, histórias de vida e canções produzidas por trinta e oito crianças e adolescentes, entre nove e dezesseis anos, de ambos os sexos. De fato, as Oficinas de contos reuniram quarenta e três participantes, mas como cinco tiveram participação pouco expressiva, seus dados não foram computados. Portanto, para fins de análise e discussão dos resultados, considero que a amostra é composta por trinta e oito informantes, distribuídos de acordo com o Quadro I. Conforme pode ser observado, o número

de meninos em situação de rua representa, em valores aproximados, 42% do total, enquanto as meninas representam 5%. Os valores assumem uma configuração diferenciada em situação de risco social, pois as meninas representam 36% e os meninos 15%. Convém lembrar que essa distribuição baseia-se numa classificação estabelecida a partir da qualidade do laço familiar, independente do local onde as Oficinas foram realizadas.

QUADRO I - Distribuição por sexo, situação de rua e risco social:

Local	Situação de Rua	Risco Social	Total
Axé-Buzu	07 meninos	01 menino 01 menina	09
D. Timóteo (meninos)	09	05	14
Oxum (meninas)	02	13	15
Total	18	20	38

Com o objetivo de preservar a identidade dos informantes, todos os nomes foram substituídos por nomes fictícios. Quanto aos espaços de referência utilizados para empreender o trabalho de campo desta pesquisa, é digno de nota que aqueles que frequentavam o Axé-Buzu, em situação de rua no Centro Histórico de Salvador, constituíam um grupo cujos componentes agregavam-se a partir de traços de identificação definidos pela permanência e utilização do lugar, pelo uso de uma forma específica de linguagem, conhecida como *língua do pivete*, pelas características similares na relação estabelecida com o tempo e com os agentes policiais, mas, antes de tudo, pela aquisição e uso de crack, consumido de maneira abusiva por todos.

De outra parte, os que se encontravam nas Casas de Acolhimento formavam um grupo definido sobre a base da identificação com a situação de abrigo, independente dos motivos individuais, entre os quais destaco a violência protagonizada pelos pais e responsáveis, e as dificuldades geradas pelo envolvimento com a prostituição, sobretudo para as meninas. Também foi possível observar afinidades e conflitos gerados pela convivência.

A idade considerada é a que foi informada pelos próprios participantes que, por vezes, afirmavam que não sabiam ao certo quantos anos tinham. Os que estavam na rua não possuíam documentos, assim como a maioria dos que se encontravam nas Casas de Acolhimento. Os poucos que dispunham de documentos haviam sido encaminhados pela própria mãe, familiar ou outra instituição.

O critério de seleção para participação foi estabelecido com base no desejo dos participantes. Por conta do afastamento familiar, não foi possível obter autorização dos pais para realizar as gravações, como é de praxe no desenvolvimento de pesquisas com crianças e adolescentes. Dadas as circunstâncias, busquei informações junto à Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público de Salvador, onde fui orientada a obter o de acordo verbal do participante, pois a assinatura do menor de idade não tem representatividade legal, independente dele estar ou não afastado de sua família. Para aqueles que se encontravam acolhidos, o responsável pela Instituição pôde assinar o Termo de Livre Consentimento.

9. Instrumentos

Todos os contos foram lidos por mim e as respostas foram gravadas em fita cassete. Ao transcrever, procurei manter-me fiel à fala dos participantes, ainda que ao preço de excluir os aspectos visuais e gestuais da *performance*, empregados pelos pequenos contadores para enfatizar elementos das suas narrativas. De acordo com a orientação proposta por Albán (1996), busquei preservar as pausas e repetições que caracterizam a transmissão oral e que visam acionar a memória do narrador, bem como a concordância verbal e nominal empregada, mesmo nos casos em que a construção das frases não se mostra compatível com os padrões propostos pela norma culta. Além disso, concedi atenção especial à pontuação, no intuito de preservar o sentido das frases que estruturam as narrativas.

Especificamente no que diz respeito à transcrição dos *raps* e das demais canções que surgiram durante a realização das Oficinas de contos, privilegiei, em todos os casos, a versão apresentada pelos jovens “cantores”. Apesar de algumas canções serem longas, é digno de nota que os participantes cantaram com poucas variações quando comparamos suas versões com as letras das composições originais gravadas pelos *rappers*.

No Axé-Buzu, os contos foram escolhidos livremente pelos próprios meninos, em função do interesse provocado pelo tamanho dos livros disponíveis, colorido das gravuras ou com base nos títulos dos contos que eles conheciam, desde que a maioria não era alfabetizada. Nas Casas de Acolhimento, utilizei contos com base na livre demanda dos participantes, como também realizei Oficinas a partir do conto “João e Maria” – com vinte participantes – que se mostrou particularmente produtivo na delimitação dos riscos experimentados e das soluções propostas pelos acolhidos.

Trata-se de uma história de pais que não cumprem seus deveres e abandonam seus filhos à própria sorte, para assim ficarem com o pouco que possuem. Na versão escolhida – que está reproduzida no Anexo I, tal como foi apresentada aos participantes, sem ilustrações – é a mãe, e não a madrasta, que convence o pai a abandonar os filhos na floresta. Como os personagens do conto, as crianças em situação de rua lidam de maneira precoce com o abandono dos pais e com a exigência de autonomia na infância, o que os obriga a lutar por sua sobrevivência. Além disso, como os heróis do conto são representados por um menino e uma menina, supus que a diferença de sexos poderia facilitar o processo de identificação e, conseqüentemente, a emergência de questões relativas a papéis de gênero.

O conto “João e Maria” apresenta outros tópicos capazes de favorecer a identificação de crianças e adolescentes em situação de rua e risco social, tais como as relações de companheirismo e a busca de estratégias que devem ser acionadas no processo de crescimento. Apesar das dificuldades, os irmãos realizam as “tarefas difíceis”, antes de conquistar as riquezas da bruxa e retornar como provedores para a companhia de sua família, o que representa o ingresso das crianças no mundo adulto. Nas Oficinas de contos, ficção e realidade se misturaram, pois como os personagens dos contos, os participantes também lidavam com o abandono e a violência provocados pelos pais, padrastos, madrastas, exploradores sexuais e traficantes.

Com o objetivo de formalizar a análise dos dados e estimular a narratividade dos mais retraídos, que apresentavam dificuldades para falar, elaborei um roteiro de entrevista com questões abertas, que foram respondidas logo após a audição do conto. Essas questões favoreceram o aparecimento de respostas, histórias de vida e canções, cuja análise poderá contribuir para a construção de conhecimentos, psicossociais, estéticos e estilísticos, capazes de lançar alguma luz sobre as singularidades e traços comuns aos *capitães do asfalto*.

10. Recepção do conto “João e Maria”

A apresentação, análise e interpretação das respostas que foram dadas pelas crianças e adolescentes às perguntas que lhes foram propostas logo após a audição do conto “João e Maria” é o primeiro investimento analítico a ser feito. As perguntas formuladas a partir do narrado pelo conto foram respondidas por vinte participantes, dez meninos e dez meninas, entre nove e dezesseis anos, que se encontravam nas Casas de Acolhimento da Fundação Cidade Mãe. Entre esses, duas meninas e cinco meninos estavam em situação de rua,

enquanto oito meninas e cinco meninos estavam em situação de risco social⁷. Essas questões foram elaboradas com o objetivo de avaliar especificamente as representações associadas com a noção de perigo e com a procura de soluções no seu enfrentamento. Portanto, a análise dessas respostas poderá contribuir para delimitar as dificuldades experimentadas por cada sujeito, bem como os problemas comuns ao grupo. Considero, por isso, imprescindível interpretar esses dados obtidos com o recurso lúdico da contação de histórias.

Por tratar-se de questões abertas, cada participante apresentou quantas respostas quis. Essas respostas foram agrupadas em categorias, o que não significa que eu tenha perdido de vista o caráter qualitativo deste estudo. Antes procurei modos que facilitassem a interpretação dos resultados e, por isso, os números aqui apresentados constituem mapas de distribuição que indicam a incidência das respostas para as seguintes questões:

- 1) Que perigos você acha que Joãozinho e Maria enfrentaram?
- 2) O que você acha que eles fizeram para livrar-se desses perigos?
- 3) Você conhece alguém que parece com essa bruxa?
- 4) E você, já enfrentou perigos? Quais?
- 5) O que você fez para livrar-se desses perigos?
- 6) Você ouviu a história de João e Maria. Agora, conte a “sua” história.

Que perigos você acha que Joãozinho e Maria enfrentaram?

Para começar, apresento as respostas para a primeira questão que diz respeito aos perigos enfrentados pelos heróis do conto. A bruxa aparece como o principal perigo para 80% das meninas e para metade dos meninos. Estes apresentam percentuais equitativos, mais exatamente 50%, no que diz respeito às representações da noção de perigo distribuídas entre as respostas que tomam o personagem da bruxa e os animais; enquanto 40% das respostas dos meninos circunscrevem a floresta e o medo de não voltar para casa.

Algumas respostas configuram questões de gênero que devem ser interpretadas em articulação com suas especificidades. Por ora gostaria de enfatizar o que diz respeito aos aspectos gerais relativos ao aparecimento significativo da bruxa como representante do perigo. Tradicionalmente, a bruxa personifica a maldade, enquanto alguns psicanalistas relacionam seu aparecimento nos contos de fadas com as fantasias de devoramento que correspondem a etapas arcaicas do desenvolvimento infantil. Como representante do perigo,

⁷ Entre os informantes que se encontravam nas Casas de Acolhimento, nove crianças e adolescentes estiveram presentes em Oficinas planejadas com outros contos, cujas respostas serão analisadas no terceiro e quarto capítulos.

65% do total de respostas dos participantes das Oficinas de contos alinham-se com as representações da bruxa que impregnam, historicamente, o imaginário coletivo de crianças e adolescentes do mundo ocidental, independente das diferenças subjetivas e socioculturais.

QUADRO II – Que perigos você acha que Joãozinho e Maria enfrentaram?

PERIGOS	Meninas	Meninos
Bruxa	8	5
Animais	3	5
Floresta	3	4
Morrer	2	3
Não voltar para casa	1	4
Fome	2	1
Mãe	—	2
Doença	—	2

A estrutura do conto, ou seja, seu enredo e temática levam as crianças a reconhecer a bruxa como um perigo. Portanto, podemos concluir que este efeito aparece sob controle do conto, na medida em que não existem diferenças significativas entre as respostas dos participantes e as de outras crianças que, no geral, também consideram que a bruxa representa um perigo. Com relação às crianças e adolescentes em situação de rua, é interessante observar que eles costumam utilizar a expressão “estar na bruxa” para representar dificuldades generalizadas, sobretudo as que são provocadas pelo consumo de drogas. Apesar disso, os sujeitos em situação de rua compartilham representações comuns ao universo infanto-juvenil.

Outras respostas, no entanto, como o quadro acima evidencia, escapam ao controle do conto, o que sinaliza a força das singularidades dos receptores no processo de recepção. Assim, em detrimento da resposta “de ser devorado pela bruxa”, que a recepção do conto costuma acionar, os participantes, isto é, 30% das meninas e 50% dos meninos, selecionam animais – que sequer estão representados no conto – e a floresta, neste caso 30% das meninas e 40% dos meninos, para representar a noção de perigo. De fato, os únicos animais citados na versão escolhida são os pássaros e patos que auxiliam os irmãos na sua trajetória em direção à casa da bruxa e de volta para casa.

Vejamos então como podemos articular essa distribuição com a interpretação das respostas. Os animais acrescentados ao conto dividem-se em duas categorias, pois de um lado temos aqueles que costumam ser conhecidos através de livros, revistas e filmes, como “onças, lobos, cobras e animais selvagens” que habitam a floresta. Por outro lado, dois meninos identificam animais que fazem parte do dia-a-dia dos moradores de rua, como “insetos e animais peçonhentos”. A primeira categoria de respostas associa-se com o simbolismo do conto, o que evidencia o controle da narrativa no processo de recepção. Ao passo que a segunda categoria escapa à recepção usual, na medida em que desvela elementos significantes relacionados com aspectos subjetivos dos ouvintes, o que pode ser comprovado pelas associações subseqüentes a essas respostas.

Para Danilo, 16 anos, os animais referidos articulam a representação do perigo com situações que extrapolam o enredo do conto e aparecem associadas com o surgimento de doenças. Este adolescente chama atenção para o desamparo infantil e para o risco de “pegar alguma doença, assim de algum inseto picar. Assim também uma gripe se tornar uma pneumonia, não tinha como se tratar. Algum animal assim peçonhento morder eles. Eles são crianças não pode se proteger”. Desse modo, Danilo antecipa singularidades relacionadas com sua história de vida. Como João e Maria, este adolescente também não contava com o apoio de um adulto para protegê-lo, pois ele é órfão de pai e sua mãe, que sofria de “distúrbio mental”, não tinha condições para criá-lo. Por conta das dificuldades experimentadas no relacionamento com sua mãe, Danilo optou pela vida na rua:

Porque minha mãe tem distúrbio mental. Aí, não sei o que foi que deu nela, ela começou a discutir comigo dentro de casa. E no lugar que eu moro é um lugar muito assim, é dentro de uma academia. Isso, numa academia, ia muito policial. Aí, às vezes, ela fica brigando e, apesar de tudo, tenho vergonha de contar minha situação aos outros. Os outros ficava me perguntando o que era que tava acontecendo. Eu falava que não, que era normal. Que era um irmão meu que tava... Que era uma irmã minha que tava brincando. Aí ela, todo dia, ela brigava comigo. Ela é muito agressiva, ela... Qualquer coisinha, qualquer coisa que ela visse, ela jogava em mim. E eu não tinha ninguém por mim assim. Quando eu achava alguém pra me dar conselho, eu não gostava dos conselho, porque sempre eu nunca tinha razão. Só porque minha mãe tinha esse problema. Pros pessoal eu nunca tinha razão, que o certo... Que a certa sempre era ela. E eu sou adolescente, eu também tenho meus direitos também. E o que eu tava vivendo em casa, na rua tava bem melhor. Porque nem um cachorro vivia daquele jeito. [...] Eu na rua tou melhor. Na rua, assim, literalmente assim, eu não fico com fome, eu peço comida aos outro, lanche (Danilo).

Frente à impossibilidade de identificar-se com um traço que apresenta valor inferior ao habitualmente concedido a um animal, Danilo não encontra outra saída senão fugir de casa. O adolescente escapa então dos maltratos da mãe na medida em que ele não se identifica com o lugar de menos-valia que ela lhe oferece. O jovem assume assim uma posição de sujeito e não de objeto do desejo materno. Neste caso, no que diz respeito à possibilidade de sustentar uma posição subjetiva, é mais saudável fugir do que permanecer em casa. Acredito que este mecanismo pode ser estendido para outros casos, nos quais as situações de violência provocadas pelos pais e familiares são seguidas pela fuga da criança ou do adolescente. Podemos então concluir que para escapar da violência doméstica, o sujeito não pode estar identificado com o lugar que lhe é oferecido pela estrutura familiar, desde que esta lhe confere o estatuto de um mero objeto. Mas na rua com o que ele pode identificar-se?

Deixo esta questão em aberto para me deter nos efeitos da recepção do conto “João e Maria” apresentados por Kali, uma menina de oito anos, que pela negativa toma o animal como suporte de identificação: “Eu realmente não quero mais ficar com minha mãe porque em casa eu sou espancada. Eu não sou nenhum filho de cachorro pra ficar sendo espancada todos os dias”. Para esta menina não há como escapar à crueldade da mãe que, num primeiro tempo, agride as filhas e, em seguida, as encaminha para institucionalização, pois Kali foi acolhida juntamente com sua irmã Lana, de dez anos. Estas meninas permaneceram em situação de acolhimento durante cinco meses, enquanto a mãe alegava dificuldades financeiras para não levá-las de volta para casa. Eventualmente, quando a mãe aparecia para visitá-las, as irmãs demonstravam a inadequação do relacionamento com a figura materna, através de um comportamento ambivalente que mesclava atitudes de rejeição e receptividade.

Portanto, a qualidade do vínculo com a figura materna favorece a identificação – mesmo que expressa através da negativa – com um animal que em algumas circunstâncias costuma ser maltratado, mas que habitualmente não ousa abandonar o dono. Neste caso, Kali não pode escapar à posição angustiante de ser tomada como objeto da violência materna. Mais uma vez, acredito que este mecanismo pode ser observado noutros casos, caracterizados por violência dos pais ou responsáveis seguida da permanência da criança ou adolescente no ambiente familiar. Neste ponto, cabe outra pergunta: como operar para desconstruir essas identificações? Aqui se configura, além da problemática social, uma interrogação clínica que juntamente com a questão colocada anteriormente deverá ser retomada adiante, no quarto capítulo.

A representação dos perigos do conto também aparece associada com animais que provocam doenças nas respostas de Roni, 11 anos, em situação de rua há três anos, desde que

fugiu de casa, no município de Aracaju, para escapar dos maltratos infligidos por seu pai: “A mata que tem vários bicho. Tem cobra, é... Outros bicho sem ser cobra. Tem bicho diferente que pode morder, pode ficar com dor de cabeça, com febre”. Esta resposta pode ser articulada com os perigos a que estão expostos aqueles que vivem na rua e que, segundo Roni, contam apenas com Deus para protegê-los.

A respeito dos perigos aos quais esteve exposto, Roni conta que foi ameaçado de morte por um policial, na Lagoa do Abaeté, localizada no bairro de Itapuã: “Aí os meus amigo robaro, aí levou [o policial] falou que foi eu. [...] Aí me ameaçou. [...] Dizendo que ia me matar”. Entre outras ocorrências, Roni relata que presenciou cenas de assassinatos e de *overdose*, além de impasses decorrentes do seu relacionamento com traficantes de drogas. Por fim, ele afirma que quer voltar para a companhia da mãe, com quem aparenta manter uma relação afetuosa, “por causa que na rua é ruim”.

A floresta é um dos espaços de ambientação do conto, onde João e Maria são abandonados por seus próprios pais. É também na floresta que os dois irmãos encontram a casa de biscoitos e chocolate da velha bruxa que tanto agrada às crianças. Apesar disso, os participantes concentram suas respostas nos riscos provocados pela floresta, de maneira indiscriminada, e nos animais que eles imaginam que aí vivem. Podemos observar, no entanto, que ao substituímos o ambiente da floresta e seus animais pelo ambiente da selva urbana com seus habitantes, onde vivem estas crianças, daí resulta a criação de um novo sentido. A substituição produz uma relação de equivalência simbólica entre a representação do animal, habitante da floresta, e a representação do outro, sobretudo dos adultos que prejudicam as crianças que vivem na rua, segundo o dizer das próprias crianças.

Essas respostas indicam que um número razoável de participantes percebe o outro, enquanto semelhante, sobretudo o adulto, de maneira adversa e agressiva. Trata-se do outro capaz de provocar danos e temores, no que se incluem os próprios pais, o que não deixa de ter incidências sobre a posição subjetiva assumida por essas crianças. Não é de estranhar, portanto, o aparecimento de condutas arreadas e anti-sociais. E ainda que estas conclusões não constituam novidade, quero chamar atenção sobre a responsabilidade da sociedade, no que diz respeito à socialização e à qualidade dos laços estabelecidos com crianças e adolescentes em situação de rua e risco social. Para Andy, 14 anos, os perigos oferecidos pela floresta aparecem associados com aqueles que ela encontrou na rua, após fugir de casa, motivada pelas dificuldades no relacionamento com seus pais e por uma tentativa de estupro provocada por seu irmão, dois anos mais velho:

Na floresta não ia sofrer vários perigos como na rua. Agora, poderia ser devorados por coisas, é... Animais selvagens. E pela bruxa também. [...] Abusos fisicamente por homens e mulheres também. Meninas que viveram na rua e que vivem até hoje sofrem muitos perigos. Principalmente, ter abuso de relação sexual. Roubos, drogas, prostituição. Isso tudo são perigos para as pessoas que vivem na rua. [...] Esses rapazes de rua, eles não vão sozinhos. Quando eles passa sozinho, e conversa com a pessoa, e a pessoa nega, no outro dia, se a pessoa tiver, eles já leva quatro ou cinco pra pegar a pulso. E eu não queria sofrer esse risco, por isso que todo dia eu mudava de lugar (Andy).

O receio de não voltar para casa está representado por 40% das respostas dos meninos e apenas 10% das respostas das meninas. Em parte, a distribuição dessas respostas pode ser atribuída ao número de meninos em situação de rua, mais exatamente cinco, quando comparado com o número de meninas, ou seja, duas, em condição similar, enquanto oito meninas estavam em situação de risco social, caracterizado pela manutenção do laço com a família. Essas respostas encontram correspondência nas histórias de vida dos meninos que, em detrimento do medo de não voltar para casa, sabem que não podem retornar para a companhia da família, em função da violência dos pais e/ou por conta da dependência do uso de drogas, o que serve como argumento para justificar a permanência na rua.

Paradoxalmente, dada a contingência de vida dos participantes, poucos selecionam a morte, mais exatamente 20% das meninas e 30% dos meninos, e a fome, cujos percentuais caem para 20% e 10% respectivamente, para representar os perigos do conto. Não são, portanto, diferenças significativas no que diz respeito às questões de gênero. Por um lado, é digno de nota que apenas aqueles que mantinham laços com suas famílias ou com famílias substitutas consideram a fome e a morte como fontes de perigo.

Por outro lado, aqueles que estavam afastados de suas famílias há mais tempo, ou mesmo sem condições de retornar para casa, não se referem a esses perigos, o que indica que a recepção desses elementos foi excluída. Assim configura-se um ato falho por esquecimento, cuja interpretação sugere que as crianças em situação de rua não querem saber daquilo que diz respeito às condições de sobrevivência que elas assumem de maneira precoce. O mecanismo da realização de desejos opera então para evitar o desprazer provocado pelo confronto com situações de difícil enfrentamento até mesmo para adultos.

Apenas dois meninos associam a noção de perigo à mãe de João e Maria. Para Jonata, 12 anos, “o perigo foi que a mãe deles queria que eles ficasse perdido na mata”; enquanto para Walter, 11 anos, “a mãe queria o mal dele, o pai queria o bem”. Mais uma vez, trata-se de crianças que ainda mantinham laços com suas famílias e que foram acolhidas enquanto

aguardavam a resolução de situações circunstanciais. Jonata esperou poucos dias, antes de retornar para a companhia dos pais, em Fortaleza, mas Walter precisou aguardar algumas semanas enquanto sua mãe se recuperava de um parto.

As associações relacionadas com a figura materna do conto colocam questões sobre a qualidade da relação estabelecida entre os participantes e suas mães. Fora do contexto da questão cujo objetivo era delimitar os perigos enfrentados pelos personagens do conto, todos os participantes, sem exceção, fizeram algum tipo de menção espontânea às suas mães. Essas referências podem ser divididas entre as queixas provocadas pelos maltratos, que culminam no afastamento dos filhos, e a idealização da mãe que por motivo de força maior – morte ou doença mental – não pode cuidar dos filhos. Podemos então concluir que independente da natureza do vínculo, a mãe aparece como a principal referência para essas crianças, enquanto o pai quase sempre é representado de maneira velada ou desqualificada.

Em detrimento do descaso e da violência de suas mães, a figura materna é descrita de maneira idealizada. Essas considerações são, em parte, justificadas por uma estrutura familiar na qual o pai quase sempre não está presente. Na ausência da mediação de um terceiro, as crianças ficam expostas às arbitrariedades do capricho materno, o que as coloca frente ao impasse de permanecer em casa, identificadas com a posição de objeto da violência materna; ou de assumir, como sujeito de desejo, os riscos e fugir de casa. A carência de cuidados maternos contrapõe-se à idealização sociocultural da figura materna, o que pode ser observado no trecho narrado por Lena, 11 anos, acolhida após uma tentativa de agressão por parte de sua mãe, que sofria de “doença mental”, e do seu padrasto:

Toda mãe assim pode... Pode bater a cabeça e esquecer do mundo, mas se ver o rosto do filho, mermo que não saiba o nome, que esqueça o nome, mermo assim tem que ter amor no coração pel'aquela pessoa. Porque se ela que colocou no mundo, se ela que quis, foi ela que se entregou pra colocar e quando tirou de dentro dela, que sentiu o cheiro, ela que tem que lembrar disso (Lena).

São crianças que admitem a hostilidade de suas mães, embora no processo de recepção do conto “João e Maria” não levem em conta a maldade da mãe dos personagens que, de fato, é a principal responsável pelo surgimento dos perigos. Com exceção de Jonata e Walter, os participantes reconhecem a crueldade da bruxa, mas não a da mãe-personagem que poderia ser associada com suas próprias mães. Assim, eles evitam repetir o desprazer que faz parte de suas realidades e asseguram uma cota de prazer obtido através do conto. Reafirmam-se assim as relações entre a ficção e o mecanismo da realização de desejos. Apesar disso é, sobretudo,

com as mães que as crianças dão testemunho de seus vínculos afetivos, marcados por sentimentos ambivalentes de amor e ódio, respeito e mágoa, conforme nos conta Kali:

Porque mainha não tinha como criar a gente e também espancava a gente, picava de tamancada na cabeça e doía [...] Porque ela é muito ambiciosa e é outra vergonha a gente falar: ela não quer... Aquela televisão que tá lá é da gente, mas ela não quer devolver. E eu também quero deixar lá pra ela, porque ela pode ser tudo, mas ela é nossa mãe (Kali).

Em alguns casos, as questões do sujeito aparecem claramente associadas com as partes selecionadas do conto. É o caso de Walter, 11 anos, em situação de risco social, pois após a separação dos pais, sua mãe passou a não dispor de recursos financeiros para assegurar o sustento dos filhos. O menino foi encaminhado para acolhimento por sua mãe, durante o período em que esta precisou ausentar-se de casa para dar à luz a mais um filho. Com fluência verbal acima da média, Walter mostrou-se receptivo às Oficinas de contos.

Ao responder a primeira questão, o menino associa as atitudes dos pais de João e Maria com as brigas e discussões de seus próprios pais. De maneira inversa à situação observada no conto – pois “a mãe queria o mal dele, o pai queria o bem” – o pai de Walter sempre foi “errado porque bebia e usava drogas”. Com relação à mãe, o menino demonstra carinho, cumplicidade e confiança de que ela voltaria para buscá-lo: “Eu quero ir com ela, mas só que ainda to aqui esperando ela ter nenê que ela ainda vai ter nenê. Não sei se ela já teve esse mês. Ela vai ter nenê, vai ter que esperar arranjar a vida dela, ter a casa dela. Quando ela tiver tudo prontinho, aí ela vai me levar pra casa”. Walter prossegue e narra sua história e à medida que fala, ele inscreve-se simbolicamente nesse tempo que o obriga a permanecer afastado de casa.

Walter conta com detalhes episódios de sua vida desde que saiu de Feira de Santana e veio com a mãe para Salvador. Ele recorda jogos e brincadeiras, memórias da escola e de sua passagem por outras instituições, bem como das dificuldades provocadas pela desestruturação familiar, acentuada após a separação dos pais. Ao concluir, ele expressa uma intenção que lhe assegura uma posição diferenciada entre os acolhidos: “Ontem, eu não sabia de nada. Não sabia nem o que eu tava fazendo. Depois, um dia, esse dia que vi que tive de tomar juízo. E eu sei o que eu quero mesmo é voltar pra minha casa. Só”. Trata-se de uma posição pouco observada entre aqueles que se encontravam nas Casas de Acolhimento, pois nem todos podiam pleitear o retorno para o convívio familiar.

Por meio da fala, Walter posiciona-se com relação aos eventos significantes que configuram sua história de vida, articulados em termos de passado, presente e futuro. Do ponto de vista clínico, o sujeito assume uma posição discursiva que favorece o alívio da angústia. Neste caso, a Oficina de contos ofereceu ao menino a possibilidade de falar sobre fatos que de alguma maneira o afetavam. Escolha que foi feita por outras crianças que contaram suas histórias, com conteúdos diversificados, apesar dos pontos de concordância relativos aos conflitos familiares. Neste sentido, é digno de nota que entre todos os participantes das Oficinas de contos “João e Maria”, 80% das meninas e 64% dos meninos demonstraram receptividade não apenas para ouvir, mas também para falar sobre suas histórias de vida, o que sinaliza uma demanda desses sujeitos para serem escutados.

O que você acha que eles fizeram para livrar-se desses perigos?

E o que dizem as crianças a respeito do que João e Maria fizeram para livrar-se dos perigos? A maioria das respostas – mais exatamente 60% para meninos e meninas – indica que os participantes tomam como solução a cena em que Maria joga a bruxa no forno e salva o irmão. A resposta majoritária surge sob controle do conto, pois esta cena representa um dos pontos de máxima tensão que antecede e prepara a seqüência de reparação. Os participantes apostam então na retaliação dos pequenos e fracos, com quem as crianças costumam identificar-se, e cuja esperteza sobrepôs-se à maldade e aos poderes da bruxa.

QUADRO III – O que você acha que eles fizeram para livrar-se desses perigos?

SOLUÇÕES	Meninas	Meninos
Maria jogou a bruxa no forno e salvou João	6	6
Ajuda do pássaro e dos patos	3	6
Levaram jóias e comida, encontro com pai, felicidade	2	5
Coragem	2	1
Inventou mentira	1	—
Esconderam-se	—	1
Rezaram	—	1

Em muitos casos, a resposta vem acompanhada de justificativas que assinalam as singularidades do sujeito. Como no caso do pequeno Isaque, de nove anos, corriqueiramente acusado de cometer pequenos atos de infração nas ruas do bairro do Comércio. Nesses episódios, o menino costumava defender-se com a seguinte fórmula: “Mas eu não fiz nada”. De maneira similar, Isaque imagina que a bruxa agride aqueles que nada fazem: “Mataro a bruxa porque ela é muito é malvada. Ela gosta de comer os outro, sem os outro fazer nada”. As respostas dos outros participantes também escapam ao controle do conto e podem ser relacionadas com aspectos subjetivos e socioculturais.

Alguns encontram uma saída para os personagens graças à ajuda do pássaro branco e dos patos, ou seja, dos ajudantes mágicos. Neste caso, os meninos apresentam o dobro de respostas apresentadas pelas meninas, respectivamente 60% e 30%. Por um lado, não podemos esquecer que entre os participantes das Oficinas planejadas com o conto “João e Maria”, cinco meninos se encontravam em situação de rua, enquanto apenas duas meninas estavam na mesma situação. E ainda que muitas crianças se deparem com abusos e maltratos em suas próprias casas, a liberdade oferecida pela vida nas ruas comporta perigos que, por vezes, exigem soluções “mágicas”. Destaco aqui a “onda” proporcionada pelas drogas, geralmente utilizada na tentativa de driblar as adversidades.

Essas respostas evidenciam que os participantes utilizam o mesmo elemento para representar noções contraditórias, pois os animais representam perigos na primeira questão e soluções na segunda questão. Antes de tudo, isto só é possível graças à polissemia do significante e à capacidade de simbolização das crianças. De outra parte, trata-se da ambivalência emocional que caracteriza o funcionamento do sistema inconsciente e que agrega pares de opostos, tais como perigo e solução, amor e ódio, que são assim dirigidos para o mesmo objeto, a exemplo das relações estabelecidas por algumas crianças com suas mães.

O desfecho do conto é tomado por cinco meninos e duas meninas como solução para os perigos enfrentados por João e Maria. Trata-se de uma distribuição que apresenta uma relação de equivalência com as representações do perigo configuradas pelo medo de não voltar para casa, apresentadas por quatro meninos e uma menina, em resposta para a primeira questão. No conto, os irmãos retornam para casa como provedores, o que representa o desenvolvimento satisfatório das etapas de crescimento. Portanto, apenas um limitado número de participantes leva em conta a possibilidade de ingressar com sucesso no mundo dos adultos. Desse modo, os participantes assinalam a falta de perspectiva fundamentada na realidade cotidiana. Ao mesmo tempo, a idéia de voltar vitorioso para casa apresenta uma

incidência significativamente maior entre os meninos do que entre as meninas, o que indica diferenças de gênero.

Essas diferenças aparecem associadas com condições socioculturais da vida desses sujeitos. As meninas habitualmente são encarregadas de cuidar da casa e dos irmãos menores, enquanto suas mães trabalham. Outras são vítimas de abuso e exploração sexual ou se prostituem, motivadas não apenas por dificuldades financeiras, mas pela vontade de “vencer” e conquistar algum tipo de inserção social. Por outro lado, os meninos são estimulados a trabalhar desde cedo, pois a responsabilidade pelo sustento da casa compete, tradicionalmente, ao sexo masculino. Essas condições podem ser observadas, sobretudo, nas classes sociais de baixa renda, o que justifica a distribuição das respostas que assinalam o retorno vitorioso de João e Maria que levam para casa as jóias e comidas da bruxa.

Mesmo nos casos em que diferentes crianças fornecem a mesma resposta, as associações subseqüentes põem em evidência os elementos significantes que articulam a recepção do conto com suas histórias de vida. Este mecanismo pode ser observado nas respostas que assinalam a coragem de João e Maria para enfrentar os perigos do conto, dadas por duas meninas e apenas por um menino. Para Lena, o significante “coragem” aparece associado à capacidade mental: “Ah, eles tiveram muita coragem. Coragem. Muita coragem e pensaram bastante, né, teve uma mente brilhante”. Para esta menina, o significante “mente” associa-se com a doença mental de sua mãe, que expunha a filha a situações de risco que exigiam coragem no seu enfrentamento:

Aí como mainha tem problema psicológico... [...] Ela pegou um pau pra me bater. Aí se juntasse, um vinha de cá, outro vinha de lá, ia me matar! Porque meu pai [padrasto] ia pegar... A mão dele é bem pesada e mainha com o pau com prego, só ia fazer o que? Me matar, né? [...] Muitas pessoas me disseram que ela é doida. Doida (Lena).

A insistência significativa aparece claramente na resposta de Neide, 12 anos, em situação de risco social após a morte dos pais. Para esta menina, a solução consiste nos irmãos “juntarem a força e a coragem”. Neide conta que também precisou de coragem para enfrentar o assédio de um amigo de seu pai: “Eu ficava com medo, né? Noutro dia, tive coragem e abri [a porta para o agressor]”. Adiante, ela relata que precisou encontrar coragem para cuidar de seu pai e de sua avó, enquanto estes estavam enfermos: “Aí a moça do hospital disse que eu tinha muita coragem de cuidar de uma avó e de um pai sozinha”.

Para Manuel, 11 anos, em situação de rua após a morte da mãe, uma prostituta que faleceu vítima de AIDS, a coragem surge associada com a prece religiosa: “Eles tiveram bastante coragem e também rezaram muito, principalmente nos pais”. Este é o procedimento que o menino costumava adotar para livrar-se dos perigos: “No dia qu’eu briguei com o menino no Elevador, eu fui pro Conselho... Eu fui pro CAM [Centro de Atenção ao Menor]. Pro CAM. Fiquei dormindo em uma jaula. Numa jaula. Chorei muito, pedi a Deus e agora, Deus me botou aqui”. O elemento religioso se repete com insistência na fala de Manuel, inclusive no que diz respeito ao uso de drogas:

Eu pretendo parar, ir pr’um Centro de Recuperação. Parar de fumar isso [crack], que isso aí mata. Minha mãe no céu não gostaria que eu tava fazendo isso. Na hora qu’eu parar, ela vai ficar num lugar muito melhor. Que eu fumando pedra, ela vai ficar num caminho escuro. Deus é mais, Deus é mais. Que eu mudado, vou ficar com meus irmão e ela vai ficar no caminho da luz. Aí ela vai poder descansar em paz (Manuel).

Para Andy, 14 anos, que diferenciou os perigos encontrados no conto e na rua, João e Maria encontram uma solução graças ao artifício de uma mentira: “Inventou uma mentira porque tem mal que vem pra bem. Inventou uma mentira e acabou jogando a bruxa dentro do forno. Pegou a chave e salvou o irmão dela”. A cena corresponde ao momento em que Maria engana a bruxa, pois a menina inventa que a tampa do forno quebrou e assim ela consegue empurrar a bruxa no fogo. Em sua história de vida, Andy também precisou inventar uma mentira para escapar à tentativa de estupro por parte de seu irmão: “Inventando uma mentira, falando que eu tava menstruada porque eu sabia que ele tinha nojo dessas coisas”.

Por sua vez, Hugo, 16 anos, atribui aos personagens do conto uma solução similar àquela que ele mesmo havia empregado para escapar dos perigos – provocados pelo consumo abusivo de crack – aos quais ele estivera exposto e que resultaram no seu acolhimento. De acordo com Hugo, João e Maria apenas “se escondero. Só”. Este adolescente tomou a iniciativa de procurar o Conselho Tutelar, de onde foi encaminhado para a Casa de Acolhimento Dom Timóteo, depois de ter sido ameaçado de morte por seu padrasto, após ter trocado o aparelho de DVD da sua casa por cinco pedras de crack:

Minha mãe me pediu que não era pra mim ir pra casa, dizendo que meu padrasto tava correndo atrás de mim. Ele disse que meus dia tava contado já. Dizendo que quando se batesse comigo e com meu colega ia me matar. [...] Vim aqui pra Casa de Recuperação foi pra isso mermo. Pra me proteger, porque eu lá fora, tia, eu não to com mais ninguém por mim (Hugo).

Você conhece alguém que parece com essa bruxa?

As respostas para a terceira questão não podem ser categorizadas, pois a partir daqui, as perguntas passam a suscitar – em conformidade com o que havia sido previsto – apenas narrativas relacionadas com as histórias de vida dos participantes. Todos os meninos associam a bruxa com figuras femininas que fazem parte do seu dia-a-dia: “Maria pau de bosta, uma mulher que assusta e pega meninos” (Everton); uma “velha que frequenta a Igreja lá na Saúde [bairro localizado no Centro Antigo de Salvador]” (Sílvio); “uma mulher que conheci no albergue” (Walter); “uma macumbeira que matou minha vó” (Jonata); um pesadelo com a bruxa (Manuel); uma educadora da Fundação Cidade Mãe (Solano). Os demais afirmam que não conhecem ninguém parecido com a bruxa do conto “João e Maria”, em detrimento do contato rotineiro com diferentes atores sociais que representam a maldade.

As respostas dos meninos são orientadas por questões edípicas, pois todos os personagens que eles associam à bruxa pertencem ao sexo feminino e em nenhum caso houve substituição por um representante do sexo masculino. Ainda que as histórias de vida desses meninos estejam marcadas pela presença de homens que perseguem e maltratam, de acordo com seu próprio dizer, a exemplo dos padrastos, policiais e traficantes. O pai quase sempre está representado por sua ausência, desqualificação ou violência exacerbada, o que problematiza a assunção dos filhos à posição masculina, alcançada no declínio do complexo de Édipo a partir da identificação ao pai (FREUD, 1924).

Segundo Freud (1925), o reconhecimento da diferença anatômica entre os sexos incide sobre os meninos como angústia de castração, enquanto as mulheres são consideradas “castradas”. Essas “teorias infantis” (FREUD, 1908) são posteriormente recalçadas e caem sob o domínio do inconsciente. Os efeitos daí advindos podem ser observados na vida adulta, pois os homens, com frequência, depreciam a posição feminina. Neste sentido, apesar das conquistas femininas obtidas através da luta pela igualdade de direitos, as mulheres ainda são julgadas inferiores, e não apenas por parte dos homens, como também por parte das próprias mulheres, sobretudo nos segmentos sociais de menor poder aquisitivo, o que independe de sua posição contemporânea como chefe de família.

Além disso, no conto, a bruxa é vencida pelas crianças, o que define sua diferença com relação aos representantes dos perigos que em suas vivências cotidianas configuram as forças invencíveis que pertencem ao universo masculino, a exemplo do policial, do traficante, do pai, do padrasto e mesmo do Estado. Como pode então um menino associar a bruxa, personagem feminino, com um representante masculino?

De outra parte, a figura materna não aparece associada à bruxa nas respostas dos meninos. Os sentimentos de ternura e supervalorização do primeiro objeto de amor aí operam para dissociar duas faces do feminino: a maldade da bruxa e a bondade da mãe. Esta, no geral, representa para esses meninos a principal e, por vezes, a única referência afetiva. O reconhecimento da maldade feminina surge assim desvinculado de qualquer referência à figura materna. Desse modo, os meninos promovem uma cisão entre a bondade e a hostilidade feminina, o que lhes permite preservar a idealização da figura materna. Mesmo nos casos em que a mãe usualmente costuma ser repudiada, como nos casos de prostituição, tal como nos conta Manuel:

Antes de minha mãe morrer, meu padrasto batia nela. Eu joguei a cadeira em cima dele. Eu vi lá, com muitos cara, minha mãe já brigou por mim. Que ela, se não tivesse morrido, eu tava com ela até agora. Não ficava com mais ninguém, eu tava em casa estudando. Agora, eu to nessa vida. [...] Ela fazia programa, na hora que ela me teve com ele (Manuel).

As meninas, no entanto, ampliam o leque de respostas para representantes do sexo masculino, enquanto algumas incluem a mãe ou uma substituta da figura materna: “pessoas ruins da rua que exploram as meninas” (Andy); “meu padrasto” (Josie); “Dona Célia, a mulé que me cria e que me xinga de peste, manda eu ir pro inferno” (Cleide); “a velha que se fingiu de boa quando João e Maria chegaram” (Lua); “minha mãe porque ela me maltrata” (Lena); “uma vizinha malvada que já tentou matar os filho” (Mila). De maneira similar ao que ocorre com os meninos, o mesmo número de meninas, mais exatamente quatro, afirma que não conhece ninguém parecido com a bruxa.

Essas respostas assinalam as singularidades de cada sujeito, pois com exceção de Lua, todas as meninas associam a bruxa, representante da maldade, com pessoas próximas. De modo geral, são os próprios responsáveis, aqueles que deveriam assumir os cuidados e a formação dessas crianças. No que diz respeito à figura materna, essa realidade associa-se com questões edípicas. Segundo Freud (1931), para as meninas, a descoberta da diferença sexual determina o desejo de assumir o lugar da mãe e adotar uma posição feminina com relação ao pai, de quem esperam um filho. A rivalidade com a mãe é incrementada pelo fato das meninas responsabilizarem-na pela falta do pênis, que representa a castração simbólica, assegurada pela passagem do órgão ao estatuto de símbolo. Daí a atitude hostil, a exemplo do que é observado nas respostas que fazem equivaler mãe e bruxa.

Até aqui foram apresentadas e interpretadas as respostas dadas para as questões que estão diretamente relacionadas com o conto e seus personagens. Antes de prosseguir, e passar

para a interpretação das respostas dadas para as perguntas diretamente relacionadas com as histórias de vida dos participantes das Oficinas de contos, gostaria de assinalar que a contação de histórias facilitou o acesso, no sentido da formação do laço social, até mesmo com aqueles que, de início, mostraram-se arredios, como Isaque, Manuel e Nayana, entre outros. De fato, a linguagem lúdica favoreceu a construção de um laço caracterizado pela confiança, o que tornou possível aos jovens compartilhar, e deixar gravado, aquilo que lhes era mais íntimo, ou seja, suas dores psíquicas.

Apesar do conteúdo das respostas relativas à recepção do conto não comportarem novidade, foi possível acessar as singularidades de cada um e deduzir características comuns ao grupo. E isto é assim na medida em que muitas respostas escaparam ao controle do conto, sob o efeito das disposições subjetivas, influenciadas pelo mecanismo da realização de desejo e/ou por aspectos socioculturais. Neste ponto, gostaria de retomar as reflexões de Iser que assinalam a possibilidade da leitura circunscrever a intenção do sujeito que não se revela “nem na psique, nem na consciência, mas que possa ser abordada apenas através das qualidades que se evidenciam na seletividade do texto face a seus sistemas contextuais” (ISER, 1983, p. 390).

E você, já enfrentou perigos? Quais?

Aproveito para lembrar que as questões – colocadas logo após a audição do conto – foram elaboradas para avaliar o processo de recepção, bem como para servir de prelúdio para introduzir interrogações diretamente relacionadas com a história de vida dos participantes. De fato, eu pretendia delimitar as situações de risco experimentadas pelas crianças e adolescentes em articulação com as respectivas soluções. Conforme consta no Quadro IV, os dados indicam que os meninos estão mais envolvidos com perigos relacionados com acidentes, maltrato e risco de morte, protagonizados por policiais, traficantes e padrastos, enquanto as meninas lidam com assédio sexual, tentativa de estupro, mas, sobretudo, com violência doméstica.

Podemos constatar que 75% do total das representações dos perigos aparecem diretamente relacionadas com a violência provocada pelos pais ou responsáveis⁸ que deveriam assegurar proteção aos “menores”. No que diz respeito à distribuição do consumo de drogas, é

⁸ Descrita no QUADRO IV como violência doméstica, para ambos os sexos, assédio sexual e tentativa de estupro contra as meninas, desde que o abuso sexual referido por dois adolescentes ocorreu fora do contexto familiar, e risco de morte para Josie, Lena e Hugo.

digno de nota que, entre os participantes das Oficinas planejadas com o conto “João e Maria”, apenas uma adolescente considera a droga como um perigo. Esta resposta chama atenção na medida em que 90% do total de meninos e 50% do total de meninas afirmam que já haviam feito uso de algum tipo de substância psicoativa. De fato, apenas um menino nunca havia usado drogas, enquanto oito meninas nunca haviam experimentado.

QUADRO IV – E você já enfrentou perigos? Quais?

PERIGOS	Meninas	Meninos
Policiais	—	3
Violência doméstica	7	2
Violência urbana	3	2
Traficante	1	2
Assédio sexual, tentativa de estupro	3	2
Acidente	2	3
Risco de morte	2	3
Droga	1	—

Esses dados podem ser interpretados sobre a base das diferenças socioculturais e de gênero, pois os meninos são estimulados a serem destemidos e conquistarem o mundo, enquanto as meninas são educadas para o ambiente e o trabalho doméstico. Além disso, entre os participantes que estavam nas Casas de Acolhimento, temos 50% de meninos e 20% de meninas em situação de rua. E sabemos que a vida na rua favorece o uso de drogas.

Afinal, “como uma pessoa sóbria vai agüentar frio, fome, chuva, o abandono, a discriminação?” (CHIAVERINI, 2007, p. 99). Entretanto, a lógica sociocultural não esgota a complexa problemática do consumo de substâncias psicoativas na infância e adolescência, que coloca interrogações clínicas relacionadas com a prevenção, o tratamento e a redução de danos. Neste sentido, as Oficinas de contos proporcionaram a circulação de informações sobre o tema das drogas, bem como a socialização de tentativas anteriores de tratamento, tal como nos conta Manuel:

Aí na hora vai conversar já com a moça. Você vai querer fumar, vai querer fumar, mas num... Vai querer fumar, vai querer fugir, mas eu não. Eu vou ficar lá, vou querer ficar pra sempre. Com meus irmão. Meus irmão mora no Pérola [Orfanato]. Só quando eu tiver recuperado qu’eu posso ir pra lá (Manuel).

Entre as drogas lícitas utilizadas destaca-se o consumo de tabaco, enquanto as ilícitas incluem a cocaína, a cola de sapateiro, a maconha, mas, sobretudo, o crack, utilizado por todos que estavam em situação de rua, no Centro Histórico de Salvador. A referência às drogas favoreceu a integração dos participantes, possibilitou a troca de informações e o esclarecimento de questões e fantasias, direta ou indiretamente associadas com o uso, tal como pode ser observado nos fragmentos transcritos abaixo. Em alguns casos, o relato dos participantes aponta para a importância da constituição de espaços de reflexão, em articulação com o desenvolvimento de práticas socioculturais, de natureza lúdica, a exemplo das Oficinas de contos:

- Everton: Minha opinião? Eu... Eu acho que não faz mal porque o tempo que eu já fumei nunca me fez mal. [...]
- Walter: Prejudica o pulmão, é veneno... [...]
- Não identificado: Dá doença.
- Leila: Dá doença...
- Danilo: Pega Aids, HIV. [...]
- Danilo: Fica fissurado, quando não tem dinheiro, quer roubar pra manter o vício. [...]
- Leila: Walter falou que cigarro é droga. Quem falou?
- Danilo: Eu. Cachaça é droga [...]
- Leila: E Danilo falou que remédio também é droga.
- Jonata: Semente de várias coisas também é droga.
- Leila: E o que?
- Jonata: Semente. Pode ser de maçã, que é droga, que eu vi o homem fumando. É droga.
- Leila: Eu não conheço. Semente de maçã?
- Jonata: Pisa a semente, bota o fumo e aí fuma. Falam que é droga também.
- Leila: Vocês acham que é?
- Everton: Eu não acho não, a semente da maçã [...]
- Roni: Porque eu não quero fumar mais, não gosto mais.
- Leila: E você gosta do que?
- Roni: De jogar bola, brincar, se divertir. Só isso. [...] Por causa que na rua é ruim. O melhor lugar de ficar é aqui. [...] Por causa qu'eu tava usando droga. Tava robano.

O que você fez para se livrar desses perigos?

Por conta da diversidade interpretativa, considero dispensável acrescentar um quadro com as respostas que foram dadas para a quinta questão, que diz respeito àquilo que os participantes haviam feito para livrar-se dos perigos que eles próprios haviam enfrentado. No geral, as propostas de soluções limitam-se ao afastamento físico ou à submissão ao agressor quando foi impossível fugir. Com frequência, as respostas indicam o apelo a Deus, último recurso para aqueles que contam apenas consigo para proteger-se. Por outro lado, alguns participantes esboçam a intenção de encontrar um lar substituto, frente à impossibilidade de

retornar para casa, enquanto uma adolescente utiliza a mentira como recurso para escapar de uma tentativa de estupro.

Não podemos deixar de lembrar que essas respostas designam as tentativas de soluções para enfrentar o abandono, o descaso e mesmo a violência por parte dos pais ou responsáveis. Na ausência de proteção, crianças e adolescentes confrontam-se com a emergência de conflitos promovidos por uma realidade dura que invade suas vidas. De fato, essas circunstâncias exacerbam as dificuldades e limitam os recursos subjetivos para encontrar saídas, tal como nos conta Jack, 16 anos, em situação de rua, no Pelourinho:

Ele [o pai] vendia muita maconha lá. Foi porque eu fui pegar um pouquinho de maconha pra fumar, ele me deu isso aqui, ó [mostra cicatrizes no peito, pescoço, braços e ombro direito]. [...] Aí eu me injurei e peguei de manhã cedo ia dar facada na caixa dos peito. Mas só que não foi nada não. Foi de gaúfo, foi de gaúfo, briga de gaúfo. Ficou lá saindo sangue, espirrando sangue. Aí minha madrasta foi, me pegou e me prendeu, me deixou lá amarrado dentro de casa. [...] Aí chamou os home, os home veio e me pegou. Nesse tempo, eu tinha onze anos. [...] Aí eu fui lá pra CAM [Centro de Atenção ao Menor]. Chegou lá na CAM, tentativa de homicídio, sabe quanto é? É 155 nervoso (Jack).

Para fazer frente a esses impasses, a contação de histórias permite que o ouvinte perceba uma situação inicial clara com desenrolar estruturado e final reparador. Esta estrutura favorece o delineamento de soluções, na medida em que o receptor identifica-se com o personagem principal. Neste sentido, o conto “João e Maria” oferece um conjunto de elementos simbólicos, frente ao desafio de encontrar caminhos alternativos para dar conta do descaso e violência dos pais, mas, sobretudo, para enfrentar a falta de carinho, amor e proteção. De acordo com o relato de Josie, uma menina de dez anos, em situação de risco social, ela fugiu de casa com o propósito de suicidar-se, por conta das agressões, físicas, morais e psicológicas, protagonizadas por sua mãe e seu padrasto:

Foi que teve um dia que eu fugi de casa, que eu tava retada que minha mãe e meu padrasto me estressou. Aí eu fui lá no Iguatemi e subi pela passarela. Ia se jogar de lá de cima. Aí chegou uma moça:
 – Ô, coisinha, não se jogue não que você tem muita vida pra solar.
 [...] Solar quer dizer que tem muita vida pra viver. [...] Porque eu não queria viver não, porque minha mãe... Minha mãe e meu padrasto fica me abusando. Até mermo eu vou ficar quieta e meu padrasto fica me abusando. Até mermo eu vou ficar aqui até meu padrasto... Meu pai botar o nome dele no meu registro. [...] Tem veis que mainha não deixa nem eu dormir de noite. [...] Tem veis que minha roupa tá limpa, ela suja pr’eu lavar. As pessoa de lá num fala... Tem veis que lá tá rolando briga de minhas tias. Eu

só dou conselho a minhas tias pra num brigar. Aí quando eu dou conselho, ela não quer me ouvir, aí pega fica de mal comigo. Aí chega um outro dia, ela pega e chega e fala comigo. Aí eu falo. Aí teve um dia que eu falei que não ia falar com uma pessoa que tava de mal comigo. Eu falei com ela se ela não tinha vergonha na cara de falar comigo. [...] Mainha ainda continua me maltratar, me espancar. [...] Assim, porque teve um dia que ela me deu uns chutes na barriga. Eu quase morria, mas só que foi Deus mermo. E teve um dia aí, que ela ia meter a faca ni eu (Josie).

Como já dito, poucos participantes consideram a possibilidade dos personagens voltarem vitoriosos para a companhia dos pais, o que foi interpretado no sentido da falta de perspectiva para essas crianças e adolescentes. No entanto, antes da conclusão de algumas Oficinas, alguns participantes esboçam soluções que assinalam o desejo de encontrar um lar substituto, tal como aparece registrado nos seguintes fragmentos:

– Danilo: Quero estudar, viver de novo ao lado dos meus irmãos. Nem que seja assim longe, mas quero viver tipo como eles tão vivendo, numa instituição de caridade. Acho que é melhor pra mim. Não tem ninguém melhor do que eu pra saber o que é melhor pra mim. Porque eu já tenho dezesseis anos, eu já sei o que é o mundo aqui fora. [...]

– Andy: Daqui pra frente, eu pretendo morar com Lise, estudar, ter minha profissão e ter minha própria casa. [...] Lise é uma pessoa que gosta muito de mim como uma filha e eu gosto muito dela como uma mãe. [...] Me abrigou, me apoiou na casa dela, me manteve. E hoje, é graças a ela que eu não estou uma meretriz. [...]

– Lua: Sair dessa vida qu'eu estava. Já saí, né? Aí se eu voltar pra casa, num vô voltar... Num vô mais entrar nesse meio, que esse meio né pra mim não. [...] Droga só dá... Só leva a morte. Como quase ia acontecer, se eu ficasse na rua com treze anos. [...]

– Solano: Porque eu quero mudar de vida e meu sonho é ser educador pra contar minha história aos outro menino.

Encontramos na fala de Solano, 16 anos, em situação de rua, uma alusão à função psicossocial da narrativa, ainda que o adolescente disso não tivesse um conhecimento formal. Como a maioria dos participantes, Solano tem histórias para contar àqueles que, por ventura, queiram escutá-lo e com ele aprender. Órfão de pais e criado por uma família substituta, ele foi ameaçado de morte por conta de dívidas assumidas com o tráfico de drogas, o que determinou seu acolhimento. Neste sentido, as Oficinas de contos ofereceram a possibilidade dos participantes simbolizarem os eventos traumáticos a que estavam submetidos, na medida em que assim foi possível constituir um tempo para que esses sujeitos pudessem falar sobre suas experiências.

Independente da fluência verbal, da dificuldade de expressão, ou da timidez dos participantes, todos relataram fragmentos de suas histórias de vida com mais ou menos detalhes. A recepção do conto acionou questões, dúvidas e saberes de cada sujeito, configurados sob a forma de narrativas. Essas narrativas representam as situações de risco recém experimentadas, o que aponta para a relevância da contação da própria história, fundamentada na função terapêutica da fala.

Ao narrar, os participantes assumem a posição de sujeito para inscrever em sua história o que ainda não havia sido representado como perigo. Trata-se do aparecimento do sujeito da fala na cadeia significante que o representa, o que alivia a angústia. Algumas respostas comportam conteúdos difíceis de enunciar, no sentido da dor psíquica, mas que puderam emergir com o auxílio da contação de histórias. Por vezes, o mal-estar aparece por intermédio das interpretações realizadas a partir do enredo e dos personagens do conto. É o que nos conta Cleide, uma menina de dez anos, acolhida após fugir de casa por conta dos maltratos infligidos por Dona Célia, uma senhora que assumiu a responsabilidade de criá-la após o falecimento dos pais da garota:

Eu morava no interior, aí essa senhora queria criar uma criança, uma pessoa, uma criança menina. Aí tinha uma médica. Essa médica conhecia a mulé que eu estava morando. Aí me trouxe pr'aqui. Mas o que é mermo, é que a mulé me maltrata, me xinga de peste, manda eu ir pro inferno, me xinga de tudo que é nome, dos pés à cabeça. Inda me bate, me maltrata, xinga minha mãe. Tudo. Me maltrata muito. Ela é a bruxa. É a bruxa nesse caso. É ela que é a bruxa, dona Célia (Cleide).

Desse modo, a contação de histórias operou para minimizar os danos associados com temores e angústias decorrentes dos perigos a que os participantes estavam submetidos. Esta possibilidade aparece delimitada de maneira mais expressiva nas histórias de vida que foram narradas após o conto e que serão analisadas no próximo capítulo. Também é digno de nota que ao serem convidados para contarem “sua” história, dezesseis participantes responderam à solicitação por intermédio do *rap*, estilo musical que aborda as questões dos grupos marginalizados. A insistência dessas canções suscita interrogações a respeito da função subjetiva e sociocultural desses elementos na vida destas crianças e adolescentes, o que espero problematizar e discutir no quarto capítulo.

CAPITULO III

TEMPO PARA COMPREENDER

11. Histórias de vida

O convite para que os participantes das Oficinas de contos narrassem “sua” história determinou o aparecimento de vinte e seis relatos de vida, narrados por doze meninas e catorze meninos. Entre estes, apenas dois adolescentes estavam em situação de rua, no Centro Histórico de Salvador, o que sugere que a situação de acolhimento favorece o aparecimento de narrativas individuais. De fato, desde a elaboração do Projeto de pesquisa, eu estava particularmente interessada nessas histórias, mas optei por não solicitá-las diretamente, pois considero que a decisão espontânea constitui um índice que deve ser interpretado.

Mesmo que o relato de uma experiência não possa mudar o passado nem interferir sobre as contingências da vida atual, a narração comporta a possibilidade de ressignificação. Ou seja, ainda que os significantes que compõem a história de um sujeito não possam mudar, é possível alterar seu significado e, conseqüentemente, o sentido da vida. Portanto, o mais importante não é recordar exatamente o que se passou, mas reconstruir seu próprio “enredo”.

Neste sentido, a psicanálise propõe a minimização do sofrimento através do livre relato da história de vida de cada sujeito. Historicamente, a primeira fase do método psicanalítico propunha a rememoração dos eventos traumáticos sob efeito da hipnose. Diante dos sucessivos fracassos, Freud (1914) inaugura a segunda fase do seu método, que operava mediante o resgate dos conteúdos inconscientes através da associação livre, embora o processo de rememoração continuasse dirigido para a lembrança do trauma. É somente na terceira fase que o acento metodológico recai sobre a atenção flutuante, pois o analista não deve concentrar-se num momento específico, mas “estudar tudo o que se ache presente, de momento, na superfície da mente do paciente” (FREUD, 1914, p. 193).

Desse modo, o relato isolado do evento traumático amplia-se para a narração das representações que ocupam a mente do paciente durante a sessão clínica. Tampouco importa saber se as lembranças correspondem ou não à realidade ou se pertencem ao plano da fantasia, pois a correspondência estrita com o campo dos acontecimentos cede espaço para a realidade psíquica. Sem perder de vista as diferenças conceituais que separam a clínica da atividade de

pesquisa, é fato que falar para alguém a quem se supõe um saber não só ameniza a angústia – pois a narrativa implica o registro simbólico que permite ao sujeito reconhecer-se – como também pode instigar a procura das razões que determinam o sofrimento. Não mais o sofrimento provocado pelas determinações do discurso do Outro, mas aquele que tem sua causa no próprio sujeito. Daí resulta uma chance de sair da posição de vítima, desde que o sujeito possa responsabilizar-se por aquilo que lhe diz respeito.

Nas Oficinas de contos, o modo como cada sujeito narrou “sua” história esteve diretamente relacionado com o enquadramento por mim proposto. De início, os participantes eram informados que eu desenvolvia um estudo sobre contação de histórias, além de exercer uma prática como psicanalista. Eles também eram notificados que poderíamos voltar a nos encontrar uma vez por semana, enquanto durasse o acolhimento ou na medida em que comparecessem ao Axé-Buzu. Seguramente, estas informações influenciaram a fala dos participantes e, por isso, não perco de vista as interferências determinadas pela minha posição de pesquisadora-psicanalista. Entre aqueles que permaneceram acolhidos por mais tempo ou mantiveram frequência regular no Buzu, alguns chegaram a designar-me como “minha analista” e, com frequência, solicitaram um tempo para serem escutados individualmente.

Isso ocorreu particularmente com aqueles que se encontravam abrigados, cuja angústia aparece associada com os motivos que haviam determinado o acolhimento, o que inclui violência doméstica, envolvimento com o tráfico de drogas e a prostituição infanto-juvenil. Já para os frequentadores do Axé-Buzu, as questões aparecem relacionadas de maneira maciça com o consumo de crack. A incidência de narrativas que abordam as razões do acolhimento, em articulação com trechos mais ou menos extensos do passado de cada um, põem em evidência uma demanda desses sujeitos para serem escutados. Em conformidade com a dimensão ética que orienta a *práxis* psicanalítica, procurei assegurar a posição de sujeito para aquele que, de algum modo, se encontrava assujeitado aos eventos significantes de sua história. Por isso, sempre que possível, o narrador foi interrogado a respeito de sua participação nos acontecimentos dos quais se queixava.

Em todos os casos, trata-se de um acontecimento traumático no sentido freudiano do termo, que indica o efeito produzido pela emergência do real no domínio da realidade psíquica. O fator subjetivo aí aparece no primeiro plano, pois a natureza traumática de um evento está diretamente associada com o estado de impotência ou desamparo frente ao campo do Outro (ROUSSEAU-DUJARDIN, 1996). O trauma produz um corte na cadeia significativa que representa o sujeito e, por isso, seus efeitos determinam a destituição subjetiva, experimentada sob a forma de angústia. Contudo, através do fio narrativo que conecta o

trauma à sua história, o sujeito pode rearticular-se às suas representações e assim amenizar a angústia.

Entre os participantes das Oficinas de contos, a demanda por uma escuta pode ser comprovada através da fluência de narrativas que se desdobram quase sem interrupções. Algumas se prolongam por mais de trinta minutos, o que foi computado graças ao tempo da fita cassete. Nestes casos, apenas procurei esclarecer dúvidas, bem como coloquei questões a respeito das pausas e interrupções significantes, o que foi suficiente para manter o fluxo narrativo. Outros, no entanto, se limitaram a responder o que lhes foi perguntado e entre aqueles que apresentaram dificuldades para narrar “sua” história, alguns escolheram canções, cujas letras apresentam semelhanças com o estilo de vida dos jovens “cantores”.

As gravações permitiram o acesso repetido e minucioso às entrevistas, sobretudo porque eu mesma fiz as transcrições, que foram ouvidas diversas vezes, acompanhadas pela leitura do texto escrito. Isto me permitiu precisar entonação, pausa, pontuação, admiração, indignação, entre outras expressões, sem esquecer que em qualquer transposição de linguagem há uma perda provocada pela mudança de registro.

Antes de dar início à interpretação dos dados, considero imprescindível apresentar algumas observações sobre a metodologia baseada em histórias de vida, hoje predominantemente referida como história oral⁹. Este método orienta estudos e pesquisas de natureza qualitativa, cujos objetivos estão diretamente relacionados com as disciplinas que dele se utilizam. Inicialmente empregada no âmbito da História, o uso acadêmico do que se convencionou denominar história oral adquiriu relevância em outros campos disciplinares, a exemplo da antropologia, lingüística, literatura, pedagogia, psicologia e sociologia. Tradicionalmente, a pesquisa está voltada para os grupos minoritários cujos componentes até pouco tempo não eram tomados como sujeitos da história. Neste caso, a biografia, no geral dedicada às pessoas ilustres, líderes políticos, artistas e intelectuais, cede espaço para o relato de experiências de indivíduos anônimos.

Segundo Lozano (2006), a utilização de histórias de vida configura-se como uma reação, observada em meados do século XX, aos estudos quantitativos de orientação positivista que caracterizam os primórdios das ciências sociais. Nos anos 60, a história oral ganha novo impulso graças à utilização do gravador, aprimoramento de equipamentos e modernização dos sistemas de arquivos (JOUTARD, 2006). Desde então, os pesquisadores atestam a importância do estudo de aspectos históricos, culturais e psicossociais, “a partir das

⁹ Amado e Ferreira (2006) chamam atenção para a ambigüidade do termo, pois de fato a oralidade caracteriza as fontes e não a história.

próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e também seu imaginário” (THOMPSON, 1992, p. 19).

Os estudiosos insistem que não se trata de reproduzir depoimentos, mas de problematizar e discutir os temas estudados. Trata-se “de saber que o não-dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato” (VOLDMAN, 2006, p. 38). O trabalho de campo constitui o principal instrumento e não pode prescindir do registro áudio-visual dos depoimentos, que são transcritos e arquivados em museus e bibliotecas, onde podem ser facilmente consultados.

De fato, “os recursos da história oral têm sido apropriados de diferentes maneiras por pesquisadores da educação, da psicologia e de outras áreas do conhecimento” (REGO, 2003, p. 77). Daí deriva a “terapia da reminiscência”, dedicada, sobretudo, aos idosos que através do resgate de lembranças preservam suas identidades e assim aliviam sintomas associados com o processo de envelhecimento. Desse modo, o campo da história oral delimita a possibilidade de utilizar a contação de histórias com objetivos terapêuticos (THOMPSON, 1992).

No livro *Memórias de escola*, Teresa Cristina Rego relata o desenvolvimento de uma pesquisa cujo principal objetivo consistiu em avaliar o impacto da escolarização na organização psíquica de sujeitos que apresentavam características similares relacionadas com sua experiência acadêmica e escolha profissional. Para dar conta deste objetivo, a autora reuniu depoimentos sobre os efeitos produzidos pela escola na vida dos entrevistados. As declarações, no entanto, não foram utilizadas para ilustrar comportamentos recorrentes, mas sim para “investigar a interdependência de fatores (as dimensões escolares, familiares e sociais) que deram origem a combinações específicas na história de vida de cada indivíduo” (REGO, 2003, p. 18).

Além disso, as histórias de vida têm sido utilizadas como recurso na pesquisa, formação e aprimoramento de professores, a exemplo do que ocorre na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Para o professor Elizeu Clementino de Souza, os estudos autobiográficos têm demonstrado sua importância no campo da educação, pois eles favorecem a investigação e compreensão de representações, bem como a formalização e interpretação de experiências, regularidades e irregularidades do exercício profissional, estabelecidas com base no estudo comparativo de narrativas individuais (SOUZA, 2006).

No campo da sociologia, com o objetivo de amenizar o preconceito contra as prostitutas, Anna Marina Barbará e Otilia Leite recolheram narrativas em oficinas de história oral, realizadas com profissionais do sexo que atuavam como multiplicadoras de informação,

no município do Rio de Janeiro. Os relatos foram reunidos no livro *As meninas da Daspu* (BARBARÁ; LEITE, 2007) que, de acordo com a avaliação de Barbará, apresenta uma abordagem mais jornalística do que acadêmica e mais coletiva do que autoral. Aí podem ser lidos testemunhos sobre diferentes inserções sociais, a partir das lembranças de infância, relação com os pais, filhos, namoro e casamento, posição frente à religião, à política e ao movimento social em defesa da prostituição.

A análise das biografias constitui um recurso metodológico eficaz, na medida em que revela “as marcas dos traços históricos e culturais internalizados pela pessoa numa determinada época e sociedade” (REGO, 2003, p. 79). Desse modo, é possível explicar as decisões e os rumos que foram tomados, pois o narrador aparece como protagonista de uma história que termina no presente, mas que antecipa o futuro através de comentários sobre aquilo que virá.

Freud também empregou o método psicanalítico para estudar narrativas biográficas. De início, ele procurou esclarecer a vida mental de grandes vultos da história da humanidade e, para isso, ele interpretava a obra estudada a partir dos elementos biográficos. O mais extenso desses estudos, dedicado a Leonardo da Vinci (FREUD, 1910), foi recebido, quando de sua publicação, com críticas desfavoráveis. Apesar de justificar a acolhida com o argumento de que os leitores costumam demonstrar dificuldades para aceitar as fraquezas, imperfeições e vícios dos seus ídolos, Freud não voltou a aventurar-se neste campo com objetivos similares. Mais tarde, a partir da biografia de Dostoiévski, já não se trata de analisar a vida do autor nem confirmar, através de sua obra, elementos da teoria psicanalítica. Neste estudo, Freud (1928) elabora um novo saber, a exemplo da vinculação da masturbação com a compulsão para os jogos que envolvem perda ou ganho de dinheiro.

As histórias de vida baseiam-se no resgate de lembranças que são influenciadas por aspectos individuais e coletivos, desde que o conteúdo mnemônico é afetado pelos grupos com os quais os sujeitos se identificam. Enquanto construção social, a memória “vincula-se às aprendizagens e representações advindas da inserção do sujeito em seus diferentes grupos sociais” (SOUZA, 2006, p. 103). Desse modo, o grupo exerce influência sobre o que será fixado e posteriormente resgatado pela memória individual, que assim se articula com a memória coletiva e a história social. Neste sentido, Rego (2003) sublinha a importância de Maurice Halbwachs no desenvolvimento do conceito de memória coletiva:

Para este autor, a memória individual está ligada à memória dos grupos de convívio e de referência peculiares a cada indivíduo, e esta, por sua vez, à

memória coletiva de cada sociedade. Desse modo, a memória individual se desenvolve a partir de um lastro comunitário, que sustenta e dá forma a essas recordações (REGO, 2003, pp. 351-2).

Algumas lembranças estão relacionadas não ao que foi experimentado, mas ao que foi transmitido pelo testemunho de terceiros. Pois a memória “é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (ROUSSO, 2006, p. 94). A memória individual permite delimitar as identificações sociais do sujeito, estruturadas com base na apropriação de elementos comuns ao grupo, o que possibilita a restauração de lembranças grupais a partir das reminiscências de cada sujeito (BOSI, 1994).

Por isso, o estudo de caso de sujeitos que pertencem aos mesmos grupos permite determinar elos conectivos que unem as experiências individuais e coletivas, o que não recobre as diferenças e singularidades inerentes a cada um. Essas conexões funcionam como suporte para fundamentar o estabelecimento de conclusões sobre os temas estudados, entre a história individual e os grupos aos quais se pertence. Entretanto, não se pode perder de vista a singularidade de cada sujeito e, por isso, é preciso cautela antes de propor generalizações apressadas para não cair no “clássico risco de uma espécie de metonímia, que consiste em tomar a parte pelo todo” (ROUSSO, 2006, p. 96).

A memória narrativa articula-se no tempo e no espaço, o que determina a possibilidade de lembrar e contar experiências passadas. Contudo, frente à impossibilidade de reviver o que foi de fato experimentado, o sujeito reconstrói as lembranças e assim o passado é refeito a partir das disposições subjetivas ou sistemas de referência do presente. Pois o ato de recordar não é estático, “assim como o conteúdo da memória que sempre se renova, principalmente se estimulado (como por fotos de outros tempos, leitura de cartas antigas, conversas com parentes). Isso nos ajuda a reviver, refazer e conservar determinadas lembranças” (REGO, 2003, p. 350).

A atualização do conteúdo mnemônico sofre a influência do mecanismo inconsciente da realização de desejos, desde que as bases da memória adquirem características do funcionamento do sistema inconsciente. Entre outras, destaco a atemporalidade e a indestrutibilidade, que permitem que as representações dos fatos mais recentes se somem às antigas recordações, que não podem ser destruídas, enquanto as lembranças são ordenadas segundo uma lógica que não obedece à cronologia temporal. Por sua vez, o sistema

consciente, responsável pelo registro perceptual, não forma traços permanentes e, desse modo, Freud (1895) desvincula memória e consciência.

A seletividade da reconstrução do passado evidencia que rememorar não é apenas descrever, mas também interpretar o que foi vivido à luz do presente. Estas observações levam alguns autores (FREUD, 1901; BOSI, 1994; REGO, 2003) a sublinhar a diferença entre as recordações e os fatos, o que pode ser comprovado pelas diferentes representações das lembranças que um sujeito pode apresentar ao longo do tempo, ou mesmo nas diferenças subjetivas observadas através das recordações de situações que foram experimentadas coletivamente. O fio narrativo que liga o sujeito às suas representações articula o que ficou registrado na memória com as falhas e esquecimentos que podem então ser preenchidos por intermédio da atividade imaginária que assim adultera o que de fato ocorreu.

O mecanismo da realização de desejos produz alterações na memória, pois as determinações inconscientes influenciam os processos de fixação, rememoração e esquecimento. A respeito das recordações de infância, por exemplo, Freud (1899) observa, no artigo sobre “Lembranças encobridoras”, que elas não mostram o que de fato aconteceu. Como são fixadas posteriormente, segundo a lógica do *après coup*, ou só depois, essas lembranças são alteradas ao ponto de confundirem-se com o campo da fantasia. Mais tarde, ao escrever sobre Leonardo da Vinci, Freud (1910) as compara com os relatos históricos, que nunca são construídos enquanto duram, mas somente a partir das crenças e desejos do presente.

Por isso, não se trata de avaliar a verdade ou falsidade dos fatos narrados pelos participantes das Oficinas de contos, quando comparados com os testemunhos dos profissionais ou mesmo com os registros encontrados nos prontuários. Para este estudo, interessa apenas o que foi lembrado e recortado pelo narrador para representar “sua” história. Em conformidade com a teoria psicanalítica e a metodologia que orienta os estudos sobre história oral, meu interesse dirige-se àquilo que os jovens disseram. Ou seja, suas representações e interpretações das recordações que foram narradas, pois frente ao convite, cada um decidiu o que dizer; o que selecionou e excluiu e, desse modo, cada qual desenvolveu sua própria fala.

A rememoração implica a reconstrução *a posteriori* do passado que se gostaria de ter, que é assim subordinado ao presente. Com a prática psicanalítica, o sofrimento pode então ser aliviado, desde que o sintoma pode ser transformado em significantes para assim adquirir outros sentidos, menos devastadores. No entanto, em detrimento do saber inconsciente produzido na análise, o homem contemporâneo tem optado pela realização de tratamentos

medicamentosos e pelo consumo de substâncias psicoativas, de natureza lícita e ilícita, que prometem aliviar o sofrimento num curto espaço de tempo.

Essas alternativas se alinham com a dinâmica das sociedades contemporâneas que, de acordo com Lyotard (2000), priorizam a encenação e o trágico que retratam o sofrimento e o horror alheio, enquanto a narrativa e o épico perdem terreno. O fascínio atual com imagens de guerra e miséria, transmitidas ao vivo pelos meios de comunicação de massa, assim como a esteticização da miséria existencial – plasmada no “*páthos* realista” (JAMESON, 1996, p. 37) de livros, filmes, peças de teatro, fotografias, pinturas e instalações – incide sobre a recepção e até mesmo sobre o valor comercial das obras de arte. Por outro lado, o sujeito – excluído do discurso da ciência, devido às exigências de objetividade do método científico – volta a circular na mídia, através de notícias sensacionalistas que atraem a atenção de um público ávido pela miséria alheia para assim exorcizar de si, imaginariamente, o que vê no outro.

Com certa frequência, as manchetes de revistas e jornais, bem como os noticiários da TV veiculam imagens e informações sobre crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade social. As reportagens se dividem entre apresentá-los na condição de vítima da desigualdade social ou na perspectiva do “menor” cujas infrações justificam o parecer de promotores, psicólogos e assistentes sociais, entre outros profissionais que se dedicam a esta clientela. A ausência de diálogo na família associa-se com o uso de substâncias psicoativas, o que intensifica o silêncio, enquanto nas ruas, a polícia privilegia a ação repressiva, quase sempre agressiva, em detrimento de intervenções preventivas fundamentadas na reflexão teórico-prática sobre a problemática psicossocial.

Conforme Foucault (2001) observa, em qualquer sociedade, a produção discursiva “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2001, pp. 8-9). Os mecanismos discursivos são recortados por interdições que revelam sua ligação com o poder e o desejo e, por isso, nem todos têm o direito de falar, como também não é possível dizer tudo o que se pensa, a quem quer que seja, e em qualquer circunstância.

Os dispositivos legais que regulamentam a fala da criança fundamentam-se na estrutura simbólica que organiza a subjetividade infantil. Em função do desamparo original, as crianças são faladas antes que possam falar e este tempo, aqui tomado no sentido lógico e não cronológico, corresponde à dependência estrutural do desejo do Outro. A alienação constitutiva, forjada no modelo que Lacan (1998) denominou “estádio do espelho” – quando a criança reconhece a própria imagem sob os cuidados do outro – antecipa a unidade corporal

apreendida como *eu*, num instante em que a criança ainda vivencia a descoordenação motora.

Entretanto, para que o sujeito possa advir, é necessário que o Outro antecipe para a criança, quando esta ainda não é capaz de fazer uso da palavra, um suporte simbólico para que ela possa constituir-se como sujeito. É assim que o trabalho de apropriação dos significantes do campo do Outro indica que o desejo do homem é o desejo do Outro e, por isso, a narrativa através da qual o sujeito historia sua vida constitui-se como um relato elaborado com significantes alheios. Contudo, a pergunta que retorna do campo do Outro – que queres? – comporta a chance de inaugurar novos sentidos, desta vez sob a responsabilidade do próprio sujeito, desde que este possa interrogar-se acerca do seu desejo. Daí surge uma perspectiva de simbolização, sob a forma de uma ficção, através da qual o sujeito concebe e narra sua história. Para isso, é preciso que o sujeito se arrisque a fazer uso da palavra em nome próprio, o que foi tomado como princípio para o planejamento e realização das Oficinas de contos.

12. Histórias de vida nas Oficinas de contos

Era uma vez ... Uma vez não, é realidade. Realidade. É, eu, quando eu tinha minha mãe, eu morava no Vale das Pedrinhas. No Vale das Pedrinhas. Aí quando minha mãe me teve com meu pai, eu não conheço muito direito, já vi meu pai. Ela fazia programa, na hora que ela me teve com ele. Aí num dia de São João, em 2002, no São João, aí nós tava sem nada pra comer. Aí ela disse que não era pra comentar, que meus irmão não é parte de pai não, é parte de mãe, que ela fazia programa, cada um tem um pai. Parte de mãe que a gente é irmão. Aí minha mãe mandou eu pegar o buzu. Eu sozinho peguei o buzu, fui lá na casa dele pedir um dinheiro pra comprar comida. Com a caixa de broca, com a caixa estorando. Aí pegou ele me deu uma broca. Aí minha mãe pegou deu uma queixa dele. Ninguém resolveu nada, minha mãe pegou sem querer, na hora da raiva, minha mãe pegou uma garrafa e brocou ele (Manuel).

Este fragmento nos dá uma idéia sobre o conteúdo e a forma das narrativas que serão tomadas como objeto de interpretação neste capítulo. Manuel, 11 anos, em situação de rua no bairro do Comércio, inicia o relato de “sua” história com o modo habitualmente empregado para começar o relato dos contos de fadas: “era uma vez...”. Esta expressão desloca o ouvinte para um mundo maravilhoso, cujo funcionamento não obedece à lógica convencional. A este mundo de fantasia, Manuel contrapõe os fatos que compõem a sua história de vida que, no entanto, não deixam de suscitar questões a respeito de sua veracidade. Pois os eventos narrados pelo menino encontram correspondência nos relatos fictícios, particularmente no que diz respeito à violência que caracteriza a dinâmica familiar.

De modo geral, a violência – física, moral, psicológica – aparece nas narrativas individuais dos participantes das Oficinas de contos, sob a forma de desestruturação familiar, consumo abusivo de drogas e prostituição infanto-juvenil. Mas desde que seria exaustivo analisar todas as narrativas, selecionei aquelas que apresentam o valor emblemático da singularidade de alguns relatos. Considero que as circunstâncias de vida expressas nas histórias desses sujeitos representam de maneira exemplar problemas fundamentais da geração contemporânea dos meninos e meninas em situação de rua e risco social, no município de Salvador. Portanto, os resultados serão interpretados a partir das representações dos próprios sujeitos, o que não deixa de encontrar correspondência na realidade social. Desse modo, trata-se de dar voz aos informantes, na tentativa de deduzir um saber sobre um grupo, com base na análise e interpretação de histórias de vida individuais.

Na análise desses depoimentos, não perco de vista o contexto sociocultural específico em que foram narrados, pois os fatos e “acontecimentos estão vinculados a lugares e as pessoas usam localizações no espaço para falar de eventos ocorridos ao longo do tempo” (CRUIKSHANK, 2006, p. 157). Neste sentido, Pierre Bourdieu chama atenção para a ilusão biográfica, que decorre da crença imaginária em uma identidade coerente, em detrimento da pluralidade de identificações. Daí a necessidade de contextualizar a “superfície social” de cada sujeito, que se encontra articulada numa multiplicidade de campos através do “conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento” (BOURDIEU, 2006, p. 190). Para além da evidência dos problemas familiares e da miséria socioeconômica, quais as razões de cada um? Caso seja possível delimitá-las, essas razões podem ser estendidas para aqueles que pertencem a grupos similares?

As histórias foram agrupadas em tópicos, sob a designação de *incesto, prostituição e consumo de drogas*. Estes tópicos foram delimitados a partir de pontos significativos observados nas narrativas individuais, no sentido da insistência significativa de temas que se repetem nos relatos dos participantes das Oficinas de contos. De fato, apesar das singularidades encontradas nessas histórias, alguns elementos são comuns ao grupo, entre os quais destaco o uso de crack. Por outro lado, embora o incesto e a prostituição tenham sido referidos por um número limitado de participantes, o impacto social desses eventos justifica uma análise mais apurada. Por fim, no último tópico deste capítulo, avalio a possibilidade da narrativa funcionar como um recurso para fazer frente ao gozo derivado do uso de drogas e do apelo ao consumo, característico da sociedade capitalista, ao qual estavam submetidas, particularmente, as meninas envolvidas com a prostituição.

Por fim, gostaria de lembrar que o modo de apresentação e interpretação dos registros

não obedece à ordenação temporal dos relatos. De fato, ao narrar sua história, o sujeito é capturado na trama de uma lógica que o leva a conferir sentido, coerência e relações inteligíveis a eventos desconexos, bem como a conectar fatos que foram experimentados em intervalos de tempo mais ou menos dispersos. Por isso, algumas passagens que aparecem dispersas no fluxo narrativo foram aproximadas, enquanto outras foram deslocadas, no intuito de estabelecer categorias de análise para facilitar a interpretação dos resultados.

13. Incesto

Além dele [irmão] ser usuário de drogas e me agredir fisicamente, ele também tentou me estuprar dentro de casa. E eu fiquei totalmente traumatizada dentro de casa. [...] Ele primeiro falou que se eu contasse pra minha mãe, ele ia me matar. E antes de me matar, ia tentar fazer... Tentar não, fazer o que ele começou e não terminou. E aí depois que ele fizesse o trabalho, ele ia me matar e mandar pros quinto (Andy).

Este tópico reúne as narrativas de uma criança e duas adolescentes que referem algum tipo de abuso sexual por parte de familiares. Para Andy, 14 anos, acolhida em situação de risco social após fugir de casa, trata-se da tentativa de estupro por parte de seu irmão. Por não dispor de força física para enfrentar o agressor, a adolescente utilizou uma estratégia para enganá-lo: “Inventando uma mentira, falando que eu tava menstruada porque eu sabia que ele tinha nojo dessas coisas. [...] A justificativa que ele fez, foi que ele não me olhava como irmã, ele me olhava como mulher. E até hoje, ele fala isso pra mim”.

Para Cleide, de dez anos, órfã de pais, acolhida em situação de risco social por conta dos maltratos provocados pela responsável, o incesto não chegou a concretizar-se, pois a menina conseguiu escapar ao assédio do pai que, no entanto, obteve êxito com outra filha: “O traste do meu pai. Quando eu tava dormindo, ele tava tentando beijar eu e minha irmã de doze. Aí eu tinha oito anos e minha irmã de doze, tinha dez anos. [...] Ele pegou ficou com a de doze. Foi agarrar a de doze pra fazer ousadia, cê sabe. E beijou na boca”.

Roberta, 14 anos, foi encaminhada pela mãe para acolhimento devido ao risco provocado por seu envolvimento com a prostituição e o consumo de drogas. Ela relata que nasceu em São Paulo e veio para Salvador em busca de “uma proposta de mudança de vida”. Com fluência verbal acima da média, Roberta conta que foi violentada por seu pai quando estava com dez anos e que desde então passou a prostituir-se. Trata-se de um homem violento cuja agressividade era intensificada pelo uso de drogas. As brigas constantes entre os pais eram observadas pela menina que, por vezes, nelas se envolvia. Numa dessas brigas, Roberta tomou o partido de sua mãe e agrediu seu pai: “Me lembro como se fosse ontem. Quando ele

levantou a mão pra ela, eu levantei o garfo e a força que ele foi pra bater nela foi a força que o garfo entrou na mão dele. Ele estava bêbado, eu corri, ele queria me machucar, ele me bateu”. Não era a primeira vez que Roberta apanhava do pai, cuja violência culminou no incesto com a filha:

Só que minha mãe trabalhava de noite. Nessa época, ela cuidava de uma senhora de idade. Ela cuidava dessa senhora e ela tinha que dormir lá com ele... Com ela. E eu tinha que ficar em casa sozinha. E nessa noite, nesse dia, eu tinha prometido fugir de casa. E meu pai me amarrou na cama, pra mim dormir, com autorização da minha mãe. Me amarrou com barbante, com a mão pra trás e eu dormi. Não estava falando com ele por motivo do garfo. Ele tava com muito ódio de mim e, nesse dia, eu estava amarrada. Eu senti frio pela noite, meu edredom estava fora do meu alcance e eu chamei meu pai pra vim me cobrir de noite. Em vez dele levantar o meu edredom, ele abaixou o meu edredom e levantou minha camisola, baixou minha calcinha e eu comecei a gritar. Nisso ele me desmaiou e eu só fui ver no dia seguinte o que realmente tinha acontecido. Fui no médico, tomei ponto e algumas coisas. Eu tinha muito medo de falar isso pra minha mãe. No dia seguinte, saí de casa. Fugi (Roberta).

O fato de estar amarrada justifica a impossibilidade de reação e assim Roberta posiciona-se como vítima. Inegavelmente, ela é vítima do adulto que deveria zelar pela sua proteção e bem-estar. Contudo, os desejos incestuosos da adolescente podem ser lidos nas entrelinhas do ato falho, pois ao narrar o incesto, Roberta emprega o pronome masculino, antes de utilizar o feminino, para designar a senhora com quem sua mãe dormia no cumprimento de suas atribuições profissionais. Por outro lado, o verbo “cobrir”, utilizado pela adolescente em associação com a figura paterna, apresenta conotações populares relacionadas com o ato sexual. Assim surge algo associado ao desejo de dormir com um indivíduo do sexo masculino, mais exatamente com um “senhor”. E é sobre a base de uma escolha incestuosa que, desde então, Roberta passa a escolher seus “clientes” exclusivamente entre pessoas mais velhas, pois ela não gosta de relacionar-se “com homens novos. Nem da minha idade, nem de 20, nem de 18, não é agradável pra mim”.

No artigo sobre “O tabu da virgindade”, Freud (1918) observa que entre alguns povos, a perfuração do hímen é praticada por outra pessoa que não o marido. O procedimento ocorre em dois atos, pois à ruptura do hímen, provocada com a mão ou instrumento, segue-se um ritual que representa a relação sexual. Entre os Sakais da Malásia e os Battas da Sumatra é o próprio pai da noiva que pratica o defloramento, enquanto noutras localidades ele é substituído por um “ancião, sacerdote ou homem santo” (FREUD, 1918, p. 188). Na tentativa de esclarecer o fenômeno, Freud lembra que para as mulheres, a primeira relação sexual – que envolve dor e sangramento – reativa sentimentos de hostilidade e vingança para com o sexo

masculino. Por este motivo, pode acontecer que uma mulher permaneça ligada àquele que a deflorou não por afeição, mas por sentimentos hostis.

O relato de Roberta evoca essas considerações de maneira exemplar, pois ela afirma que permaneceu ligada ao pai, de uma forma ambivalente que traduz horror e gozo, na medida em que dele se recorda toda vez que está com um homem: “Ele foi um monstro e toda vez que eu me relaciono com um homem assim, eu lembro. É... Não foi fácil de esquecer isso. Não esqueci, não é? Não é fácil isso não. Bom, mas estamos aqui, né?”. A idade dos clientes, que oscila entre 40 e 87 anos, aparece diretamente associada com o “prazer” de Roberta: “E hoje em dia, eu não sinto atração por pessoas mais novas, assim da minha idade, sabe. Eu não consigo! Pra mim tem que ter mais de 25 anos, senão não rola, não tem clima”. Ciente de sua capacidade de sedução, a adolescente chama atenção para o prazer derivado do seu relacionamento com homens mais velhos: “Por prazer, sabe. [...] Pessoas muito velhas, sabe. E eu sou nova e, nossa, eles se divertiam”.

Ainda que o espaço de pesquisa não tivesse permitido interrogar a jovem sobre sua posição frente ao pai, para não mobilizar elementos que em função dos objetivos deste estudo não poderiam ser trabalhados, foi possível colocar questões a respeito da prostituição. De início, Roberta fala sobre a impossibilidade de pensar, o que pode ser interpretado à luz do conceito psicanalítico de passagem ao ato. Este é aplicado às formas impulsivas de agir que precipitam o sujeito numa ação, quase sempre arriscada, como na compulsão sexual e em certos padrões do consumo de drogas. Aí não há possibilidade de simbolizar, nem de pedir ajuda, pois o sujeito aparece em posição de objeto, subtraído do registro simbólico, o que suscita angústia. Roberta chega ao ponto de identificar-se com o nada, mas ao assumir a posição de sujeito para narrar sua história, a jovem apresenta uma demanda terapêutica, que pode ser lida no trecho abaixo:

E tinha prazer com isso, mas hoje eu sinto assim, depois que termina tudo, que eu saio, que eu vou gastar o dinheiro, eu penso. Eu acho tão desvalor, eu me sinto tão desvalorizada, me dá uma angústia no coração como se eu fosse mais barata do que uma moeda de dez centavos. Como se eu não valesse nada. É uma situação complicada. [...] E eu decidi que eu quero ficar aqui um tempo, até deixar o Ministério Público arrumar uma Clínica pra mim, de Recuperação. Eu preciso de ajuda, eu quero ser ajudada. Acho que a melhor parte é essa, sabe. Porque não adianta, se eu não querer ajuda, pode vim um batalhão, pode me trancar em qualquer lugar, eu nunca vou melhorar (Roberta).

O princípio universal da interdição do incesto organiza a sexualidade como um

dispositivo discursivo que implica a articulação entre a lei e o desejo. As regras que regulamentam o incesto, bem como as leis que determinam sanções para o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, independente de parentesco, indicam que a rede de proibições encontra sua principal justificativa no desejo de transgredi-las.

Do ponto de vista histórico, Foucault (1977) observa, no primeiro volume sobre a *História da sexualidade: a vontade de saber*, que a partir do século XVIII, “enquanto houvera uma constante incitação ao incesto na família burguesa, o regime de sexualidade aplicado às classes populares implica, ao contrário, na exclusão das práticas do incesto ou, pelo menos, em seu deslocamento para outra forma” (FOUCAULT, 1977, p. 122). Esses dados instigam nossa curiosidade, pois atualmente, as estatísticas revelam que o incesto ocorre, sobretudo, em famílias de baixa renda.

Na tentativa de lançar alguma luz sobre essa aparente contradição, prossigo com as considerações de Foucault. Para assegurar hegemonia na sociedade moderna, a burguesia intensifica os sistemas disciplinares sobre os corpos e problematiza as condições de funcionamento da saúde. Nesse contexto, o dispositivo de sexualidade é construído como uma forma primordial de afirmação da consciência de classe burguesa. Em parte, as tecnologias que disciplinam e controlam o sexo constituem-se como uma resposta burguesa para a ausência de traços aristocráticos, representados pelo sangue, como também pelo simbolismo da ascendência e valor das alianças estabelecidas pela nobreza.

De outra parte, a burguesia valoriza o corpo por suas representações políticas e econômicas, ou seja, pelos termos de força e saúde que podem ser transmitidos à sua descendência, para assim suprir a ausência de títulos e insígnias aristocráticas. Paradoxalmente, a obstinação com os dispositivos que regulamentam a sexualidade intensifica os prazeres, sob a forma do puritanismo explícito associado com os desregramentos velados que respondem pelo formato da moderna família burguesa.

Trata-se de um processo auto-afirmativo que apenas posteriormente é aplicado às classes populares com fins de sujeição. “Daí, sem dúvida, as reticências do proletariado diante da aceitação desse dispositivo; daí sua tendência a dizer que toda essa sexualidade é coisa de burguês e não lhe concerne” (FOUCAULT, 1977, p. 119). Portanto, não é de estranhar que ainda hoje, representantes das classes populares apresentem com mais frequência, quando comparados com a classe média, dificuldades para acatar as restrições impostas aos prazeres do sexo, como aquelas que estão relacionadas com o incesto e o abuso sexual na infância e adolescência.

Essas considerações são corroboradas por precárias condições socioeconômicas que

impõem uma convivência sem privacidade, a exemplo da ausência de dormitórios específicos para pais e filhos. Como conseqüência, as relações sexuais entre o casal parental – ou seus substitutos – são presenciadas pelos filhos que dormem no mesmo quarto ou cômodo. Sabemos, no entanto, que essas circunstâncias não representam uma novidade encontrada com exclusividade na contemporaneidade, mas pelo contrário constitui uma característica que atravessa os tempos no que diz respeito à pobreza. Vejamos então se a psicanálise pode nos ajudar a lançar alguma luz sobre o aumento atual da violência sexual por parte de pais e padrastos, particularmente contra suas filhas e enteadas.

Para Freud (1925), o complexo de Édipo possibilita a assunção da posição sexuada, masculina ou feminina, ao tempo em que exerce uma função normativa na estrutura moral do sujeito e em suas relações com a realidade. A interdição dos desejos incestuosos assegura a instauração dos princípios morais, graças à formação do superego, instância psíquica herdeira do complexo de Édipo. As vicissitudes daí decorrentes decidem sobre a capacidade de amar, a escolha de objeto, as identificações e a posição perante o desejo e a lei. Como representante da lei, o pai proíbe o incesto e com isso demarca um impossível na vida dos filhos, o que normativiza o acesso à posição desejante.

Apesar de reconhecer as nuances socioculturais, Freud (1913) postula a natureza universal do complexo de Édipo. No entanto, é fato que as transformações observadas nas sociedades ocidentais da contemporaneidade produzem repercussões sobre os desdobramentos edipianos. Sobretudo no que diz respeito à normatização que implica o estabelecimento da “moral sexual civilizada” (FREUD, 1908). Este processo é determinado pelo exercício da função paterna cuja degradação, na atualidade, tem sido tomada como objeto de estudo por diversos psicanalistas.

A função paterna – conceito de fundamental importância na interpretação do *corpus* deste estudo – desempenha papel relevante, pois sua qualidade simbólica permite que ela possa operar, mesmo quando o pai não está presente. O que não impede que o complexo de Édipo transcorra “de maneira exatamente homóloga a dos outros casos” (LACAN, 1999, p. 173). Isto é possível porque a anterioridade da ordem simbólica implica as leis da linguagem que regulam as relações com a cultura, o que inclui os dispositivos sexuais. A qualidade simbólica dessa função é articulada por Lacan nos termos da função do Nome do Pai, que assegura, de uma só vez, a interdição do incesto e o acesso às leis da linguagem e da cultura. Independente da presença ou ausência do pai, a exemplo do que foi observado nos núcleos familiares constituídos apenas por mãe e filhos, caso freqüente neste estudo.

Ao longo da Oficina de contos, Roberta aborda fatos fundamentais de sua história de vida, tal como a relação com seus pais, seu envolvimento com a prostituição, participação no tráfico e uso de drogas. Uma comunicação feita pelo próprio sujeito, ordenada em começo, meio e fim, com o delineamento de propostas de solução, independente do fato de terem ou não sido cumpridas. Sem dúvida, este procedimento alivia a angústia, na medida em que desse modo o sujeito pode simbolizar os elementos significantes de sua história. Entretanto, no sentido da representação da experiência incestuosa, a narrativa reduplica a posição de objeto do gozo do Outro.

E isto é assim na medida em que o campo de pesquisa não pode ser utilizado, por motivos éticos, para pôr em causa desejos que podem ameaçar a estabilidade emocional do sujeito. Antes de tudo, não podemos esquecer as limitações e especificidades inerentes a este estudo, cujos objetivos não previam a constituição de um espaço psicoterapêutico. Neste sentido, qualquer questionamento sobre os desejos incestuosos somente poderia ser articulado no âmbito clínico. Apesar disso, as referências ao incesto, nas Oficinas de contos, determinaram o aparecimento de associações relacionadas com a vida sexual dos informantes, que tornaram possível abordar as representações relativas à prostituição infanto-juvenil, o que passo a discutir no próximo tópico.

14. Prostituição

É porque nós mesmos somos safadas, rapaz. Nossa mãe não manda a gente fazer nada não. Nossa mãe não manda ninguém fazer nada não. Nossa mãe não tem culpa não. Nós somos safadas. [...] A mãe da pessoa não manda a pessoa ir pra rua, não manda fazer essas coisa errada. Num manda fugir. Nós mesmo que bota na cabeça e foge. Aí a pessoa depois se arrepende desses encontro com esses home. Rola entre nós. Ninguém tem culpa, né (Diane).

Vamos então tentar avaliar de quem é a responsabilidade pelo aumento crescente do número de crianças e adolescentes envolvidos com a prostituição. Entre os participantes, três adolescentes afirmam que se prostituem, enquanto um dos rapazes refere um envolvimento pontual. Por tradição, a prostituição concentra maior número de mulheres, e as meninas – Diane, Flor e Roberta – com mais ou menos facilidade para abordar o tema assim identificam-se: “eu faço vida”. Hugo, por sua vez, conta que teve um “caso” com um “viado”. Apesar das contradições observadas em seu relato, no que diz respeito aos desejos homossexuais, ele argumenta que estava interessado apenas no dinheiro. “Foi um dia, ele me intimou. Eu fui lá e fui pra mim ganhar dinheiro, pra juntar com o meu Natal. Ele me deu roupa, me deu tudo

também, uma capa. Só me envolvi uma vez só com ele. [...] E aí que a gente se envolveu, foi até mermo me levou pro hotel e tudo”.

Em linhas gerais, a prostituição pode ser definida como a relação entre homens e mulheres, que envolve sexo e dinheiro, sem passar pelo afeto, casamento ou procriação. Segundo a antropóloga Maria Dulce Gaspar, a identidade social da prostituta estrutura-se sobre a base isolada de uma prática estigmatizada pela sociedade, devido à quebra dos paradigmas sexuais da moral burguesa. Em oposição a outras ocupações profissionais que deixam margem para a construção de diferentes expressões identitárias, “o comportamento desviante tem um grande peso e um caráter totalizador, que se sobrepõe aos demais papéis, contaminando as outras esferas da vida pessoal de seus praticantes” (GASPAR, 1994, p. 86).

As implicações morais interferem nos processos de identificação, pois na medida em que se trata de uma atividade marginalizada, “o papel desempenhado sintetiza as características do indivíduo, totalizando sob um único ângulo sua identidade” (GASPAR, 1994, p. 87). Particularmente, entendo que estas considerações podem ser estendidas para o consumo abusivo de drogas, enquanto prática marginal, sem perder de vista particularidades que serão discutidas no próximo tópico. Essa interface foi observada por McDougall (1997) que considera que a sexualidade pode ser experimentada como uma droga, mediante um comportamento compulsivo que indica a recusa da alteridade do outro. Nesses casos, o sexo e a droga assumem o predomínio das identificações, ao preço da instituição de formas perversas de laço social, sintetizadas pelos adolescentes nas expressões: “faço vida” ou “sou aviciado”, modo corriqueiro pelo qual se referem ao seu envolvimento com a prostituição e a droga.

Esta posição é assinalada nas representações sociais que indicam que as prostitutas são “todas iguais”, pois elas mentem, fingem orgasmo e sentimentos, e são perigosas por associarem o sexo com doenças, escândalos, roubos e promiscuidade. O fingimento denuncia a posição do sujeito que, de fato, se faz de objeto para o gozo do Outro, para assim aceder a uma posição de domínio. Conforme nos conta Roberta, a sensação imaginária de poder é particularmente intensificada ao ser exercida por uma jovem frente ao adulto: “Eu gostava de ver eles felizes, não sei nem por que”.

Apesar do predomínio sobre as identificações, Gaspar (1994) pondera que a “colagem” ao rótulo de prostituta pode ser amenizada, ou mesmo desconstruída, tal como ela observa em sua análise do discurso de garotas de programa. A autora aí constata “uma forte tensão entre o aspecto totalizador da prostituição, que se impõe através de inúmeras acusações, e um espaço razoável para a elaboração pessoal sobre este papel e todos os outros desempenhados” (GASPAR, 1994, p. 87). E isto é possível porque a identidade da prostituta

está relacionada com circunstâncias que incluem vestimenta, horário, local e modo de acesso ao cliente, o que pode assegurar mais ou menos anonimato, acentuar ou diluir as fronteiras entre a autopercepção e os atributos que lhe são conferidos socialmente.

De fato, os mecanismos psíquicos que regulam os processos de identificação produzem combinatórias de traços complementares, por vezes contraditórios entre si. A idéia de uma identidade una e consistente pertence ao registro imaginário e, por isso, a psicanálise contrapõe o conceito de identificações cuja definição privilegia a dimensão simbólica. Graças à pluralidade das identificações, o sujeito pode então distinguir-se da atividade estigmatizada e, com isso, independente de seu caráter totalizador, o desvio da norma pode não interferir em outros domínios da vida da prostituta.

Na tentativa de evitar que o estigma contamine todas as identificações, as prostitutas utilizam recursos, como o “nome de guerra”, que limita a marginalização e preserva a vida privada. Este recurso, no entanto, não foi observado entre os participantes deste estudo que se apoiavam nos laços familiares, de namoro e amizade, para o estabelecimento de identificações que extrapolavam a condição de prostituta. No entanto, essas relações aparecem marcadas por problemas, particularmente a desconfiança e a violência, que dificultam a construção de outras formas de identificação.

Diane, 14 anos, foi acolhida em situação de risco social, depois de ter sido estuprada por dois homens. A adolescente conta que os “dois vagabundos” que a ameaçaram de morte foram contratados por uma “colega”. Em quem confiar então? Assim, a identificação ao grupo de amigos surge de forma abalada. De maneira similar, Roberta aborda as dificuldades decorrentes das relações de amizade: “Ele [um amigo traficante] sempre me disse uma coisa: puta só, ladrão só. Faça suas coisas, mas ande só. Não queira ninguém atrás de você, porque essas meninas daqui não pensam em ninguém. Elas só quer usufruir da sua pessoa”. Nesta oportunidade, Shirlei, 12 anos, em situação de risco social, também afirma que sua mãe costuma dizer: “Putá só, ladrão só”. Assim, o dito dos marginalizados reitera a articulação entre prostituição e solidão, enquanto elemento significativo para representar o sujeito.

Para essas meninas, a separação da identidade de prostituta esboça-se de maneira frágil, pois ela se sustenta no seio de uma família desestruturada, nas relações de namoro e de um devir que se configura nas expectativas relativas à retomada dos estudos, desejo de casar-se e ter filhos. Esta posição aparece de forma imperativa – o que sinaliza a desarticulação com a estrutura do desejo, capaz de incidir sobre as mudanças subjetivas – nos conselhos dados por Roberta a Shirlei: “Você tem que pensar no seu futuro. Você é uma menina nova, bonita, você tem que estudar, fazer uma faculdade, ter a sua casa, a sua família, os seus filhos,

entendeu?”. Entretanto, a partir dos questionamentos levantados durante a Oficina, Roberta esboça um rasgo de desejo, sob a forma de uma interrogação de natureza narcísica que sugere uma possibilidade de mudança: “Porque se a gente não gostar da gente, quem vai gostar?”.

As relações amorosas são quase sempre experimentadas com o desconhecimento dos namorados a respeito da participação das garotas na prostituição. Flor, 15 anos, foi acolhida em situação de risco social provocado por seu envolvimento com a prostituição. Ela supõe que seu namorado tomou conhecimento que ela “faz vida” através dos noticiários da TV, o que foi interpretado pela jovem como motivo de orgulho: “Vi passando na televisão. Já pensou que chique. Eu apareci na televisão!”. Frente à experiência do risco, esta adolescente pondera com pouca seriedade:

Eu preciso, eu pretendo agora ir pra casa, estudar, obedecer minha mãe, não mais fugir do jeito que eu fugia. [Risos] Eu vou tentar ser uma menina direitinha. [...] Arrumar um trabalho, estudar de noite [Risos] e ir em frente. O que eu quero mais é estudar, se formar, ter uns dez fio (Flor).

Flor “faz vida” com uma clientela cuja idade varia entre 30 e 50 anos. A jovem iniciou-se na prostituição aos 13 anos e, para isso, ela costumava dirigir-se para outra cidade, distante do local onde vivia com seus pais. As viagens culminaram em sua vinda para Salvador, onde ela foi encontrada pela polícia na casa de um senhor de meia-idade, em companhia de duas “colegas”, o que motivou o acolhimento. “Porque a gente tava dormindo na casa dele. Só dormindo. E ele ficou com a menina de 15 e de 12, mas não comigo”.

A referência às companheiras sustenta-se na idade e não no nome de cada uma, o que aponta para a fragilidade do laço social, enquanto as contradições com relação à figura do “senhor” saltam aos olhos: “Ele que mandava. Vá lá de manhã, vá lá de noite. [...] Mas se ela [amiga] queria. Ninguém podia fazer nada. Nem juiz, nem juíza, nem delegada, nem promotora, nem Conselho, nem nada. Se ela queria...”. A respeito da prisão do “senhor”, a adolescente argumenta que “não queria que ele ia preso porque ele só deu só uma ajuda a gente pra dormir. Só. Nada demais. Agora, quem dedou pras polícia avisou que a gente tava fazendo vida lá na casa dele”. Flor se contradiz sobre o fato de ter ou não dormido na casa do “senhor”, com quem manteve um relacionamento narrado de forma duvidosa. Contudo, é certo que houve abuso sexual. “Dormir não, a gente não dormia. Chegava de manhã. Só ficava com ele. Só elas”.

Em detrimento dos riscos promovidos pela prostituição, de início, as garotas associam as representações do perigo apenas com o uso de drogas. Como Flor, que afirma que “o único

perigo que já aconteceu comigo, só o perigo mesmo que foi feio, do pior que eu não quero mais isso em minha vida foi usar droga”. As associações daí decorrentes indicam que a droga passa a ser evitada pelos efeitos negativos provocados sobre a saúde, mas, sobretudo, sobre a estética do corpo, utilizado para prostituir-se. Por outro lado, o sexo pago aparece articulado com o prazer e o poder de consumo. Por isso, os riscos relativos à vida sexual surgem de forma secundária, em resposta às questões que foram colocadas durante a Oficina de contos.

Só então as adolescentes levam em conta a possibilidade de doenças, gravidez e mesmo da própria morte. Essas associações aparecem de modo banal na narrativa de Flor que explica “que o homem chama a gente pra tanranran. Começa a conversar, depois bater e então matar. O perigo só é esse. Engravidar ou então botar doença. Só isso”. Essas colocações favorecem o aparecimento da divisão subjetiva expressa na alternativa de voltar para casa e mudar de vida, estudar, ter uma profissão e constituir família, e prostituir-se “de vez em quando” para conseguir dinheiro para comprar “roupas e cremes”. Sem perder de vista o risco de reincidência, procurei enfatizar formas de prevenção e práticas de sexo seguro, como o uso de preservativos e visitas periódicas ao ginecologista, que nenhuma delas havia consultado. Neste sentido, Flor pondera que “sabia de doença, mas não sabia que era tão perigosa. [...] Eu vou no médico; agora não em ginecologista”.

A adolescência recoloca em questão os desdobramentos alcançados pelo complexo de Édipo, pois a diferença sexual aí adquire outro valor. Para o adolescente em situação de rua e risco social, a crise de cunho sociocultural que caracteriza essa etapa de transição costuma ser exacerbada. As dificuldades são acrescidas pela violência doméstica, ausência de pelo menos um dos pais ou conflitos entre estes que, com frequência, apresentam psicopatologias severas, comportamentos delinquentes, e/ou fazem uso abusivo de álcool e outras drogas. Essas circunstâncias incrementam a problemática que caracteriza a adolescência e na ausência de traços de identificação válidos, o sexo funciona como uma ancoragem subjetiva, permeada por graus mais ou menos intensos de autodestruição e exposição a situações de risco.

Apesar da precariedade socioeconômica e da desestruturação familiar, as mães dos adolescentes cujas narrativas são tomadas como objeto de discussão neste tópico reservavam-lhes, segundo seu próprio dizer, um lugar de desejo. São mães que lutam pela “recuperação” dos filhos, em detrimento das dificuldades. Como então explicar a fuga de casa e o envolvimento com a prostituição? A este respeito, Rassial (2004) oferece uma pista ao observar que na adolescência, se a função e o discurso paterno são desvalorizados, isso só pode conduzir ao pior. Essas considerações são reafirmadas pelos participantes deste estudo, pois em todos os casos, os envolvidos com a prostituição referem-se a relações com o pai

caracterizadas por sua ausência e/ou desvalorização. De fato, trata-se de um fenômeno social de degradação da autoridade, de maneira generalizada, o que tem levado diversos estudiosos a debruçar-se sobre o tema da falência da função paterna nas sociedades capitalistas.

Neste contexto, é inevitável que as questões a respeito da posição sexuada – “sou homem ou sou mulher?” – sejam experimentadas de modo banal, em articulação com o comércio do próprio corpo. O desejo erótico aí se confunde com valores monetários que possibilitam o acesso a objetos de consumo, tomados como índices de reconhecimento e pertencimento social pelo sistema capitalista. Com isso, o difícil caminho de assunção da sexualidade surge acrescido de vicissitudes particulares. Neste sentido, os informantes envolvidos com a prostituição afirmam que uma das principais razões para assim proceder articula-se fora do campo da necessidade. Sem muitos rodeios, Roberta relata que “vendia droga, entendeu? Eu tinha meu dinheiro e tal. Eu vendia meu corpo mais por curtição e porque as pessoas que eu saía eram pessoas fixas que me ofereciam muito dinheiro”.

As palavras desta adolescente suscitam questões a respeito das relações entre ficção e realidade. Trata-se de um tema que foi exaustivamente debatido e aqui gostaria de lembrar que apesar de todo preconceito contra a prostituição infanto-juvenil, o tema foi tomado como objeto do romance de Hilda Hilst (1990), o *Caderno rosa de Lori Lamby*. Em sintonia com nossas “heroínas”, Lori, aos oito anos, experimenta o prazer sexual, pago por clientes “mais velhos”, em associação com o gozo proporcionado pelo acesso às coisas que ela vê “na televisão e na escola. Aquelas bolsinhas, blusinhas, aqueles tênis e a boneca da Xoxa” (HILST, 1990, p. 14). Narrado sob a forma de diário; é somente no desfecho do romance que o leitor toma conhecimento que a personagem encontra inspiração para a escrita nos livros, revistas e vídeos pornôis que ela descobre no escritório de seu pai.

Graças a este recurso, o despertar precoce da sexualidade da menina é atribuído ao Outro que aí aparece representado pela literatura erótica de Henry Miller, Georges Bataille e do próprio pai de Lori, que também era escritor. A sexualidade infantil surge assim associada com a literatura e, portanto, com o significante e a prática da letra que orientam as formações do inconsciente e a posição sexuada. De maneira lúdica e criativa, Hilda Hilst consegue abordar temas tabus, como prostituição infantil e pedofilia, em detrimento do estigma social que cerca essas práticas. Apesar disso, a dificuldade do adulto para reconhecer a sexualidade da criança aparece registrada no impacto sofrido pelos pais de Lori, que são internados em uma casa de repouso após lerem o *caderno rosa* da filha.

Essas dificuldades contrapõem-se ao reconhecimento da existência de um discurso sobre a sexualidade infanto-juvenil. Segundo Foucault (1977), este discurso opera desde o

século XVIII, fundamentado na qualidade perigosa do sexo que determina o estabelecimento de controles sociais, intervenções pedagógicas, médicas e judiciárias. Desde então, as tentativas de eliminação da sexualidade infantil, bem como das perversões sexuais, acentuam novas formas de ramificação do poder, que passa a estabelecer relações específicas com o sexo e o prazer. Aparentemente, trata-se de um mecanismo repressor, embora Foucault demonstre que a vigilância opera, enquanto prática discursiva, para incitar a estimulação dos corpos, segundo estratégias que articulam poder, saber e prazer.

Para Freud (1924), o discurso sobre a sexualidade infantil está marcado pela lógica do inconsciente que orienta os desdobramentos edipianos. No que diz respeito à prostituição, a fixação em fantasias incestuosas inconscientes determina a divisão entre o objeto de amor e o objeto de desejo. Nesses casos, as pessoas amam, mas “não desejam, e quando desejam, não podem amar” (FREUD, 1912, p. 166). Trata-se de uma posição tipicamente masculina, pois o “amor à prostituta” (FREUD, 1910, p. 150) determina a depreciação do objeto sexual e a supervalorização do objeto incestuoso e seus substitutos. Para esses sujeitos, o prazer sexual não pode realizar-se com a mulher amada e aqui a questão do feminino se divide nas representações da mãe divina e da prostituta demoníaca.

Para as mulheres, a impossibilidade de articular amor e erotismo encontra expressão na frigidez ou em relacionamentos com homens “proibidos”, seja porque são casados, seja por conta das relações de parentesco ou mesmo da diferença de idade, como condição para alcançar satisfação. Para “nossas meninas”, a iniciação sexual coincide com a transgressão da lei que proíbe o incesto e a pedofilia. Nesses casos, prevêem-se punições para os adultos – pois, segundo Foucault (1977), a pedofilia e o incesto são as únicas perversões sexuais que não foram legitimadas pelos modernos dispositivos discursivos – enquanto as meninas são jurídica e socialmente consideradas como vítimas.

Trata-se da proteção dos direitos da criança e da adolescente que ao ser assim exercido reduplica a posição de objeto, que também lhes é atribuída por aqueles que cometem abuso ou exploração sexual. Por um lado, não podemos esquecer que a feminilidade implica necessariamente a assunção da posição de objeto frente ao sexo. Por isso, em suas tentativas de sedução, as meninas cumprem a sua parte nos jogos eróticos, embora caiba ao adulto recuar ou ser punido, em conformidade com a lei vigente em nossa sociedade.

Por outro lado, segundo Fortes (2008), a criança que é ameaçada ou seduzida com presentes e dinheiro – o que por vezes ocorre com a conivência da família, sobretudo da mãe – pode por isso sentir-se preferida e amada. Esta distribuição de posições favorece a manutenção da jovem na posição de objeto do gozo perverso do pedófilo. Com base no

argumento do aliciamento de menores, a criança é inocentada, embora com isso pague o alto preço do completo assujeitamento ao significado do Outro, que lhe diz o que ela é. Esse mecanismo situa o sujeito na posição de puro objeto, enquanto a ausência de respostas possibilita a constituição de um espaço para que o sujeito possa interrogar-se sobre sua posição. Isto é possível na medida em que o Outro não apresenta respostas pré-formadas, o que se constitui como índice de sua falta. Com isso, o sujeito pode transformar em questão aquilo que a princípio aparece como sentido dado pelo Outro e, desse modo, é possível movimentar a cadeia significativa.

Com este intuito, procurei levar as adolescentes a questionar-se sobre o gozo obtido com a prostituição. Não para normalizá-lo, mas como meio de favorecer o aparecimento da divisão subjetiva, com o conseqüente delineamento de outras formas de obtenção de gozo, por elas interpretado como desejo de voltar para casa, estudar e ter uma família. De fato, a contação de histórias serviu de prelúdio para que cada uma pudesse refletir e articular os tempos de sua história. Um tempo para compreender o que experimentavam, em associação com a discussão sobre estratégias de prevenção em saúde. Frente à miséria social não podemos correr o risco de sermos hipócritas e assim perder de vista o risco de reincidência, favorecido por um gozo que associa sexo e dinheiro.

Entretanto, é fato que não é fácil abandonar ou substituir condutas de risco que comportam algum tipo de gozo. Assim, apesar de sua aparente intenção para iniciar um tratamento, Roberta foi embora da Casa de Oxum poucos dias depois, em companhia de sua mãe, que optou em levar a filha de volta para casa. Desde então, não tive mais notícias da jovem que seguramente deve ter encontrado dificuldades para recusar o ganho “fácil” obtido com a prostituição, segundo suas próprias palavras:

Eles dão 200 reais, só. Mas, já é alguma coisa: 200 reais é o salário da minha mãe, né senhora. Pense que ela ganha no mês. Então, desculpe o vocabulário, ir lá, dar uma mexidinha, ganhar 200 reais, já é muita coisa, não é senhora. É muita coisa. É como diz o ditado: gozou, cabou. Se pegou o dinheiro, já era. É uma coisa tão satisfatória, sabe cara (Roberta).

15. Consumo de drogas

Eu sou usuário de droga. Já passei por várias instituição e nenhuma delas eu quis. Fui pro Frank Gilbert [Orfanato], “Viva Vida” [Centro de Recuperação], D. Timóteo. E agora qu’eu quero mudar de vida, vou ver se retorno pra “Viva Vida” de novo. E eu... Eu quase escapei da morte. [...] Por

overdose, por tiro e por traficante. [...] Comprei a droga fiado e não paguei. Aí ele [traficante] quer me jogar pra trás (Solano).

Entre todos os participantes das Oficinas de contos, apenas oito meninas e um menino afirmam que nunca haviam feito uso de nenhum tipo de droga. Entre estes, todos mantinham laços com suas famílias, o que confirma as estatísticas do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID (2003) que indicam que a vida na rua favorece o uso de substâncias psicoativas. Entre as drogas referidas pelos participantes desta pesquisa merecem destaque pela incidência do seu consumo a cocaína, a maconha, o tabaco, mas, sobretudo, o crack. Além disso, quatro adolescentes, dois rapazes e duas moças, admitem seu envolvimento com o tráfico de drogas, tal como nos conta Lua, 13 anos, em situação de risco social, acolhida após ter sido ameaçada de morte por dois traficantes:

Pegou puxou [o traficante] me imprensou assim na parede e começou a me enforcar, me deu um bocado de murro no rosto, peguei desmaiei. [...] Peguei desmaiei, aí não lembro mais nada, só que acordei já em casa. Na casa de Maria [amiga]. Aí não lembro mais que aconteceu. [...] Ele disse que se eu aparecesse no fim de linha, ele ia me matar. Só isso que ele disse. Só isso que ele disse mesmo: se eu aparecesse no fim de linha, ele ia me matar. [...] Comprava também na mão dele, mas eu não devia nada a ele não. Só... Eles [traficantes] só me batero mesmo porque eu dei o nome dele na DECA [Delegacia da Criança e do Adolescente] (Lua).

É importante frisar que o consumo adquire conotações específicas, delimitadas pela relação que cada sujeito estabelece com a droga. Esta relação imprime diferentes significados que vão desde o uso recreativo, ocasional, ao consumo abusivo e adicção propriamente dita. Segundo Bucher (1992), na adolescência, como ritual de passagem, a droga cumpre a função de delinear uma nova posição para o sujeito caracterizada pela vinculação com o grupo de amigos, quase sempre acompanhada pela transgressão das normas estabelecidas pelos pais. É o que nos conta Everton, 14 anos, em situação de risco social, enquanto estava abrigado na Casa Dom Timóteo. Para isso, o adolescente utiliza um linguajar que indica seu pertencimento ao grupo constituído por aqueles que fazem uso de maconha:

Porque os outro me oferece na hora que eu to passando:
 – E aí, miseravão, chega aí. Vai dar um pau no *back* [cigarro de maconha]?
 Eu falei:
 – Aqui, meu parceiro, eu aceito.
 Aí eu vou e fumo.

A droga também possibilita o enfrentamento subjetivo do encontro com o sexo, experimentado pelo adolescente como um gozo que se apresenta, de início, marcado pelo desconhecimento. É o caso das adolescentes envolvidas com a prostituição, enquanto a maioria dos participantes afirma que iniciou o uso sob a influência de amigos. Também encontramos casos de dependência ao crack, utilizado de modo abusivo por dois meninos e dez rapazes, e de forma pontual por uma adolescente.

Alguns impõem limites ao padrão de consumo, o que pode ser lido no relato de Andy, 14 anos, a respeito de sua experiência com maconha e cocaína: “E foi desse jeito que eu parei, colocando na minha cabeça que assim como muitas pessoas, muitas vidas de várias pessoas estão destruídas, assim mesmo a minha poderia ficar destruída, se eu continuasse usando”. De sua parte, Roberta conta que iniciou o uso de “quase todas as drogas, LSD, doce, *ecstasy*, lança-perfume, loló, cápsula do vento, ácido”, após o incesto com seu pai. Apesar de já ter sofrido três *overdoses* provocadas pelo consumo de cocaína, ela só interrompeu o uso em Salvador, onde, segundo a adolescente, o produto apresenta qualidade inferior ao que ela estava habituada a encontrar em São Paulo: “E se for pra mim usar uma porcaria, eu decidi parar, entendeu?”.

Os limites também são delineados pelo laço com a figura materna e pelo investimento narcísico do corpo, especialmente para os envolvidos com a prostituição. São limites que constroem bordas, a partir da qualidade e tipo da substância psicoativa, configuradas na opção de não experimentar drogas como o crack, em função da degradação biopsicossocial dos usuários, o que pode ser conferido neste fragmento narrado por Roberta:

Porque no começo da minha trajetória, logo quando eu saí de casa, que aconteceu esses motivos com a minha família [incesto com o pai] aí eu comecei a vender foi o crack. [...] O estado que as pessoas vinha atrás disso. Desesperadamente, sabe. Louca, sem tomar banho, suja. E eu não quero isso pra mim, cara. Por mais que qualquer tipo de droga seja ruim, entendeu, mas o estado das pessoas... Nossa, é horrível, cara, não dá nem pra explicar isso assim. Se destrói o corpo, sabe, por dentro e por fora principalmente. A pessoa não pensa em si própria, todo dinheiro que pega é pra droga, não se cuida, não toma banho, não escova os dentes, não pensa no próximo. Bom, se já vi gente roubando a própria mãe pra usar droga (Roberta).

Do ponto de vista fenomenológico, a disseminação do uso de drogas entre crianças e adolescentes evidencia uma tentativa de evitar a dor, camuflar sentimentos de menos-valia e livrar-se de conflitos, geralmente protagonizados no seio da família e associados com precárias condições socioeconômicas. Segundo Nayana, 15 anos, em situação de rua, acolhida

após cumprir pena por roubo e desacato à autoridade, ela iniciou o uso de “quase todas as drogas” devido ao sofrimento provocado pelo afastamento de sua mãe: “O pensamento de encontrar ela, mas sempre quero me jogar o desprezo”.

Sobretudo para quem está em situação de rua, o uso aparece relacionado com a fome, a miséria e o abandono, mas também com “vivências cotidianas demarcadas pela questão de adquirir as substâncias psicoativas, de consumi-las e de se proteger” (BUCHER, 1992, p. 77). Nesses casos, não se trata necessariamente de adicção, pois diante de condições degradantes, a droga oferece “momentos de prazer, de beleza, de alegria e relaxamento, permitindo esquecer, ao menos momentaneamente, as ameaças e a perseguição às quais estão expostos em permanência” (BUCHER, 1992, p. 78).

O uso eventual pode ser interpretado segundo a lógica do princípio do prazer que, de acordo com Freud (1920), visa evitar o desprazer e/ou produzir uma cota de satisfação, ali onde o princípio de realidade oferece pouca ou nenhuma oportunidade. As normas compartilhadas pelo grupo favorecem as trocas simbólicas e permitem situar a droga não como elemento “de desordem, mas de integração e mesmo de símbolo, seja de protesto contra a violência sofrida, seja da coesão afetiva do grupo” (BUCHER, 1992, pp. 72-3). Desse modo, o consumo funciona como um traço que proporciona a identificação do sujeito ao grupo; enquanto os que não consomem são excluídos, pois o fato de não compartilhar hábitos é, no geral, tomado como ameaça pelos demais. É o que nos conta Walter, um menino de onze anos, que foi obrigado por companheiros mais velhos, a dar as primeiras tragadas num cigarro: “Ou você fuma ou toma dois cacete! Te derrubo aí no chão mesmo!”.

A identificação ao grupo promove o reconhecimento imaginário entre semelhantes, enquanto a droga funciona como uma espécie de líder que agrega os jovens usuários. Essa distribuição compromete as potencialidades de identificação simbólica ao Outro, enquanto marca de uma alteridade radical. Sobretudo porque, para que isso ocorra, o Outro precisa ser amado, mas para essas crianças, o Outro denota, no geral, indiferença e mesmo violência, particularmente quando se trata de “drogados”. Por isso, os “meninos de rua” são forçados a construir “recursos que lhes permitirão alguma condição subjetiva de existência” (CRUZ, 2003, p. 22). A droga torna-se então “o agente de uma função psíquica” (CRUZ, 2003, p. 28) que organiza a subjetividade e confere um tipo de estabilidade, ainda que esta se apresente sempre prestes a dissolver-se.

Até o final dos anos 90, crianças e adolescentes em situação de rua se limitavam a consumir solventes, inalantes e maconha, que constituíam práticas integradoras. Entretanto, o aparecimento do crack produziu mudanças no padrão de comportamento daqueles que têm a

rua como principal referência de suas vidas. Trata-se de uma droga de teor mais ofensivo do que a cola de sapateiro e a maconha que, até então, eram largamente utilizadas por essa população. A substituição dessas drogas pelo crack apresenta inúmeras causas e, entre outras, merecem destaque seus efeitos, pois as sensações de prazer, euforia e poder aparecem e desaparecem quase instantaneamente; o que leva o usuário a querer voltar a usar a droga imediatamente. Isto favorece a dependência, estimulada pela facilidade de compra e pelo baixo preço no mercado do tráfico.

Segundo o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID (2008), o crack, ou pedra, é a cocaína sob a forma de uma base, fumada em cachimbos, sendo a forma mais potente e adictiva desta droga que provoca efeitos intensos, mas efêmeros. Entre estes, destacam-se os comportamentos hiperativos, inapetência, inclusive sexual, e alívio do cansaço. A diminuição de peso é acompanhada pela perda das noções básicas de higiene, o que serve como índice para identificar os consumidores. O principal efeito consiste “no pânico”, expressão empregada pelos usuários para descrever os sentimentos de paranóia e perseguição que levam a desconfiar de tudo e de todos. É o que nos conta Ticiano, 16 anos, em situação de rua, no Pelourinho, Centro Histórico de Salvador, com uma riqueza de detalhes poucas vezes observada entre os “craqueiros”, mesmo os adultos, que habitualmente apenas identificam a “onda” com querer mais e mais:

Eu sinto uma sensação boa e um sentimento ruim. [...] O bom é quando você está fumando ali. E o ruim também é quando você acaba e solta a fumaça, e só vem coisa ruim na mente: que te pega, que vai tomar o que é seu, que vai te bater. [Incompreensível] Eu só fico assustado. [...] Igual a sacizeiro¹⁰, eu penso isso. Que tá armando, que me pegá (Ticiano).

Este fragmento oferece uma oportunidade para lançar alguma luz sobre a modalidade de gozo produzida pelo crack. Em primeiro lugar, gostaria de chamar atenção para o emprego dos pronomes, pois ao referir-se a “si mesmo”, Ticiano utiliza a primeira pessoa do singular e o pronome oblíquo “me”, embora ele descreva o ato de fumar e os efeitos provocados pelo crack na terceira pessoa do singular, por meio do pronome de tratamento, “você”, e do possessivo “seu”, acompanhado pelo pronome oblíquo da segunda pessoa do singular “te”. Portanto, quem fuma é o outro, situado na posição de um interlocutor imaginário, enquanto a Ticiano cabe apenas pensar e ficar “assustado” frente ao receio de ser “pego”. O relato indica – no que diz respeito ao consumo – que há certa confusão entre o eu e o outro, o que suscita

¹⁰ Expressão popular utilizada para representar os sentimentos persecutórios provocados pelo uso de crack.

questões sobre a alteridade. Afinal, quem é esse outro? Por outro lado, o aparecimento de uma fenomenologia paranóica levanta questões sobre a aderência dos usuários. Por que fumar se o “pânico”, aparentemente desprazeroso, é inevitável? Como esse “pânico” produz gozo?

Talvez possamos encontrar respostas para essas questões na abordagem do psicanalista Charles Melman que articula o gozo do toxicômano com o conceito lacaniano de gozo do Outro. Baseado em observações clínicas, Melman constata que a droga promove “a impressão de estar habitado pelo Outro, que é um Outro que fala pela minha boca e nós dois estamos em perfeita harmonia e acordo” (MELMAN, 2003, p. 139). Antes de tudo, “o gozo do Outro, do corpo do Outro, só se promove pela infinitude” (LACAN, 1985, p. 16). Trata-se de uma modalidade de gozo que extrapola os limites da linguagem, o que promove um curto-circuito no registro simbólico. Essa afirmação de Lacan aponta para o excesso, em alinhamento com o que Freud (1920) denominou de mais-além do princípio do prazer. Para fins deste estudo, importa salientar que este princípio opera sob o comando da pulsão de morte, no sentido da destrutividade desvinculada do componente erótico e dirigida para o eu do próprio sujeito.

Acontece que o Outro não é o indivíduo, nem a pessoa, pois “na verdade estamos falando do corpo do Outro como alguma coisa que só tem consistência lógica, isto é, alguma coisa que se pode conceber, mas que não pode ser tangida” (GERBASE, 2007, p. 79). Não se trata do corpo biológico, mas do “corpo no sentido do objeto *a* e do Outro no sentido de inconsciente” (GERBASE, 2007, p. 85). Portanto, rigorosamente, trata-se de um tipo de gozo que, de fato, não existe, embora alguns indivíduos o persigam com insistência.

Como causa do desejo, o objeto *a* instiga a perseguir o inalcançável, por conta da perda estrutural do objeto. Contudo, quando “este objeto se faz presente no campo da realidade, se o sujeito tem a sensação de encontrar um objeto tangível, perceptível, que preenche o seu desejo, é o próprio sujeito que corre o risco de ser eclipsado, de entrar em afãise” (TEIXEIRA, 2007, p. 126). Sublinho aqui a dimensão imaginária desse encontro, experimentado na relação com um objeto que, independente de sua concretude e da possibilidade de provocar “onda”, não possibilita o preenchimento da estrutura vazia do desejo. Mas, pelo contrário, a presença do objeto, capturado no plano da sensação, articula-se com o apagamento do sujeito, que aparece em posição de objeto do gozo do Outro.

De uma parte, sabemos que o Outro só existe “como efeito do discurso. A inconsistência lógica do campo do Outro é afirmada por Lacan que insiste que não há universo do discurso, não há um significante que diga o que o sujeito é. Essa falta de significante é o que descompleta o campo do Outro e institui o Outro como desejanter”

(PINTO, 2002, p. 72). Por isso, no lugar do Outro há “uma falha, um furo, uma perda. Aí está algo de completamente essencial à função da linguagem” (LACAN, 1985, p. 41).

Para Melman (2003), o gozo do toxicômano difere em função do produto consumido, quer se trate da utilização de cocaína, ópio, heroína ou álcool. Contudo, no que diz respeito ao crack, não pude identificar na literatura especializada, considerações a respeito da distribuição de gozo. Entretanto, a partir do relato de Ticiano podemos concluir que a “onda” confere consistência imaginária ao Outro, o que faz o sujeito supor, segundo um raciocínio lógico, que o Outro existe e se ele existe, então é possível aceder ao seu gozo. De outra parte, o corpo do usuário ganha consistência através da droga, ou seja, o corpo goza, mesmo que seja ao preço da irrupção paranóica, através dos sentimentos persecutórios suscitados pela imaginarização do Outro. Assim, ali onde se carece do corpo do Outro para gozar, instala-se a realidade da experiência do gozo, produzido pela consistência imaginária da relação com a droga. Isto ocorre às custas do retorno da destrutividade para o eu do sujeito, demonstrada de maneira clara na degradação biopsicossocial dos “craqueiros”.

A dimensão imaginária prevalece sobre o registro simbólico, o que pode ser observado na fala de Ticiano através da utilização truncada de pronomes, que sugerem uma falha no processo de separação entre o eu e o outro. Por outro lado, sabemos que o padrão de consumo intensivo em curtos intervalos de tempo acentua a posição narcísica, na qual se observa o estreitamento da relação dual entre o sujeito e o objeto, com conseqüente fragilização do laço social. Ticiano, no entanto, lança mão de um recurso que lhe permite estabelecer uma forma particular de comunicação. De início, ele recusa a fala e os contos, pois a princípio, ele não aceita o convite para participar da Oficina.

Entretanto, ao observar os participantes contarem “sua” história, ele adere ao grupo com uma proposta para cantar *raps*, o que será desenvolvido no próximo capítulo. Antecipo apenas que apesar deste adolescente ter lançado mão de canções compostas pelos *rappers*, ou seja, de uma fala alheia que ele repete, as associações que se seguiram ao canto permitiram a Ticiano narrar, em seu nome, e de modo estruturado, fragmentos de sua história de vida.

Em contrapartida, os participantes que se encontravam abrigados evidenciaram uma demanda para narrar “sua” história de modo convencional. Para Hugo, um adolescente de 16 anos, a situação de risco social aparece associada com o uso abusivo de crack, que o levou a trocar o aparelho de DVD de sua casa por cinco pedras. Neste caso, a participação na Oficina de contos resultou numa narrativa que se estendeu por mais de trinta minutos, o que também pôde ser observado com outros sujeitos que estavam acolhidos. Inicialmente, Hugo conta que havia começado “pelo cigarro, depois passei pra maconha, da maconha passei logo pra pedra

[crack], depois comecei cheirar pó. Já fumei pitilho [maconha com crack], já fumei mesclado [cocaína com cigarro], já cheirei cola”. Com frequência, o limite é dado pelo risco de *overdose* ou mesmo pela morte, tal como nos conta Hugo:

Eu não escolhi a droga: foi por curiosidade qu’eu fui fumar ela. Foi por curiosidade, aí eu dei o primeiro beijo, me apaixonei. Eu dei só um tiro e gostei, comecei a usar. E hoje, eu to aqui por causa dela. [...] E essa droga [crack], tia, ela né assim de você fumou ela, e ela você esquecer logo não. Porque que nem você... Quer dizer qu’eu fumei agora, né. Que nem esse DVD mermo qu’eu roubei, eu fumei. Na hora qu’eu peguei o DVD eu não tava pensando em nada, não tava pensando que amanhã era meu aniversário. Roubei na quarta, na quinta era meu aniversário. Eu na hora qu’eu roubei o DVD eu não pensei que amanhã era meu aniversário, eu não pensei em mãe, não pensei em pai, não pensei em ninguém, não pensei em irmão, pensei em ninguém mermo. Aí depois qu’eu fumei a droga, fumei, fiz tudo, minha consciência começou a pesar. Comecei a juntar, passar coisa em minha cabeça de meu aniversário, começou vindo minha mãe em minha cabeça. Começou vim tudo porque eu fiz isso. Porque... No momento, pensei até que ia ficar maluco. Comecei a raciocinar assim, pensando pra saber qu’eu tava errado. [...] Essa droga só te pede mais pra você usar. E quanto mais você usa, mais ela te instiga. Quanto mais você tem pra vender, quanto mais dinheiro você tem pra gastar, você gasta o dinheiro todo, tia. E essa droga é assim, dá um pânico nela mermo que tem hora que dá vontade de se matar e tudo, que nem já me deu vontade de me matar. Já pedi pra Deus pra me tirar dessa vida e tudo (Hugo).

Esta narrativa demonstra como a droga produz um curto-circuito no plano da sexualidade, o que levou Lacan (1976) a afirmar que nas adicções o sujeito rompe seu casamento com o “faz-pipi”. Trata-se da relação do sujeito com o significante fálico, cuja inscrição, observada no desfecho do complexo de Édipo, permite assegurar uma posição sexuada, articulada ao desejo e à lei. Assim se inaugura o que Lacan (1985) denominou de gozo fálico, que decorre da submissão do sujeito às leis da linguagem, instauradas graças à castração simbólica. Esta operação assinala a impossibilidade de acesso direto ao objeto, ao qual somente se pode aceder através da mediação do significante.

Segundo Lacan (1985), o gozo fálico faz obstáculo ao gozo do Outro, experimentado de modo ilusório como infinito, enquanto o gozo fálico se inscreve de modo limitado, como “gozo do órgão” (LACAN, 1985, p. 15). Por isso, o gozo sexual “é fálico, quer dizer, ele não se relaciona ao Outro como tal” (LACAN, 1985, pp. 17-8), mas apenas a pedaços do corpo. Para Lacan, a realidade só pode ser abordada com “os aparelhos de gozo” que possibilitam uma satisfação baseada na linguagem e na palavra. O gozo fálico articula-se então como um gozo de linguagem, um gozo fora-corpo, que se pode dizer e escrever, e que surge atrelado ao

desejo, enquanto estrutura vazia. Desse modo, é possível operar a substituição de objetos, desde que o desejo é metonímico, o que promove invariavelmente uma cota de prazer limitada. Em outras palavras, o gozo fálico corresponde ao que Freud designou, no início de sua obra, como o prazer derivado do mecanismo da realização de desejos, utilizado como argumento na interpretação das respostas analisadas no segundo capítulo desta Tese.

Em contrapartida, o gozo do Outro é experimentado não como “um gozo do significante, mas um gozo do objeto” (TEIXEIRA, 2007, p. 128). Por isso, o adicto experimenta uma dificuldade ou mesmo impossibilidade para eleger um objeto de desejo. Em seu lugar, ele elege o objeto-droga que engendra um tipo de gozo que extrapola o modo habitual de obter prazer, quer se trate da vida sexual, ou das satisfações proporcionadas pelas manifestações artísticas e culturais, de estudo e trabalho. Na vertente do mais-além do princípio do prazer, que visa o gozo do Outro, Hugo fica impossibilitado de ter acesso ao gozo fálico, sexual: “Eu não escolhi a droga: foi por curiosidade qu’eu fui fumar ela. Foi por curiosidade, aí eu dei o primeiro beijo, me apaixonei”.

Frente à vontade avassaladora de usar a droga, o sujeito aparece em posição de objeto, escolhido, ao invés de escolher, e independente do que ele possa querer, ele passa a depender do consumo de uma substância. A identificação ao objeto afeta o processo de simbolização, ao ponto de interferir nos processos de pensamento e reflexão. Aí não existe sujeito para pensar nem lembrar e, numa passagem ao ato, Hugo rouba o DVD de sua mãe. Sob o comando imperativo da química, a droga “não mais regula o bom funcionamento, mas é o motor sem o qual a máquina não funciona. Aqui, manifesta-se a ruína do Outro simbólico” (TOROSSIAN, 2003, p. 66).

A tentativa de encontrar o gozo do Outro, situado mais-além do princípio do prazer, também aparece registrado na fala de Willie, 16 anos, em situação de rua, no Pelourinho, onde ele faz uso de “todas as drogas”. Arredio e acusado de protagonizar roubos com o auxílio de facas e canivetes, este adolescente participou de três Oficinas, nas quais demonstrou interesse pela história do Saci-Pererê, índice de sua dependência ao crack. Pois este personagem do folclore brasileiro comporta associações com o crack, em função do uso do cachimbo e de sua tendência para esconder-se, o que traduz os sentimentos persecutórios representados na expressão “sacizeiro”. Segundo Willie, ele foi vítima de uma *overdose*, ao tentar consumir, sem intervalo, 350 reais de cocaína e crack: “Foi num dia que eu ganhei, sabe quanto? No dia que eu ganhei não, no dia que eu achei 550 reais na porta do Shopping. [...] Gastei tudo na droga. [...] Cinco onça e uma de peixe”. De fato, Willie não faz o cálculo corretamente, mas lembro que para efeito deste estudo, importa tão somente o que diz o sujeito.

Segundo Melman (2003), a procura desenfreada do gozo do Outro se opõe à conexão com a função humanizante do desejo, mediada pelo simbólico. Na toxicomania isso tem um preço, ou seja, a dependência ou a morte por *overdose*. O autor observa que a droga silencia a palavra e com isso engrossa o caldo de “miséria mental” que independente da miséria social é experimentada como dificuldade, ou mesmo impossibilidade do sujeito refletir sobre as próprias condutas e escolhas. Daí resulta uma “nova economia psíquica” regida por uma linguagem de signos e não de significantes, pois a palavra passa a implicar a coisa e não outra palavra, cuja ineficácia só pode provocar violência e ruptura do laço social.

Ao abordar o mal-estar na civilização, Freud (1930) situa a droga como uma alternativa para enfrentar o sofrimento decorrente dos limites impostos pelo processo civilizatório, que exige renúncias no que diz respeito ao exercício da sexualidade, agressividade e destrutividade. Em contrapartida, a rápida ação das substâncias psicoativas sobre o corpo assegura efeitos de satisfação imediata e a ilusão de independência do mundo. Neste contexto, a experiência de positividade proporcionada pela droga representa uma tentativa de escamotear a falta do sujeito, constituída pela perda estrutural do objeto *a*. Uma resposta muda para lidar com as questões da existência e que, por isso, produz a liquidação do sujeito, que fica anulado no ato da enunciação, mais falado que falante.

Mas como minimizar os prejuízos biopsicossociais? Em função da inexistência de programas específicos de redução de danos para a população infanto-juvenil, é importante atentar para as narrativas que aqui foram interpretadas, pois elas configuram um saber sobre o uso de drogas, bem como sobre o envolvimento com o tráfico. É o que nos conta Willie a respeito dos pontos para venda de drogas no Centro Histórico de Salvador: “Lá embaixo na Praça Castro Alves, virando pra cá, onde tem aquele ladeirão ali, virando ali, ni uma rua ali. Não tem a Praça Castro Alves lá embaixo? Não tem o estacionamento lá? Descendo pelo cantinho e virando, ali tem traficante”. E aqui importa menos o conteúdo do que o estabelecimento de um laço construído a partir da contação de histórias, o que também pode ser observado no relato de Jack e Saulo a respeito do uso de crack:

- Saulo: Pega o cachimbo.
- Jack: Bota a cinza.
- Saulo: Bota a cinza.
- Jack: A cinza do cigarro em cima do cachimbo. Pega a pedra...
- Saulo: Pega a pedra, parte, bota em cima, pega o isqueiro, queima, aí bum! Aqui oh! E puxa. Aí depois prende, traga. Aí depois solta a fumaça. [...] Aí tá no pânico.

Isso ocorreu sem imposições, críticas nem julgamentos, o que facilitou a livre expressão e o debate sobre o consumo de drogas. Sem imperativos, ou seja, sem dizer como eles deveriam ser. Podemos então concluir que a participação em Oficinas de contos favorece a simbolização da experiência com a droga, independente dos jovens usuários manterem o uso. Assim se configura uma estratégia narrativa para simbolizar a experiência de gozo promovida pela relação imaginária com a droga. Com isso, é possível suscitar um gozo de linguagem, que pode ser colocado como alternativa para fazer frente à procura do gozo do Outro, ainda que temporariamente, enquanto dura a contação de histórias ou enquanto se canta um *rap*, no intuito de minimizar os estragos provocados pelo crack.

O prazer derivado da contação de histórias, que circunscreve um gozo de linguagem, favoreceu a construção de um laço social caracterizado pela confiança. O resultado não poderia ser outro senão a ênfase na atenção ao sujeito que, entre outros relatos, pôde socializar as experiências de tratamento anteriormente experimentadas, conforme nos conta Manuel, 11 anos, em situação de rua no bairro do Comércio, sobre sua passagem pelo Projeto “Viva Vida”, uma organização não-governamental dedicada ao acolhimento de crianças e adolescentes que fazem uso de substâncias psicoativas:

Depois do café, dá um cigarro, depois do almoço, dá outro. Aí depois da janta, dão também. [...] Aí no outro dia, já deu três, no outro dia dá mais outro. Na hora que completar cinco cigarro para. Aí na hora vai conversar já com a moça. Você vai querer fumar, vai querer fumar, mas num... Vai querer fumar, vai querer fugir, mas eu não (Manuel).

Não podemos esquecer que a posição subjetiva afeta o processo de aquisição de conhecimentos. Isto ocorre na medida em que para assimilar um saber, o sujeito necessita articulá-lo com sua própria história. Neste sentido, a dinâmica das Oficinas de contos engendrou a interatividade e a participação ativa na aquisição do saber, o que inclui o saber sobre si, observado no aparecimento significativo de histórias de vida após a audição dos contos. Desse modo, foi possível ultrapassar o modelo passivo da transmissão de informações, o que favoreceu a reflexão e discussão de temas relacionados, direta ou indiretamente, com o consumo de drogas, tais como a relação com o próprio corpo, consigo mesmo e com o outro, com o lugar, o tempo e a linguagem.

Por fim, com base no *corpus* deste estudo, considero importante refletir sobre o lugar oferecido a esses jovens pelas práticas discursivas que regulamentam o laço social nas sociedades capitalistas. Em linhas gerais, trata-se do imperativo que determina a posse de

mercadorias que asseguram o sentimento de reconhecimento e pertencimento social, o que espero problematizar, analisar e interpretar no próximo tópico.

16. Entre consumo e gozo: a narrativa

O consumo de drogas e a prostituição infanto-juvenil configuram circunstâncias capazes de provocar danos para os participantes deste estudo. Até aqui, desenvolvi uma análise baseada nas narrativas individuais apresentadas pelos participantes das Oficinas de contos. Entretanto, antes de concluir, gostaria de levantar algumas questões sobre a influência do discurso dominante na nossa sociedade. Trata-se de avaliar como o tipo de gozo produzido por este discurso põe em risco a vida de crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade social.

De uma parte, temos uma situação de desequilíbrio social “com o crescimento da pobreza sobre a maioria da população brasileira, o que vai deteriorando todas as relações sociais, degradando as populações e desagregando as instituições” (GRACIANI, 2001, p. 119). Deste ponto de vista, o “menino de rua” é produzido por uma sociedade que não lhe oferece “projeto de vida algum, no sentido de crescimento humano. Mesmo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069, de 13 de julho de 1990), não temos percebido políticas públicas consequentes que apontem nessa direção” (GRACIANI, 2001, p. 101). Neste sentido, o “desvio social” aparece do lado da sociedade, que além de tê-los gerado, não assegura proteção aos seus direitos.

De outra parte, temos um discurso que rege a formação do laço social nas sociedades capitalistas. Ao debruçar-se sobre o tema, Lacan (1972) formaliza o que ele chama de “discurso do capitalista” que possibilita a reflexão sobre a distribuição do gozo na perspectiva da função de mercado. Ele constata que a nova ordem econômica liberal impõe como norma o gozo massificado, capaz de assegurar gratificação imediata, mesmo que efêmera, sob a forma das mercadorias continuamente oferecidas pela indústria capitalista. Desse modo, propõe-se um gozo fora da linguagem, mediante o acesso direto a objetos concretos e palpáveis que podem ser comprados.

Sabemos, no entanto, que o significante é a causa material do gozo, pois as leis da linguagem determinam que um significante articula-se com outro significante, e não ao objeto. Contudo, em detrimento dessa relação de causalidade, o apelo ao consumo institui a dependência do sujeito que passa a ser comandado pelo objeto. Aí se inclui uma variedade de bens, que se estendem ao mercado ilegal cujas leis podem ser “mais rígidas do que aquelas

que regulam as relações de consumo na sociedade aberta do mercado formal” (ESPINHEIRA, 2002, p. 12). E desde que a lógica do consumo fundamenta-se na dependência ao objeto, Melman (2008) aborda a toxicomania por intermédio do discurso do capitalista. Sem perder de vista que a clínica das toxicomanias comporta questões complexas que extrapolam a lógica que rege este discurso, vejamos se essas considerações podem ser aplicadas às outras questões levantadas por este estudo.

A sedimentação dos valores capitalistas corre em paralelo com a desvalorização da função paterna, pois o discurso científico produziu um abalo no poder divino, que funcionava como suporte simbólico para o exercício desta função no mundo ocidental. De fato, a falência “da figura do pai como referência fundamental condensaria a quebra dos pressupostos da sociedade tradicional produzida pela modernidade” (BIRMAN, 2006, p. 27). Com isso, a autoridade do pai é desconstruída, o que determina uma carência simbólica que força o sujeito a forjar suas identificações, pois estas já não lhe são concedidas pelos meios sociais de produção de identidade auferidos pela tradição. Assim, “a ruptura das formas antecipadas de produção identitária, promovidas como invariantes pela tradição, lança as subjetividades no abismo do desamparo” (BIRMAN, 2006, p. 27).

Segundo Birman (2006), para escapar ao horror do desamparo, o sujeito submete-se de maneira servil a um *pacto masoquista*, imposto pela modernidade como *servidão voluntária*. De acordo com Léonard (1982), esta expressão foi cunhada no século XVI por La Boétie para designar a servidão imposta por poucos sobre muitos, que se assujeitam perante a força ou frente às ilusões que lhes são oferecidas, sem questionamentos a respeito da liberdade perdida.

É incrível como o povo, quando se sujeita, de repente cai no esquecimento da franquia tanto e tão profundamente que não lhe é possível acordar para recobrá-la, servindo tão francamente e de tão bom grado que ao considerá-lo dir-se-ia que não perdeu sua liberdade e sim que ganhou sua servidão (LÉONARD, 1982, p. 20).

De acordo com Birman (2006), a *servidão voluntária* traduz a assunção da razão que liberta da tutela divina e estabelece posições subjetivas pautadas no discurso da ciência. Desse modo, o determinismo da natureza e os desígnios dos deuses são postos de lado, em prol do conhecimento científico e das novas formas de organização da civilização ocidental.

Em termos freudianos, a *servidão voluntária* assume a forma do “masoquismo moral”, que impõe um dever de gozo. Identificado com o sentimento de culpa e a necessidade inconsciente de punição, o perigo do masoquismo moral reside em sua derivação da pulsão de

morte, que representa as tendências destrutivas do sujeito (FREUD, 1924). Neste caso, a pulsão de morte é direcionada para o próprio eu, frente à impossibilidade de ser dirigida para o mundo, sob a forma de comportamento destrutivo, de domínio e poder, ou mesmo de ser sublimada na construção de artefatos culturais. Trata-se, em outras palavras, da lógica que opera no que foi até aqui analisado com a denominação de gozo do Outro.

De fato, as histórias de vida deste estudo demonstram que o gozo aparece associado com a autodestruição. O *pacto masoquista* situa, de um lado, a jovem prostituta e o drogadito que, por vezes, trabalha como “avião” e vende pequenas quantidades de droga, enquanto do outro lado encontram-se os pedófilos e traficantes. Entretanto, a situação de acolhimento, sob efeito do trauma, possibilita o reconhecimento da autodestruição que implica a presença do outro, conforme o dizer de Roberta: “Eu estou me destruindo. Eu estou acabando comigo mesma. Estou fazendo minha mãe sofrer demais que, além de tudo, ela sempre teve do meu lado, sabe. Ela me ajudou quando eu mais precisei, é outra amiga que eu tenho”.

Por sua vez, os relatos de alguns usuários de crack indicam que eles tinham clareza a respeito dos danos provocados pela droga. Como Ticiano, 16 anos, cuja dependência o levou a trocar a companhia da família, com quem residia no bairro do Engenho Velho da Federação, pela vida nas ruas do Centro Histórico de Salvador. Apesar de reconhecer os males provocados pelo crack, Ticiano afirma que prefere permanecer na rua, onde pode consumir crack a seu bel-prazer. Assim como outros jovens, Ticiano recusa a estrutura familiar à qual pertence, de acordo com suas palavras:

Eu to na rua porque gosto mermo. Não passo fome, não passo necessidade em casa e tenho tudo do bom e do melhor. Mas eu me aviciei no mundo das droga mermo, por isso eu to na rua. [...] Você não tem infância nenhuma se você fica com essa droga. Você está se matando. [...] A morte ou pode levar você a matar alguém. A morte ou perder. [...] Perder que você ganha a vida trabalhando, tá estudando, tem uma casa, fica na família. Então, cê usando essa droga, cê tá perdendo muito mais (Ticiano).

Podemos então concluir que algumas crianças e adolescentes fazem opção pela rua em função da liberdade? Ou se trata de uma “escolha forçada” guiada pelo imperativo de ter que conquistar uma identidade, ao consumir as drogas da moda? Esta conexão pode ser lida nos versos do *rap*, que tomam o “menino de rua” como personagem principal, cantado por Nayana, 15 anos, em situação de rua, após cumprir pena por roubo e desacato à autoridade: “dominado, viciado/ escravo da droga/ entrou de balo/ vacilou pensando qu’era moda”. O fato é que essa repartição de lugares oferece suportes identificatórios, mesmo que perversos.

Frente à falência da função paterna, o capitalismo impõe ao sujeito a construção de sua identidade, segundo a lógica do consumo.

Para Melman (2008), a própria existência da família está ameaçada pelos imperativos que propõem a busca máxima de gozo, sem limites nem obrigações. A satisfação imediata aparece desarticulada de planos para o futuro, enquanto as relações afetivas seguem o modelo imposto pelo capitalismo que recomenda a renovação constante dos objetos. Com isso, o laço social é ameaçado, o pai já não pode ser tomado como modelo de identificação, o que pode tornar o jovem pouco propenso a estabelecer ideais, na batalha pelo sucesso. Por outro lado, o sexo sem compromisso e a droga asseguram satisfações imediatas.

Diante da fragilização dos referenciais simbólicos, os sentimentos de desamparo são acentuados, pois a cultura contemporânea “impõe ao sujeito a complicada tarefa de se fazer por si mesmo, levando-o a prescindir das referências simbólicas e a crer que efetivamente inventa a sua história” (RAMALHO, 2006, p. 26). Contudo, isso não passa de uma ilusão, pois o romance individual de cada sujeito é tecido com os significantes que o Outro lhe cede, apesar do desconhecimento por parte do sujeito daquilo que o causa. Na tentativa de driblar o desamparo, o sujeito é obrigado a inventar-se e nesta configuração, a relação com o consumo adquire relevância. Patrocinado pelos ideais da sociedade capitalista, o empuxo ao consumo intoxica o indivíduo com um gozo que implica a perda de valor da palavra.

Segundo Gonçalves (2000), o sujeito da contemporaneidade constitui-se como um consumidor consumido, que vive sob o imperativo de ter que “escolher” sua própria ação, segundo a lógica do consumo. Frente à presença e concretude do objeto, “o sujeito não o domina mais por isso: ao contrário, se encontrará estreitamente dependente dele, destinado a persegui-lo num esforço que não tem descanso e onde está condenado a jamais encontrar o que poderia desejar de mais singular” (CHEMAMA, 1997, p. 31). Neste sentido, Melman (2008) observa que “não há limite, demarcação entre o que se tornou nosso ambiente cultural e o engajamento nas drogas” (MELMAN, 2008, p. 173). Para os usuários de crack, o consumo aparece plasmado na expressão “mais e mais”, empregada para caracterizar a relação com a droga.

Vejamos agora se esta lógica também pode ser aplicada às narrativas elaboradas pelos informantes que estavam envolvidos com a prostituição. De fato, os autores dividem as especulações entre a miséria econômica, que impõe o sacrifício, e a “escolha” perversa. Esta toma “como hipótese provável que, não existindo *a priori* a determinação econômica, elas gostem de se prostituir, e com isso ganha força a acusação de doença – ninfomania – como justificativa da conduta” (GASPAR, 1994, p. 81). Esta hipótese, no entanto, não esclarece

porque a “doença” configura-se como prostituição, ao invés de simplesmente expressar-se pelo aumento do número de parceiros ou da frequência de relações sexuais.

De acordo com as narrativas produzidas nas Oficinas de contos, não se trata de necessidade, mas de um meio para adquirir dinheiro, quase sempre gasto na compra de objetos supérfluos, porém cobiçados. Sem desconsiderar a situação de penúria socioeconômica, em nenhum caso os argumentos fundamentam-se em questões de sobrevivência, mas na existência do sujeito. O dinheiro assim obtido costuma ser gasto, de maneira fácil, para sustentar um estilo de vida marcado pelo descompromisso.

O fato é que na contemporaneidade, as realidades do mundo ocidental constroem-se com base numa estrutura discursiva caracterizada por um imperativo de gozo guiado pelo consumo. Também não podemos esquecer que “se o laço de mercado se der como a forma do laço social, produz-se o mais perverso dos efeitos: a marginalização social daqueles que não tiverem como entrar no mercado” (GONÇALVES, 2000, p. 117). Do ponto de vista subjetivo, a dependência ao campo do Outro da linguagem e da cultura impõe condições para a inscrição em realidades, atualmente organizadas por um laço social que articula a submissão do sujeito ao comando dos objetos oferecidos pelo mercado. Essas exigências configuram uma “tragédia”, na medida em que o sujeito segue seu “caminho sem fazer disso questão” (GONÇALVES, 2000, p. 127).

Para os participantes das Oficinas de contos, a reflexão sobre as representações dos riscos por eles experimentados apenas surge frente à vivência dos danos que haviam motivado o acolhimento. Segundo Roberta, a prostituição é “uma coisa tão satisfatória, sabe cara. Por mais que depois eu fique um pouco com a consciência pesada. Hoje em dia, com a mente que eu tenho. Porque antes, eu achava divertido”. O acolhimento surge então como um momento propício para o sujeito exercitar sua relação com o campo da linguagem e do desejo. O confronto traumático com o real – provocado por diversos motivos – abre possibilidades para abordar as questões do sujeito, que antecedem o trauma, e para as quais ele ainda não encontrou resposta. Daí a importância do jovem ser escutado, tão logo chegue ao Abrigo.

De acordo com Gonçalves (2000), a escuta implica uma ética que diz respeito à posição de cada sujeito, que deve ouvir e ler o próprio discurso antes de poder transformá-lo. Desse modo, é possível engendrar uma nova forma de laço social. Para Hugo, os conflitos estavam ligados ao consumo de drogas, envolvimento com o tráfico, furtos e roubos, três assaltos à mão armada e uma tentativa de homicídio. Por isso, ele sabe que é motivo de “desorgulho” para sua mãe. Ele é o filho que “mais aprontava” e, por isso, sua mãe chegou a pisar em sua garganta: “Me xingou, me bateu. Já chegou a fazer tudo”. Neste caso, a divisão

subjetiva aparece configurada entre a dependência ao crack e o desafio de provar que é possível mudar de vida. Frente ao risco de ser abandonado por seus pais, Hugo tem a possibilidade de refletir, implicar-se com suas questões e iniciar um tratamento ambulatorial para o uso de drogas:

Pau que nasce torto morre torto. Eu quero mostrar pra todo mundo qu'eu não vou ser assim não. Que eu nasci torto, posso num morrer certo. Num ficar mais nessa daí não de os outro ficar me discriminando não. [...] Eu acho se eu me recuperar e eu sair daqui, eu vou conversar com meus pais, eu vou correr atrás de minha família. Eu acho qu'ela vai me dar mais uma chance. Se eu for pra lá e for voltar a usar ela [pedra ou crack] de novo, acho qu'eu não tenho mais chance nenhuma com eles (Hugo).

O relato dos motivos que haviam determinado o acolhimento favoreceu os processos de reflexão e simbolização da violência. De modo geral, para esses narradores, a reparação foi esboçada mediante o reposicionamento do sujeito frente à própria história; na medida em que a narrativa implica a antecipação de planos e projetos para o futuro.

Num artigo dedicado aos ideais do fim de século, Sinatra (1999) observa que o aumento das toxicomanias, inclusive de drogas lícitas, encontra seu correlato na tendência ao esquecimento generalizado, observado nas sociedades contemporâneas. Do ponto de vista clínico, há uma distância significativa entre a narração de histórias de vida, por parte dos neuróticos em análise, e a recusa à historicidade observada entre os “drogaditos”. Isto porque enquanto o sintoma analítico representa uma formação de compromisso, cuja estrutura de linguagem comporta o apelo ao Outro, a droga fragiliza ou promove a ruptura do laço social. Algo que a contação de histórias resgata ou minimiza.

No entanto, ainda somos confrontados pelo preconceito contra os contos da tradição popular, em articulação com o desprezo pela sabedoria dos mais velhos cuja autoridade aparece abalada na contemporaneidade. Em contrapartida, enfatiza-se a valorização da juventude, como ideal da cultura ocidental (MORIN, 1987). Contudo, “na medida em que se apagam os vestígios do passado, perde-se a noção do valor da origem na constituição de um saber possível para sustentar a vida e suas inscrições” (GURSKI, 2006, p. 164).

Como a subjetividade só pode organizar-se no laço social, esse arranjo repercute no sujeito, sobretudo aquele que se encontra em processo de formação, como ausência de parâmetros a respeito de como orientar-se na vida. Por isso, muitos se confrontam com dificuldades para “se inscrever através de outras insígnias que não as associadas ao gozo imediato e sem limites proposto em nossa época” (GURSKI, 2006, p. 162). Portanto, não é de estranhar que as drogas e os objetos de consumo exerçam tanto fascínio nos jovens e para dar

conta dessas questões, alguns psicanalistas propõem a retomada dos textos da tradição.

Se tal hipótese se confirma, penso que resta aos analistas que se ocupam dessa clínica inspirar-se no lugar do artesão benjaminiano: aquele que, ouvindo e retransmitindo as histórias de seu meio, permite a ampliação das significações, autorizando com isso que se imprimam as marcas do narrador – questão que, ao valorizar a tradição, opera sobre o que chamávamos de vácuo simbólico – reconstituindo assim o elo entre o passado, presente e futuro (GURSKI, 2006, p. 165).

Nas Oficinas, foi preciso interrogar, ressaltar e retomar os pontos que apresentavam significados fixos, tidos como certos, no intuito de promover a polissemia significativa e a divisão subjetiva. Assim, foi possível relativizar certezas e abrir espaços para novas significações. Trata-se de um aporte baseado na clínica psicanalítica da urgência, que visa recuperar a ancoragem subjetiva por meio da articulação significativa, para assim viabilizar a formulação de uma demanda psicoterapêutica. Por isso, a contação de histórias adquire conotações específicas, quando conduzida por um psicanalista.

Pelo que vimos, este estudo devolveu a palavra ao sujeito, onde a supressão promovida pelo gozo do Outro não deixa brecha para o inconsciente operar. Em contrapartida, a contação de histórias oferece a chance “de preservar aquilo que é a característica da humanidade, isto é, a possibilidade de análise, reflexão e escolha de suas condutas, em uma mutação cultural que se apresenta imperativa em relação às condutas e deixa pouco lugar à escolha e à reflexão” (MELMAN, 2003, p. 13). Não se trata de pregar a moderação, a abstinência e o bem para não conturbar a convivência social. Do ponto de vista ético, trata-se de propor estratégias para enfrentar esses impasses.

Uma possibilidade de dar existência simbólica à experiência com a droga e com a prostituição, ou seja, através da fala e da reflexão, e não apenas do consumo. Diante deste contexto, a literatura popular representa um modo para que crianças e adolescentes representem suas experiências. De fato, “precisamos encontrar meios próprios de expressão que exteriorizem os sentimentos das crianças, alavancando-as no seu desenvolvimento e integração. Sem dúvida, um dos mais eficazes caminhos para este processo é a arte” (GRACIANI, 2001, p. 148). Um pontapé inicial para pensar novas estratégias, junto com os “meninos de rua”, a exemplo do aparecimento espontâneo do *rap*, que registra o interesse noutra forma de narrativa, o que será discutido no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

MOMENTO DE CONCLUIR

17. Movimento *hip-hop*

Neste Capítulo, apresento algumas considerações sobre o *rap*, abreviatura para *rhythm and poetry*, estilo musical caracterizado pela recitação de narrativas ritmadas, em função da incidência do seu aparecimento no trabalho de campo desta pesquisa. Como já dito, frente à solicitação para contar “sua” história, dezesseis participantes optaram espontaneamente pelo *rap*, o que corresponde a 42% do total. Antes de dar início à discussão dos dados, gostaria mais uma vez de salientar a natureza qualitativa deste estudo, que toma os números como índices de respostas com o objetivo de facilitar a análise e interpretação dos resultados.

Entre aqueles que demonstraram afinidade com o *rap*, doze estavam em situação de rua e quatro em situação de risco social. Esta distribuição sugere que o estilo de vida nas ruas acarreta dificuldades, entre outras, para estruturar uma narrativa de modo convencional, o que será problematizado nos próximos tópicos. Com exceção de uma adolescente, “viciada” em roubos e assaltos, práticas tradicionalmente associadas ao universo masculino, os jovens “*rappers*” são meninos e rapazes, entre nove e dezesseis anos. Desde o início, o *rap* atrai prioritariamente indivíduos do sexo masculino, que ainda hoje assumem uma postura machista, observada, por exemplo, no fato de chamarem as mulheres de *bitchies* ou “vadias”.

As canções escolhidas pelos participantes das Oficinas de contos têm como tema as dificuldades e problemas enfrentados pelos grupos marginalizados, em conformidade com as histórias de vida que foram analisadas no capítulo anterior. Considero que o aparecimento inesperado das narrativas cantadas configura um dado significativo e, por isso, decidi empreender uma análise no intuito de avaliar a função dessas canções para crianças e adolescentes em situação de rua e risco social.

Não se trata de uma preferência exclusiva, pois alguns participantes escolheram outros tipos de música, tal como a *axé music*, que ocupa o segundo lugar entre os ritmos selecionados pelos meninos, enquanto algumas meninas optaram por canções românticas. Por isso, descarto antecipadamente qualquer tentativa de estabelecer correlações estritas entre o comportamento dos meninos em situação de rua e o *rap*. Neste sentido, Sansone (1997) critica

a abordagem tradicional da etnomusicologia que associa determinados estilos musicais com grupos específicos. Daí resulta a delimitação de identidades e comportamentos estáticos, construídos a partir da preferência musical. Em contrapartida, o autor argumenta que essas conclusões não podem ser generalizadas, pois ele não encontrou associação direta entre gênero musical, etnicidade e grupo, nos resultados obtidos com uma pesquisa sobre o *funk* baiano e carioca.

Essas considerações sugerem cautela na interpretação dos dados que registram o aparecimento significativo do *rap* entre as crianças e adolescentes do sexo masculino que participaram das Oficinas de contos. Na tentativa de alcançar conclusões consistentes, considero fundamental contextualizar o aparecimento do *rap*.

Segundo Chang (2007), o *rap* surgiu nos guetos de Nova Iorque, ligado ao movimento *hip-hop*. Nos anos 70, as precárias condições de vida das classes populares, que enfrentavam dificuldades relativas à moradia, emprego, segurança, transporte, discriminação racial e de gênero, adquiriram proporções agudas no *South Bronx*, cenário de brigas de gangues, fácil acesso às drogas e aumento da criminalidade. Sob a responsabilidade de afro-americanos, caribenhos e hispânicos, os descontentamentos sociais impulsionaram formas de expressão que articulavam um discurso político com a prática da vida, tendo a arte como mediadora. Desse modo, à luz da dinâmica cultural da contemporaneidade, as manifestações musicais, plásticas e cênicas, configuradas respectivamente no *rap*¹¹, grafite e *break*, reinterpretaram a problemática urbana que afetava as áreas mais pobres da cidade.

A re-locação de comunidades socialmente vulneráveis, em Nova Iorque, “não só dispersou as populações do centro da cidade para os subúrbios como também tirou o comércio das ruas” (ROSE, 1997, p. 198). Estas foram apropriadas simbolicamente e passaram a ser utilizadas como palco para manifestações culturais que expressavam insatisfações políticas, sociais e econômicas. A “cultura das ruas”, ou *street art*, invadiu terrenos baldios que foram utilizados para a realização de festas comandadas por DJs que usavam postes de luz para adaptar seus equipamentos de som, enquanto os *rappers* denunciavam a insatisfação social em suas canções. Os muros e metrô foram cobertos por imagens desenhadas pelos *sprays* dos grafiteiros e os dançarinos de *break* ocuparam pontos estratégicos para exhibir seus passos em praças e esquinas movimentadas.

De acordo com Rose (1997), o *hip-hop* representa um recurso identitário alternativo para jovens suburbanos que assim encontram meios para, simultaneamente, denunciar e

¹¹ Além dos cantores e músicos, o *rap* também inclui a participação de *disc-jóqueis* ou DJs, que utilizam toca-discos como instrumento musical.

contestar questões sociais, enquanto se divertem. Desse modo, torna-se possível reivindicar o reconhecimento de igualdades e o respeito pelas diferenças, em alinhamento com a tendência pós-moderna de defesa das singularidades dos sujeitos e grupos. A hipótese de Rose, no entanto, opõe-se à avaliação de alguns estudiosos que enfatizam a qualidade de mercadoria, de fácil comercialização e valor artístico limitado. Paralelamente, outros autores consideram o *hip-hop* como o moderno sucessor das tradições orais dos negros, que dele se utilizam para articular “elementos do discurso, da música, da dança, da exibição para, por meio das performances, dar vida a novas identidades e posições do sujeito” (ROSE, 1997, p. 194).

Sem perder de vista a vinculação com a cultura negra, Rose conclui que essas considerações marginalizam a importância do *rap* como música, além de não levar em conta o contexto pós-industrial de onde emergiu. A autora argumenta que o *rap* não apareceu isoladamente como uma forma da poética oral, mas como elemento de um movimento mais amplo, associado à dinâmica observada nos grandes centros urbanos, no final do século XX. O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, evolução das tecnologias e do mercado financeiro, globalização da economia e imigração maciça das populações de países do Terceiro mundo determinaram modificações que permitiram a transformação dos “produtos tecnológicos, que se acumularam como lixo na cultura e na indústria, em fontes de prazer e de poder” (ROSE, 1997, p. 192).

Em Nova Iorque, “[as] identidades alternativas locais foram forjadas a partir de modas e linguagens, de nomes e ruas e, mais importante: do estabelecimento de grupos e turmas de bairro” (ROSE, 1997, p. 202). Esses grupos estabeleciam condições de filiação e em troca ofereciam proteção e segurança para seus membros. Com isso, constituíam redes comunitárias que possibilitavam o enfrentamento da hostilidade, provocada, sobretudo, pelos grupos rivais, cuja delimitação contribuiu para a construção das fronteiras simbólicas do movimento. Ainda hoje, cantores, dançarinos e fãs mantêm vínculos de pertencimento com grupos específicos, cujas divergências engendram competições marcadas por graus diversificados de violência.

As manifestações para um público crescente permitiram a troca de experiências, bem como aguçaram a capacidade de reflexão crítica, expressa nas letras de canções que mimetizam um cotidiano permeado por brigas, assassinatos, relação com o narcotráfico e abuso policial. Através das canções, a violência é ritualizada e simbolizada nos “combates” dos *rappers* que assim procuram substituir a violência real pelo simbolismo das palavras. Embora esta substituição nem sempre seja alcançada, as ressonâncias culturais do movimento favoreceram sua popularização entre jovens marginalizados e graças à tecnologia das

comunicações de massa, em pouco tempo, o movimento *hip-hop* divulgou-se para comunidades periféricas de outras cidades e continentes.

A popularização do *hip-hop* põe em evidência alguns dos efeitos provocados pela globalização, no sentido proposto por Frederic Jameson de importação e exportação de cultura. “Trata-se, sem dúvida, de uma questão de negócios, mas que também prevê, presumivelmente, o contato e a interpenetração de culturas nacionais em uma intensidade dificilmente concebível em outras épocas, mais lentas” (JAMESON, 2001, p. 16). Impulsionada pela comunicação de massa, a desterritorialização afrouxa os laços entre a cultura e o lugar. Assim, em detrimento dos ritmos diferenciados que caracterizam culturas diversificadas, o local articula-se com o global (HALL, 2003).

Para além disso, para além da nascente celebração da diferença cultural, e muitas vezes intimamente ligada a ela, está a celebração da emergência de uma imensa gama de grupos, gêneros e etnias na fala da esfera pública; o esmaecimento daquelas estruturas que condenavam segmentos inteiros da população ao silêncio e à subalternidade: o crescimento mundial da democratização popular que – por que não? – parece ter alguma relação com a evolução da mídia, mas que é instantaneamente expresso por uma nova riqueza e variedade de culturas no novo espaço mundial (JAMESON, 2001, p. 14).

18. Rap no Brasil

Até o final dos anos 80, o interesse pelo *rap* encontrava-se limitado à juventude periférica dos grandes centros urbanos brasileiros. A partir da década de 90, as narrativas cantadas têm conquistado outros segmentos sociais e atualmente alcançaram o *status* de cultura popular urbana. Quando comparado com outras formas de expressão do *hip-hop*, mais exatamente com o *break* e o grafite, o *rap* nacional ocupa posição hegemônica e sua popularização está relacionada com a valorização dos ritmos da cultura negra. Embora não mantenha vinculações formais com o movimento negro, o *rap* compartilha preocupações com a conscientização e “atitude” – palavra de ordem que designa a linha de conduta assumida pelos adeptos – frente às questões raciais e sociais.

De maneira similar ao que ocorreu em Nova Iorque, a produção nacional expressa conflitos, preconceitos e segregações que afetam o cotidiano das comunidades periféricas. Desse modo, as diferenças, tensões sociais e singularidades dos moradores de favelas e subúrbios conquistam visibilidade no espaço urbano. A diversidade territorial corre em paralelo com a tendência à homogeneização, típica das culturas de massa, expressa através da

apropriação e adaptação da cultura do *outro*. Contudo, não podemos esquecer que apesar da influência norte-americana, a disseminação de formas musicais híbridas não pode ser compreendida segundo o modelo centro/periferia (HALL, 2003).

O hibridismo musical é intensificado pelo processo de recepção em diferentes lugares, o que determina o aparecimento de expressões locais. Sob a influência do contexto sociocultural, o discurso político que atravessa o movimento *hip-hop* articula-se com mais ou menos intensidade, a depender das características de cada localidade. E desde que se trata de uma modalidade da cultura de massa, os grupos que se apropriam do capital cultural alheio também são consumidos por outros grupos e segmentos sociais. Segundo Herschmann (1997), a adaptação da cultura do *outro* resulta na *estética da versão*, cuja flexibilidade assegura a inserção no mercado de grupos vítimas de exclusão social.

Uma das principais características da *estética da versão*, ou “pegue e misture”, consiste em lidar de maneira heterodoxa com as regras ditadas pela cultura dominante. A distribuição do poder cultural, por exemplo, é questionada, pois o *rap* mantém relações específicas com a cobrança dos direitos autorais. A valorização do improviso, observada na associação conjugada de apresentações ao vivo com o uso de discos disponíveis no mercado¹², legitima a pirataria por intermédio de uma produção intertextual. Com frequência, as composições são construídas a partir da “colagem” de sons e refrões conhecidos nas letras de novas canções. Com isso, os modelos oficiais da cultura do *outro* são, ao mesmo tempo, reproduzidos e subvertidos. Assim, é possível articular o sistema simbólico tradicional e moderno, local e global.

Segundo Rose (1997), o hibridismo musical não chega a afetar a estrutura do *rap*, composta por três pontos, ou seja, fluxo, rupturas sucessivas e estratificação. As canções, por exemplo, são organizadas como narrativas que apresentam um fluxo contínuo, marcado por rupturas que realçam a quebra da fluência do ritmo básico. Esse processo de construção pode ser observado na constante tensão e negociação com a cultura hegemônica, o que levou Rose a denominar o *hip-hop* de “estilo que ninguém segura”. Por isso, apesar das tentativas, a indústria cultural ainda não conseguiu exercer o pretendido controle sobre o *rap*, cujas letras e mensagens provocativas sobrepõem-se ao ritmo musical.

As semelhanças sonoras das canções são intensificadas pelo emprego da mesma “base”, ou fundo musical, em diferentes composições. Em contrapartida, existem diversas vertentes caracterizadas por orientações socioculturais variadas, o que pode ser observado no

¹² A técnica *scratch* é comandada por Djs que utilizam toca-discos como instrumento musical, em shows e gravações, seja para destacar partes de uma canção e/ou produzir sons de arranhões na superfície dos discos.

conteúdo temático das letras das músicas. O *rap* “positivo”, por exemplo, privilegia valores como solidariedade, verdade, cumplicidade e responsabilidade; critica o uso de drogas e prega o fim da violência. Os mais radicais chegam a assumir uma postura que condena o sexo livre e qualquer tipo de vício (ABRAMOVAY et al, 1999, p. 143).

Por outro lado, o *gangsta rap*, conhecido nas favelas brasileiras como “*rap* do contexto” apresenta letras que fazem apologia do crime e ridicularizam a polícia. Já os “*raps* da galera” exaltam crimes e bandidos, em versões de músicas conhecidas com letras modificadas. A referência às armas sinaliza a banalização e infantilização da violência, acentuada pelo uso de tradicionais cantigas de roda como fundo musical. A ênfase nos conflitos afeta o imaginário social urbano que, usualmente, associa o *rap* com o crime e a violência.

Em consonância com o senso comum, os estudos de cunho ortodoxo propõem interpretações de desvio e transgressão social. Além do conteúdo das letras e atitude provocativa, alguns *rappers* são acusados de manterem ligação com organizações criminosas, especialmente com o narcotráfico. Por outro lado, a postura hiper-politizada de alguns grupos fornece subsídios para acusações de intolerância e incitação ao racismo.

A posição marginal frente à cultura dominante estende-se à produção e comercialização. Para dar conta da recusa de gravadoras e produtoras, que não querem seus nomes associados com um estilo musical estigmatizado, alguns grupos criam ou vinculam-se a selos independentes. Além de assegurar inserção no mercado, o gerenciamento alternativo visa resguardar interesses ideológicos e comerciais, bem como evitar modismos. Como consequência, ao invés de inserir-se como um subproduto da *world music*, o *rap* brasileiro ainda preserva “uma condição ambígua – periférica e central em relação ao mercado e à cultura urbana” (HERSCHMANN, 2000, p. 145).

Desse modo, tem sido possível conquistar novos espaços e provocar o interesse de outros segmentos sociais. Em detrimento da estigmatização, verifica-se a diversificação dos produtos, aumento de empregos, lucros e expansão das atividades. Segundo Herschmann (2000), entre as que mais crescem, destaca-se a figura do MC, ou mestre de cerimônia, misto de compositor e cantor, entre dez e trinta anos, quase sempre do sexo masculino, que assume o compromisso de elevar a auto-estima da comunidade. O microfone passa então a ser utilizado como uma arma, no intuito de “informar a periferia da sua realidade e do espaço que ocupa na sociedade, assim como fornecer dados para que seus moradores possam reverter situações com as quais não estão satisfeitos” (SOUZA; FIALHO; ARALDI, 2005, p. 26).

Outros autores, como Arce (1997), consideram que a captação pelos mercados de consumo resulta na popularização do *rap* mais como modismo do que como movimento cultural. O autor lembra que alguns grupos e cantores submetem-se aos ditames da indústria fonográfica com o objetivo de facilitar a comercialização, o que interfere nos significados dos seus trabalhos. Apesar disso, Arce não perde de vista que isto ocorre em paralelo com a constituição e manutenção de espaços que agregam jovens que lutam por seus direitos.

O cenário intelectual contemporâneo encontra nesses fenômenos oportunidade para o desenvolvimento de estudos e pesquisas cujos resultados afetam as tradicionais avaliações de natureza moralizante. Entre outras considerações, gostaria de chamar atenção para as investigações que assinalam a importância do *rap* como elemento articulador entre uma forma específica de poética musical com propostas de contestação e transformação social. Daí resulta a construção de identidades que configuram um novo estilo de vida, caracterizado pela assunção das diferenças. Como consequência, os “espaços de vida não são mais ocultados com vergonha, como o fizeram muitas das antigas gerações de moradores de favelas e periferias, mas assumidos explicitamente em seus poemas e ‘gritos de guerra’ rituais” (FAUSTO NETO; QUIROGA, 2000, p. 232).

As letras dos *raps* veiculam imagens de hierarquização e autoritarismo, em oposição às tradicionais representações propostas por outros estilos musicais, tal como o samba, que ainda hoje embala o mito do “país libertário/malandro” (HERSCHMANN, 2000, p. 167). Entretanto, a partir dos anos 90, o agravamento dos conflitos sociais associa-se com o interesse por estilos musicais, como o *rap*, que se contrapõem às práticas culturais que enfatizam modelos de harmonia e confraternização social. As composições são construídas com uma linguagem dura e agressiva, no intuito de realçar o cotidiano da periferia. Além disso, a mediação social exercida pelos *rappers* expõe e acentua as diferenças de classe, o que favorece a formação de identidades marcadas, com frequência, por traços subversivos.

Além de cumprir os objetivos de denunciar, contestar e exigir transformações sociais, alguns jovens dele se utilizam como atividade de lazer, bem como o empregam como recurso metodológico para organizar movimentos sociais e trabalhos comunitários, desenvolvidos em oficinas, palestras e campanhas beneficentes. Segundo Carvalho (2000), a participação nesses grupos favorece a construção de identidades orientadas por compromissos de cunho sociopolítico com a comunidade.

Portanto, trata-se de uma expressão juvenil por excelência, pontuada por características híbridas, típicas da cultura de massa, o que pode ser observado no aparecimento conjugado de reivindicações de direitos pela cidadania com marginalidade,

experiências de conflitos que se alternam com negociação, postura crítica com submissão às regras ditadas pela indústria cultural. Assim, em detrimento da associação do *rap* com a violência urbana, o estilo híbrido tem favorecido o aumento crescente do número de fãs, de classes sociais diferenciadas, o que indica que a posição periférica pode ocupar um lugar central na cultura contemporânea.

Neste ponto, gostaria de colocar uma questão a respeito do lugar ocupado pelos jovens “*rappers*” nas Oficinas de contos. Antes de tudo, convém lembrar que cada participante foi solicitado a narrar “sua” história, o que implica necessariamente um convite ao sujeito. Para alguns participantes, no entanto, foi preciso recorrer às canções compostas pelos *rappers*, o que indica uma dificuldade, por parte dos “meninos de rua”, para estruturar uma narrativa de forma convencional. Em parte, isto pode ser atribuído ao estilo de vida na rua, marcado pelo uso abusivo de substâncias psicoativas e pela imposição de normas através da força física, sobretudo policial, em detrimento da palavra. De outra parte, não podemos esquecer que o processo de recepção é influenciado pelas disposições subjetivas do receptor. Por isso, cada qual escolheu o que quis cantar, enquanto as associações subseqüentes, produzidas a partir do *rap*, permitiram a abordagem de pontos singulares relacionados com a história de vida de cada sujeito, como também de aspectos comuns ao grupo.

Com o objetivo de fundamentar a discussão dos resultados, passo agora a apresentar os desdobramentos que foram alcançados a partir do aparecimento do *rap* no trabalho de campo deste estudo. Antes de prosseguir, gostaria de lembrar que todas as canções foram transcritas tal como foram cantadas pelos participantes das Oficinas de contos, independente das variações com relação às composições originais gravadas pelos *rappers*. Em todos os casos, após o canto, procurei levantar questões, no intuito de favorecer a reflexão e a associação livre em torno dos temas levantados.

19. Rap nas Oficinas de contos

Entre os *raps* selecionados pelos participantes das Oficinas de contos foi possível identificar a autoria de sete canções¹³: cinco do grupo Racionais MC; uma do grupo Facção Central e uma do *rapper* MV Bill. Com exceção desta canção, cantada na terceira pessoa do singular, as demais são narradas na primeira pessoa, o que favoreceu a identificação dos jovens “*rappers*” com os personagens das canções. Por outro lado, não foi possível identificar

¹³ Racionais MC: “Diário de um detento”, “Eu sou 157”, “Jesus chorou”, “Vida Loka (Parte I e II)”; Grupo Facção Central, “Minha mão pequena”; e uma canção do *rapper* MV Bill, “Marquinho Cabeção”.

uma autoria para outros *raps* e, entre esses, pelo menos dois foram considerados como tendo sido compostos por “meninos de rua”. Além disso, seis canções tomam o “menino de rua” como personagem principal, o que evidencia a afinidade dessas crianças e adolescentes com as letras do *rap*, o que pode ser atribuído às semelhanças com as histórias de vida narradas nas Oficinas de contos.

Para dar início, apresento o caso de Ticiano, um adolescente em situação de rua, no Pelourinho, Centro Histórico de Salvador, cuja estatura franzina contrasta com os dezesseis anos que ele afirma ter. A postura retraída, assumida inicialmente, cede frente à visão do gravador que favorece o aparecimento espontâneo de três *raps*. Entre os escolhidos, “Eu sou 157”¹⁴, lhe permite falar sobre os furtos que ele próprio comete. A letra deste *rap* expressa os sentimentos de exaltação e desconfiança de um ladrão, tomado como herói pelos “meninos de rua” nos versos da canção:

Hoje eu sou ladrão/ artigo 157/ as cachorra me ama/ os playboy se derrete/
 hoje eu sou ladrão/ artigo 157/ a polícia bola um plano/ sou herói dos pivete/
 uma pá de branco cresce os zóio/ quando eu chego/ Zé povinho é foda/ ô, é
 não, nego/ eu to de mal com o mundo/ terça-feira à tarde/ já fumei um/
 ligeiro com os covarde/ eu só confio em mim/ mais ninguém/ você me
 entende/ fala gíria bem/ até papagaio aprende/ vagabundo assalta banco
 usando [incompreensível]/ civil dá o bote usando caminhão da lait/ presente
 de grego é cavalo de Tróia/ nem tudo que brilha/ é relíquia nem jóia/ lembra
 aquela fita lá/ ô, fala aí Jão/ o branco veio aí/ mó cara de ladrão/ hey, como é
 que é rapa?/ calor do caraio/ cê sabe/ licença aqui/ xô fumá/ passa a bola,
 Romário/ meio desconfiante/ é, nem percebi/ diz que tem um camarada/ que
 vende isso e aquilo/ quem é?/ quero um quilo/ um quilo de que Jão?/ cê
 conhece quem?/ sei lá/ sei não/ hein?/ eu sou novo também/ irmão, quando
 ele falô/ o quilo é o terço/ o terço é o milho/ a ficha caiu/ onde é que já se
 viu/ tá de piolhagem/ virge, meu irmão/ o negão era polícia/ virge, irmão
 Castelo/ hoje eu sou ladrão/ artigo 157/ as cachorra me ama/ os playboy se
 derrete (Ticiano).

Embora se trate de um *rap* longo, Ticiano canta sem interrupções e com poucas alterações; quando comparamos seu canto com a letra desta canção, gravada pelo grupo Racionais MC. Entre as modificações dignas de nota, gostaria de chamar atenção para a troca de duas palavras, pois o adolescente emprega “branco” e “meio desconfiante”, no lugar de “bico” e “meio confiado”. Assim se configura um ato falho que diz respeito ao próprio sujeito, pois logo depois de cantar, Ticiano, que é mulato, levanta pontos relativos à questão da discriminação e da desconfiança, que caracterizam sua relação com o outro.

¹⁴ Segundo informações prestadas pelos próprios meninos, o artigo 157 prevê a punição para aqueles que cometem assalto à mão armada.

De fato, este *rap* suscita o aparecimento de associações que possibilitam a Ticiano abordar alguns aspectos de sua história de vida. Após cantar, ele relata que costuma roubar para comprar roupas, tênis e acessórios que refletem o visual habitualmente adotado pelos *rappers*. O adolescente também fala sobre sua intenção de parar de roubar, assumida desde que começou a usar crack. Frente às dificuldades para cumprir esta proposta, ele estabelece limites contra o uso abusivo, mediante a disposição de não empregar o dinheiro roubado na compra da droga.

Conforme discutido no capítulo anterior, o crack favorece um padrão de consumo intensivo que leva o usuário a esgotar os recursos financeiros de que dispõe. Isso inclui furtos e roubos, de dinheiro e objetos, muitas vezes subtraídos no seio da família e negociados com os traficantes, de modo a garantir a aquisição da droga. Neste sentido, a estratégia referida por Ticiano possibilita a construção de uma borda, na medida em que ele não emprega os produtos dos roubos na compra da droga. Desse modo, o adolescente circunscreve um saber, no sentido da redução do consumo, através da desconexão entre os furtos realizados e a aquisição de crack, por intermédio de um pacto de linguagem assumido pelo sujeito:

Nesse tempo, eu fumava maconha e depois que comecei a usar crack eu parei de roubar porque eu sabia que eu ia roubar pra fumar crack. E não adiantou nada que até hoje eu roubo. Eu só não vou roubar pra fumar crack. Gostava de usar bem marcas, [incompreensível] Mahaloo¹⁵. Usava droga e comprava só essas roupa de marca. Roupa do bom e do melhor, tênis do bom (Ticiano).

Os furtos são justificados através de reflexões críticas a respeito da atitude da sociedade e do governo que “não procura saber por que você tá robano”. Portanto, o *rap* opera como um instrumento para formar o laço social e abordar as questões do sujeito, pois de início, Ticiano recusa o convite para participar da Oficina de contos. Após cantar, ele fala sobre sua vida na rua, bem como sobre o envolvimento de sua mãe com o uso de cocaína e o tráfico de crack, e os problemas que ele encontrou ao buscar tratamento para livrar-se da droga: “Se fosse assim de chegar agora, agora, agora, eu ia. Mas pra marcar dia não consegue que eu marquei com a tia e ficou... Tive de esperar sete dia. Eu esperei cinco, não consegui esperar os outro dois, fui pra rua fumar. Fumei, não tive mais vontade de ir”.

¹⁵ Cita outros nomes de marcas de roupas e tênis, em inglês, embora não tenha sido possível compreender e, conseqüentemente, transcrever.

As reflexões de Ticiano atestam que ele tem idéia não apenas das dificuldades para livrar-se do crack, como também do potencial ofensivo desta droga: “Crack? Ele é tá se matando sozinho. Não é chegá e falá: – Vou pará de usar essa droga agora. Eu não uso mais essa droga hoje. Né assim e chegá e falá não. Quem não usa, pra falar é fácil. Agora, quem usa, pra falar que é difícil”. Neste ponto, ele afirma que quer ir para uma “casa de recuperação” sem precisar recorrer à ajuda da sua família: “Minha família não me aviciou no crack, nem me deu apoio. Então, eu me apoiei no crack, me aviciei, tenho que sair sozinho”. Assim como Ticiano, quase todos os participantes referem-se, ao longo das Oficinas de contos, à intenção de procurar tratamento num centro de recuperação.

O pedido de encaminhamento para um espaço fechado é justificado frente aos impasses para manter a abstinência em meio aberto, tal como nos conta Ticiano: “Porque eu saio. Eu já estive em Dom Timóteo várias vezes. [...] E eu no mesmo dia saí porque é liberal”. De maneira similar, outros adolescentes já haviam procurado tratamento na Casa de Acolhimento, que de fato não foi planejada para atender usuários de drogas. Segundo Mário: “Tava em Dom Timóteo e saí”, enquanto Marco afirma: “Procurei no Dom Timóteo, lá na Casa de Acolhimento”. Entre todos, há apenas uma exceção, pois Willie, 16 anos, em situação de rua, no Pelourinho, é o único que não quer interromper o uso.

É fato que o internamento constitui um tema polêmico, na contramão da reforma psiquiátrica e dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente que priorizam o tratamento em regime ambulatorial. Impasses técnicos e jurídicos à parte, não podemos deixar de levar em conta a especificidade da demanda desses adolescentes, que testemunham sobre sua dificuldade para sustentar o desejo de livrar-se do crack, em conformidade com o que foi observado, no capítulo anterior, a respeito do gozo promovido por este tipo de droga, que dificulta a observância de regras e limites. Por outro lado, sabemos que as dificuldades de adesão ao tratamento são incrementadas pela ausência da família. Daí a importância de adequar os espaços e programas, segundo as diretrizes sugeridas pelos jovens usuários, no intuito de favorecer o compromisso com o plano terapêutico. Neste ponto, faço questão de sublinhar que se trata de buscar soluções alternativas, adaptadas à realidade desta clientela, o que não significa que eu defenda aqui uma proposta de internamento.

As demandas de tratamento articulam-se com base numa transferência de saber, relacionada com o fato dos participantes terem conhecimento que eu trabalho como psicóloga no atendimento a usuários de drogas. Neste sentido, Ticiano observa que “é claro que sabe, que vocês fazem atendimento prático”. Isso me fez ficar mais atenta, no sentido de otimizar os objetivos pretendidos por este estudo. O fato é que a preferência pelo *rap* aparece associada

com o tema das drogas, o que pode ser lido na letra desta canção: “SOS, SOS/ deu um pau/ ficou no estresse/ na brita/ vira na brita/ deu um pau/ virou a menina/ essa mina deu um pau/ virou no estresse” (Ticiano).

Após cantar, Ticiano explica que “um viciado que fez essa música. Então, quer dizer que se você der um pau nela [pedra, crack], cê quer fumar mais. Então, quanto mais você fuma a sensação, cê quer mais! A onda só é essa, cê fuma uma, cê quer mais! Nunca para, nunca para”. Essas colocações configuram questões a respeito dos dispositivos para enfrentar a “fissura”, com o auxílio do *rap*, o que será desenvolvido nos próximos tópicos.

Como já dito, este estilo musical veicula um saber sobre e para aqueles que vivem em situação de pobreza, à margem da sociedade. Neste sentido, apesar da dependência química, Ticiano assume uma atitude crítica e reflete sobre temas que habitualmente não costumam interessar os mais jovens, o que pode ser lido no fragmento transcrito logo abaixo. Esta posição pode ser atribuída à qualidade de sua vinculação com o *hip-hop*, pois as roupas e cabelos de Ticiano, cuidadosamente arrumados, sinalizam sua identificação com o estilo *rapper*, ao contrário da maioria dos participantes que se apresenta vestida com farrapos. Além disso, este adolescente diferencia-se por ser alfabetizado e estar em situação de rua há cerca de duas semanas. Interrogado sobre a vida de ladrão, ele assim pondera:

Essa vida de ladrão é uma vida boa e uma vida ruim porque ladrão não vai querer roubar, ladrão não vai querer ser ladrão se tiver... Ladrão não vai roubar se tiver uma condição boa. Uma condição boa. Só justifica porque ele passa fome, tem seus filhos dentro de casa e não tem o que comer porque o governo hoje em dia, não é mais... Como se diz, tia? Como se diz sobre os policiamento? [Pausa] É sempre discriminação. A justiça dele né mais a justiça certa. Não é todo certo que tira os errado. Se você sumir roubano, nego não procura saber por que você tá roubano, entendeu? Porque o policiamento de hoje, a justiça de hoje não é a justiça como era antes: a justiça certa. Por isso qu'ele roba: que é muito discriminado. Então, é porque eu tenho raiva porque a discriminação tá demais (Ticiano).

Ticiano reconhece algumas conseqüências provocadas pela diferença social, o que lhe serve como motivo para justificar condutas anti-sociais, particularmente roubos. Do ponto de vista do outro, o adolescente refere-se à necessidade, mais exatamente à fome. Entretanto, do ponto de vista subjetivo, os roubos por ele cometidos aparecem articulados com a possibilidade de adquirir certos objetos, sob a forma de roupas de *griffe*, que funcionam como suporte simbólico para assegurar o sentimento de pertencimento social, conforme discutido no terceiro capítulo. A palavra de ordem aparece plasmada no ato falho por esquecimento do

significante que conota a discriminação, da qual este sujeito se diz vítima, enquanto objeto do discurso do Outro.

Por outro lado, sabemos que “a experiência arrastão dos expropriados se dá sobre uma topografia deserta de qualquer utopia civil e política, embora com muitos projetos para o ‘outro mundo’ e sem qualquer possibilidade de um projeto econômico viável a curto prazo” (SILVA, 1996, p. 28). Ticiano, no entanto, arrisca-se a apostar na crença em um tempo no qual era possível acreditar na “justiça certa”, exercida segundo os princípios de igualdade que asseguram direitos, independente do poder econômico e da classe social. Essa utopia às avessas de um passado melhor oferece elementos para o adolescente enfrentar o tempo presente, munido de sentimentos de “raiva”, frente à falta de expectativas no futuro, que também atinge aqueles que se encontram em situações similares.

Nas letras das canções, os “meninos de rua” encontram referências que acentuam a diluição das fronteiras entre legalidade e ilegalidade, o que resulta na adoção de códigos heterodoxos. No geral, a adesão é corroborada pela inadequação dos serviços públicos à realidade desta clientela, o que dificulta o acesso à saúde, educação, segurança e justiça, no que pese as ações promovidas por alguns órgãos, governamentais e não-governamentais, em Salvador, a exemplo da Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti, Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas, Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas, Fundação Cidade Mãe e Projeto Axé. O fato é que as contingências da vida dessas crianças e adolescentes favorecem a vinculação com o submundo do crime, cujas “autoridades” preenchem as lacunas existentes. Sobretudo quando se trata do *gangsta rap*, não se pode perder de vista o risco do *rap* estimular o envolvimento com atividades ilícitas.

Neste sentido, vale a pena conferir o *rap* cantado por Everton, 14 anos, em situação de risco social após abandonar sua família, pais e irmãos, na cidade de Fortaleza. Este adolescente foi encaminhado para a Casa de Acolhimento Dom Timóteo, em consequência de uma briga ocorrida em Salvador, para onde ele veio de carona com um caminhoneiro, no intuito de “passar”. Curiosamente, ao final da canção, Everton mistura os versos do *rap* com outros versos, que lembram uma das formas utilizadas pelos contadores populares para concluir uma história. Além disso, ele também utiliza palavras que fazem referência explícita ao regionalismo nordestino, expresso no “vaso de melado”:

Sou um bad boy/ ninguém tem nada a ver/ troco tiro com a civil/ troco tiro com você/ um dia no meu aniversário/ eu vou ganhar um presentão/ quatro quilos de maconha/ com um 38 na mão/ eu morava na favela/ sou muito respeitado/ troco tiro com a civil/ ainda fumo um baseado/ sou meio pontual/

preparei meu canivete/ sai daqui com vagabundo/ qu'eu não dou bola pra pivete/ ninguém num sabe o que é sabiá/ que anda dentro de uma [incompreensível]/ metralhadora alemã de Israel/ estraçalha ladrão que nem papel/ lá na minha casa/ tem meu vaso de melado/ quem não sabe cantar *rap*/ é melhor ficar calado (Everton).

Ao ser interrogado, Everton afirma que não tem opinião sobre o *rap* que ele acabou de cantar. Esta atitude leva outros participantes a manifestarem-se durante a Oficina de contos. Danilo interpreta a canção como “uma ilusão, porque isso não tem nada pra oferecer a pessoa. Só a morte mesmo”; enquanto Walter acrescenta que “essas coisa de droga não deveria existir nada de mal, porque essa coisa maligna nesse mundo não deveria existir. Deveria existir coisa boa, coisa leve”. Apesar da influência religiosa, Walter consegue implicar-se com aquilo que lhe diz respeito, pois ao ser questionado, ele afirma que as “coisas boas” dependem “da gente”. Aparentemente atento Everton escuta. E mesmo que não tenha sido possível abalar a posição desse sujeito, os demais têm oportunidade para refletir e trocar informações sobre temas que lhes dizem respeito.

Ao apropriar-se das letras das canções, cada sujeito imprime novos sentidos, o que é facilitado pela linguagem que o *rap* partilha com a “língua da rua”. De maneira similar às narrativas da tradição popular, as narrativas cantadas configuram um recurso para transmitir conselhos, refletir sobre circunstâncias da vida e enunciar desejos. Por um lado, trata-se do desejo do compositor, pois frente à dificuldade para compor uma canção, os meninos apropriam-se das letras compostas por terceiros. No entanto, a seletividade do texto, acionada pelo processo de recepção, circunscreve algo que diz respeito ao próprio sujeito.

Desse modo, a cultura oferece uma oportunidade para o sujeito reinventar-se. Trata-se daquilo que cada um faz com o *rap* e não o que este faz pelo sujeito, desde que a cultura não pode ser pensada como ontologia, mas como um processo contínuo de vir a ser. Com isso, alguma diferenciação pode aparecer, pois graças à singularidade da recepção, em nenhum caso a canção foi simplesmente repetida. Assim, um dos *raps* mais cantados pelos participantes, “Minha mão pequena”¹⁶, do grupo Facção Central, recebeu diferentes significados a depender daquele que cantava. Neste caso, a identificação com o personagem da canção é facilmente alcançada, pois a temática gira em torno da difícil trajetória de um menino em situação de risco social, que pode ser acompanhada nos versos deste *rap*:

Minha mão pequena/ bate no vrido do carro/ no braço se destaca/
queimadura de cigarro/ a chuva forte/ ensopa a camisa e o short/ qualquer

¹⁶ Este *rap* foi cantado por Jack, Manuel, Miguel, Roni, Saulo e Willie.

dia a pneumonia/ me faz tossir até a morte/ uma moeda, um passe/ me livra do inferno/ não me faz chegá em casa/ inda apanhá de fio de ferro/ meu *playground* não tem balança, escorregador/ só mãe vadia perguntando quanto você ganhou/ jogando na cara que tentou te abortar/ que tomou umas cinco injeção pra te tirar/ quando eu era nenê/ tentou me vender uma pá de vez/ quase eu fui criado/ por um rapaz inglês/ olho roxo, coração/ porra, que foi que eu fiz?/ pra em vez de tá brincando/ tá colecionando cicatriz/ por que não pensou antes de abrir as perna?/ filho não nasce pra sofrer/ não pede pra vir pra Terra pra sofrer/ seu papel devia ser/ cuidar de mim, cuidar de mim/ não brigar, não me espancar, torturar/ nunca me bater/ eu não pedi pra nascer/ minha goma é suja/ louça sem lavar/ seringa usada/ camisinha em todo lugar/ cabelo despenteado/ bafo de aguardente/ é raro quando ela escova os dente/ várias armas dos outro muquiadas no teto/ na pia, barata disputa os resto/ queria te matar, mas não sou igual a você/ prefiro morrer (Manuel).

A letra deste *rap*, cantado em diversas Oficinas, serve como prelúdio para abordar a relação do sujeito com a figura materna. Em conformidade com o que foi observado no segundo e terceiro capítulos, nenhum deles identifica sua mãe com a representação negativa da canção. Antes procuram justificar o afastamento materno por morte, dificuldades financeiras ou mesmo pela impotência para enfrentar a violência do pai.

Depois de cantar, Jack, 16 anos, em situação de rua, no Pelourinho, há cerca de quatro anos, chora e após hesitar fala sobre a morte de sua mãe, ocorrida diante de seus olhos, quando ele estava com seis anos. Depois disso, os conflitos constantes com seu pai, traficante de drogas, culminaram num ato de extrema violência, seguido por uma tentativa de retaliação. Aos onze anos, depois de ter sido esfaqueado por seu pai, Jack tentou furá-lo com um garfo. Acusado de tentativa de homicídio pela madrasta, o adolescente foi preso numa instituição especializada durante um ano e cinco meses. Reconquistada a liberdade, ele não retornou para a convivência familiar. Fixou-se no Centro Histórico de Salvador, onde encontrou um companheiro da mesma idade, chamado Saulo. Juntos, os dois costumavam freqüentar o Buzu, pedir dinheiro aos turistas para comprar e consumir crack. Em dupla, eles escolhem e cantam um trecho do *rap* “Marquinho Cabeção” de MV Bill:

Cê precisa conhecer/ a história de Marquinho Cabeção/ quinze anos de idade/ revoltado então/ barraco de madeira/ no meio da favela/ sua mãe ajoelhada/ acendia uma vela/ rezava/ pedindo para Oxalá/ que ajudasse o Marquinho a se levantar/ mas o seu sonho era ser/ jogador de futebol/ ficava sentado debaixo do sol (Jack e Saulo).

Mas qual é o sonho desses meninos? Jack chega a esboçar o desejo de tornar-se educador do Axé para “tirar as criança da rua, botar na atividade, levar pra casa. Ruim tá

nesse mundo de crime, de ladrão”. Cansado de conseguir dinheiro e crack com facilidade, Saulo procura tratamento na Casa de Acolhimento Dom Timóteo. Como não encontra, o adolescente rouba o celular de um educador que troca por pedras de crack, no tempo da “fissura”, ao retornar para o Pelourinho. Portanto, para esses adolescentes, a droga aparece como um recurso para enfrentar uma realidade dura, marcada pela impossibilidade de voltar para casa, violência nas ruas e inexistência de instituições adequadas, em regime permanente, para abrigá-los e educá-los. A falta de perspectiva aparece registrada no fragmento do *rap* “Diário de um detento”, cantado por Jack, cujo enredo favorece a identificação com a condição de presidiário, frente à miséria e exclusão social:

Aqui estou mais um dia/ sob o olhar sanguinário do vigia/ você não sabe como é/ caminhar com a cabeça/ na mira de uma Dakar/ metralhadora alemã/ ou de Israel/ estraçalha ladrão/ que nem papel/ e na muralha em pé/ mas o cidadão José/ eu vi um dia a menos/ ou um dia a mais/ sei lá/ tanto faz/ os dias são iguais/ eu fumo um cigarro/ e vejo a vida passar/ eu mato o tempo/ pr’ele não me matar (Jack).

Por outro lado, não foi possível identificar uma autoria para o *rap* mais popular entre os participantes deste estudo¹⁷. Segundo informações prestadas pelos jovens “*rappers*”, esta canção foi composta coletivamente por “meninos de rua”. O conteúdo associa o uso de drogas com assaltos e risco de morte, mescla conselhos morais com um apelo de cunho religioso, como também oferece uma oportunidade para o sujeito inserir-se e dar continuidade à narrativa:

Tava sentado/ na porta da escola/ de repente, deu um vício/ de fumar e cheirar cola/ a droga preferida do Brasil/ é a maconha/ se você não trabalhar/ seu pensamento é roubar/ no primeiro assalto/ você leva sorte/ escapa da polícia/ e também da morte/ no segundo assalto/ seu destino é cancelado/ pela polícia/ acaba sendo baleado/ com uma bala na cabeça/ outra no coração/ é mais um fim de um ladrão/ mas o remédio do vício/ está dentro de você/ tenha fé em Deus/ e a coragem de viver/ mais uma coisa qu’eu preciso lhe falar/ um menino de rua/ que não tem onde morar/ sua rua é sua cama/ sua rua são o chão/ resto de comida pra alimentação (Jack, Saulo e Willie).

Depois de cantarolar, Willie, 16 anos, em situação de rua, no Pelourinho, conta detalhes sobre o uso de drogas e o tráfico no Centro Histórico de Salvador. Este relato foi analisado no terceiro capítulo, embora seja digno de nota que, também neste caso, o *rap* funciona como um instrumento de mediação simbólica capaz de favorecer a formação do laço social. Apesar de arisco, o adolescente consegue falar a respeito de sua relação com a droga,

¹⁷ Este *rap* foi cantado por Jack, Manuel, Mário, Miguel, Roni, Saulo, Walter e Willie.

após cantar o *rap* do “menino de rua”. Contudo, em detrimento do conteúdo da canção, Willie afirma sua impotência para livrar-se da droga, na medida em que “o crack não deixa. Se disser que você vai levar eu na sua casa, digo que não, porque o crack não deixa. [...] Se entrar nessa droga, o vício não deixa sair”. Neste caso, a narrativa cantada representa um recurso lúdico que permite ao jovem esboçar a construção do laço social e a simbolização daquilo que de outra forma não pudera ser enunciado.

Por outro lado, apenas Nayana, 15 anos, demonstra habilidade para compor *raps* de improviso. Órfã de pais, esta adolescente foi criada por uma tia até os dez anos. Após o afastamento, motivado pelo fato da família substituta ter mudado de endereço sem avisá-la, Nayana passa a procurar seus familiares “em cada canto, em cada lugar, parecendo uma embalagem, nunca chego em casa”. Encaminhada para a Casa de Oxum, após cumprir pena por roubo e desacato à autoridade, Nayana conta que usa drogas, mas que era “mais aviciada ni roubo”. Apesar de analfabeta, ela relata que aprendeu a fazer *raps* “escutando música, aí eu fico analisando minha vida, aí eu começo a cantar. Do nada sai a música, as combinação”. Por isso, ao invés de contar, Nayana canta sua história de vida:

Lembranças qu’eu trago/ no meu pensamento/ da vida que eu tive/ só de dor e lamentos/ muitas coisas ruim/ bem pouca são as boas/ a droga, a violência, o crime/ sofrimento pra minha coroa/ não pensava em nada/ zoava a noite inteira/ aos onze anos de idade/ a primeira, a terceira/ eu fugi logo de casa/ que já não era firmeza/ um menino bonito/ foi pela beleza/ pergunto pra Deus/ como aquilo tudo pôde acontecer/ eu se bati com aquele cara/ achei ele lindo/ paguei logo pra ver/ quando ele me chamava na esquina/ eu ia correndo, meu irmão/ quando ele me chamava pra trocar idéia/ eu não ligava não/ quando minha mãe chamava/ eu começava a gritar/ eu sei lá/ desesperadamente, eu ia atrás daquele cara/ começava a chorar/ a minha mãe chamando de um lado/ ele chamando de outro/ minha mãe no sofrimento/ eu no sorriso/ no maior gosto/ depois que aconteceu isso/ que minha mãe foi embora/ hoje estou no sofrimento/ aqui só na dor de uma aurora/ mas só Deus vai me ajudar/ só ter fé em Deus/ qu’Ele vai me ajudar (Nayana).

Independente do valor estético deste *rap*; não podemos negar que o narrado aí adquire uma forma poética, elaborada por uma adolescente em situação de rua que sequer sabe ler. Apesar disso, Nayana apresenta um conhecimento intuitivo sobre o processo da rima dos versos, obtido por intermédio de seu interesse pelo *rap*. No processo de criação, chama atenção o emprego de palavras – como aurora e coroa – que apenas foram registradas, entre todos os participantes deste estudo, nas rimas da canção composta por esta adolescente. Em detrimento da miséria existencial, Nayana lança mão das lembranças do primeiro amor como material para elaborar o *rap* que lhe permite cantar um fragmento de sua vida. A condição

para eleição do objeto de amor aparece representada pelo atributo da beleza, enquanto a posição de submissão experimentada no campo amoroso surge em oposição à rebeldia, típica da adolescência e assumida frente à mãe substituta.

Nayana utiliza os eventos que configuram sua história de vida, ao invés de recorrer às fantasias e devaneios que, segundo Freud (1908), constituem as fontes de onde os escritores criativos retiram material para a produção literária. Aqui se descortina uma interrogação a respeito da capacidade imaginativa dos participantes deste estudo, dado o aparecimento majoritário de histórias de vida e *raps*. De uma parte, concluímos que essas narrativas sinalizam uma demanda desses sujeitos para falar de si. De outra parte, é fato que esses sujeitos precisam investir seu potencial criativo, de maneira maciça, nas questões de sua sobrevivência, pois eles “precisam se reinventar permanentemente para manter retesado o arco da surpresa, que é sinônimo de eficácia” (SILVA, 1996, p. 29).

Daí a importância da constituição de espaços socioculturais, a exemplo das Oficinas de contos, desde que a elaboração literária permite transformar o sofrimento provocado por uma realidade adversa em motivo de prazer (FREUD, 1908). Isto pode ser alcançado graças à transposição e representação do vivido sob o ordenamento simbólico das leis da linguagem. Neste sentido, é digno de nota que até então, apesar das inúmeras passagens pela Casa de Oxum, Nayana recusava-se a ser entrevistada pelos educadores e técnicos. No entanto, a habilidade para fazer *raps* de improviso não apenas lhe permite falar, como também confere a esta adolescente uma posição diferenciada que lhe assegura uma cota de satisfação, experimentada como um gozo de linguagem. Ao mesmo tempo, o *rap* oferece elementos significantes que funcionam como suportes identificatórios, frente à dura realidade da história de vida desta adolescente.

O *freestyle*, ou estilo livre, também conhecido como *rap* de improviso ou da hora, designa as canções que são elaboradas à medida que se canta. Gravados enquanto se compõe ou apenas posteriormente, este tipo de *rap* é tomado como objeto de competições que põem à prova a criatividade e os conhecimentos dos candidatos. Nos campeonatos, organizados por rádios e casas noturnas, dois MCs acompanhados por bases instrumentais improvisam a partir de temas propostos pela comissão organizadora. Os adversários disputam entre si e o campeão é aquele que consegue elaborar as melhores rimas com conteúdo, sem perder o ritmo (SOUZA; FIALHO; ARALDI, 2005). Estas características levam alguns estudiosos a tomá-lo como uma versão moderna do repente tradicional adaptado à cena urbana.

O fato de improvisarem no momento, competirem entre si e discursarem sobre temas urbanos, faz com que os *hip-hoppers* que se dedicam a esse estilo sejam também conhecidos como repentistas do asfalto, fazendo uma analogia com os repentistas que também possuem a arte da rima improvisada (SOUZA; FIALHO; ARALDI, 2005, p. 41).

Entre os *rappers*, existe uma tendência para valorizar aqueles que cantam suas próprias histórias, registradas nas letras de canções que representam as experiências dos compositores. O *freestyle* oferece uma oportunidade para o sujeito compor as letras de suas músicas e assim representar seus pensamentos e sentimentos, sem necessitar recorrer às composições de outros cantores. Como se trata de um estilo valorizado, esta forma de expressão eleva a auto-estima, estimula a criatividade, bem como a procura de conhecimentos gerais e atualização de informações, utilizadas nas composições.

Além disso, é preciso respeitar as regras dos "combates", o que implica a capacidade de socialização e o respeito pelo adversário. A depender da competência, cantores e grupos tornam-se profissionais, pois "a partir do que improvisaram eles retomam a gravação, memorizam e colocam a música criada de improviso em seus shows ou as gravam em CD" (SOUZA; FIALHO; ARALDI, 2005, p. 39).

De modo geral, tanto o *freestyle* quanto as demais vertentes do *rap* contribuíram, nas Oficinas de contos, para a construção de laços e a expressividade, sobretudo daqueles que apresentavam dificuldades para narrar "sua" história de forma convencional. Esta possibilidade estrutura-se a partir da identificação ao *rap*, que suscita questões sobre os mecanismos aí operantes, o que passo a discutir no próximo tópico.

20. Identidades ou identificações?

Os estudiosos e pesquisadores consultados são unânimes em afirmar que o *rap* favorece a formação de identidades para sujeitos cuja representação coletiva tem como marca o desamparo e o acesso limitado às vias tradicionais para obtenção de *status* social. A postura crítica e a ênfase na resistência cultural oferecem elementos simbólicos, expressos através da linguagem, música, roupas e danças, para a construção identitária de sujeitos e grupos marginalizados. Esta ocorre sob a orientação de traços estéticos e estilísticos que asseguram sentimentos de reconhecimento, vínculos de solidariedade e pertencimento grupal. Trata-se da formação de identidades culturais, no sentido da assunção coletiva de determinados traços.

Neste ponto, convém lembrar que Freud (1921) postula a correlação entre a psicologia individual e a psicologia social, na medida em que qualquer modalidade de relação com o outro pode ser considerada como um fenômeno social. Por outro lado, ao retomar o texto freudiano, Lacan observa que para Freud, “o coletivo não é nada senão o sujeito do individual” (LACAN, 1998, p. 213). Por isso, a formação do eu, sedimentada na possibilidade de assumir uma identidade, fundamenta-se nos processos de identificação.

O tema é complexo e, por isso, destaco apenas as formulações que podem contribuir para avaliar a qualidade da identificação ao *rap* entre meninos em situação de rua. No plano imaginário, a identidade designa a constância e continuidade de uma existência estável, inseparável de um corpo, que comporta o reconhecimento de si e dos demais. Enquanto a identificação corresponde “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa” (FREUD, 1921, p. 133). Em seu estudo sobre a psicologia das massas, Freud observa que a identificação ocorre a partir de três fontes, mas em qualquer caso, ela é parcial e limitada em grau máximo, pois o sujeito toma emprestado um único traço daquele com quem se identifica.

Em função dos objetivos desta análise, vou centrar a discussão na identificação primária. Trata-se da identificação a um traço tomado do pai, para *ser* como ele, segundo o mecanismo psicológico da incorporação. Esta opera “como um derivado da primeira fase da organização da libido, da fase *oral*, em que o objeto que prezamos e pelo qual ansiamos é assimilado pela ingestão, sendo dessa maneira aniquilado como tal” (FREUD, 1921, pp. 133-4). Este tipo de identificação implica necessariamente a constituição de um laço com o pai, o que serve como fundamento para todos os laços que se seguirão. Portanto, não se trata de tomar o pai como objeto para *tê-lo*, pois a primeira identificação é anterior à escolha objetal.

A identificação por incorporação é delineada a partir de um argumento mítico, descrito por Freud em “Totem e tabu”, em sua busca de respostas para a “primitiva história da família humana” (FREUD, 1921, p. 139). Ele observa que o sentimento de fraternidade surge quando os membros do clã totêmico¹⁸ unem-se para matar o pai cuja liderança caracterizava-se pela crueldade e despotismo. Após o assassinato, os irmãos devoram pedaços do corpo do pai morto e assim realizam “a identificação com ele, cada um deles adquirindo uma parte de sua força” (FREUD, 1913, p. 170). Portanto, em detrimento da ação coletiva, cada um adquire atributos singulares a depender da parte do corpo que foi devorada.

Desse modo, Freud delineia o mito da constituição singular de cada sujeito, desde que apenas o pai morto pode ser alçado ao estatuto do pai simbólico. Assim se configura a função

¹⁸ O totemismo é um sistema que regulamenta as relações sociais e religiosas de grupos cujos membros tomam um animal, planta ou fenômeno da natureza como seu ascendente (FREUD, 1913).

do Nome do Pai que, segundo Lacan (1999), assegura a possibilidade de dar nome às coisas. “Nomear aqui não é nomear uma coleção, um conjunto de atributos. Colocada a equivalência entre Nome do Pai e sua função radical, será nome em sua essência de ser ausente: ser enquanto que nomeia” (CRUGLAK, 2001, pp. 57-8).

Ao retomar o tema da identificação, Lacan (2003) parte do traço unário, elemento significante que inscreve a marca que funda o inconsciente e ordena a série das identificações, condição necessária para o surgimento do sujeito. De início, aí não existe sujeito para contar, pois esse tempo é anterior à constituição subjetiva. A abordagem lacaniana põe em evidência a natureza simbólica da incorporação, pois Lacan demonstra, com argumentos topológicos, que o que se incorpora é o vazio que representa a falta radical do Outro, inerente à estrutura da linguagem. Por um lado, essa falta representa a inconsistência do corpo do Outro, de que se carece para aceder ao gozo do Outro. Por outro lado, não se trata do corpo de um sujeito que incorpora algo, mas da possibilidade de identificação ao corpo próprio, pois “o que se incorpora faz o corpo” (CRUGLAK, 2001, p. 32).

E aqui eu me arrisco a comparar o banquete totêmico com o ritual do crack, facilmente observável na Rua 28 de Setembro, no Pelourinho, onde crianças e adolescentes compram e consomem drogas livremente. Com o conhecimento e a convivência da comunidade, da polícia e da sociedade, pois o fato tem sido exaustivamente divulgado pela imprensa. Mas se os deixam fumar, por que eles fumam? E eu não me refiro ao comportamento, mas às questões do sujeito. De uma parte, temos a ação de uma droga de efeitos rápidos e efêmeros, capaz de provocar o uso abusivo. De outra parte, aí encontramos uma espécie de clã urbano, fruto de extrema miséria social, cujos membros são comandados por uma substância cujo consumo identifica os usuários.

Não se trata da identificação aos atributos significantes do pai ou de seus substitutos, mas do domínio de uma droga que decide pelo sujeito. Antes de tudo, essas identificações “repousam no reconhecimento da posse de uma substância comum e podem mesmo ser criadas por uma refeição ingerida em comum” (FREUD, 1921, p. 139). No caso do crack, a refeição é substituída pela fumaça da “pedra”, pois os usuários dão pouca importância à alimentação, desde que esta droga inibe o apetite. Trata-se de um ritual que comemora o desconhecimento do vazio, em oposição ao ritual totêmico que ao comemorar o vazio produzido pela morte do pai produz os laços simbólicos que fundam as leis e regras da convivência social.

Contudo, a tentativa imaginária de desconhecer o vazio produzido pela perda estrutural do objeto com um objeto concreto, como na dependência ao crack, resulta numa

relação ambivalente, sem mediação nem construção de planos, projetos ou ideais para o futuro. Tudo passa a girar em torno do consumo abusivo de uma substância que ao dar consistência ao corpo do Outro, “no pânico”, busca circunscrever seu gozo, conforme discutido no capítulo anterior. O objeto aí não se destaca, e desde que a separação sujeito-objeto responde pela possibilidade de assunção de diferentes posições identitárias, o usuário se apresenta “coagulado em uma identidade fixada pelo gozo tóxico que, empobrecidamente, somente lhe permite dizer: Eu sou adito” (CRUGLAK, 2001, p. 126). No dizer dos “nossos” meninos “sou aviciado”.

Sem perder de vista que uma multidão de seres humanos dificilmente pode reunir-se sem possuir os rudimentos de uma organização, Freud sublinha a função identificatória exercida pelo interesse no mesmo objeto. A identificação daí resultante permite que uma multidão ocasional componha um grupo, no sentido psicológico. Mesmo os “grupos de caráter efêmero, que algum interesse passageiro apressadamente aglomerou a partir de diversos tipos de indivíduos” (FREUD, 1921, p. 108). São os “grupos simples”, caracterizados pelo apagamento das dessemelhanças entre membros, em prol das funções inconscientes, comuns a todos, o que determina a redução da censura e, conseqüentemente, do controle. Como a afetividade predomina sobre o funcionamento intelectual, existe uma tendência para transformar idéias em atos, sem reflexão.

E, finalmente, os grupos nunca ansiaram pela verdade. Exigem ilusões e não podem passar sem elas. Constantemente dão ao que é irreal precedência sobre o real; são quase tão intensamente influenciados pelo que é falso quanto pelo que é verdadeiro. Possuem tendência evidente a não distinguir entre as duas coisas (FREUD, 1921, p. 104).

Essas considerações sobre a psicologia dos grupos podem ser lidas, sem exceção, como relativas aos meninos em situação de rua, no Pelourinho. Em torno de um objeto comum, o crack, os usuários identificam-se. A procura de gozo assinala o predomínio das funções inconscientes, enquanto a dependência ao objeto acentua a tendência para passar ao ato. Além disso, o consumo de drogas intensifica as produções imaginárias, em detrimento do simbólico. A satisfação é então obtida não com representações, mas a partir da presentificação do objeto, enquanto as identificações configuram-se a partir “de comunidades reunidas em torno de um mesmo gozo” (MELMAN, 2003, p. 126). Identificações coletivas construídas de modo frágil e que não favorecem o encontro com a singularidade de cada sujeito.

Mas, além da droga, quais os outros traços que orientam a identificação desses sujeitos? Antes de prosseguir, gostaria de lembrar que as referências tradicionais que asseguravam identidades estáveis, baseadas na identificação ao pai, estão sendo deslocadas em prol de uma constante reavaliação das práticas sociais. Como resultado de mudanças estruturais e institucionais, o sujeito contemporâneo é obrigado a inventar-se, o que o leva a assumir “várias identidades em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 2006, p. 13). Isto se traduz na perda do sentido unívoco de si mesmo e na busca de novos referenciais.

E quais são as referências para crianças e adolescentes em situação de rua? Eles não contam com o apoio da família nem dispõem de escola; abrigo, centro de saúde e lazer adaptados as suas singularidades. Tampouco têm acesso aos objetos de consumo que funcionam como insígnias de inscrição social, o que os obriga a prostituir-se e/ou roubar. Por outro lado, se a indústria cultural define de forma unilateral, estereotipada e condenatória os diferentes traços que devem ser assumidos por grupos distintos, eles estão “fora de moda”, pois se vestem com farrapos, andam sujos e descalços e alimentam-se com restos de comida.

De fato, eles contam com poucas referências identificatórias e com base no trabalho de campo deste estudo, circunscrevo, além da droga, quatro categorias para efeito de análise, ou seja, espaço, tempo, relação com a polícia e *língua do pivete*.

No geral, “as ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura para a experiência mediante a qual apreendemos quem ou o que somos na sociedade” (HARVEY, 1992, p. 198). São valores determinados culturalmente que incidem sobre as representações do sujeito e definem suas relações. Parte-se do princípio, estabelecido pelo senso comum, que há um tempo e um lugar específico para cada prática social.

As diferenças conceituais entre espaço e lugar são apontadas por alguns autores. Segundo Hall, o lugar deve ser entendido como ponto “específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas” (HALL, 2006, p. 72). De sua parte, Maffesoli (2004) situa o espaço como um elemento de mediação entre a natureza e a cultura, condição básica para a existência humana; enquanto o lugar comporta representações socioculturais que incidem sobre a construção das identificações do sujeito.

Trata-se de lugares em que é possível o indivíduo se reconhecer enquanto se identifica com os outros, lugares em que, sem nos preocuparmos com o controle do futuro, administramos nosso presente, lugares, enfim, onde se elabora a forma de liberdade intersticial que está em contato direto com o

que é próximo e concreto. Tudo isso faz do espaço-vivenciado não o refúgio de um individualismo amedrontado e imóvel, mas a base a partir da qual se efetuam as incursões, as 'investidas' que, pouco a pouco, vão constituindo a órbita de uma nova socialidade (MAFFESOLI, 2004, p. 66).

Existe uma concordância conceitual entre os autores, embora a originalidade de Maffesoli consista na articulação do lugar como elemento gerador de elos. Assim constitui-se uma forma de liame social, característico da pós-modernidade, que estrutura *tribos urbanas*, de maneira efêmera, a partir de interesses diversificados e em busca dos tradicionais anseios de solidariedade e proteção.

Em conversa informal com a antropóloga Goli Guerreiro¹⁹, avaliamos conjuntamente a pertinência de aplicar o conceito de *tribos urbanas* aos “meninos de rua”. Dada a complexidade do tema restaram dúvidas, embora tenha se mostrado um empreendimento frutífero recorrer aos fundamentos epistemológicos utilizados por Maffesoli para dialogar com o objeto deste estudo. Entre esses, destaco o predomínio da imagem na constituição subjetiva, um uso específico de linguagem e a ênfase no presente “que contamina as representações e as práticas sociais, em particular as juvenis. [...] O gozo não é mais remetido a hipotéticos e ‘róseos amanhã’, não mais é esperado num paraíso futuro, e sim vivido, seja lá como for, no presente” (MAFFESOLI, 2004, pp. 27-8).

Os pontos de vista de Maffesoli encontram correspondência no conceito freudiano de identificação. Pois se trata de manifestações estéticas que agregam aqueles que pensam de modo similar, de movimentos éticos que organizam o laço social com base na empatia, bem como de costumes que fundamentam o estar junto. Portanto, o mecanismo de identificação organiza a dinâmica da rua que comporta a presença de novos integrantes e a ausência de outros que, por motivos diversos, migram para diferentes lugares. No que diz respeito à circulação, é fato que os “meninos de rua” movimentam-se constantemente e reúnem-se de forma fluida e efêmera, o que é compatível com a conceituação de *tribos urbanas*.

Contudo, não podemos esquecer que existe uma tendência para fixar-se em lugares que oferecem condições de segurança e satisfação. Como no Pelourinho, onde a permanência é ditada, antes de tudo, pela dependência ao crack observada entre meninos que aí permanecem há mais de quatro anos. Neste sentido, um ano e meio após a conclusão do trabalho de campo deste estudo, pelo menos três participantes continuavam no Centro Histórico de Salvador. A fixação no lugar contrapõe-se, portanto, à mobilidade observada

¹⁹ Goli Guerreiro tomou o tema das *tribos urbanas* como objeto de sua Dissertação, publicada no livro *Retratos de uma tribo urbana - rock brasileiro* (GUERREIRO, 1994).

entre as *tribos urbanas*. Desse ponto de vista, a denominação de clã urbano me parece mais apropriada. Contudo, aqui importa menos a classificação terminológica do que a qualidade das identificações construídas nas ruas.

O afastamento de casa, lugar essencial para a construção identitária (HARVEY, 1992), repercute sobre as representações do sujeito que dispõe apenas do espaço da rua. Neste ponto, é interessante observar que apenas um informante, mais exatamente Jack, afirma que não tem condição de voltar para casa por conta dos conflitos familiares que colocam sua vida em risco. Os demais relatam que dispõem de parentes, com quem poderiam permanecer – independente das dificuldades – mas que preferem a rua, “por causa do vício da droga”. Contudo, não podemos esquecer que os “meninos de rua” também fogem da violência doméstica, do maltrato e omissão por parte dos pais, de casas tristes e pobres, onde não há lugar para todos. Além disso, para alguns, “a rua é mais segura que suas casas” (SILVA, 1996, p. 40).

Em contrapartida, eles encontram na rua a liberdade para fazer quase tudo que querem, sem sofrer violência nem repressão dos pais, sem compromisso com qualquer tipo de horário ou atividade. Para essas crianças e adolescentes, “[em] algum nível, por mais oprimidos e miseráveis e pressionados pelas circunstâncias, há uma ênfase em algum tipo de liberdade. Um ato de escolha” (VELHO, 1996, p. 249). O problema é que a “escolha” se apresenta de forma bastante limitada, pois de fato apenas duas alternativas são esboçadas, ou seja, ou a desestruturação familiar ou a rua, pois não existe instituição de retaguarda capaz de atender essas crianças com eficiência. Entretanto, será que podemos falar, de maneira generalizada, de uma vontade de sair da rua? Em caso afirmativo, quantas crianças e adolescentes estão, de fato, dispostos a abandonar a liberdade conquistada nas ruas?

Em um estudo sobre população análoga, o antropólogo Hélio Silva (1996) coloca questões a respeito do valor conferido por “meninos de rua” àquilo que usualmente lhes é oferecido como alternativa para sair da rua. O autor lembra que o conjunto de hábitos e estilo de vida na rua configura “uma classe popular com vícios aristocráticos, *carpe diem*” (SILVA, 1996, p. 29). Esta afirmação pode provocar certa inquietação, na medida em que reconhecemos as condições degradantes que conformam a vida desses meninos, em oposição aos luxos aristocráticos. Entretanto, não podemos esquecer que de modo similar à aristocracia, eles também estão alijados da produção capitalista e dos valores burgueses que lhes são inacessíveis. Neste sentido, as contribuições de Silva oferecem subsídios para que possamos refletir sobre os comportamentos de risco assumidos por esses jovens:

Desvalorizam – luxo aristocrático – a própria vida, o futuro e todas as promessas do mundo por um gesto gratuito pelo qual podem pagar o preço maior. Ou – realistas inveterados – sabem de antemão que não há nenhuma promessa e que os fracassos reiterados de toda sua ascendência, vizinhança, parentela e redes de amigos já provaram que o tempo não existe (Silva, 1996, p. 30).

A ausência de preocupações com o futuro, e mesmo com a própria vida, aparece como solução para enfrentar a falta de expectativas e crenças nas promessas de terceiros. Nos casos aqui analisados, o gozo do crack associa-se com o gozo quase ininterrupto da liberdade usufruída pelo afastamento de casa. O preço é alto, pois de maneira precoce esses indivíduos passam a conviver com inúmeros riscos, sem ter quem os proteja. Apesar da miséria biopsicossocial, a liberdade é experimentada quase sem limites, o que diminui a repressão e, por isso mesmo, produz uma quota a mais de gozo. Podemos então concluir que independente das razões que haviam motivado a saída de casa, a liberdade para comprar e consumir crack sobrepõe-se como índice para definir o movimento e a permanência no lugar.

Entre os hábitos que fundamentam o estar junto, gostaria de citar a utilização do pátio externo da Igreja de São Pedro dos Clérigos, no Pelourinho, como dormitório, onde os meninos se amontoam em busca de proteção, após uma noite de consumo intenso de crack. Assim que despertam, costumam pedir dinheiro e comida nas portas das lanchonetes, onde não podem entrar, pois são acusados de aí protagonizarem conflitos e impasses. Para alguns, as Fontes do Terreiro de Jesus e da Praça da Sé são utilizadas para um banho improvisado, após burlarem a vigilância dos policiais que se esforçam para mantê-los afastados.

Na ânsia de obter dinheiro, eles procuram ocupar pontos estratégicos à procura de turistas que costumam lhes dar dinheiro, quase sempre gasto na compra de crack. Os estrangeiros, sobretudo, atraem sua atenção, pois os meninos sabem que podem ganhar quantias significativas que, por vezes, atingem a cifra de cem reais. Outro costume corriqueiro consiste na troca de alimentos por pedras de crack, graças à convivência dos traficantes. Contudo, se alguém “some” quase sempre é possível informar-se sobre seu paradeiro com os que estão presentes. Este breve relato permite concluir que apesar da aparente dispersão há um mínimo de coesão, participação coletiva em práticas e atividades exercidas em comum, segundo a lógica da exclusão social, por este clã urbano.

No que diz respeito à imagem como elemento norteador de identificações, as precárias condições da vida na rua interferem na aparência e nos cuidados com o corpo, o que se reflete no investimento narcísico do sujeito. O fato de estarem quase sempre maltrapilhos, sujos, descalços e vestidos com roupas inadequadas não deixa de ter repercussões negativas sobre as

representações do sujeito. Neste ponto, gostaria de lembrar que para Foucault (1977), o corpo representa o elemento irreduzível do esquema social onde se exercem as forças de repressão, socialização, disciplina e punição. No entanto, os “meninos de rua” escapam às técnicas de controle, na contramão do que é proposto pelas sociedades disciplinares que ditam de modo imperativo como cuidar do corpo. Mais uma vez, prevalece a ética do instante e do gozo do Outro que determina a degradação biopsicossocial dos usuários de crack.

De outra parte, a relação com o tempo estrutura práticas sociais que asseguram sentimentos de pertencimento ao grupo e incidem sobre a auto-estima. A passagem do tempo passa a ser marcada pela alternância entre a mendicância, a compra e o consumo de drogas, a negociação para conseguir um lanche e a procura de um lugar seguro para dormir. Assim o tempo contrai-se no espaço, guiado por dois fatores que operam na necessidade contemporânea de dar forma ao tempo. Trata-se da acentuação do presente que visa o gozo, no aqui e agora; e da preponderância da imagem na organização social “que delimita o ‘espírito do lugar’, isto é, aquilo que faz com que *o tempo ganhe forma*” (MAFFESOLI, 2004, p. 52). Neste sentido, é digno de nota que atualmente, o “espírito do Pelourinho” configura uma grave questão social caracterizada pelo tráfico e uso de drogas entre um número crescente de crianças e adolescentes em situação de rua.

No entanto, os resultados obtidos com as Oficinas de contos realizadas na rua demonstram que o tempo também pode ser empregado para aí constituir um espaço de palavra e subjetivação. As lembranças partilhadas sobre o passado recente apontam para a possibilidade de constituir o laço social através da troca de experiências, por meio da palavra. Neste sentido, convém lembrar que a memória coletiva representa um fator de identificação e coesão para os membros de um grupo. Assim, embora a vontade de esquecer os sofrimentos passados não deixe de produzir repercussões sobre as representações do sujeito, as recordações estruturam campos que servem como referências para a construção identitária. Destaco aqui as lembranças sobre o relacionamento com os policiais que na qualidade de representantes da lei interferem nas identificações do sujeito, como cidadão ou como marginal, o que pode ser conferido neste fragmento:

- Jack: Na rua, dormindo na rua. Em tempo dos outro pegá meter a pedra na cabeça, pisar na cabeça, hein? Tocou fogo, a gente dormindo na Igreja ali. Os policiamento pega a gente pra bater de pancada. Fala aí, hein. Os menino maior pega a gente pra fazer perversidade. Né não, é?
- Mário: É isso mesmo. Um policial hoje meteu foi cacetada ni minha perna
- Leila: Hoje?
- Mário: Ontem.
- Jack: Ontem de noite.

- Leila: Por que, Mário?
 – Mário: Eu tava passando aí no Terreiro, ele meteu cacete! Disse: – Num quero mais ver você aqui.

Os sentimentos de exclusão surgem associados com falhas na memória a respeito de um acontecimento que por ser corriqueiro interfere na relação com o tempo. Assim, Mário não sabe ao certo quando apanhou da polícia. Esta aparece como um inimigo que reprime não apenas os atos ilícitos; como também limita a presença dos corpos no lugar. No Pelourinho, os “meninos de rua” são impedidos de permanecer em determinados locais, bem como de ter acesso a estabelecimentos como lojas e lanchonetes, mesmo quando têm dinheiro para pagar. Desse modo, constituem-se laços sociais de valor negativo, pois o ódio contra a polícia estrutura identidades, pautadas na exclusão social, desde que as normas são impostas através da força física e não pela palavra. Frente à violência, os “meninos de rua” utilizam uma estratégia linguageira conhecida como *língua do pivete*.

21. Língua do pivete

Em um estudo sobre as representações da polícia entre componentes de gangues de bairros periféricos da cidade de Fortaleza, Diógenes (2000) observa que nos relatos dos jovens, a polícia legitima a banalização da violência. Os resultados obtidos pela pesquisadora apontam para o acirramento dos conflitos entre os valores hegemônicos instituídos e os valores emergentes. Em detrimento das representações que situam o policial como agente da lei, Diógenes conclui que a polícia reproduz a violência atribuída às gangues. Por isso, os jovens têm dificuldade para diferenciar o “delito” por eles cometido daquele praticado pelos policiais. Diante da impossibilidade de diferenciar posições, crescem os conflitos com a lei, pois ao prescindir da palavra, os policiais reforçam “o vazio das palavras e, conseqüentemente, o vazio de autoridade e da lei” (DIÓGENES, 2000, p. 213).

A autora observa que os problemas são agravados pela lógica da recuperação social que se contrapõe, pelo uso da palavra, às formas utilizadas por jovens e policiais que se alinham no uso da força. Por isso, apesar das políticas sociais valorizarem o uso da palavra, antes de tudo para definir como os jovens deveriam ser; os objetivos pretendidos não podem ser alcançados. Pois a ação sem palavras encontra correspondência em palavras que não engendram ações. Esse é o resultado da violência do adulto que, de fato, deveria assegurar proteção ao “menor” que não dispõe de muitos recursos para defender-se. Não raro, trata-se

da violência exercida por policiais que atingem as raias da crueldade. É o que nos conta Isaque, de nove anos, sobre a prisão do “bando” de meninos em situação de rua no bairro do Comércio, ocorrida em junho de 2007:

As polícia me pegaro, me batero muito com um negócio que se chama... Que se chama melrique. Um negócio na cabeça, na hora pega, pega aqueles cassetete e faz assim mesmo: Bufo! Que chega partiu a cabeça de Igo. Um pouquinho, aqui mermo. E quebrou o dedo de Jorginho, quebrou o dedo um pouquinho. Aí depois, em mim ele não fez nada, que em mim ele bateu, bateu, mas não aconteceu nada por enquanto (Isaque).

Também Everton, 14 anos, em situação de risco social, conta que foi vítima da violência policial. Enquanto era transportado em uma viatura para uma delegacia na cidade de Fortaleza, o adolescente roubou a munição de um policial “para fazer um colar”. A este respeito, Everton afirma: “Roubei, não, peguei que tava em cima do banco”. Embora não ache certo furtar, ele justifica sua atitude como uma reação à violência a que fora submetido e que ele enfrentara, na medida em que tinha conhecimento dos direitos da criança e do adolescente: “Agora eu não acho certo ele [policial] vim me bater, sem eu fazer nada. [...] Um dia desse ele me pegou, me bateu, não to esquecido da minha munição. [...] E eu falei pra ele que eu ia dar uma queixa dele no Conselho Tutelar”.

Por um lado, este relato reitera a importância da educação e da divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente para o público infanto-juvenil. Por outro lado, apesar da violência policial, os “meninos de rua” continuam a ter fácil acesso às drogas que produzem uma subjetividade que não se sustenta no simbólico, mas na relação imaginária com um objeto concreto. Inegavelmente, a droga constitui o eixo que orienta as representações da maioria dos participantes deste estudo e todos que fizeram opção pelo *rap*, sem nenhuma exceção, referem que fazem uso de algum tipo de substância psicoativa. Paradoxalmente, o consumo oferece suporte imaginário para um grupo que conta com referências limitadas no processo de construção identitária. Em qualquer caso, quer se trate do lugar, do tempo, da droga ou da polícia, a identificação coincide com a exclusão social.

Além dessas referências, pude observar uma forma específica de comunicação, conhecida como *língua do pivete*, que consiste na inversão de sílabas no intuito de criar uma versão distorcida das palavras. Com base nas informações prestadas pelos participantes – todos do sexo masculino, em situação de rua – é possível afirmar que a *língua do pivete* constitui uma estratégia para que os “meninos de rua” possam comunicar-se na presença de terceiros sem serem compreendidos. Por isso, ela é corriqueiramente empregada para a troca

de informações sobre temas proibidos, como aquisição e consumo de drogas, organização de roubos e furtos.

Graças à *língua do pivete*, os meninos podem falar do outro ou mesmo ofendê-lo, sem que este entenda. “Viadovi”, por exemplo, utilizado habitualmente como xingamento, significa “viado”. Trata-se de uma construção aparentemente simples, embora o ritmo acelerado da fala impeça a compreensão dos não iniciados. Entretanto, de tanto escutar, consegui aprender ao menos uma frase: “Cevô, noá besá alafá a lingualin do vetipi” ou “Você não sabe falar a língua do pivete”.

Vale a pena salientar que a *língua do pivete* não faz parte apenas do dia-a-dia dos “meninos de rua”, pois, no geral, ela é compreendida e falada por moradores de rua. Contudo, embora se trate de uma forma peculiar de comunicação, não consegui identificar estudos específicos sobre o tema. Isto quer dizer que existem aspectos da vida desses meninos, lingüísticos e culturais, que ainda não foram devidamente explorados. Com isso, delineiam-se questões, de ordem política, que apontam para a importância de circunscrever e ampliar o conhecimento que atualmente dispomos sobre estes sujeitos, no intuito de adequar os projetos e programas que lhes são destinados.

Na tentativa de lançar alguma luz sobre a *língua do pivete*, e na ausência de referências bibliográficas, vou tecer algumas considerações com base na teorização sobre o uso de gírias; e do *verlan* francês, cuja lógica de construção assemelha-se à que pude observar na *língua do pivete*. No geral, o emprego de uma forma específica de comunicação assinala a “necessidade de criação de códigos que, como escudos, esconderijos, máscaras, produzem uma linguagem apenas compreendida entre os *enturmados*” (DIÓGENES, 2000, p. 207). O modo cifrado de comunicação configura um “capital simbólico” (BOURDIEU, 2006) que demarca a tentativa de sublinhar a diferença e, conseqüentemente, a identificação a um grupo. Trata-se de um recurso particularmente efetivo para as vítimas de exclusão social que, desse modo, podem dizer o que não pode ser dito em determinadas circunstâncias.

Em conversa informal com o Prof. Michel Colin²⁰, tomei conhecimento do *verlan*, uma linguagem informal, falada, inicialmente, nos subúrbios, ou *banlieues*, dos grandes centros urbanos franceses. O termo é formado pela inversão da palavra francesa *l'envers*, que significa “avesso”; e seu aparecimento está associado com a necessidade de obscurecer o

²⁰ Michel Colin nasceu em Pont-Croix, na França. Licenciado em Língua Portuguesa, atualmente leciona na Aliança Francesa, em Salvador.

significado das palavras, com o objetivo de evitar a compreensão por parte daqueles que não dominam este tipo de linguagem. De maneira similar à *língua do pivete*, não existe forma escrita e a pronúncia decide pelo emprego das palavras, construídas basicamente a partir da inversão silábica, de modo que as sílabas iniciais passam a ocupar o final da palavra e vice-versa. A sonoridade decide pelo acréscimo de vogais, para formar uma nova sílaba; ou pelo apagamento da última sílaba.

Considerado um fenômeno de origem parisiense, até a década de 70, apenas marginais e moradores de rua empregavam o *verlan*. Entretanto, sua utilização como recurso estético contemporâneo, por escritores, cineastas, compositores e *rappers*, resultou em sua popularização entre adolescentes e jovens suburbanos. A partir dos anos 90, esta linguagem codificada espalhou-se dos subúrbios para as áreas no centro de Paris, ocupadas pela classe média. Alguns adultos passaram a empregá-la no intuito de demonstrar conhecimento ou afinidade com a geração jovem, enquanto algumas palavras foram incorporadas à linguagem cotidiana, ao ponto de serem utilizadas sem que se tenha conhecimento da sua origem. Certas frases são caracterizadas pelo aparecimento pontual de uma ou mais palavras em *verlan* que, atualmente, serve não apenas para abordar temas tabus, mas também como veículo identitário que expressa interesses comuns, estilo e condições de vida similares.

No geral, o uso de uma língua costuma variar em função de aspectos temporais e socioculturais. Com relação às gírias e linguagens alternativas, as especificidades dependem das características dos grupos, das circunstâncias e da identidade daquele que fala; o que inclui idade, sexo e posição social, entre outros fatores. Para os meninos em situação de rua, a *língua do pivete* funciona como uma estratégia de sobrevivência que configura a chance de burlar a lei, enfrentar perigos e agressões, além de funcionar como um recurso lúdico, o que favorece a identificação ao grupo. Neste sentido, Jack, 16 anos, em situação de rua, no Pelourinho, explica que se trata de “uma língua bem fácil pra falar. [...] Pra polícia não entender o que a gente tá falando. Se quiser fugir da polícia, a gente fala na *língua do pivete*”.

Desse modo, crianças e adolescentes em situação de rua, vítimas de exclusão social, utilizam a língua como um recurso identitário, uma estratégia lúdica que acaba por se revelar crucial para a sobrevivência do grupo ao facilitar o enfrentamento de situações de risco e violência. Com a *língua do pivete*, eles constroem muralhas de proteção e fortalecem os laços do grupo, pois assim preservam a comunicação em situações nas quais não querem ser compreendidos, particularmente as de confronto com a lei. Paradoxalmente, com isso acentuam sua posição marginal e a exclusão social, na mesma direção das referências identificatórias até aqui delimitados, ou seja, droga, lugar, tempo e polícia.

Portanto, pelo que até aqui vimos, o *rap* pode ser utilizado não apenas como um recurso narrativo para abordar as questões do sujeito e favorecer a troca de informações sobre fatores de risco e proteção, mas também como um suporte identificatório para fazer frente à formação de identidades construídas segundo a lógica da exclusão social. A análise das diferentes textualidades aqui apresentadas permite o delineamento de características comuns ao grupo, como a qualidade da vinculação com o *rap* que possibilita a construção do laço social, em conformidade com as normas que regulamentam a convivência na sociedade, no sentido do reconhecimento e da inserção na vida coletiva.

De uma parte, vimos que a droga, sobretudo quando se trata de consumo abusivo, não é capaz de operar na formação do laço social, entendido como efeito de uma prática discursiva, enquanto as outras referências até aqui analisadas, ou seja, lugar, tempo, relação com a polícia e *língua do pivete*, engendram vínculos que agregam na direção da exclusão social. Com base nestas considerações, podemos refletir sobre a possibilidade de encontrar subsídios para o desenvolvimento de uma *práxis* cultural orientada por objetivos psicossociais, a partir do laço social com o *rap*. Com este intuito, passo agora a avaliar as especificidades do mecanismo psicológico que determina a identificação ao *rap*.

22. Da droga ao rap

Para iniciar a discussão, retomo o tema da identificação, desta vez a partir da terceira fonte proposta por Freud (1921). Trata-se da possibilidade do sujeito ocupar o lugar do outro e para isso, a identificação “pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objeto do instinto sexual” (FREUD, 1921, p. 136). Isto é possível na saída do complexo de Édipo, graças a “um processo identificatório em que a criança desinveste as imagens parentais para se identificar com um ‘x’ que é seu futuro: quando eu crescer, não vou mais tomar o lugar de um outro, vou fazer meu próprio lugar” (SEDAT, 1996, pp. 258-9).

Este tipo de identificação implica a separação sujeito-objeto, o que é assegurado pela função paterna, representada pelo Nome do Pai ou pai simbólico cujo estatuto – conforme visto no segundo capítulo – independe da presença do pai na realidade. Esta função responde pela definição da organização psíquica, no que diz respeito às estruturas clínicas que recebem a designação de neurose, psicose ou perversão. Trata-se de um tema complexo, mas para fins deste estudo, importa salientar que apenas o sujeito neurótico tem acesso ao terceiro tipo de identificação tal como definida por Freud. Além disso, é conveniente sublinhar que o

consumo abusivo de drogas, tema transversal deste estudo, pode aparecer relacionado com qualquer estrutura clínica, embora as considerações que se seguem somente possam ser aplicadas aos casos de neurose. No que diz respeito aos participantes deste estudo, considero prudente evitar uma classificação nesses termos, dada a dependência do diagnóstico psicanalítico, impossível de ser alcançado com precisão no espaço de pesquisa.

O pai simbólico “inaugura o lugar vazio onde o sujeito surge como ‘separado’, ‘retirado’ do Outro. A introjeção simbólica supõe a instalação de um ponto de fuga no campo da perspectiva, a partir do qual o sujeito poderá interrogar-se quanto ao desejo” (VIDAL, 2008, p. 176). Este processo resulta no estabelecimento da instância psíquica que representa o ideal do eu, cuja natureza normativa não deixa de assinalar sua derivação do narcisismo original, fundado na eleição do próprio eu como objeto de amor e que responde pelo sentimento de onipotência do ego infantil.

De acordo com Freud (1921), gradualmente, o Ideal reúne as exigências sociais delimitadas pelos modelos, paradigmas e referências que o sujeito toma do campo do Outro. Na infância, no entanto, a diferenciação entre o eu e o ideal do eu é relativamente pequena e, por isso, não encontramos diferenças significativas entre seus valores, mas a ênfase na onipotência que permite a algumas crianças assumir posições transgressoras e mesmo de risco. Em contrapartida, a formação do Ideal assegura um lugar na cadeia das gerações, incide sobre a posição sexuada e possibilita o acesso à cultura. Por outro lado, ao colocar “*um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal do ego*, [os componentes do grupo identificam-se] “*uns com os outros em seu ego*” (FREUD, 1921, p. 147). Este lugar é geralmente ocupado por um líder, embora Freud não perca de vista que uma idéia, abstração, tendência comum ou desejo, podem ocupar o lugar do Ideal.

Portanto, um objeto concreto, como a droga, não pode ocupar o lugar do Ideal, na medida em que o vazio que permite sua assunção é continuamente desconhecido frente ao consumo da substância da qual depende a estabilidade do sujeito. Em contrapartida, o *rap* oferece elementos significantes que cumprem as exigências de “qualidade comum partilhada” com as histórias de vida dos “meninos de rua”. Por outro lado, não podemos esquecer que, independente do estilo musical, alguns cantores são considerados ídolos, tomados como modelos paradigmáticos, sobretudo para adolescentes e jovens. Especificamente no que diz respeito aos *rappers*, a resistência e as reivindicações sociais que atravessam o movimento *hip-hop* representam condições que favorecem sua eleição como figuras ideais para os “meninos de rua”. Assim, é possível ser alguém, como os *rappers*, que representam uma

possibilidade de inserção social e mesmo comercial para as comunidades periféricas, sem abrir mão dos traços que caracterizam os grupos marginalizados.

Ao ocupar o estatuto do Ideal para aqueles que dele carecem, o *rap* favorece o processo de separação sujeito-objeto, daí a possibilidade de seu emprego como recurso identitário privilegiado na redução dos danos provocados pelo consumo de drogas. No sentido de promover certo descolamento da relação sujeito-objeto droga, como também na medida em que assim é possível veicular e incitar a busca de informações, particularmente para os aficionados pelo *freestyle*, além de indicar um caminho possível para a profissionalização. No entanto, de acordo com o mecanismo psicológico que opera na formação do ideal do eu, trata-se de uma perspectiva que se descortina apenas para os adolescentes, tendo em vista as limitações observadas na infância, no que diz respeito à constituição do ideal do eu.

Contudo, não podemos esquecer que a experiência da vida na rua, com as conseqüentes exigências precoces de autonomia, pode facilitar a ultrapassagem das etapas evolutivas previstas pela discursividade psicanalítica. Podemos fundamentar essas considerações nas conclusões alcançadas pelos estudos antropológicos – apresentados no primeiro capítulo deste estudo – que indicam que a infância e a adolescência, tal como observadas no mundo ocidental moderno, não podem ser tomadas de maneira universal e muito menos atemporal.

Diante do empobrecimento simbólico provocado pela droga, o *rap* constitui um recurso para falar de si e mesmo para refletir sobre as próprias posições, frente a temas que estão estreitamente relacionados com as questões do sujeito. A natureza simbólica deste tipo de identificação contrapõe-se àquela proporcionada pelo consumo de drogas, que oscila entre o real e o imaginário, na medida em que a droga imprime um tipo de memória no corpo não mediada pela palavra.

Em um artigo sobre a influência do discurso do Outro no destino do sujeito, Costa (2006) lança mão das observações do psicanalista Hassoun a respeito da memória. Este autor considera que existem dois tipos de memória, ou seja, aquela que é fixada como marcas no corpo e a que só pode ser capturada na experiência de transmissão. A primeira comporta a violência, na medida em que não pode ser simbolizada, enquanto a segunda deve sua importância não à transmissão objetiva, mas à delimitação do vazio que determina a possibilidade de situar um terceiro termo como ausente e assim torna possível a mediação e circulação da palavra. Desse modo, a transmissão implica a transformação, na experiência de apropriação da fala.

Para os participantes deste estudo, as narrativas cantadas ofereceram a possibilidade de abordar as questões singulares de cada sujeito, bem como de refletir sobre dificuldades comuns ao grupo, entre as quais destaco alguns fatores de risco – como uso de drogas, participação em roubos e posição numa família desestruturada – e estratégias para seu enfrentamento, configuradas nas propostas de redução do consumo, expectativas de tratamento e delineamento de planos para o futuro. Mesmo que isto tenha ocorrido graças à apropriação do discurso dos cantores, o *rap* permitiu inscrever alguma descontinuidade no registro mudo da relação com a droga. Conforme discutido no capítulo anterior, sob o viés da droga, a tentativa de subjetivação fracassa, na medida em que o sujeito só pode ser representado pelo significante. Enquanto a qualidade simbólica da identificação ao *rap* favorece a construção do laço social, o acesso ao lazer, a procura de informações, como também permite dar voz às questões do sujeito.

Assim, delimita-se uma forma de utilizar a cultura urbana contemporânea – que afeta meninos em situação de rua – para enfrentar o empobrecimento simbólico e a dificuldade para falar, provocados pela miséria, violência e uso de drogas. Não se trata de um processo simples e faço esta afirmação com base nos desdobramentos observados nas Oficinas de contos. Um dos principais riscos, também apontado por outros autores (ABRAMOVAY et al, 1999), consiste na qualidade da identidade promovida por intermédio da transmutação de elementos estigmatizados, tal como ocorre com o *rap*.

Em alguns casos, os limites entre a diversão e a transgressão podem ser facilmente diluídos, sobretudo quando os adolescentes apresentam interesse pelo *gangsta rap*. Este interesse pode determinar a sedimentação de traços perversos, entre os quais se destacam os que estão relacionados com a legitimação de atividades ilícitas. Daí a importância da constituição de um espaço de palavra, logo após o canto. Desse modo, os participantes têm oportunidade para associar livremente, no intuito de pôr em cheque idéias e posições relacionadas com a temática dos *raps* escolhidos. Estes resultados foram alcançados através da contação de histórias, o que indica que as narrativas ritmadas podem ser empregadas como um recurso alternativo, em oficinas especialmente planejadas para essa clientela.

Os autores consultados consideram que o *rap* representa uma resposta para a exclusão social, no sentido da construção de cidadania. O engajamento como cantor tem levado alguns MCs a declarar que retomaram os estudos na tentativa de buscar conhecimentos para escrever as letras de suas canções. Outros confirmam o papel do *rap* como alternativa para enfrentar as dificuldades com o mercado de trabalho, envolvimento com o tráfico e o consumo de drogas. Paralelamente, os centros de atenção psicossocial para tratamento de usuários de álcool e

outras drogas costumam incluir oficinas de *rap* no plano terapêutico de seus pacientes, enquanto algumas pesquisas confirmam a função preventiva deste estilo musical.

A luta do *hip-hop* contra as drogas e, especificamente, o papel do *rap* na recuperação de drogados tem levado muitos grupos a fazerem suas composições tratando dessa temática. Muitos relatam como a música os ajudou a deixarem o vício. Outros procuram transmitir informações alertando ‘os manos’ para deixarem as drogas (SOUZA; FIALHO; ARALDI, 2005, pp. 32-3).

A utilização do *rap* em escolas, como instrumento pedagógico, visa favorecer a discussão e o enfrentamento de questões, tais como violência, consumo de drogas e participação no tráfico. Neste contexto, o *rap* cumpre uma função educativa através da articulação do currículo escolar com a rotina, gostos e preferências dos alunos. A função social pode ser observada em experimentos com oficinas de DJs, como a realizada na Escola de Porto Alegre – EPA, destinada ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua, que tomam conhecimento de técnicas do *hip-hop*, ao tempo em que estabelecem laços sociais com os instrutores e demais participantes (SOUZA; FIALHO; ARALDI, 2005).

Em detrimento da utilização do *rap* com objetivos sócio-educativos, não pude encontrar estudos sobre a possibilidade de seu emprego como um recurso clínico, de cunho ludoterapêutico. Esta perspectiva foi delineada durante as Oficinas de contos, o que merece ser investigado através da proposição de novas pesquisas. Antes de tudo, trata-se de oferecer algo para esses sujeitos, com objetivos de prevenção, tratamento e redução de danos, na dependência do que se pretende alcançar, enquanto se espera que eles decidam. Neste sentido, podemos contar com as semelhanças significantes observadas entre as letras das canções e as histórias de vida desses sujeitos. Por outro lado, podemos apostar na possibilidade de construir novas identidades, e assim abalar a identidade promovida pelo consumo de substâncias psicoativas, desde que o “processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2006, p. 12).

Já não se trata de assumir esta ou aquela identidade, mas da fluidez de identidades que, por vezes, assumem caráter contraditório. Cada vez mais, “somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (HALL, 2006, p. 13). E desde que o processo de identificação opera de forma contínua, a estrutura da identidade permanece aberta, o que legitima a tentativa de abalar a identidade imaginária obtida através do uso de

drogas, observada na expressão “sou viciado”, por meio da identificação ao *rap*. Não se trata de propor a alienação a um estilo musical, mas de possibilitar a expressão e simbolização do que permanece coagulado sob o domínio imaginário da droga. O processo pode ser facilitado pelo modo através do qual o sujeito é representado e interpelado pelo outro, ou seja, na perspectiva da singularidade do desejo de cada um, o que deve ser tomado como princípio ético para o planejamento e realização de oficinas de *rap*.

Independente do estilo musical, a função identificatória da música já havia sido apontada por Jorge Amado, no romance, *Capitães da areia*, que de maneira aguda e sensível indica como a música gerava sentimentos de fraternidade entre os meninos que viviam nas ruas de Salvador, no início do século XX: “E amaram-se uns aos outros, se sentiram irmãos porque eram todos eles sem carinho e sem conforto e agora tinham o carinho e conforto da música” (AMADO, 1996, p. 59).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados alcançados por este estudo configuram um conjunto de conhecimentos, de natureza psicossocial, estética e estilística, sobre um grupo de crianças e adolescentes em situação de rua e risco social, obtido através da análise e interpretação das respostas, narrativas individuais e canções produzidas com o recurso lúdico da contação de histórias. Em primeiro lugar, considero importante salientar que as representações dos perigos, delimitadas pela recepção do conto “João e Maria”, indicam que os pais e responsáveis são os principais protagonistas dos danos que afetam a vida desses indivíduos.

De modo geral, a figura materna aparece como a principal referência para os meninos e as meninas, independente das condutas que lhe são atribuídas, enquanto o pai quase sempre é representado por sua ausência, agressividade e desqualificação. Especificamente para os meninos, a cisão entre a bondade e a hostilidade feminina permite preservar a idealização da figura materna, mesmo nos casos em que a mãe costuma ser repudiada, a exemplo do seu envolvimento com a prostituição. Em função da desestruturação familiar e da violência doméstica, em alguns casos, do ponto de vista subjetivo, foi possível concluir que é mais saudável fugir do que permanecer em casa. Para isso, o sujeito não pode estar identificado com o lugar de menos-valia que lhe é oferecido pela família, na medida em que esta lhe confere o estatuto de um mero objeto.

Frente à dura realidade da vida na rua, algumas crianças e adolescentes não querem saber das condições de sobrevivência que eles enfrentam precocemente. Não se trata de ignorância, mas de um mecanismo de defesa acionado pelo sujeito do inconsciente, conforme observado através do aparecimento de lapsos de linguagem. Chamo atenção para a emergência de situações difíceis de serem assumidas até mesmo por adultos. Ao mesmo tempo, o temor de não voltar para casa, expresso, sobretudo, nas respostas dos meninos, encontra correspondência numa dinâmica familiar que expõe os filhos a diversos danos, físicos, morais e psicológicos, que por vezes comportam o risco de morte.

Diante desses impasses, poucos levam em conta a possibilidade de aceder com sucesso ao mundo dos adultos, o que indica a falta de perspectivas delimitada por uma rotina adversa. Por outro lado, a análise da relação com o outro, representado pelos policiais, traficantes e outros atores sociais, indica que um número significativo de informantes percebe o outro, capaz de provocar danos e temores, como agressor. Portanto, não podemos estranhar o

aparecimento de comportamentos arredios e anti-sociais que, de fato, apontam para a responsabilidade do outro, em detrimento das queixas e acusações que atribuem o *status* de “inadaptação social” aos meninos(as) em situação de rua. Contudo, não podemos esquecer que o laço social construído a partir da contação de histórias permite abalar o estereótipo, de cunho negativo, que usualmente é atribuído aos “meninos de rua”.

No geral, a abordagem desenvolvida por este estudo, desde o trabalho de campo, análise dos dados e interpretação dos resultados, conferiu aos participantes uma chance de não aparecer na posição de vítima, digna de piedade, nem mesmo como infrator que costuma ser rejeitado e encaminhado para ser “reeducado”, segundo a lógica da imposição de comportamentos socialmente aceitáveis. Por intermédio das narrativas contadas e cantadas foi possível assegurar uma posição de cidadania para o sujeito infanto-juvenil em situação de rua e risco social. Sem dúvida, as possibilidades de inclusão estão diretamente relacionadas com a abordagem do outro, que precisa adequar suas intervenções, de acordo com a realidade desses sujeitos.

Por outro lado, apesar do investimento de algumas mães, foi possível observar que muitos preferem permanecer na rua, o que é favorecido pela liberdade usufruída quase sem limites e pelo uso de substâncias psicoativas. A este respeito, foi possível problematizar, refletir e lançar alguma luz sobre a modalidade de gozo produzida pelo crack. Alguns percebem a droga como um perigo, embora a maioria não articule as representações do perigo com a utilização de drogas. Neste sentido, as Oficinas de contos possibilitaram a circulação de informações, o esclarecimento de fantasias e a socialização de tentativas anteriores de tratamento.

Além disso, foi possível identificar algumas estratégias utilizadas pelos informantes para limitar o consumo. Destaco aqui o pacto simbólico assumido pelo sujeito, no sentido de não empregar o dinheiro proveniente de furtos e roubos na compra de crack, a preocupação com a qualidade e o tipo de droga, bem como os cuidados com a saúde, mediante o investimento narcísico do corpo e o uso de preservativos, o que foi observado, sobretudo, entre as garotas que estavam envolvidas com a prostituição.

Aproveito para lembrar as conclusões que indicam a correlação entre a prostituição infanto-juvenil e o discurso que regulamenta a distribuição do gozo nas sociedades capitalistas, sintetizado no apelo ao consumo. Também foi possível desenvolver reflexões sobre os efeitos derivados da imposição de sentidos pré-estabelecidos, mesmo quando esses são articulados em nome da defesa dos direitos da criança e do adolescente, a exemplo do argumento do aliciamento de menores.

O aparecimento significativo de histórias de vida assinala a importância de o jovem ser escutado tão logo seja abrigado. Conforme demonstrado, desse modo, o sujeito pode assumir uma posição frente aos eventos significantes que configuram sua história de vida, articulados em termos de passado, presente e futuro. Do ponto de vista clínico, o sujeito assume uma posição discursiva que favorece o alívio da angústia. Nesta perspectiva, a contação de histórias operou para minimizar os danos associados com temores e angústias decorrentes dos perigos a que os participantes estavam submetidos. Assim se configura a função terapêutica da fala, que põe em evidência as conotações específicas que podem ser alcançadas através do planejamento e realização de Oficinas de contos sob a coordenação de um psicanalista. Para além do espaço de pesquisa, outros desdobramentos podem ser alcançados, desde que se tome como referência a psicanálise em extensão, fora do consultório, mas não do dispositivo analítico.

De fato, a partir da contação de histórias foi possível simbolizar experiências, quase sempre dolorosas, entre as quais sublinho a violência e o descaso dos pais, a discriminação e o preconceito do outro. Com o auxílio das narrativas, os participantes abordaram, questionaram, refletiram e trocaram informações a respeito de elementos significantes que afetam suas vidas. Também não podemos esquecer que, segundo Freud, a narratividade permite transformar o sofrimento em motivo de prazer, como gozo de palavra, alcançado graças à representação do vivido sob o ordenamento simbólico das leis da linguagem.

De outra parte, a afinidade da população-alvo com o *rap* resultou em considerações teóricas sobre o mecanismo psicológico de identificação a este estilo musical. O aparecimento inesperado das narrativas ritmadas também permitiu realizar uma leitura a respeito do funcionamento do ideal do eu entre adolescentes do sexo masculino em situação de rua que fazem uso abusivo de crack. Particularmente, considero que uma das principais contribuições deste estudo consiste na descrição do mecanismo psicológico que fundamenta a utilização do *rap* como estratégia para reduzir os danos relacionados com os comportamentos de risco que, habitualmente, são assumidos pelas crianças e adolescentes que pertencem aos segmentos sociais de menor poder aquisitivo.

Com base nos resultados alcançados, foi possível concluir que o *rap* pode ser utilizado como um recurso narrativo que favorece a simbolização de angústias, bem como a delimitação de desejos, o que serve como argumento para fundamentar o emprego das narrativas cantadas no espaço clínico destinado a essa clientela. Na tentativa de minimizar riscos e danos, e com vistas a resgatar os sentimentos de auto-estima de uma população vítima de exclusão social, sublinho ainda a possibilidade de despertar vocações e ideais, como o

desejo de tornar-se contador de histórias ou *rapper*, que pode emergir por intermédio da participação em Oficinas de contos e de *raps*.

Os relatos dos participantes ressaltam a importância da proposição e constituição de espaços de reflexão, em articulação com o desenvolvimento de práticas culturais, com objetivos psicossociais, de natureza lúdica, como as Oficinas de contos. Um passo para instigar o gosto pela leitura e descortinar valores éticos que podem contribuir para a construção de barreiras simbólicas capazes de minimizar os danos provocados pelo uso de substâncias psicoativas, envolvimento com a prostituição, exposição a fatores de vulnerabilidade e comportamentos de risco.

A ausência de respostas favorece a permanência nas ruas, a recidiva no uso de drogas e o envolvimento com a criminalidade. Daí decorre a urgência de implementar políticas públicas adequadas, em associação com propostas da sociedade civil e das organizações não-governamentais, no intuito de oferecer alternativas para enfrentar os dilemas provocados pela violência doméstica e urbana, miséria, descaso e abandono que culminam no processo de exclusão social. Neste sentido, espero que os conhecimentos obtidos por este estudo possam ser utilizados no planejamento de projetos e programas, com objetivos clínicos, educativos ou profissionalizantes, adaptados às singularidades desses jovens. Acredito também que os resultados podem ser empregados na elaboração de intervenções e capacitações destinadas aos profissionais que se dedicam, direta ou indiretamente, a essa clientela.

Por outro lado, o aparecimento de uma forma específica de comunicação, conhecida como *língua do pivete*, indica que precisamos desenvolver, de modo mais detalhado, estudos e pesquisas sobre o tema. Com o objetivo de ampliar o conhecimento que atualmente dispomos sobre estes sujeitos, de modo a adequar as propostas que, atualmente, lhes são destinadas.

Trata-se de propor alternativas para enfrentar um problema social que vem se agravando nas últimas décadas. Segundo Velho (1996), antes de qualquer tentativa de devolução para o lar ou encaminhamento para uma instituição, é preciso desenvolver a abordagem de rua, com vistas à construção do laço social. Para isso, o autor recomenda a utilização de elementos lúdicos, bem como a constituição de espaços que permitam aos meninos falar sobre si. O autor chama atenção para a relevância do trabalho com os educadores de rua, para que esses possam “educar a população para se aproximar do menino” (VELHO, 1996, p. 253).

De minha parte, instigada pelo trabalho de campo desta pesquisa, particularmente pelas queixas e demandas de alguns sujeitos relacionadas com o consumo de crack, decidi

correr o risco de me antecipar ao final da Tese e utilizei os dados, já coletados e analisados, na elaboração de um conjunto de intervenções articuladas em um Projeto piloto que denominei “Ambumóvel”²¹. O principal objetivo deste Projeto consiste em desenvolver atividades de prevenção, tratamento e redução dos danos associados com a exclusão social, com especial atenção ao consumo de substâncias psicoativas. Na tentativa de dar conta desta proposta, privilegiei a realização de Oficinas de contos e *raps*, sob a coordenação de psicólogos e redutores de danos, em função das conclusões delimitadas por este estudo.

A inserção do ouvinte em um fluxo narrativo que se encontrava aberto a novas possibilidades situou o texto como um instrumento capaz de engendrar produtividades e não como um produto acabado. Estes resultados foram convergentes com as observações de Benjamin (1994), a respeito da natureza do saber veiculado pelas narrativas da tradição popular. Ao invés de adquirir o estatuto de um conselho que pretende interferir, do exterior, na vida do ouvinte, essas narrativas comportam uma sugestão sobre a continuação de uma história. De fato, a dinâmica das Oficinas de contos favoreceu a participação do ouvinte como sujeito de sua própria história e como cantor de seus *raps* favoritos, o que lhe permitiu abordar suas questões, dificuldades e anseios.

O intercâmbio lúdico de experiências, em conformidade com o gosto e o interesse dos participantes, favoreceu o aparecimento de uma transferência de saber; fundamentada em minha prática como psicanalista, o que pressupõe a valorização da sabedoria do mais velho. Não se trata de saudosismo relativo à experiência tradicional, mas de uma alternativa para a formação do laço social. Segundo Benjamin (1994), além do pragmatismo, configurado na proposta de continuação da história, é necessário delimitar pontos de intersecção entre narrador e ouvinte, enquanto se constitui um tempo capaz de favorecer a arte de narrar, exemplificado através do trabalho artesanal da contação de histórias.

Essas condições foram alcançadas através da realização das Oficinas de contos, pois a demanda dos participantes encontrou eco no meu interesse e no compromisso ético que assumi na qualidade de pesquisadora-psicanalista. Ao longo das Oficinas, o texto aparece como um produto artesanal, ou seja, como aquilo que se tece. Com isso, foi possível circunscrever uma prática que partiu da tradição oral para encontrar elementos da cultura popular urbana da contemporaneidade. Em qualquer caso, o sentido não foi dado por antecipação, mas apresentado por cada sujeito.

²¹ O Projeto foi selecionado para apresentação oral na 19ª Conferência Internacional de Redução de Danos, ocorrida em maio de 2008, em Barcelona, na Espanha, organizada pela Associação Internacional de Redução de Danos (*International Harm Reduction Association – IHRA*).

Desse modo, foi possível delimitar e pôr em cheque dúvidas, questões e saberes de cada sujeito, bem como deduzir um conjunto de conhecimentos sobre um grupo a partir de experiências e traços comuns. Ao longo das Oficinas de contos, foi possível escutá-los, sem críticas nem julgamentos. Antes de tudo, procurei enfatizar a voz e a singularidade de cada sujeito, como portador de um saber, que por isso é capaz de refletir sobre suas escolhas, projetos e planos para o futuro, que merecem ser escutados. Trata-se de uma alternativa para os *capitães do asfalto* que “iniciam a vida carregando nos seus ombros 500 anos de desigualdade de direitos e injustiça. Mas não apenas isso” (MACEDO, 2000, p. 59). Pois esses meninos também são produtores de cultura, possuem uma estética e uma linguagem própria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam et al. *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- ALBÁN, Maria Del Rosário. O que marcar e o que não marcar na transcrição de textos orais. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (org.). *Diversidade lingüística e ensino*. Salvador: EDUFBA, 1996. pp. 165-181.
- ALCOFORADO, Doralice Fernandes Xavier. *As belas baianas: o feminino no conto popular*. 1997. 160f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Paraíba, 1997.
- ALCOFORADO, Doralice Fernandes Xavier. Cascudo: o erudito no popular. Boitatá – Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL. Número especial, pp. 73-82, ago.-dez. 2008. Disponível em: <<http://www.anpoll.com.br>> Acesso em: 03 mar. 2009.
- ALTMAN, Raquel Zumbano. Brincando na História. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004. pp. 231-258.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. vii-xxv.
- AMADO, Jorge. *Capitães da areia*. Ilustrações de Poty. 85. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- ANDRADE, Tarcísio Matos. As abordagens preventivas: entre prevenção idealizada e prevenção possível. In: *Drogas, Aids e Sociedade*. Brasília: Ministério da Saúde, 1995. Cap. VII, pp. 117-129.
- ANDRADE, Tarcísio Matos. O nó da seringa. In: BASTOS, Francisco Inácio; MESQUITA, Fábio; MARQUES, Luís Fernando (orgs.). *Troca de seringas: ciência, debate e saúde pública*. Brasília: Ministério da Saúde, 1998. pp. 153-161.
- ANDRÈS, M. Sentido. In: KAUFMANN, Pierre (org.). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. pp. 463-5.
- ARCE, José M. Valenzuela. O funk carioca. Trad. de Esperanza S. Molina. In: HERSCHMANN, Micael (org.). *Abalando os anos 90: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. pp. 136-163.
- ARIÈS, Phillipe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- AS MELHORES HISTÓRIAS DE AVENTURAS. Adaptação de Lídia Chaib e Mônica Rodrigues da Costa; ilustrações de Maria Eugênia. São Paulo: Publifolha, 2000. pp. 69-78.

- ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira. *Decifra-me ou devoro-te: história oral de vida dos meninos de rua de Salvador*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- BARBARÁ, Anna Marina; LEITE, Otília Silva. *As meninas da Daspu*. Teresópolis, RJ: Novas Idéias, 2007.
- BAUDRY, F. Objeto. In: KAUFMANN, Pierre (org.). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. pp. 377-380.
- BAUDRY, F. Fantasia. In: KAUFMANN, Pierre (org.). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. pp. 195-200.
- BENJAMIN, Walter. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus Editorial, 1984.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 197-221. *Obras escolhidas*. v. 1.
- BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.
- BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BITTENCOURT, Carla; LUNA, Luzia. Na porta da rua. *Jornal A Tarde*. Salvador, 28 nov. 2002. Caderno 10, pp. 4-5.
- BOSI, Éclea. *Memória e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 183-191.
- BUCHER, Richard. *Drogas e drogadição no Brasil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- CAPPI, Riccardo. Sujeito de direito e prática educativa. In: REIS, Ana Maria Bianchi (org.). *Plantando axé: uma proposta pedagógica*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. pp. 163-178.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende. Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et al (orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. pp. 47-74.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global, 2006.

- CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD, 2003.
- CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. Cocaína – pasta de coca, crack, merla. São Paulo: Departamento de Psicobiologia. UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, 2008.
- CHANG, Jeff. *Can't stop, won't stop: a history of the hip-hop generation*. Great Britain: Cox & Wyman Ltd, Reading, Berkshire, 2007.
- CHEMAMA, Roland. O ato de desenhar. In: TEIXEIRA, Ângela B. do Rio (org.). *O mundo, a gente traça*. Salvador: Ágalma, 1991. pp. 11-28.
- CHEMAMA, Roland. Um sujeito para o objeto. In: GOLDENBERG, R. (org.). *Goza!:* capitalismo, globalização e psicanálise. Salvador: Ágalma, 1997. pp. 23-39.
- CHIAVERINI, Tomás. *Cama de cimento: uma reportagem sobre o povo das ruas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- CORREIA, João Davi Pinto. Os gêneros da literatura tradicional: contributo para a sua classificação. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. Lisboa, n. 9, pp. 63-9, jul. 1993.
- COSTA, Ana. Antecipação e destino – atualidades do espelho. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Porto Alegre, n. 30, pp. 15-24, jun. 2006.
- CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 149-164.
- CRUGLAK, Clara. *Clínica da identificação*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.
- CRUZ, Walter. Intoxicação e exclusão social. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Porto Alegre, n. 24, pp. 19-39, maio 2003.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DIATKINE, René. Histórias sem fim. *Revista Veja*. São Paulo, Editora Abril S.A., pp. 7-9, mar. 1993. Entrevista concedida a Fábio Altman.
- DIÓGENES, Glória. Gangues e polícia: campos de enfrentamento e estratégias de diferenciação. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et al (orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. pp. 197-220.

- ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D'Andrea. Os tempos e os espaços das drogas. In: *Entre riscos e danos: uma nova estratégia de atenção ao uso de drogas*. Cooperação Brasil – União Européia. Paris: Editions Scientifiques ACODESS, 2002. pp. 11-8.
- FAUSTO NETO, Ana Maria Q; QUIROGA, Consuelo. Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et al (orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. pp. 221-235.
- FERREIRA, Jerusa Pires. Experiências e estudos de cultura popular. In: Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate. Instituto Nacional do Folclore, Coordenadoria de Estudos e Pesquisas. Rio de Janeiro: IBAC, 1992. pp. 51-6. Disponível em: <<http://www.intermidias.com>> Intermídias 8 – Dossiê Jerusa Pires Ferreira, pp. 1-13. Acesso em: 03 mar. 2009.
- FERREIRA, Jerusa Pires. Oralidade, mídia, culturas populares. Revista SESC. São Paulo, Editora SESC, n. 2, pp. 39-41, ago. 2003. Disponível em: <<http://www.intermidias.com>> Intermídias 8 – Dossiê Jerusa Pires Ferreira, pp. 1-3. Acesso em: 03 mar. 2009.
- FERREIRA, Tânia. Os meninos e a rua – o psicólogo e os impasses da assistência. Revista Psicologia: ciência e profissão. Brasília, n. 1, pp. 2-17, 2000.
- FORTES, Leandro. Crime sem castigo. Revista Carta capital: política, economia e cultura. São Paulo, Editora Confiança Ltda, n. 488, pp. 26-31, mar. 2008.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1977. v. I.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud e Marx. In: *Um diálogo sobre os prazeres do sexo, Nietzsche, Freud e Marx, Theatrum Philosophicum*. São Paulo: Landy, 2000. pp. 47-62.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1895). In: *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 395-452. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. I.
- FREUD, Sigmund. Lembranças encobridoras (1899). In: *Primeiras Publicações Psicanalíticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 333-354. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. III.
- FREUD, Sigmund. *A interpretação de sonhos (parte I)* (1900). Rio de Janeiro: Imago, 1976. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. IV.

FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos (parte II) e sobre os sonhos (1900-1)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. V.

FREUD, Sigmund. *A psicopatologia da vida cotidiana (1901)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. VI.

FREUD, Sigmund. *Escritores criativos e devaneio (1908)*. In: *'Gradiva' de Jensen e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 149-58. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. IX.

FREUD, Sigmund. *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna (1908)*. In: *'Gradiva' de Jensen e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 187-208. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. IX.

FREUD, Sigmund. *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (1909)*. In: *Duas histórias clínicas (o 'pequeno Hans' e o 'Homem dos ratos')*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 15-154. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. X.

FREUD, Sigmund. *Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância. (1910)*. In: *Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 59-124. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XI.

FREUD, Sigmund. *Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (contribuições à psicologia do amor I) (1910)*. In: *Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 147-157. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XI.

FREUD, Sigmund. *Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor (contribuições à psicologia do amor II) (1912)*. In: *Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp.159-173. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XI.

FREUD, Sigmund. *A ocorrência, em sonhos, de material oriundo de contos de fadas (1913)*. In: *O caso de Schereber, artigos sobre técnica e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 355-362. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XII.

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu (1913)*. In: *Totem e tabu e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 20-191. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XIII.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar: novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II (1914). In: *O caso de Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 193-203. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XII.

FREUD, Sigmund. O tabu da virgindade (contribuições à psicologia do amor III) (1918 [1917]). In: *Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 175-192. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XI.

FREUD, Sigmund. História de uma neurose infantil (1918). In: *Uma neurose infantil e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 19-151. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XVII.

FREUD, Sigmund. O estranho (1919). In: *Uma neurose infantil e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 275-314. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XVII.

FREUD, Sigmund. 'Uma criança é espancada': uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais (1919). In: *Uma neurose infantil e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 225-253. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XVII.

FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer (1920). In: *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 17-85. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XVIII.

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e a análise do ego (1921). In: *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 91-179. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XVIII.

FREUD, Sigmund. O problema econômico do masoquismo (1924). In: *O ego e o id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 199-212. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XIX.

FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo (1924). In: *O ego e o id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 217-224. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XIX.

FREUD, Sigmund. Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos (1925). In: *O ego e o id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 309-320. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XIX.

- FREUD, Sigmund. Uma nota sobre o bloco mágico (1925 [1924]). In: *O ego e o id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 285-290. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XIX.
- FREUD, Sigmund. Dostoiévski e o parricídio (1928 [1927]). In: *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 205-225. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XXI.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930 [1929]). In: *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 81-171. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XXI.
- FREUD, Sigmund. Sexualidade feminina (1931). In: *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 259-279. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XXI.
- GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- GERBASE, Jairo. Amor, desejo e gozo. In: SILVA, José Antonio Pereira (org.). *Modalidades do gozo*. Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítico, 2007. pp. 71-86.
- GONÇALVES, Luiza Helena Pinheiro. *O discurso do capitalista : uma montagem em curto-circuito*. São Paulo: Via Lettera, 2000.
- GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida*. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.
- GRIMM, JACOB; GRIMM, Wilhem. *Contos de Grimm: o príncipe sapo e outras histórias*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2002.
- GUERREIRO, Goli. *Retratos de uma tribo urbana - rock brasileiro*. Salvador: Edufba, 1994.
- GURSKI, Roselene. Crônica da adolescência contemporânea. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Porto Alegre, n. 30, pp. 153-166, jun. 2006.
- HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, Liv (org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. de Adelaine La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003. pp. 25-51.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARARI, Roberto. *Uma introdução aos quatro conceitos fundamentais de Lacan*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HERSCHMANN, Micael. Na trilha do Brasil contemporâneo. In: HERSCHMANN, Micael (org.). *Abalando os anos 90: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. pp. 52-83.
- HERSCHMANN, Micael. As imagens da galera funk na imprensa. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et al (org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. pp. 163-196.
- HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- HILST, Hilda. *O caderno rosa de Lori Lamby*. 2. ed. Ilustrações de Millôr Fernandes. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1990.
- ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luís Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. pp. 384-416. v. II.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 1.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1999. v. 2.
- JAMESON, Frederic. A lógica cultural do capitalismo tardio. In: *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 1996. pp. 27-79.
- JAMESON, Frederic. Notas sobre a globalização como questão filosófica. In: PRADO, José Luiz Aidar; SOVIK, Liv (orgs.). *Lugar global e lugar nenhum: ensaios sobre democracia e globalização*. São Paulo: Hacker Editores, 2001. pp. 11-39.
- JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 43-62.
- KEHL, Maria Rita. Prefácio. In: CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. *Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis*. Porto Alegre: Artmed, 2006. pp. 15-9.
- LACAN, Jacques. Lacan en Italie. Paris: Bibliothèque de L'École de la Cause Freudienne, 1972. (Texto mimeogr.)
- LACAN, Jacques. *Cloture aux journées d'études des cartels*. Paris: Lettres de L'École Freudienne de Paris, 1976.

- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Trad. de Marie Christine Lasnik Penot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Trad. de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- LACAN, Jacques. *De um discurso que não seria do semblante: seminário 1971*. Recife: Publicação interna do Centro de Estudos Freudianos do Recife, 1995.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 10: a angústia*. Recife: Publicação interna do Centro de Estudos Freudianos do Recife, 1997.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- LACAN, Jacques. O seminário sobre A carta roubada. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. pp. 13-66.
- LACAN, Jacques. O estágio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. pp. 96-103.
- LACAN, Jacques. O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. pp. 197-213.
- LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. pp. 238-324.
- LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. pp. 496-533.
- LACAN, Jacques. *A Identificação: seminário 1961-1962*. Trad. de Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Recife: Publicação interna do Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.
- LAFFORGUE, Pierre. *Petit Poucet deviendra grand: soigner avec le conte*. Paris: Mollat Éditeur, 2002. *Petite Bibliothèque Payot*.
- LA ROCCA, Cesare de Florio. É tempo de recordar. In: REIS, Ana Maria Bianchi (org). *Plantando axé: uma proposta pedagógica*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. pp. 11-4.
- LÉONARD, Pierre. O discurso da servidão voluntária ou o contra um. In: CHAUI, Marilena (coord.) *Discurso da servidão voluntaria: Etienne La Boétie*. Trad. de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, pp. 11-37. *Coleção Elogio da Filosofia*.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral

- contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 15-25.
- LYOTARD, Jean-François. A função narrativa e a legitimação do saber. In *A condição pós-moderna*. Trad. de Ricardo Corrêa Barbosa. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000. pp. 51-7.
- MACEDO, Marle de Oliveira. O cenário da exclusão social – uma tentativa de desconstrução. In: REIS, Ana Maria Bianchi (org). *Plantando axé: uma proposta pedagógica*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. pp. 47-77.
- MACHADO, Regina. *Acordais: fundamentos teórico-poéticos da arte de contar histórias*. São Paulo: DCL, 2004.
- MAFFESOLI, Michel. *Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2004.
- MATOS, Gislayne Avelar. *A palavra do contador de histórias: sua dimensão educativa na contemporaneidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- McDOUGALL, Joyce. As neonecessidades e as sexualidades adictivas. In: *As múltiplas faces de eros: uma exploração psicanalítica da sexualidade humana*. Trad. de Pedro Henrique Bernardes Rondon. São Paulo: Martins Fontes, 1997. pp. 197-215.
- MELMAN, Charles. *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*. Porto Alegre: CMC Editora, 2003.
- MELMAN, Charles. *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Entrevistas por Jean-Pierre Lebrun. Trad. de Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.
- MELMAN, Charles. *A prática psicanalítica hoje: conferências*. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano, 2008.
- MENGARELLI, Jandyra Kondera. Editorial. In: MENGARELLI, Jandyra Kondera (org.). *Dos contos, em cantos*. Salvador: Ágalma Psicanálise, 1998. pp. 7-11.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de redução de danos: saúde e cidadania. Brasília: Coordenação Nacional de DST e AIDS, 2001. Série Manuais, n. 42.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo - I - neurose*. Trad. de Maura Ribeiro Sardinha. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- NEIVA-SILVA, L.; KOLLER, S. H. A rua como contexto de desenvolvimento. In: LORDELO, R.; CARVALHO, A. M.; KOLLER, S. H. (orgs.). *Infância brasileira e*

- contextos de desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador: EDUFBA, 2002. pp. 205-230.
- NERY FILHO, Antonio; MESSEDER, Marcos Luciano. Exclusão ou desvio? Sofrimento ou prazer? In: *Entre riscos e danos: uma nova estratégia de atenção ao uso de drogas*. Cooperação Brasil – União Européia. Paris: Editions Scientifiques ACODESS, 2002. pp. 55-60.
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- PERRAULT, Charles. *Contos de Perrault*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1989.
- PINTO, Leila de Oliveira. Sinal de angústia na obesidade. *Revista Topos*. Salvador, Espaço Moebius – Psicanálise, n. 1, pp. 65-73, 1990.
- RAMALHO, Rosane Monteiro. Reescrever ou inventar uma história? *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Porto Alegre, n. 30, pp. 25-34, jun. 2006.
- RASSIAL, Jean-Jacques. O psicopata como figura contemporânea. In: CORRÊA, Ana Izabel (org.). *Mais tarde é agora*. 2. ed. Salvador: Ágalma Psicanálise, 2004. pp. 126-136.
- REGO, Teresa Cristina. *Memórias de escola: cultura escolar e constituição de singularidades*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- RODRIGUES, Luzânia Barreto. *De pivetes e meninos de rua: um estudo sobre o Projeto Axé e os significados da infância*. Salvador: EDUFBA, 2001.
- ROSE, Trícia. Um estilo que ninguém segura: política, estilo e a cidade pós-industrial no hip-hop. In: HERSCHMANN, Michael (org.). *Abalando os anos 90: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. pp. 190-213.
- ROUSSEAU-DUJARDIN, J. Trauma. In: KAUFMANN, Pierre (org.). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. pp. 558-9.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 93-101.
- SANSONE, Lívio. Funk baiano: uma versão local de um fenômeno global?. In: HERSCHMANN, Micael (org.). *Abalando os anos 90: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. pp. 166-187.
- SANTOS, Roberto Correia. *Para uma Teoria da Interpretação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

- SEDAT, J. Identificação. In: KAUFMANN, Pierre (Org.). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. pp. 256-9.
- SILVA, Hélio R. S. O menino, o medo e o professor de Saarbrücken. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996. pp. 26-48.
- SIMONSEN, Michèle. *O conto popular*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- SINATRA, Ernesto S. Ideales del fin de siglo. In: *Pharmakon*. Publicación de grupos e instituciones de toxicomania y alcoholismo del campo freudiano. Bolívia: Plural Editores, 1999. pp. 12-7. v. 8.
- SOUZA, Aurélio. *Os discursos na psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.
- SOUZA, Elizeu Clementino. *O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A; Salvador, BA: UNEB, 2006.
- SOUZA, Jusamara; FIALHO, Vânia Malagutti; ARALDI, Juciane. *Hip-hop: da rua para a escola*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- TEIXEIRA, Ângela B. do Rio. Fantasia de boneca. In: MENGARELLI, Jandyra Kondera (org.). *Dos contos, em cantos*. Salvador: Ágalma Psicanálise, 1998. pp. 32-40.
- TEIXEIRA, Marcus do Rio. Monstros & Cia: a gênese do medo na literatura de horror e nos contos de fadas. In: MENGARELLI, Jandyra Kondera (org.). *Dos contos, em cantos*. Salvador: Ágalma Psicanálise, 1998. pp. 15-31.
- TEIXEIRA, Marcus do Rio. Os gozos e o gozo do consumo. In: SILVA, José Antonio Pereira (org.). *Modalidades do gozo*. Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítico, 2007. pp. 123-131.
- TOROSSIAN, Sandra. Contribuições para a clínica psicanalítica com adolescentes usuários de drogas e toxicômanos. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Porto Alegre, n. 24, p. 61-74, maio 2003.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VELHO, Gilberto. O menor e a violência. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996. pp. 247-265.
- VIDAL, Eduardo. Notas sobre o ideal. *Revista da Escola Letra Freudiana*. Rio de Janeiro, n. 39, pp. 175-180, 2008.
- VILANOVA, Valda Cecília Abud. O Axé e o sujeito do conhecimento. In: REIS, Ana Maria Bianchi (org.). *Plantando axé: uma proposta pedagógica*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. pp. 127-162.

VOLDMAN, Daniele. Definições e usos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 33-41.

WARNER, Marina. *Da Fera à Loira: sobre contos de fadas e seus narradores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: EDUC, 2000.

ANEXO I – “João e Maria”

Numa pequena casa, próxima a uma grande floresta, viviam um pobre lenhador, sua mulher e dois filhos pequenos, João e Maria.

Por mais que o lenhador e sua mulher trabalhassem o dia inteiro, o dinheiro que ganhavam era muito pouco, e a cada dia ficava mais difícil alimentar a família.

Naquele dia, para jantar, eles não tinham mais do que um pedaço de pão, que dividiram com as crianças. Todos foram dormir com fome.

Um pouco depois, as crianças ouviram a mãe, nervosa, dizer que a culpa era do marido:

– Você não se esforça para arranjar mais trabalho, é por isso que estamos nesta situação.

– Não é verdade, mulher. Trabalho desde que o sol nasce até a hora em que ele se esconde, sem parar. Quando chego para jantar o que você me oferece é um pedaço de pão. Estou ficando sem forças.

– E nossos filhos, como poderemos alimentá-los?

– A comida que temos mal dá para uma pessoa, quanto mais para quatro! – respondeu o marido, desanimado.

Sem conseguir dormir, João e Maria escutavam a conversa dos pais. Assustados, ouviram a mãe dizer:

– Já sei o que devemos fazer. Amanhã cedo você chama os meninos para ajudar a cortar lenha. Deixe-os no meio da floresta e volte para casa.

– Mas mulher, eles ficarão perdidos na mata!

– Isso mesmo. Assim, quem sabe nós poderemos nos alimentar e ter uma vida melhor.

– Está bem. Farei o que você está dizendo – concordou o marido.

João e Maria, que tudo ouviam, ficaram apavorados.

– O que faremos? – perguntou Maria, chorando. – Vamos morrer de fome.

– Não chore, irmãzinha. Vamos pensar em alguma coisa.

– O que poderemos fazer? – perguntou Maria.

– Já sei – respondeu João com certo alívio.

O menino levantou-se e foi pegar a caixa na qual guardava sua coleção de pedrinhas brancas para mostrar à irmã.

– Olhe, está vendo? Elas vão nos ajudar a voltar para casa – disse João, para tranquilizar a irmã, enquanto enchia os bolsos do calção e do agasalho com as pedras.

– Durma, Maria, vai dar tudo certo.

No outro dia, a mãe foi acordá-los bem cedo:

– Acordem filhinhos – ela disse. – Hoje vocês vão ao trabalho com seu pai.

Pronto para sair, o lenhador esperou os meninos se arrumarem. A mãe deu um pedaço de pão para cada um. Beijou os filhos e disse que fossem obedientes.

João e Maria seguiram o pai. João ia jogando as pedrinhas em pontos especiais do caminho. Assim, saberia que trilha seguir para voltar. O pai nada percebia.

Já distante da casa, o lenhador pensou que dali, certamente, seus filhos não conseguiriam voltar. Escolheu uma clareira na floresta.

– Vamos acampar aqui. Vou pegar um pouco de lenha para fazer uma fogueira. Esperem por mim, crianças.

– Tenho medo de ficar sozinha – disse Maria.

– Eu não vou demorar – respondeu o lenhador.

Os meninos já sabiam que o pai não voltaria. Maria estava assustada, com medo de ficar perdida.

– Não se preocupe, Maria – lembrou João. – Eu marquei o caminho de casa. É só seguir as pedrinhas brancas.

Foi o que fizeram. Um pássaro branco acompanhou as crianças de volta à casa.

O lenhador e sua mulher ficaram surpresos quando João e Maria chegaram. Não entendiam como tinham conseguido encontrar o caminho.

À noite, estavam todos deitados, os filhos ouviram os pais conversando:

– Você realmente não faz nada direito – reclamou a mulher. – Certamente deixou as crianças muito perto de casa!

– Não, eu as levei para bem longe.

João e Maria nem piscavam os olhos, esforçando-se para ouvir direitinho tudo o que os pais diziam.

– Pois, amanhã, eu também vou com você – resolveu a mulher. – Deixaremos as crianças mais longe ainda, de onde elas não consigam voltar.

Os meninos ouviram o pai concordar com a mãe. João não tinha mais pedrinhas para marcar o caminho.

– O que vamos fazer? – perguntou Maria.

– Eu não vou comer meu pão e vou usar as migalhas para marcar o caminho.

O sol não havia nascido, e a mãe foi chamar os filhos:

– Acordem, crianças. Vamos com seu pai à floresta, temos muito trabalho por fazer.

Os meninos se arrumaram, a mãe deu um pedaço de pão para cada um.

Os pais seguiam na frente, os meninos atrás. João, que não havia comido o pão, ia jogando as migalhas, marcando o caminho.

Mas ele não havia pensado que os passarinhos adoram comer migalhas de pão, e foi isso o que aconteceu.

O lenhador e sua mulher levaram as crianças para mais longe ainda. A mãe ainda deu uma volta para desorientar os meninos. Depois o pai disse:

– Vamos acampar neste lugar. Eu e sua mãe pegaremos lenha para fazer uma fogueira. Não saiam daqui.

– Tenho medo de ficar sozinha – disse Maria.

– Não se preocupe, voltaremos logo – falou a mãe.

Os meninos sabiam que os pais não voltariam. João procurou a trilha de migalhas de pão. Viu um passarinho comendo o último pedacinho de pão que ele havia jogado. Procurou pelos outros, mas não encontrou nada.

Os dois meninos começaram a chorar, não sabiam o que fazer. Estavam perdidos. Iriam morrer. Gritaram pelos pais. Pediram socorro. Nada.

João e Maria estavam com medo, com fome, com frio.

Entre os terríveis barulhos da floresta, eles ouviram um canto maravilhoso. Era um pássaro branco como a neve, que parecia querer dizer algo para as crianças.

Os irmãos resolveram seguir o pássaro, afinal não tinham nada a perder.

Caminharam durante muito tempo, seguindo a ave, até que viram algo que nem em sonho podiam imaginar: uma linda casinha toda de biscoitos, com janelas de chocolate. Os biscoitos das paredes eram os mais lindos e deliciosos que havia.

João e Maria não pensaram em nada, de quem era aquela casinha, se estavam correndo perigo. Comeram o quanto podiam. Um pedacinho da parede perto da janela, outro pedacinho perto da porta, mais acima, mais embaixo.

Ouviram uma voz que perguntou:

– Quem está comendo a minha casinha?

– É o vento – responderam as crianças.

Logo apareceu uma velhinha, que não enxergava muito bem, mas tinha a voz meiga e gentil.

– Queridas crianças, que bom que vocês chegaram aqui. Comam à vontade.

A mulher os pegou delicadamente pelas mãos e entrou com eles em casa. Mandou que tomassem banho, deu-lhes roupas limpas para vestir e serviu bons alimentos para os irmãos: leite, queijo, maçãs, ovos, nozes, cereais.

Depois, a velhinha, com todo cuidado e atenção, preparou duas lindas caminhas com lençóis perfumados e branquinhos.

– João, eu nunca pensei que existisse uma cama tão linda e gostosa.

– Será que a gente está no céu? – perguntou João.

As crianças estavam exaustas de tanto andar e adormeceram felizes, pensando que finalmente estavam seguras.

No dia seguinte, porém, tiveram uma surpresa.

– Acordem preguiçosos! Levantem rápido! – gritava a velha, que parecia outra pessoa.

Ela entregou uma vassoura a Maria e ordenou que a menina começasse a limpar, pois não iria comer sem trabalhar.

– Para você, eu tenho outro destino – e jogou João dentro de uma jaula. – Quando estiver gordinho, eu vou comer você!

Os meninos estavam assustadíssimos. A velha só fingira ser amável. Na verdade, era uma bruxa malvada.

Toda manhã, a mulher limpava suas pérolas e pedras preciosas. E mandava Maria preparar o café, cortar lenha, fazer a comida, limpar a casa, lavar e passar a roupa. Para João, pedia para ver o dedinho, queria saber se ele havia engordado.

Maria separou um ossinho de galinha e, como a velha não enxergava bem, deu ao irmão para que ele enganasse a bruxa.

Quando ela pedia o dedinho, João mostrava o osso de galinha.

– Não entendo – dizia a bruxa. – Parece que você está emagrecendo em vez de engordar.

Um dia, João perdeu o ossinho e teve de mostrar seu próprio dedinho. A velha, então, decidiu prepará-lo para o almoço.

– Vá buscar lenha e acenda o forno – a velha ordenou a Maria.

Maria tocou fogo na lenha e chamou a bruxa:

– Senhora, ajude-me. Acho que quebrei a tampa do forno, não consigo fechá-la.

– Você não faz nada direito, menina! Já vou ver.

Quando a bruxa abaixou-se para verificar o que havia quebrado, Maria, depressa e usando toda a força que podia, empurrou a velha para dentro do forno e fechou a porta.

A bruxa morreu queimada.

A menina pegou a chave da jaula e libertou o irmão.

João e Maria pegaram comida, as jóias da velha e partiram dali.

Vários pássaros voaram até eles como se quisessem mostrar o caminho a seguir. Os irmãos resolveram acompanhar os passarinhos.

Andaram até chegar à beira de um rio.

– Como vamos atravessar? – perguntou Maria.

Dois patos brancos aproximaram-se deles. As crianças entenderam que as aves os ajudariam na travessia. E montaram nos patos, que os levaram até a outra margem.

Os passarinhos continuaram a indicar às crianças o caminho, até que eles chegaram à casa.

A mãe não estava lá. Havia morrido. Mas o pai parecia que esperava pelos filhos.

Ao vê-los, correu para abraçá-los. E como João e Maria traziam as jóias e comidas, a vida deles tornou-se melhor, e eles viveram felizes para sempre.

ANEXO II – Oficinas de contos

Axé-Buzu, Pelourinho, 04 de maio de 2007

– Jaime: Ó, não tem ali, você vai, não tem uma pista pra cá? [Rua 28 de Setembro, conhecida como crackolândia]. [...] E não tem outro que fica na porta, ali? Ali ficam brigando por causa que deve dez, que deve negócio, que deve a outro. [...] Que isso [crack] faz mal. Eu acho que a barriga fica roncando assim, sem a gente comer. [...]

– Fábio: A droga faz mal.

– Leila: Faz mal como?

– Fábio: Fumando pedra, a fumaça emagrecendo, quando vê, já era.

– Leila: Você fuma?

– Fábio: Não.

– Jaime: Deixe eu falar um negócio do Pelô.

– Fábio [aponta para Jack]: Ele fuma. Ali. Diga aí, que você fuma!

– Jack: Fumo nada.

– Fábio: Fuma sim.

– Davi [educador de rua]: Não estamos aqui acusando ninguém. Não pode!

– Jaime: Eu acho que fumar pedra... Tem uma coisa na pedra parecendo que é um copo²². Porque fumar, a gente pega um copo pra se misturar. Eu acho que fumar pedra com um copo, aí se chama fumar. [...]

– Leila: Era uma vez um menino...

– Fábio: Fumava para jogar bola. Esse menino chamou a galera toda pra jogar bola com ele. Esse menino... Aí jogou a bola. Quando foi pra jogar perto do gol tinha um vrido. Furou. Aí tem que encher pra jogar de novo.

– Jaime: Como pode encher, velho, se ele furou, no negócio, a bola?

– Fábio: Encher o que! Colar. Fazer a colagem pra jogar bola de novo. Aí, de repente, tinha que fazer um dinheiro aí pra comprar outra bola nova, de couro. Aí só foi jogar de novo. Aí depois foi pra outra história. Esse menino foi pra outro caminho.

– Jaime: Pra brincar de bola.

– Fábio: Pra brincar de pega-pega.

– Jack: Brincar de tráfico.

– Leila: Como é brincar de tráfico?

– Jaime: Brincar de tráfico? Eu já vi uma reportagem no Jornal Nacional.

²² Alguns usuários utilizam copos de água mineral como acessório para fumar crack.

– Leila: Como é brincar de tráfico?

– Jack: O menino tá na rua pra fazer dinheiro, chegá na boca, dá dinheiro ao traficante. O traficante vai dá as drogas pra eles.

– Leila: É essa brincadeira? E isso é brincadeira?

– Fábio: Tá errado. Brincar de traficar é assim: bora brincar de polícia e ladrão. Aí eu sou polícia, você [aponta para Jack] é ladrão. Aí eu começo ficar te vigiando, de vigilante como polícia. Aí os cara tá lá roubando, e eu aqui óiando o que eles tá fazendo. Aí eu vou lá e pego eles.

– Leila: Brincadeira?

– Fábio: Brincadeirinha... Brincar de traficante.

– Jaime: Agora, eu quero contar uma história, pôxa! Era uma vez, um menino que...

– Fábio: Era uma vez uma menina que gostava de brincar muito de boneca. Essa boneca era toda bonita, pra falar a verdade.

– Jaime: Era uma vez um menino que gostava de estudar. Ele fazia todos os deveres na sala, aí ele passou de ano. As professoras deixa passar pra outra série, se ele estudar. Aí ele teve que voltar pra outra sala porque ele não passou. Aí ele foi, disse a mãe dele que não queria mais estudar lá não, que ele queria ir pra outra escola.

Axé-Buzu, Pelourinho, 18 de maio de 2007

– Ticiano: Comecei usar [crack] com doze anos. Maconha eu comecei com dez, cigarro com dez.

– Jack e Mário: [incompreensível]

– Leila: E você, hoje, fuma quantas pedras por dia?

– Ticiano: Depende do dinheiro. Se eu ganhar cinco real aqui, eu vou fumar.

– Jack: S'eu ganhá cinco real aqui, eu não vou mentir pra senhora que não vou fumar.

– Leila: Você, Jack?

– Jack: Vou sim, não vou mentir pra senhora, eu vou. Você também [aponta para Ticiano], ele também [aponta para Mário]. Qualquer um aqui fuma crack. Willie também [incompreensível]. Qualquer um fuma crack, fuma crack. Ela é minha analista, irmão. Cê quer saber, ela é analista.

– Leila: Sou sua analista, não é Jack. Agora, afinal Jack, você quer ou não quer parar?

– Ticiano: Claro que quer, mas falta ter força de vontade.

– Leila: Falta força de vontade?

– Ticiano: Tem que ter muita vontade, muito atendimento.

– Leila: Atendimento? Como assim?

– Ticiano: Atendimento que eu falo é assim [incompreensível] ter paciência porque sair dessa droga não é fácil. [...] Eu quero, mas tem que ter muito esforço, porque não tem nada a perder, vai me matar.

– Leila: Perder e matar, como assim Ticiano?

– Ticiano: Ele só vai se perder, ele não vai ter infância, ele vai se matar. Você não tem infância nenhuma se você fica com essa droga. Você está se matando.

– Leila: E você já pensou de pedir ajuda a seus pais? Sua mãe, seu padrasto?

– Ticiano: Não peço não, porque eles não me mandaram. Minha mãe já passou por isso, mas não por essa droga, por outro tipo de droga.

– Leila: Sua mãe? Ela usava o que?

– Ticiano: Ela cheirava pó e vendia crack.

– Leila: E foi em casa que você começou a fumar crack?

– Ticiano: Na rua. Em casa, nunca usei droga nenhuma.

– Leila: E começou por quê?

– Ticiano: Tive a curiosidade de fumar pra saber o que era, como era a onda. Aí fumei. Assim eu comecei fumar e não era vício. Aí depois comecei a me aviciar.

– Leila: E hoje?

– Ticiano: Hoje sou aviciado em tudo.

– Leila: Tem tratamento, sabia Tiago? Você gostaria de fazer um tratamento?

– Mário: Sabia. Fala que sabia.

– Leila: Você sabe Mário, que tem tratamento?

– Mário: Sei sim.

– Leila: Você gostaria de fazer um tratamento?

– Mário: Gostaria.

– Leila: Já procurou?

– Mário: Já, mas não consegui.

– Leila: Você procurou onde?

– Mário: Eu? Procurei no Dom Timóteo, lá na Casa de Acolhimento.

– Leila: E você não achou tratamento?

– Mário: Achei, mas...

– Willie: Saiu do tratamento pra usar droga.

– Mário: É isso mesmo, até ele fuma crack

– Leila: Você também?

– Mário: Eu e ele [Willie], todo mundo do Pelourinho, os menino tudo de menor do Pelourinho fuma crack.

– Leila: Quantos anos você tem Mário?

– Mário: Eu? Vou fazer dezessete.

- Leila: Dezessete? E há quanto tempo você usa crack?
- Mário: Há mais de quatro anos.
- Leila: Mais de quatro anos? Você está há quanto tempo aqui no Pelourinho?
- Mário: Eu? Tenho mais de dois anos. [...]
- Leila: Não tem perigo nenhum de dormir à noite na rua?
- Marco: Agora, pra quem deve e fica fazendo mal aos outro, que veve igualmente o dia-a-dia na rua, é um pouco arriscado que um pode chegar e meter um...
- Ticiano: Um álcool?
- Marco: Não. Um paralepipo na cabeça.
- Ticiano: Que paralepipo! Um... [...] Ácido.
- Leila: Ácido?
- Mário: Ácido muriático.
- Leila: E você conhece alguém que foi queimado assim? E você não tem medo, Ticiano?
- Marco: Não, porque a gente não deve, né, tia. Se a gente deuisse...

Casa Dom Timóteo Amoroso Anastácio, 11 de junho de 2007

- Everton: Era uma vez [risos] um passarinho no meio do mar. Com sabor de chocolate [risos]. Com sabor de chocolate, com a pena no corpo molhada. Aí veio a mãe do passarinho:
- O que é que você está fazendo no meio desse mar, passarinho? Você não sabe nadar e nem merguiar.
- Aí ele respondeu:
- Ah, o sol tá muito quente e eu to com muito calor, e então vou me refrescar pr’eu sair perai, que eu vou pra outro país. [...]

- Danilo: A história de Marquinho²³. Ele era um menino que morava em favela, num tinha quinze anos, a mãe dele era do candomblé, ficava invocando os santos pra ajudar a família. Aí Marquinho começou a se iludir por ter televisão, essas propaganda que passa na TV: cigarro, essas coisa assim, propaganda que ilude a pessoa. Foi pro mundo das drogas. Ele não gostava mais de futebol. Antigamente, ele tinha uma coleção de bola, depois ele passou a ter um bocado de armas. Todo mundo gostava dele, mesmo ele sendo bandido. Ele respeitava todo mundo onde morava. Mas a morte não era o que ninguém queria pra ele. Depois, teve uma troca de tiro. De madrugada, quando o dia amanheceu, encontraram ele morto com a camisa do Flamengo, que ele usava que ele gostava de torcer pelo Flamengo.

²³ De fato, trata-se do *rap* de MV Bill, “Marquinho Cabeção”.

Casa de Oxum, 13 de junho de 2007

– Andy: Meu irmão falou pra ela [mãe] que eu num tava na Igreja, sendo que no mesmo dia eu tava na Igreja. Ela pegou e começou a me xingar, falar que eu não tava na Igreja, falava que eu era falsa. Crente falsa. Começou a falar que era pra mim ir embora, que não gostava de mim, tava enjoada da minha cara. E que gostava mais do meu irmão. E pegou e me bateu porque eu falei pra ela que um dia eu ia embora, mas só que eu só ia embora quando eu tivesse com tudo resolvido na minha vida. Que não ia sair de casa pra dar esse gostinho a ela. E ela pegou ficou com raiva e me bateu. [...] Só que eu não saí de casa totalmente porque eu apanhava e sim porque minha mãe não confiava ni mim. Falava que não gostava de mim, falava que gostava mais de meu irmão. E pelo fato dela ficar jogando na minha cara que meu irmão tava certo e que eu tava mentindo em falar pra ela que meu irmão tentou este ato [estupro] comigo.

– Josie: Era uma vez um menino que chorava, chorava, sempre quando o pai reclamava ou a mãe. Aí teve um dia que ele fez tipo um riacho de tanto choro. Aí o pai chegou assim com ele no canto, falou que homem não chora. Aí ele... O pai chegou bem assim no canto e falou bem sincero que homem não chora. Aí ele pegou e parou de chorar. Aí chegou um dia que o médico... Ele ficou doente, o médico teve que ir lá na casa dele. Aí o médico falou... Aí ele engoliu tipo um riacho de choro, de tanto choro dele, ele engoliu tudo. Aí o pai só por causa disso, ele ficou doente. Aí teve que o médico ir lá. Aí o filho da mulé falou, falou com a mãe que era pra levar três bacia e dois balde. Aí o menino de tanto choro encheu tudo.

Casa Dom Timóteo Amoroso Anastácio, 21 de junho de 2007

– Walter: Morava lá em Feira de Santana, num bairro perto do Clériston Andrade. Aí nesse lugar, mainha arranjou um namorado lá. Aí mainha ficou lá num dia de São João. Eu fiquei lá com meus irmão, mainha acendeu uma fogueira. Aí a gente vivia tão bem antes. Antes, mainha, meu pai, vivia tão bem com minha família. Depois brigou, minha mãe teve que se mudar. Mainha pegou se mudou pr'um bairro, depois desistiu, foi pra Salvador, aqui pra Bahia. Pegou, arranjou essa casa, lá na Iolanda. Aí depois, o pessoal do Conselho pegou a gente, levou pra Instituição. Aí foi indo, minha vida foi piorando mais. Cada dia piorava mais uma coisa. Depois, hoje eu to aqui [Casa Dom Timóteo], o Conselho me trouxe. [...] Agora, disso tudo que eu falei hoje, eu quero agora ter um emprego, morar com minha família, sair desse lugar aqui. Que eu sei que aqui né ruim. Aqui é bom de ficar, um lugar bom de ficar. Mas só tem que já passei muito tempo aqui. Só fica aqui quem precisa mesmo porque não vou ficar aqui para sempre porque é uma Casa de Passagem. Se fosse uma instituição própria mermo, que alguém quisesse ficar, aí todo mundo ia ficar. Mas ninguém pode ficar porque é uma casa

de instituição. Aí, né, o que eu queria mesmo era estudar, me formar, ter o meu emprego, morar com minha família toda.

Casa Dom Timóteo Amoroso Anastácio, 25 de junho de 2007

– Manuel: Nada. Eu que... A mulher da Farmácia lá, aquela Farmácia Santana, de lá do Comércio. Zé rumou a pedra nela. [...] O policial pegou, que ela é problemática, pegou chamou a viatura. A viatura pegou de um por um. Aí a dona da Farmácia chegou:

– Venha. Te dou biscoito.

E pegou a gente pra botar no Juizado. E eles ainda, eles ainda deram cacetada na gente, deu coronhada...

– Isaque: Fala que botou o negócio na cabeça.

– Manuel: E ainda botou o negócio na cabeça, começou a dar porrada. Ainda enforcou a gente. Lá... É lá no Comércio, na... Como é o nome do Posto? É... Na delegacia. [...]

– Isaque: Não, eu vivo na rua, sabe por quê? Eu to aqui por causa de Negão Fedendo [apelido de um morador de rua] qu'eu to com medo dele me bater. Ele inchou dois olho meu. Aí eu to com medo. [...] Porque ele gosta de comediador os pequeno. E eu to na rua por causa de meu pai: bebe cachaça e me bate. Joga minhas roupa fora. Minha roupa tudo nova fora. Queima, toca fogo na casa.

– Caio: É maluco, fala logo.

– Isaque: É maluco.

– Leila: Há quanto tempo você está na rua?

– Isaque: Desde 2002, quando eu tinha quatro anos.

– Leila: E você usa alguma droga?

– Isaque: Uso.

– Leila: Quais?

– Isaque: Crack, maconha, pitilho, cigarro, pacaia e cheiro pó. Cheiro pó.

– Leila: E como foi que você veio pr'aqui hoje?

– Isaque: Hoje? Por causa de polícia. [...] Eles botaro dentro do quartel. [...] Zé rumou a preda dentro da loja. Aí na hora quando ele rumou a preda dentro da loja, a moça da loja é meio problemática. Na hora, ela foi e pegou e chamou os home. Aí os home foi. Quando eu to fazendo assim com a mão de comida, o primeiro a ser pegado foi eu. Na hora que eu já tava passando, assim óiando as casa, os home chamou assim mesmo. Aí quando ele veio, quando ele veio, ele veio assim mesmo com a boca assim mesmo, falou assim mesmo:

– Eu vou te pegar agora! Agora eu vou comer seu fígado!

Aí eu fiquei com medo, eu falei:

– O que foi, rapaz? O que qu'eu fiz? O que foi?

Fiquei sem saber de nada. Aí depois que Manuel veio me dizer que foi Zé que rumou uma preda.

Casa de Oxum, 27 de junho de 2007

– Cleide: Minha mãe que me contou que eu tava assim junto dele [do pai]. Pegou o cigarro e botou na minha boca. E tapou meu nariz, eu não tinha como respirar, fiz assim [aspira o ar com a boca]. Depois tirou o cigarro da minha boca e eu fiquei tossindo. Ele botava um bocado de vez na minha boca.

– Leila: E onde está seu pai?

– Cleide: Já morreu. Deve tá no inferno [risos]. Eu não gosto dele não. Ele meaçava minha mãe de morte. Ele matou minha mãe. Pegava assim o revólver e dizia:

– Vou te matar!

Já fez um bocado de vez. Batia nela. Aproveitava que minha mãe era doente, sabe. Ele matou mesmo! Que tanto que ele meaçava ela de morte. Minhas irmã diz que ele que matou ela. Ele que matou ela, mas num foi ele não. Minha mãe morreu de doença.

Casa de Oxum, 04 de julho de 2007

– Lua: Fui pra DECA²⁴, aí eu falei o nome dos traficante na DECA. Aí quando eu apareci no... Quando... Quando eu apareci... Quando eu fui pro fim de linha lá na rua, aí a moça que tava comigo contou aos traficante que eu dei o nome dele. Aí ele pegou me bateu. Aí ele... Eu peguei fui pra casa e vim pra cá [Casa de Oxum]. Ele disse que se eu aparecesse no fim de linha, ele ia me matar. [...] A senhora sabe quem é Maria? Ela tava... É... A DECA tava atrás dela, que ela se prostituía por causa de drogas. Aí eu andando com ela, também vim pra cá. Ele pensou qu'eu também tava no meio, me prostituindo por causa de drogas. Aí eu peguei vim pra cá [soluça]. Desculpa. Aí... Eu peguei... Ele... Aí eu tinha o nome dos traficante lá, eu peguei... Aí eu só fiz confirmar que era esse mesmo. No caso [incompreensível] que ela tava foragida, Maria. Aí eu andando com ela, ia achar que eu também tava. O rapaz da DECA. [...] Aí quando eu apareci, aí Sr. Álvaro [conselheiro tutelar] falou que quando me visse... Quando ela... Quando me achasse, me levasse pr'aqui, pro Conselho III. Aí eu peguei, quando ela me viu, ela pegou me levou pro Conselho. Minha vó, e minha mãe, e meu irmão me levou pro Conselho, aí Sr. Álvaro pegou me trouxe pra cá.

Casa de Oxum, 11 de julho de 2007

– Leila: Era uma vez uma menina...

²⁴ DECA – Delegacia da Criança e do Adolescente.

– Cleide: Ela era muito linda. Linda! Os cabelo dela era trançado. Ela era linda. Os óio dela parecia duas pedra de azeitona preta, daquelas bem birante. Aí...

– Lua: Brilhante.

– Cleide: Birante.

– Lua: Brilhante.

– Cleide [grita]: Brilhante! Eu tenho pra ver meu amor. Aí olha só [risos]. Era uma vez uma menina linda, linda. Ela usava trança, os cabelo dela era de trança, os olho dela parecia duas azeitona preta daquela bem birante. Aí lá junto da casa dela, saiu um coelho. O coelho se apaixonou por ela e ficou encantado. Aí disse, disse bem assim:

– Ô, menina, por que você é tão moreninha? Qual é o seu... Qual é o seu detalhe pra você ser tão moreninha?

Aí a menina respondeu:

– Foi porque quando eu era muito pequena bebia muito café.

O coelho foi lá, bebeu muito café, muito café, muito café. Passou a noite fazendo xixi. Aí outra vez voltou na casa da menina:

– Ô menina bonita do laço de fita, qual é seu segredo pra você...

– Lua: Como é o nome dessa história?

– Cleide: Qual é seu segredo para você ser tão moreninha?

Ela disse:

– Foi qu'eu comi muita jabuticabra quando eu era pequena.

O coelho passou a noite toda comendo jabuticabra, aí passou a noite toda... Ficou tão gordo que não conseguiu nem sair.

– Lua: Nem andar.

– Cleide: Ahn, ahn. Nem andar. E já passou a noite toda fazendo cocô. E acabou. Não vou fazer mais porque o traste aqui atrapalhou.

– Lua: Que traste?

[Cleide sorri.]

Casa de Oxum, 19 de julho de 2007

– Nayana: A minha vida é essa que a senhora vê todo dia aí. Vou em cada canto, em cada lugar, parecendo uma embalagem, nunca chego em casa. Minha vida é essa: não conheço minha mãe, nem meu pai. Só moro com a minha tia só. Mas mermo assim não deu certo com meu padrasto não. Aí eu fico assim na rua, andando pr'um lado e pro outro pra ver s'eu encontro alguma coisa que presta na minha vida. Tava aí... Tava aí presa. Aí saí antes de ontem aí. Aí vim pra cá, pra Casa de Oxum. Agora, eu to aqui de boa esperando o que vai acontecer comigo. Só quem sabe é Deus mais ninguém, né. [...] Muitas oportunidade qu'eu não aceitei. Boas. Conselhos, eu nunca aceitei, pensando que a

vida do crime era simplesmente só por esporte. Chegava ali brincava, fumava e se saía, mas não. A gente tem que saber entrar e sair. Se não saber entrar... Se não saber sair, é capaz da gente ficar lá mermo, não sair mais. Sair só pra terra. [...] Eu deixei as droga... Não sou aviciada em droga muito não, tia. É tanto que s'eu fosse aviciada, eu tava nem aqui mais. Você já tava me vendo catano por aí já. Já tinha já saído daqui já, no mermo dia. Já fui aviciada muito tempo atrás.

– Lena: Aí meu pai [padrasto] pegou saiu com a tauba com um prego pra cima assim e queria me bater com uma tauba com prego. Eu peguei corri. Aí ele ficou correndo atrás de mim, aí na hora qu'ele se cansou, ele entrou. Aí ele saiu foi pegar água no tanque, qué do lado de fora o tanque. Foi pegar água no tanque. Aí quando ele voltou, aí eu peguei sentei na segunda sala, porque tem a primeira e a segunda, depois tem a cozinha. Aí eu peguei sentei no sofá na sala. Quando meu pai pegou foi na sala e voltou, na outra sala e voltou. Quando voltou, pegou o pau com prego e queria me bater. Aí eu peguei saí correndo. Aí fiquei do lado de fora, né. Quando... Aí como mainha tem problema psicológico, meu pai fez uma comida pra ele. Aí ele tinha esquecido de colocar sal. Mainha experimentou, provou, aí viu que tava sem sal, pensou logo na maldade. Pensou que meu pai tava querendo, tava procurando graça comigo. Sabe como é graça? É osadia, sabe como é, não sabe? [...] Ela pegou um pau pra me bater. Aí se juntasse, um vinha de cá, outro vinha de lá, ia me matar! Porque meu pai ia pegar... A mão dele é bem pesada e mainha com o pau com prego, só ia fazer o que? Me matar, né? [...] Não amo mais ninguém, véio, não confio mais em ninguém. Pô, véio, pense você, sua mãe dizendo que quer te matar. Ela disse que queria me matar! Ou ia me matar ou ia matar meu pai. Ela disse que se pudesse ia me abortar. Ela se arrepende de num ter me abortado. Também não pedi pra nascer, a culpa é toda dela. Num pedi pra nascer! Se eu pedisse, a culpa ia ser minha, né?

Casa Dom Timóteo Amoroso Anastácio, 27 de julho de 2007

– Hugo: E de outra vez, dessa última vez agora qu'eu tô aqui no Centro foi porque eu roubei um DVD, em minha própria casa. Meu padrasto quer me matar, os cara da minha própria rua quer me matar porque eu peguei o DVD. Tava usando o crack. Fumei cinco crack no dia, aí depois eu não tinha mais nada pra fazer rolo, pra vender, pra trocar por droga. Fui lá, peguei o DVD de minha mãe e fugi. Aí troquei por cinco pedra e ganhei mais cinco reais. [...] Já roubei a mão armada já. Quando estava em Pernambués, já roubei ali. Já roubei um taxeiro e já roubei duas vez: dois celular já, na Pirâmide, na madeireira Brotas. Só estas três vezes. De mão armada, foi. [...] Aí fui morar com meu pai. Depois eu saí de casa fui morar com meus colega, comecei traficar no Espaço Útil. Aí daqui a pouco eles foi lá, começou a botar arma em minha mão, pegar amizade com todo mundo. Me botaro um 32, depois me botaro um oitão, disseram que era pra fazer esses assalto. Fiz o assalto com o taxeiro, com o oitão, e lado do Pirâmide, com o celular, com um 32... Com um 22. Aí depois, eu me saí lá de Pernambués.

Eu quebrei uma guia, então fiquei devendo 250 reais. Que a primeira vez, eu fui lá peguei, os home me pegou com oito balinha de pó na mão e duas eu já tinha vendido já. Aí no outro dia, Rob me deu mais cem reais. Me deu mais cem reais o que! Me deu mais quinze balinha de pó, pra mim vender de dez. Eu perdi. Eu fui lá, deu pânico de fumar aquele de novo, fui lá, já tinha vendido cinco. Cinco pó e tinha deixado dez. Eu pensei assim qu'eu ia ficar... Eu ia usar só os cinqüenta reais, dizer que gastei meu lucro e os dez dele ia devolver. Mas, não. Fui lá fumei tudo. Eu lá vendia a droga dele tudo, pá, fumei droga. Aí não pude mais voltar pra Pernambués, tive que ir pra casa de minha mãe. [...] Não quero ficar mais no mundão não. Isso daí não vai me levar a nenhum... Lugar nenhum, porque eu num guento mais nada, tá ligado, tia, ficar no mundo, indo pra casa de minha mãe, pra casa de meu pai, pra casa de um e outro, tá ligado.

Casa de Oxum, 01 de agosto de 2007

– Mila: E veio [o padrasto] com a colher de pau, bateu em minhas costa, tá a marca ni minhas costa. Se a senhora quiser, eu até lhe amostró. E assim, aqui na minha perna assim. Debaixo de minha cintura assim. Me bateu. Aí tá a marca da colher de pau certinha aqui em mim e eu aí assim, eu peguei corri. Aí ele veio me empurrou, bateu minha cabeça, me empurrou e pegou assim com a mão assim, aqui atrás do meu rosto, aí eu bati assim na parede de ponta assim. Aí rancou o tampo assim da minha cabeça. Esse... E arranhó assim com o gaufó. E arranhó meus dedo, meu joelho, minha perna... [...] Aí eu peguei e desci correndo e fui pra casa de minha colega. Minha colega não tava lá, tava na escola. Aí a irmã dela foi que tava lá. Meu rosto tava todo assim, uma parte assim tava todo melado de sangue, todo lavado de sangue. Eu ia ir pro Conselho Tutelar, mas esse... Eu fiquei com medo d'eu ir e ele me ver porque ele desceu atrás de mim depois. Perguntou até pro rapaz que me viu. O rapaz me viu, mas o rapaz disse que não viu onde eu entrei, que só viu descer. Agora, pra onde qu'eu fui não viu. Que o apelido do moço é até Careca. Ele pegou... Aí sempre quando ele sai, eu vou pra escola, minha mãe tem vez que chega primeiro do que eu, e ele vai trabalhar duas hora, que ele deixa a chave de lá de casa na casa da vizinha, que passa o cadeado no portão. Minha mãe não tem a chave do portão. Aí eu peguei lembrei, fui lá umas três e meia mais ou menos. Isso na hora qu'ele me agrediu foi umas dez e alguma coisa ou foi dez hora. Esse... Aí pegou esse... Aí fui, troquei de roupa e peguei assim umas quatro muda de roupa, calcei a sandália e vim [para a Casa de Oxum].

Casa Dom Timóteo Amoroso Anastácio, 06 de agosto de 2007

– Danilo: Aí já veio outro policial pra trás, me deu um tapa aqui na minha nuca. Outro pegou o cabo do revólver, bateu logo em minha barriga logo. Outro ficou me dando chute nas perna. Aí eu entrei no... Mandou eu entrar no fundo, no porta-mala da viatura, eu fui lá entrei, me levaro. Aí no

meio dessa confusão, quando eu tava brigando com o rapaz, tinha um CD no meu bolso que parecia que quebrou, ficou um caquinho, com uma pontazinha bem fina. Aí a viatura parou no meio do caminho, encontrou esse caquinho de CD no meu bolso. Aí me acusaro qu'eu queria robar eles lá. E foi lá, acreditou só porque eu tava com esse caquinho de CD. Inda tentei explicar. Aí me botaro numa cela lá, toda escura que parecia que tinha... Parecia que a gente tava morando ni... Nesses caminhão de gelo que transporta carne. Era um frio! A gente ficava só de cueca lá, não tinha um lençol, não tinha colchão. Tinha era cimento duro mermo, não tinha nada. [...] Aí quando foi hoje, a gente fomos transferidos lá pra... A gente foi lá pro MP, pro Ministério Público, aí eu perguntei minha situação, eu perguntei e ela falou:

– E você quer voltar pra casa?

Eu falei:

– Não.

Aí perguntou onde é qu'eu queria ficar, eu falei:

– Lá na Fundação Frank Gilbert, onde tá meus irmão.

Aí vou ficar aqui quinze dias, e daqui a quinze dias eu vou pra lá pra Fundação Frank Gilbert, morar lá de novo, porque eu morei lá oito anos. Aí vou morar lá de novo. Só.

Outros raps

E aí/ to na periferia/ como vai?/ vou viajar pra São Paulo/ isso é repique/ não sou São Paulo/ eu sou um cara [inaudível]/ eu sou um cara carente/ sou um vagabundo/ mas eu sou carente [inaudível]/ sou bom/ mas eu não tenho preconceito/ posso ser/ pode levar pau de polícia federal/ isso é harmonia/ isso é Pelô/ o Pelourinho/ já foi desabado/ já deu um fim aqui ao Pelô/ tudo fica [inaudível]/ e eu fico aqui sozinho/ eu tenho que fazer alguma coisa/ ficar parado/ isso não é coisa de louco/ isso aí é uma coisa/ e o salário/ isso aí quem deixar/ tem que estudar/ estudar/ periferia tem que estudar/ pra passar de ano/ e se formar (Jaime).

Fé em Deus, irmão/ qu'Ele é Justo, meu irmão/ nunca se esqueça/ na quarta guerreira/ levanta a cabeça/ truta/ onde estiver seja lá como for/ tenha fé/ que a fé no lixão nasce flor/ ore por nós pastor/ lembra da gente/ no culto dessa noite/ irmão segue em frente/ admiro os crente/ dá licença aqui/ mó função/ mó tabela/ ô, escuta aí/ bombou/ que nem as vez/ nem o pai é seguro/ que nem um vira-lata/ sem fé no futuro/ tem alguém lá/ quem é quem/ quem será meu bom/ dá meu brinquedo de furar moleton/ porque os branco que me vê/ com os truta na balada/ tenta vê/ qué saber de mim/ não vê nada/ porque a confiança/ é uma mulher ingrata/ que te beija e te abraça/ te roba e te mata/ desacreditar/ nem pensar/ só naquela/ se uma mosca ameaçar me catar/ piso nela/ o bina deu montão/ um pique batidão/ foi em casa na missão/ de cobra na Colab/ de camisa larga/ vai saber/ Deus que sabe/ qual é a maldade do inimigo/ num me qué/ tocou a campanha/ plin/ pá trama meu fim/ dois maluco armado sim/ com um isqueiro e um estopim/ pronto pra chamá/ minha preta pra falá/ se eu comi a mina dele, rá/ se ela estava lá/ vadia, mentirosa/ nunca vi tão mofaia/ espírito do mal/ cão de buceta e saia/ talarico nunca fui/ é o seguinte/ ando certo pelo certo/ como dez e dez é vinte/ já

pensou doido/ se eu to no sofá/ com meu filho desarmado/ era aquilo/ sem culpa/ sem chance/ é Vida Loka/ abri a boca pra saber/ é Vida Loka (Ticiano).

Porque é/ porque é/ clara e salgada/ cabe ni um olho/ e pesa uma tonelada/ tem sabor de mar/ pode ser discreta/ inquilina da dor/ morada predileta/ na calada ela vem/ refém da vingança/ e manda o desespero/ rival da esperança/ pode ser causada/ por vermes e mundanas/ e o espinho da flor cruel/ que você ama/ amante do drama/ vem pra minha cama/ por querer/ sem me perguntar/ me fez sofrer/ eu que me julguei forte/ eu que me senti/ serei mais fraco/ quando o outro é [inaudível]/ se o barato é louco/ e o processo é lento/ no momento/ deixa eu caminhar contra o vento/ que adianta ser durão/ e o coração ser vulnerável/ o vento, não/ ele é suave/ mas é frio e implacável/ é quente/ ou a letra triste do poeta/ só molhou/ no rosto pálido do profeta/ o verme sai da reta/ a lágrima de um homem vai cair/ se isso for melhor pra eternidade/ diz que homem não chora/ tá bom, falou/ pra provar pra alguns irmão/ aí, Jesus chorou (Danilo).

Vou falar um pouco pr'esses menino de rua/ olha, pivete/ vocês que estão aí/ vocês ainda vai/ me escutar passar por aí/ já passei muito/ conheço muito de vocês/ vocês pode me conhecer/ mas quem sabe um dia/ talvez/ eu peço pra vocês/ um pouco de atenção/ que vocês saia dessa vida/ meus irmão/ vida de droga né tudo não/ você vê que muitos aí/ morre em vão/ mas tudo bem/ vou cantar essa parte aqui pra você/ um isqueiro, um cachimbo, uma pedra/ o menino acendeu/ lá se vai sua inocência/ a delinquência agora dominou/ amigo, eu não acreditei/ ao te ver assim/ você é só mais um/ dos mano que morre em vão/ pensando em ser ladrão/ com um tiro no coração/ volta/ lembra da nossa infância/ lembra de Deus/ do pacto sagrado/ entre você e eu/ juramos só amar/ só amar nosso Deus/ mas o tempo não para/ menino, não pensa naquilo/ se cresceu e se esqueceu de Deus/ o pacto foi quebrado/ eu vi o moleque/ mano to ligado/ maluco citado/ ele já não pensa/ suas idéia já não conta/ seus amigos se afastam/ ele não sorriu/ se os mano chamar não vá/ sai fora/ resgata/ sai do caminho triste/ pelo amor de Deus/ não vá, não vá/ mas sim falando de Deus/ que não deve ser esquecido/ a razão, a verdade, o motivo/ só porque estamos vivos/ não vire suas costas/ não baixe sua cabeça/ agindo dessa forma/ não será sua fraqueza/ dominado, viciado/ escravo da droga/ entrou de balo/ vacilou pensando qu'era moda/ mas tudo isso rola mermo/ é uma obsessão/ o maluco viaja/ naquela *overdose*/ até estourar a veia do seu coração/ procuro a solução/ eu quero é sobreviver/ eu também quero/ queimar uma guimba/ e cheirar uma coca/ eu não consigo me conter/ você se lembra quando eu dizia/ cuida da sua vida/ e vê se deixa a minha vida/ que vida é essa, mano? (Nayana)

Outros ritmos

Se o nome dele é Ca/ e a mãe dele é Tinga/ qual é o nome dele/ ô diga aí sua menina/ Catinga, Ca-ca-tinga²⁵ (Saulo)

²⁵ Canção em homenagem a um adolescente cujo apelido é Catinga.

Sábado de sol/ aluguei um caminhão/ chegando lá/ mas que vergonha/ só tinha maconha/ o maconheiro tava doidão/ querendo meu feijão (Fábio e Jack).

Só a cabeça/ só as cabecinha/ ela balança a cabeça/ só as cabecinha/ e a galera vem/ cada um quebra seu mundo/ com a galera do mar eu vou/ cada cabeça é cada um/ cada um quebra seu mundo/ com a galera do mar eu vou/ só as cabeça, só as cabecinha {bis}/ e a galera vem no balancê, vem {bis}/ com a mão na cabeça/ eu quero ver você negão/ com a mão na cabeça/ eu quero ver você negona/ e a galera vem no balancê, vem {bis}/ chora, chora, vai/ só as cabeça, só as cabecinha {bis}/ cada cabeça é cada um/ cada um canta seu mundo/ na jangada do mar eu vou/ essa menina de festa/ cada cabeça é cada um/ cada um quebra seu mundo/ na jangada do mar eu vou/ chegue, chegue, chegue mais/ quero ouvir {bis}/ e a galera desce, desce, desce/ todo mundo desce, desce, desce {bis}/ e a galera vem no balancê, vem {bis}/ com a mão na cabeça/ eu quero ver você negão (Ana, Jack, Mário, Marco).

Mãe, arruma minha mala, mãe/ eu vou partir/ sem destino certo/ sei qu'eu vou/ sem destino pelo mundo/ vou em busca de sonho, mãe/ sabendo que vou encontrar/ barreiras no meu caminho/ sei que vou/ sei que Deus vai me ajudá/ a derrubar as barreiras/ que hei de encontrar/ com esse sonho se realizar/ ouououou/ não chore, mãe/ reze por mim/ pela estrada eu vou cantando o reggae/ pela esperança eu vou cantando assim/ ouououou (Marco).

Não me mande embora/ não sou sua amante/ nossa/ sou sua mulher/ e vem logo me buscar/ você vai comigo/ por bem ou por mal/ eu pego essas quenga/ e quebro no pau/ eu rodo a baiana, mas levo você {bis}/ sou eu que trabalho/ e pago a sua bebida/ nossa/ sua roupa, seu carro e sua comida/ por isso, eu não quero/ ter esse direito/ de ter você/ homem safado/ aqui/ tanranrantanranran (Diane).

Abre a porta, Mariquinha/ eu não abro não/ você veio da pagodeira/ vá tirar sua coceira/ meu anjo/ do meu colchão/ ô Mariquinha, você vive junto comigo/ vá brigar isso comigo/ bem longe do gavião (Everton).

O teu sorriso mostra/ o teu sofrimento/ são tantas lutas/ você quer paz/ a tua esperança a cada dia/ até chegar ao fim/ mas Deus manda te dizer assim/ filho, Eu estou contigo todos os momentos/ sou o teu amparo/ sou o teu abrigo/ ainda que os amigos venham te esquecer/ Eu sou o seu Deus/ e estou com você/ e vou te fazer feliz/ hoje, está entregando as chaves/ as portas vão se abrir/ creia que as muralhas/ hoje, vão cair/ não existe barreira para Deus/ que impeça o seu agir/ o Senhor levanta nossa vitória/ irmão, conhece o profundo do teu coração/ Jesus vai arrancar a sua dor/ te fazer o vencedor/ na estrada da noite/ já não tem mais o drama/ daquela solidão/ no teu olhar não tem alegria/ tanta noite mais sofrida na solidão (Andy).

De manhã/ sem te ver/ sinto um vazio em mim/ por favor, me diz aonde está
você/ não tem explicação/ viver longe de alguém/ que é meu sol e estrela/ e
nunca vencer/ viver apaixonada assim/ mesmo na solidão/ eu não agüento
mais/ a dor que está no meu coração/ nada, nada vai separar/ você de mim/
não vou desistir/ ouou/ sei que tudo vai mudar/ quando eu te encontrar/ e o
resto/ meu coração tem/ o fogo pra acender/ o teu amor com meu amor/ o
nosso amor sem fim (Lua).

Coração fica perto do pulmão/ a lombriga fica na barriga/ esperando um
pedaço de pão (Lana).

Até hoje, eu não me esqueci/ de um amiguinho que eu conheci/ com a
flanela na mão, no sinal vermelho/ senhor, um trocado, por favor/ chorando
suplicou/ é, vivo na rua há muito tempo/ vivo lá na rua/ é meu desabafo/ a
droga me domina/ não consigo fugir/ um trocado, por favor/ chorando
suplicou/ vivo na rua há muito tempo/ comendo o pão/ que o diabo amassou/
meu sonho é ir à escola/ não lavar carro/ e não cheirar cola/ eu vivo lá na
rua/ é meu desabafo (Miguel).